



Organizadores
Héilton Diego Lau
Wellton da Silva de Fatima

raça, gênero
e sexualidade
em perspectivas
discursivas
efeitos e práticas
da/na violência

VOLUME 2

 pimenta
cultural



Organizadores
Héilton Diego Lau
Wellton da Silva de Fatima

raça, gênero
e sexualidade
em perspectivas
discursivas
efeitos e práticas
da/na violência

VOLUME 2



2020
São Paulo



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelos autores para esta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos autores, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza

Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncarelli

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil



Fauston Negreiros

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Barcellos Razuck

Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira, Brasil

Helen de Oliveira Faria

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello

IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ismael Montero Fernández,

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josué Antunes de Macêdo

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Julia Lourenço Costa

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karlla Christine Araújo Souza

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo

Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira

Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcia Raika Silva Lima

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria de Fátima Scaffo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Isabel Imbronito

Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil



Patrícia Biegling

Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Oliveira

Universidade de Aveiro, Portugal

Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramofly Bicalho Dos Santos

Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes

Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira

Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sebastião Silva Soares

Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho

Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Tania Micheline Miorando

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcisio Vanzin

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto

Universidade de Brasília, Brasil

Thyana Farias Galvão

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior

Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wagner Corsino Enedino

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte

Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Adilson Cristiano Habowski

Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flavia Neu

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva

Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton

Universidade Luterana do Brasil, Brasil



Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patrícia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabriely Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoso Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cíntia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil



Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Eliizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabricia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehler Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Glauco Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Graciele Martins Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Handherson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeane Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eying
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil



Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



Direção editorial Patricia Biegling
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Elson Moraes

Editoração eletrônica Ligia Andrade Machado

Imagens da capa Freepik
Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patricia Biegling

Assistente editorial Peter Valmorbidia

Revisão As autoras e os autores

Organizadores Héilton Diego Lau
Wellton da Silva de Fatima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R111 Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: efeitos e práticas da/na violência - volume 2. Héilton Diego Lau, Wellton da Silva de Fatima - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 315p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-88285-54-1

1. Discurso. 2. Raça. 3. Gênero. 4. Sexualidade.
5. Violência. I. Lau, Héilton Diego. II. Fatima, Wellton da Silva de.
III. Título.

CDU: 304
CDD: 304

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.541

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2 0 2 0



“A verdadeira violência, a violência que eu considero imperdoável, é a violência que nós fazemos para nós mesmos, quando nós temos muito medo para sermos quem verdadeiramente somos”.

Nomi Marks, *Sense8*



SUMÁRIO

(Con)viver	14
<i>Emília Mendes</i>	

Introdução.....	20
------------------------	-----------

PARTE 1

RAÇA EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

Capítulo 1

Discurso e existências dissidentes:

raça, gênero, classe e as denúncias

do caso Caras&Bocas	27
---------------------------	-----------

Fábio Chagas

Rogério Modesto

Capítulo 2

Uma mistura que transita no espectro racial:

efeitos do colorismo no processo de identificação

de mulheres negras no Brasil	49
------------------------------------	-----------

Larissa da Silva Fontana

Capítulo 3

Discurso midiático sobre cotas raciais:

o imaginário como fato.....	68
-----------------------------	-----------

Wellington Ferreira Santos

Capítulo 4

Discurso e poder: um olhar acerca

das ações afirmativas na UEPG em 2013.....	88
--	-----------

Daiane Franciele Morais de Quadros



Capítulo 5

Aylan Kurdi e Charlie Hebdo:

discursividades que se repetem

e se modificam em histórias entrelaçadas 106

Marília Gasparovic

Gesualda dos Santos Rasia

PARTE 2

GÊNERO EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

Capítulo 6

Foi “empoderamento” mesmo que você disse?

Memória e opacidade numa campanha publicitária 129

Laís Virginia Alves Medeiros

Capítulo 7

Antifeminismos:

ativismo *on-line* e resistência 146

Tássia Gimenes

Capítulo 8

Literatura e mulher:

efeitos de denúncias de um não lugar 155

Dantielli Assumpção Garcia

Capítulo 9

Operação Cinderela:

prostituição ou exploração

sexual de transexuais? 177

Jaqueline Angelo dos Santos Denardin



Capítulo 10

Os conceitos que subjazem ao termo

“ideologia de gênero”: uma análise de textos 191

Daniel Mazzaro

Elzimar Goettenauer de Marins-Costa

PARTE 3

SEXUALIDADES EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

Capítulo 11

A institucionalização da violência

às homossexualidades: aspectos

históricos na perspectiva estadunidense 216

Venan Alencar

Capítulo 12

Do beijo na telenovela ao repúdio parlamentar:

discurso, memória e ideologia..... 232

Wellton da Silva de Fatima

Capítulo 13

Do cômico ao discurso real sobre

as relações homoafetivas: acontecimento

discursivo e contradição na história..... 246

Adilson Carlos Batista

Capítulo 14

Quem tem medo da “heterofobia”?

Uma memória (in)alcançável sobre

a justificativa do PL 7.382/2010 266

Héilton Diego Lau



Capítulo 15

Questões de identificação sexual:

a posição-sujeito g0y 286

Héilton Diego Lau

Wellton da Silva de Fatima

Sobre os organizadores 306

Sobre as autoras e os autores 307

Índice remissivo 312



(CON)VIVER

A palavra e o amor deveriam vencer a violência. Essa forma de pensar já tornada uma ideia-formatada (*idée reçue*) esconde o simples fato de que a violência não vem somente de guerras, de agressões físicas, de atos deliberados de assassinato, de ódio, de aniquilamento do outro, de genocídios, de estupros, de mutilações, dentre outras feridas que podem ser vistas em seus sangramentos, hematomas, na carne viva, em fraturas e na morte do corpo. A palavra e o que alguns denominam “amor” também produzem esses mesmos estigmas na psiquê humana. Assim, não basta somente estudar a violência física explícita, mas é também necessário escrutinar quais mecanismos discursivos contribuem para dispersar a violência, esse processo de destruição do outro que cria marcas indelévels nas mentes e corpos das pessoas.

Quanta violência já foi dita sem que o segmento branco heteronormativo – que, em geral, governava e ainda governa as sociedades – entendesse a navalha na alma que elas representavam. Mulheres, negros, índios não têm almas, não pensam, diante disso, só podem ser dominados, escravizados, objetificados. Homossexuais são pessoas doentes, são antinaturais, possuem um tipo de distúrbio a ser curado... A ciência feita por esses homens brancos arrogantes sempre foi uma opinião baseada numa doxa preconceituosa e não um fato realmente científico. Diante desse cenário secular de atrocidades, os artigos contidos em *Raça, gênero e sexualidade em perspectiva discursiva: efeitos e práticas da/na violência* trazem uma importante contribuição para compreendermos e lutarmos contra todos os tipos possíveis de violência, esse flagelo que nos conduz à barbárie e demonstra nosso fracasso como seres humanos.



Em seus tratados científicos, que mais seriam tratados da ignorância humana, esses homens brancos empunhando seu bastão da supremacia cometeram as maiores atrocidades, sempre em nome de Deus e da “Ciência”. Pessoas foram torturadas por pensarem de forma diferente. As mulheres que queriam um pouco mais de presença na sociedade eram condenadas a retirarem o útero, pois esse órgão era causador de desse desejo não-natural na mulher. As mulheres negras nem entraram nesse grupo, de tão inferiorizadas que sempre foram. Quantas pessoas foram lobotomizadas porque tinham uma opinião forte e divergente, ou porque não gostariam de se encaixar nesses modelos homofóbicos, racistas, machistas, dentre outros tantos modos de repressão das diferenças? Quantos homossexuais morreram por causa de sua sexualidade, como se o que se vive na intimidade fosse uma questão pública? Por que esse modelo quer interferir no que as pessoas fazem entre quatro paredes? Quantos negros foram e ainda são dizimados somente pela sua cor de pele? Para esses “cientistas do lugar comum”, as vozes dos oprimidos pelo seu sistema precisam ser silenciadas – e assim o fizeram e o fazem por tantos longos séculos. Tudo para eles é antinatural, é o contrário da natureza enviesada que criam para si e não inclui senão seu próprio grupo. Para essas pessoas disfarçadas de cristãos, de cientistas, de pessoas de bem, o natural é a violência.

Assim, pensar a violência no discurso é de suma importância para que possamos, de forma teórico-metodológica, demonstrar o nível de agressão a que várias pessoas são submetidas. É interessante pensar também de que maneira a palavra cria uma propensão para a violência física, ao disseminar discursos de ódio que levam às vias de fato. Em muitos momentos, a agressão física pode ser desencadeada pela propagação preconceitos, de estereótipos e de lugares comuns nos discursos circulantes de grupos que acreditam ser os socialmente eleitos superiores. Não se trata de generalizar e dizer o que a violência é sempre desencadeada pela palavra, sem um estudo para nos



amparar. Contudo, é possível observar alguns casos em que discursos de ódio geram uma violência explícita: muitos casais gays já foram violentamente agredidos e, em alguns casos, pessoas morreram, pagaram com a vida a sua orientação sexual. Por isso, é tão importante entender os discursos circulantes e de que forma naturalizam e reproduzem essas formas cristalizadas e enraizadas de ver o outro tão propagadas pela heteronormatividade branca. Infelizmente, existem muitas pessoas que se identificam com essas diretrizes conservadoras e preconceituosas mesmo não sendo o perfil do grupo, como é o caso de mulheres machistas, de negros que possuem pele um pouco mais clara e se dizem brancos, de gays que não se assumem, dentre outras situações. O medo de não pertencer a um pensamento/grupo dominante gera uma violência contra si mesmo, além da violência sofrida, por não pertencer àquele grupo, no qual se é aceito somente por alguma conveniência e não por uma pertença.

Num momento como o que vivemos, no qual o “achismo” parece ter mais credibilidade entre as pessoas do que os fatos apontados nos estudos, o método – que sempre foi um dos pilares de todas as modalidades de Análise do Discurso – ganha um papel de garantidor de uma versão da verdade, pois o pensamento científico não se comporta como o dogma, representado pela verdade única e não sujeita ao questionamento. O pensamento científico deve ser susceptível ao questionamento, à reformulação, ao crivo de novas teorias e à interferência de novos fenômenos. O que não podemos mais tolerar na sociedade são pseudocientistas propagando achismos dogmáticos e violentando as existências das pessoas. A ciência não pode ser usada para violentar, ela deve ser usada para compreender o mundo e a humanidade. Grupos hegemônicos adotam falsos métodos que não se sustentam – a cura gay, por exemplo – para manter um *status quo* não mais sustentável. Lançam teorias negacionistas sem preceitos lógicos e sem conceitos que as alicerçem, podendo ser derrubadas num primeiro escrutínio metodológico mais sério.



Nós, como analistas do discurso, também não podemos nos deixar levar pelas facilidades das generalizações, do uso de opiniões em lugar de argumentos. A materialidade linguística é nossa matéria prima, somente através dela e de um quadro teórico-metodológico seremos capazes de demonstrar as múltiplas violências perpetradas em nossa sociedade. A presente obra o faz com cuidado e cientificidade. Não se trata de uma tarefa fácil, pois a violência física é mais “verificável” no sentido de ser passível de denúncia, de sanção. Existem muitas entidades científicas que medem tais índices. Já no caso da violência verbal é mais delicado. Certamente, em casos mais graves de racismo e/ou de injúria é possível fazer uma denúncia e mostrar o problema para a sociedade. Contudo, nas violências discursivas do cotidiano, muitas coisas não passam pelo crivo da lei e talvez nem devessem mesmo passar, por se tratar mais de uma educação ética da sociedade do que um tema para ser legislado.

Quando falamos do campo de estudos discursivos, o caso da publicidade é bem emblemático. Não saberia dizer o número exato, mas muitas dissertações e teses usaram o discurso publicitário como *corpus* de pesquisa, demonstrando de que maneira esse discurso vem reproduzindo uma doxa e propagando estereótipos. Acredito que esses inúmeros estudos tenham contribuído para mostrar para a sociedade, bem como para os profissionais da área, os problemas desse tipo de reprodução indiscriminada. Espero que o mesmo possa acontecer com a violência que se propagada pelo discurso, que a área possa estudar esse fenômeno de forma exaustiva para que a sociedade venha a ser menos violenta e mais inclusiva.

Contudo, não é somente a consciência da violência no discurso que é preciso promover. As pessoas que estão fora de heteronormatividade precisam passar por um processo de aceitação de si mesmas como são, já que essa percepção de si e de seu espaço na sociedade não são tão claros. O devir é o processo de aceitar-se, de



construir-se discursivamente como outra corporeidade numa relação com os outros. Assim sendo, trata-se de uma transformação dolorosa e feita de forma paulatina, visto que nem sempre a comunidade à qual esse sujeito pertence vai aceitar suas transformações logo de início. Assim, além da violência já sofrida, depois de se assumir com uma ou outra identidade, a pessoa ainda é alvo de críticas e ridicularizada, fazendo com que o sujeito transformado comece a questionar a si mesmo sobre suas mudanças. O gay que sai do armário, o negro que não aceita mais ser humilhado, a mulher que não tolera mais ser submetida, as cotas estudantis, dentre tantos outros processos, são exemplos disso. A força de cristalização dos discursos de opressão e o lugar “natural” ocupado pela heteronormatividade branca, sobretudo, continuam a gerar até mais violência, pois num estágio anterior, a pessoa não estava tão na linha de frente desse enfrentamento.

Desconstruir qualquer tipo de naturalização é um processo difícil, mas imprescindível. O discurso tem um papel essencial, pois é através dele que a consciência da diversidade vai se dar. Políticas públicas também podem ser efetivas e os estudos sobre o discurso podem ser muito valiosos para que, ao se tentar uma maior inclusão, não sejam geradas mais agressões.

As estruturas de violência discursiva se reproduzem em todas as instâncias, até mesmo dentro das ciências humanas e nos estudos discursivos – onde deveria ser o *locus* de entendimento dessas agressões, tamanha é a sua força e enraizamento nas nossas práticas de linguagem. Por exemplo, por muito tempo falou-se da dicotomia tolerância/intolerância. Tolerar o outro é suportá-lo, não há uma aceitação, mas a necessidade de se fazer um esforço para suportar o seu desvio, a sua diferença. Esse outro, para ser tolerado, precisa se encaixar no esquema vigente, ou seja, o mesmo que o oprime. Não havia a percepção de que é preciso também criar formas de diversidade de vida. Com o tempo, termos como inclusão social e



ações afirmativas foram ganhando lugar, pois abriam mais espaço para experiências diversas.

A grande contribuição que o presente livro e a Análise do Discurso podem dar para a sociedade é a demonstração de que os discursos são criados e reproduzidos pelas pessoas, não são fatos dados. Mudá-los é uma questão de opção, de desejo de sociedade, de uma concepção de mundo civilizado na qual todos são iguais. Não se trata de uma dicotomia entre tolerância ou intolerância, mas de uma construção social que tem por princípio um viver junto igualitário. Trata-se de construir democraticamente, através das palavras e das ações, as vias: da vida, das políticas inclusivas e da (con)vivência. Uma democracia que não se dê pela inclusão e pela representatividade de todos os grupos sociais é, como disse Malcom X¹, uma hipocrisia. As pessoas que vivem à margem da heteronormatividade branca não querem ser “toleradas”, elas querem ser incluídas numa sociedade na qual todos têm espaço, querem viver junto e serem respeitadas por suas corporalidades e por suas idiossincrasias. Somente a palavra empática pode ser civilizatória e reduzir, ao máximo, as tantas violências a que somos expostos.

Emília Mendes

1 <https://youtu.be/qNfAFfu6VD0>.



INTRODUÇÃO

Considerar as dimensões raça, gênero e sexualidade não é “fazer recorte” de análise. É, por outro lado, considerar a integralidade daquilo que é inerente ao sujeito e pensar um sujeito real e complexo. Quando são desconsideradas quaisquer dessas dimensões é que se faz um recorte – no sentido comum do que seja um recorte –, o que significa priorizar apenas uma parte da experiência desse sujeito como ser em sociedade. Qualquer análise que não considere essas dimensões está simplificando, fragmentando e criando um objeto de estudo distante do modo como, efetivamente, o sujeito tem se apresentado no social.

Muito se tem dito acerca de uma tendência ao “identitarismo” na prática das Análises de Discurso. O que podemos afirmar é que, longe de ter como pressupostas – ou mesmo de afirmar – identidades, os trabalhos que compõem este livro – e não só estes trabalhos – têm demonstrado a real necessidade de se considerar a maneira como transversalmente as questões de raça, de gênero e de sexualidade produzem efeitos no modo de se constituir do sujeito. Sujeito esse central em nossa prática analítica, já que o consideramos como elemento fundamental no processo de tomada de palavra. Não se trata, pois, de identitarismo, mas de pensar a complexidade da constituição das identidades e dos processos de identificação pela linguagem. E, mais: de pensar o modo como essa constituição e esses processos produzem efeitos, pela prática discursiva, na ordem do social, em suas também diversas configurações e modos de se apresentar.

Em grande medida, os trabalhos aqui organizados têm legitimado a importância das dimensões supracitadas junto às determinações de classe e aos exercícios do poder. Eis aí o que nos motiva, para além da importância temática, a continuar produzindo pesquisas – gestos analíticos e teóricos – no campo das questões de raça, de gênero e de sexualidade.



Neste volume de *Raça, Gênero e Sexualidade em Perspectivas Discursivas: efeitos e prática da/na violência – volume 2*, temos quinze capítulos, divididos em três partes com cinco capítulos cada sustentadas de forma heterogênea teoricamente no(s) âmbito(s) da Análise de Discurso.

Na primeira parte, “Raça em perspectivas discursivas”, *Fábio Chagas* e *Rogério Modesto* analisam publicações-denúncias de um bar LGBTI+ chamado “Caras&Bocas”, localizado em Salvador/Bahia postadas na rede social *Facebook* de atentados, configurados enquanto crimes de ódio. A partir de uma análise materialista interseccional, os autores visam refletir sobre as violências não atendidas pelo Estado, observar como as redes sociais podem ser utilizadas como um meio para denunciar violências e elucidar a denúncia a partir de lugares e ações periféricas e não hegemônicas.

A discussão sobre o colorismo é tema que *Larissa da Silva Fontana* traz neste segundo capítulo desta primeira parte. Para a autora, “falar sobre colorismo é compreender como o tom da pele e os traços fenotípicos mobilizam diferentes redes de sentido sobre os corpos de mulheres negras”. Pensando a partir dos pressupostos da Análise de Discurso filiada aos estudos de Michel Pêcheux, a autora reflete sobre o funcionamento do colorismo e sobre como ele afeta as identidades negras a partir do texto “Sobre colorismo, privilégios e identidade racial”, de Letícia Castor Moura de Sousa (mulher negra de pele clara) para o *Portal Geledés*.

No terceiro capítulo desta primeira parte, temos o trabalho de *Wellington Ferreira Santos* que busca compreender o processo de produção de sentidos sobre cotas raciais em matérias publicadas na revista *Veja* entre os anos de 2006 a 2012, sob a perspectiva dos estudos pecheanos.

Daiane Franciele Morais de Quadros é a autora do quarto capítulo desta primeira parte que se põe a investigar as relações entre



discurso e poder nos fatos de linguagem relacionados às políticas de ações afirmativas na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR em 2013. A autora nos demonstra, por meio de suas análises, a maneira como sub-repticiamente objetivos *a priori* não explícitos funcionam produzindo efeitos acerca das cotas na universidade.

Encerrando esta primeira parte, *Marília Gasparovic* e *Gesualda dos Santos Rasia* abordam a incompletude nos dizeres sobre migração – e as diferenças que daí decorrem – para compreender o funcionamento do discurso de ódio. Analisam, desse modo, os discursos presentes na revista *Veja*, no jornal *Carta Maior* no semanário francês *Charlie Hebdo*. Deparando-se com o fato de diferentes interpretações para os fatos de linguagem analisados, as autoras afirmam que “os sentidos apreendidos demonstram que não há unicidade de interpretação para um episódio: não há certo e errado quando se fala em ideologia”.

Em “Gênero em perspectivas discursivas”, *Laís Virgínia Alves Medeiros* inicia a segunda parte desta obra. A partir da movência de sentidos da palavra “empoderamento”, a autora analisa comentários feitos nas redes sociais da propaganda “A linda ex” da marca de cosméticos *O Boticário*. Filiada aos estudos da escola francesa de Michel Pêcheux e seus seguidores no Brasil, a autora busca analisar a disputa de sentidos que acontecem em torno de “empoderamento” a partir dos comentários divididos em duas regularidades distintas: um grupo que classificou o comercial como empoderador e o outro que não reconhece empoderamento no comercial.

Em seguida, *Jaqueline Ângelo dos Santos Denardin* aborda o noticiário de grande circulação para compreender como os leitores significam questões inerentes ao campo semântico da transexualidade, a partir de uma notícia sobre o resgate de mulheres transexuais em situação de exploração sexual. A autora demonstra, por meio de fina análise, o imaginário que se constitui na leitura que se faz dos dizeres da notícia.



Com muita precisão teórico-analítica, *Dantielli Assumpção Garcia* analisa uma postagem da página do *Facebook* da *Marcha das Vadias de Campinas*. Com interesse central na noção de memória, a autora demonstra o modo de funcionar dos efeitos de denúncia em relação ao (não) lugar do feminino na literatura. Garcia nos demonstra que “os movimentos feministas, por meio da divulgação de textos em suas páginas do *Facebook*, tentam romper com uma memória que ainda se faz forte na literatura, a qual intenta não permitir à mulher ocupar uma posição no cânone literário, não permitir a ela discutir, refletir, escrever sobre literatura”.

Colocando-se diante da complexa e atualmente muito difundida terminologia “ideologia de gênero”, fortemente presente nos ataques do movimento “Escola sem Partido”, *Daniel Mazzaro* e *Elizimar Goettenauer de Marins-Costa* buscam responder quais os conceitos que subjazem tal terminologia no seu modo de funcionar. O sucesso da investida teórico-analítica dos autores reside, entre outras coisas, na demonstração de que “o próprio discurso supostamente neutro do Escola sem Partido se baseia, na verdade, em uma naturalização de um ponto de vista sobre as identidades, a saber, na formação física ‘dada’ no momento do nascimento”.

Fechando esta segunda parte, a questão do/sobre o antifeminismo é tema do trabalho de *Tássia Gimenes*. Neste, a autora discute o discurso de ódio sobre o movimento feminista em postagens do *Facebook* e manchetes de jornais. Seu objetivo é observar a construção da imagem feminista sobre a (re)construção da imagem de feminista espantinho.

Por fim, na terceira parte desta obra, em “Sexualidade em perspectivas discursivas”, temos uma reflexão sobre os processos discursivos institucionais dos discursos médico/biológico e psiquiátrico/psicológico de práticas de violência simbólica (e física) às homossexualidades desde o século XIX até a pós-modernidade.



A proposta de *Venan Alencar* neste trabalho é discutir a violência enquanto formas que inviabilizam, constroem os indivíduos, sobretudo aqueles que manifestam suas sexualidades dissidentes dentro de uma cultura hegemônica.

No segundo capítulo desta terceira parte, *Wellton da Silva de Fatima* busca compreender a textualização do incômodo de um beijo lésbico exibido no primeiro episódio da novela *Babilônia*, em 2015, pela análise de discurso materialista. Seu *corpus* são os comentários do então senador e integrante da Frente Evangélica Magno Malta e do pastor Silas Malafaia na época.

Em seguida, *Adilson Carlos Batista* nos apresenta importante análise acerca dos sentidos produzidos sobre as relações homoafetivas. O autor parte de uma inusitada notícia sobre um processo movido contra todos os homossexuais da Terra por uma mulher para demonstrar o funcionamento de conceitos caros à Análise de Discurso.

Dedicado principalmente ao funcionamento do conceito de memória e ao modo como esse conceito produz efeitos nos processos de significação, *Héilton Diego Lau* retorna à noção de “heterofobia” tendo como ponto de partida o PL 7.382/2010, de Eduardo Cunha. Para o autor, a existência desse projeto de lei, que versa sobre a institucionalização do preconceito contra pessoas heterossexuais, é “um acontecimento enunciativo marcado por diferentes discursividades” mas que, ainda nas palavras do autor, não rompem “com os saberes próprios da *luta da comunidade ALGBTQI+*”.

Por fim, o último capítulo desta terceira parte, *Héilton Diego Lau* e *Wellton da Silva de Fatima*, analisam uma entrevista de Joseph Campestri ao *Huffpost Brasil*. O entrevistado autointitula-se g0y e divulgador do movimento na internet. Sob a perspectiva da análise de discurso materialista francesa, mais propriamente aquela filiada aos domínios teóricos de Michel Pêcheux, os autores se preocupam com o



processo de auto intitulação da posição-sujeito g0y que são operados processos de identificação que colocam em jogo as diferentes posições discursivas possíveis do/no exercício da sexualidade humana.

Neste contexto, cabe assinalar que esta obra foi concebida para graduandos, pós-graduandos, professores universitários e interessados em geral nos fenômenos do discurso visando inquietar, produzir leituras e interpretações outras além das que estiverem apresentadas.

Desse modo, esta obra não se fecha sobre uma teoria apenas e se pretende heteróclito, heterogêneo e múltiplo, no sentido de que no *modus operandi* das práticas discursivas atuais – compreendendo o discurso aqui em sua polissemia no que tange ao tratamento teórico –, determinadas questões têm sido significadas no/pelo acirramento polêmico das relações entre sujeitos no corpo social.

O fortalecimento de um certo saber sobre si aliado à articulação coletiva de alguns movimentos sociais pôs em circulação reivindicações de pautas discutidas pelos mais diversos grupos: movimentos de pauta étnico-racial, de mulheres, de diversidade sexual e outros. Com efeito, na tensão do funcionamento da sociedade, despertaram-se reações que, em diversas ocasiões, resultaram em violências das mais diversas formas: desde as físicas até às psicológicas. Sendo assim, na presente obra, compreendemos, por diversos olhares teórico-analíticos, os processos discursivos pelos quais determinadas práticas violentas se legitimam – ou, ao menos, se autorizam –, revestindo-se de um *status* de normalidade, quando motivadas por práticas racistas e/ou de intolerância religiosa, machistas, misóginas ou lesbo/homo/bi/transfóbicas.

Boa leitura!

Os organizadores



1

**RAÇA EM
PERSPECTIVAS
DISCURSIVAS**



1

Fábio Chagas
Rogério Modesto

**Discurso
e existências
dissidentes:**
raça, gênero, classe
e as denúncias
do caso Caras&Bocas

Sempre quando venho a rua
me assalta a ideia
que vou encontrar uma dessas feras
bem dispostas a me golpear.

“Leve sensação”, Edson Gomes

INTRODUÇÃO

Em *Leve Sensação*, canção da qual retiramos a epígrafe deste texto, o cantor e poeta Edson Gomes textualiza, do ponto de vista de um homem negro de periferia, uma *sensação* que alcança também as sensações de outras *existências dissidentes*¹: o medo de que o fato de existir, de viver, provoque feras bastante dispostas à violência. De fato, a violência é não apenas um medo constante que permeia o plano das ideias, é também uma presença constante sempre pronta a irromper quando se fala de negros e LGBTI+.

Dados do Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelam a grande dificuldade de gerar dados sobre a população LGBTI+, pois, o Estado não recolhe informações sobre a orientação sexual e a identidade de gênero das pessoas. Nesse contexto, é preciso encontrar outras fontes que consigam mapear uma violência tão constante, mas pouco apurada. Através do Disque 100, canal de denúncias telefônicas de cobertura nacional, no ano de 2017, foram registrados 193 homicídios de pessoas LGBTI+ em todo o país e 1.720 denúncias de violências em geral. Acerca da população negra (soma de pretos e pardos), em 2017, este grupo formou 75,5% das vítimas de homicídios.

1 Homens negros e mulheres negras, pobres, de periferia. Homens negros e mulheres negras transsexuais, gays e lésbicas e que performam uma identidade de gênero que transgredir o normativo. Enfim, existências visadas pela necropolítica, tal como trabalharemos ao longo do texto.



Quando pensamos de forma interseccional, vemos que o grupo de pessoas que são negras e LGBTI+ estão num processo ainda maior de vulnerabilidade. O caso discutido por nós neste trabalho encontra-se com esse grupo que, além de ocupar as dissidências de raça, gênero e sexualidade, é composto, em sua maioria, de pessoas de uma classe social marcada por uma série de dificuldades de ordem econômica, tendo em vista, inclusive, espaço popular da cidade que ocupavam quando da violência aqui tratada.

No início do ano de 2018, o bar LGBTI+ Caras&Bocas, localizado em Salvador-BA, sofreu atentados configurados enquanto crimes de ódio. De acordo com as publicações denunciativas, em circulação na rede social Facebook, os crimes consistiram em arremesso de objetos pesados (bloco de concreto ou gelo) do alto de um edifício que fica localizado ao lado do bar. Com o impacto da queda, todas as vezes que eram arremessados esses objetos do alto do prédio, o teto do bar ficava destruído e as pessoas sofriam sérias escoriações. As pessoas presentes estavam sempre a mercê da violência física e subjetiva.

São as publicações-denúncias que tematizaram este caso no Facebook o nosso objeto material analítico. Nós colocamos em análise publicações de ampla circulação na rede social supracitada e que aqui serão trazidas preservando as identidades das autoras, com o objetivo de resguardar o espaço de suas redes e, conseqüentemente, suas vidas. Mesmo que as publicações aqui analisadas tenham sido compartilhadas no modo “público”, entendemos que a publicização das identidades dos autores envolve questões variadas que vão desde a ética no trabalho de pesquisa até uma possível exposição desses sujeitos a potenciais discursos de ódio. Ao darmos aqui visibilidade às publicações-denúncias em pauta sem a revelação das identidades que estão por detrás desses textos, entendemos que, por um lado, contribuimos para a amplitude e divulgação da pauta que é a defesa do direito à vida por parte das populações LGBTI+, negras e pobres;



e, por outro lado, entendemos que é possível fazer isso de um modo a resguardar essas vidas historicamente sempre em risco.

Levando em consideração a localidade e o público do espaço, vemos a necessidade de pensar a partir da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018). Esse suporte teórico, convertido em *sensibilidade analítica*, é relevante para pensarmos que no espaço estavam presentes não só pessoas das dissidências sexuais e de gênero, mas também de raça e classe (em sua maioria). É com isso em pauta que, aqui, buscaremos trazer um olhar que esteja preocupado com o cruzamento necessário entre raça, classe e gênero. São assim as *existências dissidentes* que estão em pauta.

Por não terem suas denúncias formais atendidas pelo Estado, foi possível concluir que existe a atuação de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) por parte do Estado para com os corpos dissidentes que ocupavam tal espaço e sofreram violências em seus corpos e subjetividades. Não obstante, também foi possível ver que o ato não se configurou apenas como uma violência LGBTfóbica. Existiu também um cunho racista.

A partir de tudo que dissemos até aqui, consideramos que nosso trabalho emerge com as necessidades de: 1) denunciar violências perpetradas pelo Estado brasileiro quando este não atende denúncias formais num cenário de violência; 2) observar como as redes sociais podem ser utilizadas como um meio para denunciar violências; e 3) a partir disso, trabalhar com o conceito de formas da denúncia (MODESTO, 2018), visando elucidar a denúncia a partir de lugares e ações periféricas e não hegemônicas. Ainda, em consonância com as necessidades apresentadas, nos é necessário destacar e questionar o uso do Facebook como ferramenta para tais denúncias. Teria o aparato jurídico/estatal falhado em atender as denúncias que já haviam sido formalmente efetuadas? Haveria desinteresse do Estado em atender



tais denúncias? O que estava sendo denunciado nas publicações? Buscaremos tensionar tais perguntas no decorrer deste trabalho.

NECROPOLÍTICA: DEIXAR MORRER NEGROS, POBRES E LGBTIS

O Estado brasileiro tem uma dívida histórica com a população negra e indígena do país. Consequências dos longos anos de escravização, a falta de suporte após abolição e a permissão e manutenção do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) vigente em nossa sociedade. Nos é caro racializar as pessoas envolvidas no caso dos atentados que tiveram como alvo o bar Caras&Bocas e seus frequentadores, pois, sabemos que a polícia e o aparato jurídico como um todo são braços do Estado que podem vir a reproduzir a lógica do racismo estrutural como pontua Silvio Almeida tratando do racismo nas instituições, a concepção institucional. Assim:

[...] o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29, grifos do autor).

Entendemos que o espaço geográfico em que se deram as violências apresenta algumas características de muita relevância. Tais características nos dão a possibilidade de refletir sobre como foi possível que acontecessem tais atos criminosos, já que como afirmou Lélia Gonzales (1984) e suas colocações acerca do lugar:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a



reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão (GONZALES, 1984, p. 232).

As colocações de Gonzales cabem perfeitamente ao caso do bar Caras&Bocas. E a peculiaridade é dada pois, no centro da cidade de Salvador-BA, não é muito difícil de ver que, próximo aos *belos edifícios*, há a presença dos *cubículos*. Ainda existe o “lugar natural” do dominador e do dominado, do negro e do branco, tudo isso cortando um mesmo bairro numa mesma cidade. O que acontece é que os limites não estão muito bem demarcados. O centro da cidade de Salvador borra essas margens de classe e raça, ainda que elas existam. Ao mesmo tempo em que reconhecemos o centro da cidade de Salvador como um lugar elitizado, com edifícios que se auto intitulam “mansões” e cujo metro quadrado ultrapassa, muitas vezes, a marca do milhão, é, sem dúvidas, possível dizer que este mesmo centro concentra um sem número de pequenos *guethos*, redutos de pretos e pobres, espaços periféricos para a sociabilidade das diferentes expressões de gênero e



sexualidade. Há limites, mas há também a transgressão, pelo menos simbolicamente, dessa marca que visa a separar geograficamente dominadores e dominados.

A transgressão desses limites foi o que possibilitou a perpetração dos seguidos crimes. O bar Caras&Bocas fica ao lado e abaixo do edifício Santo Amaro, historicamente habitado por pessoas que podem ocupar dignamente um metro quadrado relativamente caro na cidade de Salvador, de onde foram efetuados os ataques, e de onde qualquer objeto com peso suficiente para quebrar as telhas do bar poderia ser utilizado para realizar os atentados. Tendo sido utilizado até um bloco de concreto como objeto arremessado, não restam dúvidas de que quem realizou tal ato criminoso não se importava com as consequências violentas, sendo elas quais fossem. Devido à altura que proporcionava forte impacto dos objetos arremessados, se tornou muito perigoso ocupar o espaço do bar durante aquele período, que precisou ficar um período sem funcionar devido à falta de estrutura ocasionada pelos crimes.

Além da contribuição para pensar a dimensão espacial, nosso diálogo com Gonzales possibilita rever a atuação policial. Para o grupo dominado, a presença da polícia é dada para amedrontar, violentar e reprimir. Vejamos que, já que a violência já estava posta através do social, a presença policial se fez em não atender as denúncias que foram formalmente efetuadas. Uma presença-ausência que atende ao projeto genocida do Estado de direito em relação às existências dissidentes. A reprodução da violência se deu pela via da omissão do Estado diante do contexto.

Se, conforme Gonzales (1984), já se pode antever as problemáticas do chamado “lugar natural” do negro, com Nascimento (2018) operamos mais uma guinada interseccional ao considerarmos



seu conceito de *cúierlombismo*². Por tal conceito, entendemos, ao falar do batimento entre negritude e dissidências sexuais e de gênero, tanto a dimensão do quilombo, com sua organização e resistência, quanto a liberdade (des)identitária da diversidade sexual e de gênero. Trata-se, assim, de considerar que existências negras em sua diversidade sexual e de gênero não são apenas existências pessoais, mas sociais e históricas, retomando, inclusive a ancestralidade como suporte³ material de sua concretização. Recuperar o conceito supracitado representa avançar no sentido de se ver as experiências de gênero de forma racializadas. Algo que, durante muito tempo foi deixado de lado pelas proposições hegemônicas dos estudos de gênero, em sua maioria proposto por pessoas brancas, mas foi sempre enunciado por feministas negras como Lélia Gonzales (1984), Angela Davis (2016), Neusa Santos Souza (1983) e tantas outras, que já interseccionavam a experiência de gênero, raça e classe em suas produções no feminismo negro e outras áreas desde a década de 1980.

Para nós, interessa considerar que existe a possibilidade de interpretarmos o bar Caras&Bocas como esse espaço que sintetiza de algum modo o *cúierlombismo*: um quilombo negro atravessado pela diversidade sexual e de gênero; um espaço de resistência e de organização; um espaço em que as vivências são compartilhadas e se mostram mais do que individuais, pois são ancestrais. Desse fato, duas questões emergem: i) enquanto um espaço-quilombo, um espaço-resistência, constituído por pessoas que resistem, é natural que denúncias emergissem de diversas formas, porque as próprias denúncias materializam o caráter organizado e resistente desse

2 Note-se que, o termo apresenta uma outra grafia para quilombo em que a substituição de QU por CU sinaliza a diversidade sexual e de gênero que atravessa a organização e resistência negra.

3 Levando-se em consideração que a diversidade sexual e de gênero se fez presente na história ancestral de pessoas negras, através do itans, as histórias dos orixás. Alguns exemplos podem ser verificados em diversos itans que ressaltam orixás que tiveram experiências lésbicas, como Oxum e Iansã, e transidentitárias, como Otím.



cuilombo; e ii) sendo esse um espaço de convivialidade negra, diverso em sexualidade e em gênero, é *esperado*, dentro das condições hegemônicas que se impõem e nossa formação social, que tal lugar fosse perseguido e violentado, pois, em sua configuração dissidente, torna-se um alvo evidente para diversas violências.

É justamente considerando essa vulnerabilidade que visa a enfraquecer o que chamamos acima de *cuilombo* que é preciso pensar o papel do Estado nas violências perpetradas no caso em pauta. Entrelaçando com as pontuações interseccionais dadas, o filósofo Achille Mbembe, em seu trabalho *Necropolítica* (2016), atualizou as proposições foucaultianas acerca do biopoder e biopolítica para pensar esses fenômenos na contemporaneidade e também o diálogo com fator racial nas proposições. Esse avanço possibilitou uma revisão histórica da imposição da morte e da violência a partir do Estado contra pessoas negras. As políticas de morte através do poder estatal se apresentam em nosso caso. Quando o Estado, na figura da polícia, se ausenta do seu papel de controle da violência, ausência materializada na não escuta/acato das denúncias formalmente efetuadas, vemos a atuação da necropolítica. O poder do deixar morrer.

DENUNCIAR FORA DO ESPAÇO DO JURÍDICO

Uma vez que nos constituímos como uma formação social interpelada por uma ideologia jurídica, a qual sustenta o funcionamento do Estado de direito cuja premissa máxima está subsumida na ideia de que *somos todos iguais em direitos e deveres*, não é de se estranhar o fato de os sujeitos viverem atravessados por um juridismo (LAGAZZI, 1988), isto é, uma intertextualidade da instância jurídica. Seria essa uma forma de socialização em que os sujeitos põem em prática a



letra da lei sem necessariamente relacionar-se com ela de maneira instrumentalizada ou institucionalizada.

Esse modo de pôr em prática o jurídico em nossa formação social, impacta sobremaneira na forma como os instrumentos legais são experimentados e postos em prática pelos sujeitos. No caso pontual para o qual chamamos aqui atenção, é possível dizer que há uma *forma da denúncia* (MODESTO, 2018), isto é uma discursividade que inscreve na história as formulações que mostram um social dividido, abrindo espaço para os pontos de sua constituição e formulação que extrapolam o domínio do jurídico.

Outro fator importante a considerar, além do modo como os sujeitos experimentam o jurídico por uma política implícita, é o fato de que “a denúncia como estratégia se esgotou” (FLAUZINA, 2016)⁴. Por essa consideração, Flauzina buscava mostrar que o racismo precisa ser pensado como categoria que sustenta as práticas do sistema de justiça como um todo, alcançando, desse modo, desde os policiais, que levam à cabo o extermínio do povo negro da sociedade brasileira, até as anuências dos Ministérios Públicos e Defensorias, culminando no modo como o judiciário tem sentenciado a população negra a espaços adjetos pela prática constante de arquivamento de inqueritos em que negros são vítimas de homicídios.

A ideia de que a denúncia como estratégia *jurídica* de escuta e acolhimento das queixas no âmbito do aparelho jurídico tenha se esgotado, especialmente quando se trata das queixas, reclamações e denúncias das populações dissidentes, minoritizadas e subalternizadas, pode sustentar a possibilidade da irrupção das denúncias em outras instâncias, outras formas.

4 Em apresentação disponível no YouTube do lançamento do livro “Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo”, realizada na Defensoria Pública do Estado da Bahia em 2016. Disponível em <https://youtu.be/jPq_HMXcN4Q>. Acesso em 02 nov. 2019.



Ainda que haja um cansaço atribuído ao gesto de sempre denunciar as mesmas coisas, de ver que essas denúncias legítimas não importam e que, por isso, se esgotam como potencialidade de tensionar o social; é preciso, no entanto, produzir formas de denúncia que mantenham o enfrentamento, o conflito. Não falamos aqui de outras formas de denúncia, ou de novas formas de denúncia, mas *de repetir até ficar diferente* (BARROS, 2013), de investir no grito que se faz fundamental, de tomar a palavra mesmo quando todo mundo sabe o que será dito, mesmo quando houver cansaço. Assim, se a denúncia como estratégia se esgotou, seja porque é crescente a produção de novas histórias de casos já denunciados, seja porque não se encontra espaço de circulação de certas denúncias a fim de que elas saiam do campo da militância e se confrontem com o institucional, ou ainda seja porque o funcionamento do aparelho jurídico, ao contrário do imaginário construído na sociedade de direito, é um funcionamento de classe; por outro lado, a tomada de posição em torno de produzir e fazer circular denúncias é uma estratégia da qual não se pode abrir mão.

Nesse contexto, defendemos aqui o atravessamento histórico de questões sociais importantes e que desaguam na possibilidade de existência do material que aqui analisamos. Se, de um lado, o Estado já se mostrou incapaz de escutar o que carece de escuta, já se mostrou funcionar justamente pela exclusão de alguns em favor de outros; por outro lado, o juridismo que nos faz vivenciar implicitamente a lei no cotidiano das relações sociais, ratifica no sujeito a importância dos instrumentos de direito - a denúncia, por exemplo - ainda que descaracterizados de sua instância institucional. A existência histórica da denúncia, assim, passa a se materializar em diferentes formas da denúncia que no social podem ir desde o “vou contar”, o fuxico, até o “eu vou expor ele” ou “não passarão” tão frequentes nas redes sociais e que mostram bem como estamos na



injunção a denunciar quando nos deparamos com ações que fogem de padrões aceitáveis de sociabilidade.

Conforme Modesto (2018, p. 116), assumiremos aqui a denúncia como uma forma de textualização do conflito. Nesse viés, ratificamos as ideias de Payer (2006), para quem a denúncia é um discurso. Acrescentamos, porém, a necessidade de pontuar a denúncia como um gesto de linguagem que constrói e visibiliza um saber, mas não como uma mera visibilização – revelação – de algo que nunca dito, nem como algo que é dito para que um outro tome uma atitude. Pensamos, desse modo, na exposição de sentidos que, ao se cruzarem, produzem o conflito. Se pensamos a denúncia como a textualização do conflito, falamos de um conflito (no) social que, por isso mesmo e antes de tudo, é um conflito de sentido.

Pensamos aqui formas do discurso da denúncia, formas da denúncia: não apenas diferentes modos de textualizar a denúncia, mas, sobretudo, diferentes pontos de atravessamento do interdiscurso, diferentes memórias da denúncia. Ao considerarmos as publicações-denúncia do caso do Bar Caras&Bocas, perguntamos: que fronteiras no social a denúncia produz? Quais limites ela cria? Que brechas irrompem nesse espaço contraditório atravessado pela necessidade de confrontar o poder?

GESTO ANALÍTICO

Como anunciamos ao longo do texto, focamos nossa análise nas denúncias que irromperam em forma de postagem pública na rede social Facebook e que tematizaram os atentados no bar Caras&Bocas. Embora tenhamos optado por não revelar as identidades dos denunciantes, cabe, enquanto exploração das condições de produção,



contextualizar melhor os relatos-denúncias, os momentos em que eles aconteceram e as posições ocupadas por aqueles que denunciaram.

Em nossa pesquisa, analisamos três postagens de duas artistas *drag queens*, conhecidas na cidade de Salvador-BA, que trabalhavam como juradas de um concurso que estava acontecendo no bar na época dos atentados. Tais relatos compreendem denúncias que envolveram quatro ataques no período em torno de 8 de abril a 8 de maio de 2018. Por data de publicação, tais relatos podem ser assim divididos: o primeiro é do dia 8 de abril 2018; o segundo do dia 27 de abril de 2018; e o terceiro e último do dia 8 de maio de 2018. Em virtude da extensão deste texto, analisaremos aqui apenas o primeiro relato, datado em 8 de abril de 2018 e que acontece após o terceiro atentado sofrido pelo bar e frequentadores.

Enquanto procedimento analítico, tomamos três regularidades para realizarmos a análise discursiva aqui em pauta. Assim, enfocamos: i) o caráter testemunhal das denúncias, chamando atenção especialmente para o modo como um *eu* está funcionando no discurso; ii) a dualidade *eles/nós*, porque marca o antagonismo típico entre denunciantes e denunciados; e iii) uma projeção imaginária de futuro, um vir a ser desejável não só em relação ao atendimento das denúncias em pauta, como também em relação a uma vida melhor onde não haja violência.

As duas primeiras regularidades - caráter testemunhal e dualidade *eles/nós* - advém da metodologia discursiva empregada na análise de denúncias por Modesto (2018). Alinhando-nos ao pensamento do autor, consideramos aqui o testemunho diferentemente do modo como essa *tipologia textual* funciona no âmbito do aparelho jurídico, pois não estamos pensando aqui como um relato de verdade, uma prova testemunhal que atesta o fato. Trabalhamos aqui o testemunho como uma experiência em que a contradição fato *versus* textualização não se resolve jamais. Desse modo, o testemunho se configura como



“uma forma singular de linguagem, um processo discursivo que toca variados funcionamentos, tanto no seio do testemunho particular quanto no seio do testemunho coletivo, os quais buscam instaurar um lugar de fala, uma voz que é o resultado da identificação mútua de outras vozes” (MODESTO, 2018, p. 138).

Já no que concerne à dualidade *e/es/nós*, ainda alinhados a Modesto (2018), consideramos a efetividade da ideia da denúncia como a textualização do conflito, que é também e sobretudo conflito de sentido. Assim, consideramos a divisão que se estabelece entre as posições-sujeitos no ato de denunciar. Em outras palavras, consideramos discursivamente a denúncia “enquanto gesto, um gesto que divide. Tanto porque numerosos gestos corporificam a denúncia quanto porque tais gestos são significativos da dissensão, do desacordo, do conflito” (MODESTO, 2018, p. 124). Nesse sentido, entendemos as várias possibilidades de configuração da denúncia: “eu e eles, eu contra eles, eu que faço parte do nós, eu que me imagino como nós, mas sou entendido como eles, nós que somos contra eles, o nosso, o deles etc.” (MODESTO, 2018, p. 124).

A terceira regularidade discursiva provém de Pêcheux (1980). É ele quem vai propor que a projeção do ausente ou do vir a ser constituem a linguagem e aparecem nela em formulações específicas. Entendemos que, ao denunciar, está em jogo não apenas o fato denunciado, mas uma ideia de possibilidade, de futuro, de *o que deveria ser*. É por isso, então, que está regularidade se constitui em nossa análise. Problematizamos, desse modo, que “a existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um ‘desejo’, etc., no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

A partir dessas considerações apresentamos a sequência discursiva (SD) abaixo e procedemos a sua análise:



SD: ATAQUE HOMOFÓBICO

ATENTADO CRIMINOSO

JOGARAM UM BLOCO DE CONCRETO EM NÓS DO ALTO DO 4o ANDAR NO ED. SANTO AMARO, N 142, AV. CARLOS GOMES em SALVADOR.

Uma pessoa que atira um bloco de concreto do alto de sua janela, ela não quer apenas quebrar apenas um telhado de um estabelecimento. Ela quer machucar quem está abaixo dele. Ela quer matar!

Vai precisar alguém ficar gravemente ferido ou MORRER para tomarem alguma atitude? Ativamos a polícia, o caso já está na justiça e nada foi feito.

Pela terceira vez o bar LGBT daqui de Salvador Bar Caras & Bocas sofreu um atentado no meio da noite. Estive presente no momento e vários destroços de concreto atingiram nós que estávamos em frente ao estabelecimento. É lamentável porque a gente resiste de tantas formas e isso acaba com a gente. Só queremos voltar vivos pra casa, mas parece que vai precisar alguém morrer pras autoridades encararem o problema.

Dessa vez descobrimos de onde vêm os ataques. É uma janela do 4o andar. Logo após o ato presenciamos uma pessoa na janela que fechou as cortinas e apagou as luzes. Começamos a fazer um protesto e presenciamos em seguida a pessoa do 4o andar NOVAMENTE jogar um saco cheio de gelo em nós. Reportamos a polícia, mas apenas analisaram o atentado dentro do estabelecimento e não pegaram o proprietário em flagrante no ed Santo Amaro.

Não é possível que um homofóbico, assassino em potencial saia impune e não possamos fazer nada, temos que esperar alguém se machucar feio ou morrer para que uma denuncia mais concreta seja feita?

Páginas antes refletíamos sobre o juridismo. Na ocasião, dissemos que o sujeito experimenta o direito no cotidiano de uma forma que não necessariamente espelha os procedimentos do aparelho



jurídico formal. Tomamos essa consideração como ponto de entrada na nossa análise justamente para salientar o equívoco que se estabelece na materialidade e que nos deixa na indecisão em como descrever este texto: textualmente, como ele poderia ser enquadrado? Seria ele um desabafo? Uma denúncia (pensando-a formalmente)? Um texto opinativo? Um testemunho? Numa perspectiva discursiva em que não consideramos o “gênero textual” como determinante do sentido e que nos faz considerar o juridismo marcando as palavras, é possível dizer que o texto em pauta se inscreve materialmente como um simulacro de várias outras textualidades: parece ser um texto de denúncia formal ao mesmo tempo em que parece ser um texto em que se faz um desabafo ao mesmo tempo em que parece ser um texto jornalístico-opinativo ao mesmo tempo em que parece ser um texto-protesto etc.

É essa sua faceta de parecer múltiplos textos *ao mesmo tempo* que nos permite dizer que há uma memória da denúncia, uma discursividade denunciativa, que atravessa a materialidade em pauta e que tenta organizá-la de modo que o dito soe como denúncia. Mas tal discursividade tem seu espaço requerido por outras discursividades que ganham lugar no modo como o texto se formula. Essa primeira consideração é importante porque mostra a potencialidade de pensarmos as formas da denúncia: o inconsciente jurídico que atravessa a todos que são constituídos como sujeitos-de-direito e que faz os sujeitos experimentarem o direito cotidianamente pelo juridismo ressoa na materialidade, porque o sujeito, de algum modo, sabe da importância de denunciar, mas essa sua denúncia, não se constituindo formalmente, toma uma materialidade que lhe é possível de irromper a partir das condições de produção e constituição.

Assim, podemos entrar no texto chamando atenção para esse cruzamento de discursividades que ocasiona e visibiliza também um cruzamento de textualidades. Note-se, nesse sentido, que o texto parece ter um título quase jornalístico, (mas que não esconde a posição



que ocupa), em caixa alta - *ATAQUE HOMOFÓBICO ATENTADO CRIMINOSO* - que segue acompanhado de uma acusação-denúncia também em caixa alta - *JOGARAM UM BLOCO DE CONCRETO EM NÓS* - e que termina com dados que complementam a informação e a denúncia - *DO ALTO DO 4o ANDAR NO ED. SANTO AMARO, N 142, AV. CARLOS GOMES em SALVADOR*. É, assim, entre informar, desabafar, testemunhar, culpar, indignar-se, protestar que o efeito de denúncia se tece e materializa uma forma de denúncia, tal como propõe Modesto (2018).

Dito isso, chamamos atenção para as regularidades analíticas de que falamos anteriormente. Cabe, contudo, ressaltar que o discurso em análise mostra-se altamente imbricado e que apenas por um efeito de organização analítica é possível recortar o discurso em regularidades. Nisso, podemos pontuar, por exemplo, a constante imbricação do caráter testemunhal da denúncia, em que a experiência do *eu* se faz presente, com a dualidade *eles/nós* que marca o antagonismo entre denunciantes e denunciados.

No que se refere ao acontecimento do *eu*, o testemunho marca a experiência do sujeito que se mostra ao mesmo tempo pessoal e coletiva. *Eu* e *nós* se atam no gesto de linguagem. Essa ligação fica visível na formulação que põe na linearidade da sintaxe o *eu* e o *nós*: *Estive* presente no momento e vários destroços de concreto atingiram nós que estávamos em frente ao estabelecimento. No testemunho (seja ele particular e coletivo) há a possibilidade de reconhecimento e identificação produzindo um *nós* dado a ver por um *eu* que toca em outro *eu*. Na denúncia em análise, esse toque de diferentes *eus* significa a partir de um *a gente*: É lamentável porque *a gente* resiste de tantas formas e *isso acaba com a gente*. Só *queremos* voltar vivos pra casa, mas parece que vai precisar alguém morrer pras autoridades encararem o problema. Conforme Mariani (2016), sendo da ordem de um memorável, o testemunho aponta para um falar urgente que reclama



um não esquecimento para o sujeito que testemunha e para os outros. Tem-se aí o outro como possibilidade de escuta que é fundamental na manutenção da memória, de um não esquecer. O testemunho, assim, irrompe como necessidade da fala, uma necessidade primeira que busca seus espaços até que se concretize de algum modo.

Num salto analítico para a nossa terceira regularidade, o que acabamos de pontuar com o testemunho se faz presente na projeção imaginária de futuro, no vir a ser, nesse caso não desejável, não só em relação ao atendimento das denúncias em pauta, como também em relação à progressão da violência. Assim, a projeção de futuro se imbrica com o caráter traumático do testemunho que rememora uma violência, de modo que, pelo trauma, o que fica como possibilidade de vir a ser é justamente a sensação de que será necessário o acontecimento de uma morte para que algo mude: [...] *mas parece que vai precisar alguém morrer pras autoridades encararem o problema.* Essa projeção de futuro se ancora discursivamente numa memória do dizer assentada no saber para o qual a justiça é morosa (especialmente quando se fala de pautas de sujeitos subalternizados), é desigual e só funciona em última instância na radicalização dos acontecimentos. O desejável, tal como propõe Pêcheux (1980), se materializa na forma mais contundente do direito que deveria alcançar a todos: *só queremos voltar vivos para casa.*

É justamente esse desejo de voltar vivo para casa que, posto em risco, projeta a denúncia que precisa acontecer pelo apontamento do outro, o acusado. De acordo com Boschi (1993), nas denúncias formais instituídas pelo aparelho jurídico é muito importante que as partes sejam identificadas ou, pelo menos, que o denunciante forneça o máximo de informações (fato, provas, testemunhas etc.) capazes de fazer a identificação do denunciado. O acontecimento das denúncias que irrompem fora de tal aparelho, como é o caso aqui analisado, tentam seguir esse padrão, mas isso não se apresenta



como uma regra, tal como no caso do aparelho formal. É, nesse sentido, que vemos aqui um funcionamento da indeterminação do sujeito denunciado - *JOGARAM UM BLOCO DE CONCRETO EM NÓS* - ou sua generalização pelo uso de substantivos comuns - *uma pessoa* que atira um bloco de concreto - e pronomes usados seu uma referência direta no mundo, mas em seu sentido genérico - *ela* quer machucar quem está abaixo dele. *Ela* quer matar!.

A denúncia que divide denunciantes e denunciados também se dá pela projeção de lugares sociais esperados. Na denúncia em análise, vê-se a identificação do denunciado como *homofóbico*, *assassino em potencial*. Interessante notar o modo como o lugar de homofóbico se constrói pela sua ação violenta. Não se trata de alguém apenas incomodada com um possível barulho oriundo do bar, ou não se fala apenas de uma pessoa intolerante (que poderia não tolerar toda uma série de atitudes), trata-se de um intolerante de causa pontual: um homofóbico⁵. Atribuir o lugar de homofóbico ao denunciado é, de pronto, reforçar o bar Caras&Bocas como um lugar para a diversidade sexual e de gênero, reconhecer tal lugar como vulnerável a uma determinada violência e, ao mesmo tempo, é falar a partir de um lugar que reconhece o seu contrário como um antagonista das existências dissidentes.

No batimento entre projetar um futuro possível pelo descaso do Estado, de projetar um antagonista homofóbico, e textualizar uma experiência pessoal que é também coletiva, a denúncia se tece e materializa um social dividido em dois.

5 Em outras postagens-denúncias que compuseram a pesquisa, mas não compareceram aqui como objeto de análise, a caracterização do denunciante como racista também aparece. Nota-se, assim, o reconhecimento do bar Caras&Bocas como um espaço LGBTI+ e negro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim deste trabalho com a lúcida noção de que quando o Estado se ausenta do seu papel de intervir em situações de violência, como ocorreu no caso apresentado, a via é a de reificação e manutenção das violências dadas. A análise consequente da publicação-denúncias mostrou que o que estava sendo denunciado era a violência física, dada pelo social, mas, não se encerrava nisso. O discurso também trazia que os aparatos estatais estavam sendo acionados e o não atendimento dessas denúncias formais estavam contribuindo para o deixar morrer daqueles corpos dissidentes, a atuação de uma necropolítica. Como consequência, a denúncia estava sendo feita num âmbito de fora da hegemonia jurídica. A rede social entrou como o espaço possível para a exposição denunciativa do caso.

Percebemos também que o pensar a partir da interseccionalidade contribuiu para avanços no sentido (re)conhecer a pluralidade da experiência humana. Mesmo dentro de um mesmo grupo identitário (LGBTI+), ver a experiência em intersecção com raça e classe mostrou como as opressões podem funcionar para grupos ainda mais vulnerabilizados, para além da diversidade sexual e de gênero.

Como agir quando denunciar não vai ajudar? Com quem se pode contar? O caso nos mostrou que só se pode contar com os iguais, com a comunidade subalternizada. Atualmente, o agora *Espaço Cultural Bar Caras&Bocas* voltou a funcionar normalmente após uma reforma na estrutura do espaço. Novamente as redes sociais tiveram um papel fundamental no processo. Foi realizada uma *vaquinha online* para substituição do material do telhado. Agora o material é de zinco, que pode resistir aos possíveis grandes impactos. Como as pessoas responsáveis pelo espaço contaram apenas com a contribuição da



mesma comunidade que sempre frequentou o bar, notamos mais uma vez a ausência estatal em prestar um suporte às vítimas das violências.

O pleno funcionamento do espaço se apresenta como uma forma de resistência as opressões racistas, LGBTfóbicas e classistas que permeiam nossa sociedade e se materializaram na violência imposta no ano de 2018. Além das atividades de viés artístico e cultural realizadas, o espaço também gera renda e trabalho para pessoas dissidentes. Todas essas esferas se configuram como resistência. Davis (2016), em seu trabalho interseccional pontua isso: “Essas mulheres [...] não tinham com o que contar exceto sua força de trabalho. Quando resistiam estavam lutando pelo direito de sobreviver.” (DAVIS, 2016, p. 65). Quando a sua existência e humanidade é negada por agressões físicas e simbólicas e posteriormente a falta de assistência de um Estado que se ausenta do seu papel de suporte, trabalhar para sobreviver é uma resistência a uma imposição de morte que é dada. E que não se encerre nisso, as pessoas dissidentes também precisam ter direito ao devaneio (NASCIMENTO, 2018), a apenas existir. Possibilidade que é dada por espaços de promoção de arte e cultura como o bar Caras&Bocas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BARROS, Manuel de. Uma didática da invenção. In: BARROS, Manuel de. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 275-280.
- BOSCHI, José Antonio. *Ação penal: denúncia, queixa e aditamento*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1993.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.



FLAUZINA, Ana et al. Apresentação do lançamento do livro: *Discursos Negros: legislação penal, política criminal e racismo*, realizada na Defensoria Pública do Estado da Bahia em 2016. Disponível em <https://youtu.be/jPq_HMXcN4Q>. Acesso em 02 nov. 2019.

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado et al (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1984, p. 233.

GOMES, Edson. *Leve sensação*. São Paulo: EMI Music Brasil LTDA, 1988. 1 faixa sonora (4min 2s).

IPEA. *Atlas da Violência 2019*. Disponível em: <<https://bit.ly/38g9qjc>>. Acesso em: 2 nov. 2019

LAGAZZI, Suzi. *O desafio de dizer não*. Pontes: Campinas, 1988.

MARIANI, Bethania. Testemunho: um acontecimento na estrutura. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 2, n. 1, p. 48-63, Passo Fundo, 2016.

MODESTO, Rogério. “Você matou meu filho” e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 244 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2018.

NASCIMENTO, Tatiana. *Da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra*. 12 mar. 2018 Disponível em: <<https://bit.ly/2sWR9as>>. Acesso em: 2 nov. 2019

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.



2

Larissa da Silva Fontana

**Uma mistura
que transita
no espectro racial:
efeitos do colorismo
no processo
de identificação
de mulheres negras
no Brasil**



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os desafios vários de (re)pensar o funcionamento do racismo no Brasil exigem das e dos analistas de discurso brasileiras/os uma prática analítica que dê conta de abarcar os efeitos discursivos dos processos singulares de miscigenação que constituíram a população brasileira. Ao entender as misturas de raça em território brasileiro, durante o período de colonização e pós abolição (realizadas por meio de relações interraciais majoritariamente violentas), como um projeto político da elite política e intelectual brasileira para embranquecer a população (MUNANGA, 1995), é inevitável questionar como, nesse contexto, os discursos raciais se estruturaram para garantir a efetividade de tal projeto, que culminou no mito da democracia racial, cujos efeitos de evidência - que no Brasil o racismo foi superado ou que aqui somos todOS iguais ou, ainda, que todOS temos herança negra e que por isso não há preconceito – funcionam até hoje.

Partindo dos pressupostos da Análise de Discurso materialista, me proponho a pensar como tais discursos afetaram a identidade dos sujeitos negros e, conseqüentemente, as relações de classe em território nacional, uma vez que, no Brasil⁶, classe e raça estão necessariamente imbricadas. Nesse ponto, planejo também discutir a presença do(s) gênero(s) nesse imbricamento, reivindicando a importante contribuição das pesquisadoras negras estadunidenses, a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; DAVIS, [1981] 2016; HOOKS, 1981; entre outras), como indispensável ferramenta para as análises acerca da interpelação ideológica desses sujeitos. Assim, consoante ao trabalho de Cestari (2015, p. 144), acredito que é possível, neste corpus,

6 Tenho sentido a necessidade de especificar que os debates sobre raça, gênero e classe que perpassam essa discussão se dão em contexto brasileiro, por compreender que essas “divisões sociais” são estruturadas de maneira diferente em outros países, como os Estados Unidos.



[...] pensar que as relações de força da luta gendrada e racializada de classes em sua historicidade e heterogeneidade – pois “o discurso se conjuga sempre com um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria prima” (PÊCHEUX, 1969, p. 77) – constituem as condições de produção dos discursos em análise.

Os movimentos negros, com destaque para a organização e mobilização das mulheres negras brasileiras, ao tensionar e disputar as narrativas sobre seus corpos - os quais compreendemos como materialidades significantes (LEANDRO-FERREIRA, 2013; ORLANDI, 2014) que dizem e são ditos numa sociedade estruturalmente racializada e gendrificada - inconscientemente (ou não) provocaram deslocamentos nas redes de sentido que construíram possibilidades materiais para o desenvolvimento de políticas públicas de reparação histórica (destacamos, principalmente, as cotas raciais) que visam oportunizar a estes sujeitos a ocupação de diferentes espaços daqueles a que historicamente foram restritos, a meu ver, os espaços de legitimação e difusão de discursos, como a Universidade e a política institucional e, conseqüentemente, a construção de novos lugares de enunciação (CESTARI, 2015; ZOPPI-FONTANA, 2002). Tais políticas, apesar da crescente efetividade quantitativa⁷, evidenciam as disputas ideológicas pelos sentidos acerca desses corpos que, nessas condições de produção (nosso histórico colonial e escravocrata, principalmente), é atravessada pelos efeitos ideológicos do mito da democracia racial que marcam discursivamente os corpos negros de maneiras distintas em contexto brasileiro.

As marcas desse atravessamento se materializam, por exemplo, no constante ataque de grupos conservadores às políticas de ações afirmativas, quando esbravejam que não existe mais racismo no Brasil, e nos inúmeros casos de fraude que vêm sendo divulgados pela

7 Breve exemplo: em 2019, a Unicamp apresentou a maior taxa de estudantes autodeclarados negros de sua história. Disponível em: <<https://bit.ly/364aSDn>>. Acesso em: 05 jul. 2019.



mídia, “justificados” pela imprecisão da identidade negra brasileira. Os vestígios do mito da democracia racial se materializam também em enunciados dos movimentos negros, uma vez que a militância não é escape (nada é!) do jogo de contradições das formações discursivas e não garantem uma posição discursiva homogênea, já que todo ritual é passível de falha (PÉCHEUX, [1978] 2014) (o que possibilita a manutenção de enunciados racistas até mesmo nesses espaços) e que os corpos negros foram significados de maneiras distintas no Brasil desde o período da colonização, motivo pelo qual a disputa política entre negros retintos e negros claros sempre foi característica das relações entre a população negra no país (MUNANGA, 1999).

A partir disso, numa conjuntura de cotas raciais e de busca por maior representatividade política, mulheres negras brasileiras começam a discutir o colorismo. Termo cunhado pela estadunidense Alice Walker (1982), o debate colorista discute como a discriminação racial aumenta gradativamente conforme o escurecer da pele negra. Para mim, numa perspectiva discursiva, falar sobre colorismo é compreender como o tom da pele e os traços fenotípicos mobilizam diferentes redes de sentido sobre os corpos de mulheres negras. É sobre o funcionamento do colorismo e sobre como ele afeta as identidades negras que me interessa nesse trabalho. A partir do texto “Sobre colorismo, privilégios e identidade racial”, escrito pela blogueira Letícia Castor Moura de Sousa (mulher negra de pele clara) para o Portal Geledés⁸, busco compreender, a partir das noções de reflexividade metaenunciativa, de *enunciação de si* e de lugar de enunciação, como os discursos coloristas, marcados pelos processos de embranquecimento da população brasileira, constroem lugares para negros de pele clara que os afastam do auto reconhecimento como pessoas negras.

8 O Instituto da Mulher Negra, Geledés, possui um site que reúne notícias, discussões teóricas e todo tipo de informação que esteja relacionada às vivências de mulheres negras no Brasil. No site, existem diversos posts sobre o colorismo. Escolhi o texto de Letícia pela forte presença da narração sobre si, sobre sua identidade, para explicar o funcionamento do colorismo no Brasil.



A ENUNCIÇÃO DE SI E LUGAR(ES) DE ENUNCIÇÃO PARA MULHERES NEGRAS

A tese de Cestari (2015) demonstrou como a *enunção de si* se constitui como uma ferramenta de luta das mulheres negras por um lugar de enunção - “uma reflexão sobre a divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 16) - em que elas se encontrem como sujeitos de suas narrativas e não como objetos, ditos pelo outro. Nesse caso, a enunção de si, segundo Cestari, passa pelo processo de nomeação “eu, mulher negra” / “nós, mulheres negras” e pela interpretação/nomeação das experiências marcadas pelo racismo, sexismo e a opressão de classe. A partir de um outro lugar de enunção, por meio da enunção de si, no corpus analisado por Cestari, regularmente, intelectuais negras posicionavam-se de maneira a denunciar o silêncio a que foram impostas sob os sentidos da universalidade e da neutralidade da produção acadêmica, por exemplo.

Este dizer sobre um lugar de enunção específico da produção do conhecimento na academia é a negação de que haja qualquer possibilidade de um lugar de enunção que não corresponda a um ponto de vista social particular e não seja produzido a partir de uma determinada conjuntura. Para esta posição sujeito, não dizer de onde se diz significa dizer de uma posição na formação ideológica dominante, pois o que não se mostra, o não-dito, é o sentido dominante, funcionando na evidência que estabiliza como universal uma posição na relação de forças entre sentidos (CESTARI, 2015, p. 51).

A noção de reflexividade metaenunciativa, conforme discute Cestari (2015, p. 35) em diálogo com Zoppi-Fontana (2002) é fundamental para minhas análises, pois “nesta interpretação, os



sujeitos dizem sobre o dizer, o sujeito de dizer, a temporalidade da enunciação, a interlocução, a nomeação” (CESTARI, 2015, p. 35). Esses dizeres *sobre* serão relevantes para compreender como as experiências marcadas pelo racismo brasileiro - que mobiliza constantemente os sentidos sobre uma democracia racial - são significadas por mulheres negras de pele clara, uma vez que a identidade dessas mulheres passa por um processo de reconhecimento racial que, como se materializa no *corpus*, se dá pela gradativa percepção dos efeitos velados do racismo.

Por esta regularidade, destaco da reflexividade metaenunciativa a *enunciação de si* pensada nas relações que estabelece com a construção da identidade discursiva de mulheres negras como sujeitas políticas, sociais, de dizer, de construção do conhecimento (CESTARI, 2015, p. 35, grifos da autora).

Ao considerar os efeitos do colorismo sobre os processos de subjetivação, busco compreender como, no *corpus* analisado, as *imagens de si*, afetadas pelo efeito da ideologia que produz a ilusão do sujeito como fonte do dizer e do sentido (PÊCHEUX, [1975] 2014), coloca mulheres negras de pele clara num entrelugar - nem branca e nem preta - de identificação racial que é diretamente afetado pela forma como elas são lidas num contexto histórico marcado pela miscigenação e discursivizado por meio do mito da democracia racial.

Conforme defende Cestari (2015), na enunciação de si, mulheres negras constroem sua luta contra o silenciamento a que foram impostas por serem negras e mulheres, contando suas experiências em primeira pessoa. No caso de mulheres negras de pele clara, contar suas experiências de enfrentamento ao racismo é uma forma de reivindicar não só a voz, mas também a identidade negra, a possibilidade de reconhecerem-se parte deste grupo racial. É o modo pelo qual se constitui um lugar de enunciação que legitima uma identidade racial, atravessada por sentidos de resistência aos discursos dominantes que marginalizam e depreciam os sentidos acerca de se *dizer* negra, pois,



mesmo não se enunciando negras e “transitando no espectro racial” (para citar nosso corpus), como veremos nas análises, essas mulheres são expostas a situações de racismo.

Quando iniciei essa pesquisa, um dos questionamentos que me impulsionaram foi: se essas mulheres apresentam pele mais clara, traços mais finos e não se reivindicam negras, como o racismo se organiza discursivamente de modo a reservar lugares de opressão também a essas mulheres e, ao mesmo tempo, instituir diversas tensões entre a própria comunidade negra - o que coloca diversos obstáculos a construção de uma identidade coletiva e de resistência do povo negro brasileiro - ao hierarquizar o acesso da população negra aos direitos básicos conforme os tons de pele e traços fenotípicos? Para avançar nessa questão, foi preciso entender o corpo como materialidade significativa (ORLANDI, 2014), pois diz e é dito, e pensar também “no espaço e no tempo onde esse corpo se manifesta, atua, se movimenta, se corporifica, ganha corporeidade” (LEANDRO-FERREIRA, 2013, p. 99).

Para compreender como os corpos negros foram diferentemente significados ao longo do processo de colonização do Brasil, é necessário discutir como se deu o processo de miscigenação da população brasileira que, para além de um processo social e biológico natural do contato entre raças, foi um projeto de embranquecimento, amplamente debatido pelas elites políticas e intelectuais, que visou o extermínio do povo negro em prol da construção de uma identidade nacional que era idealizada branca. Sustentados pela memória discursiva - aquilo que já foi dito, em outro lugar, mas que continua presente -, os efeitos de sentido que emergem da história de miscigenação brasileira continuam afetando as identidades negras, o que é discutido por Munanga (1999, p. 51):

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo



no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

De maneira resumida, tal pluralidade racial se tornou objeto de intenso debate entre os intelectuais preocupados com a construção da identidade nacional⁹ que perpassava a definição do tipo étnico brasileiro: a tentativa de reconhecimento, também a partir da raça, de um povo, de uma nação. A diversidade racial no país se materializou, é claro, não só nos corpos, mas também na língua. O projeto de unificação da nação foi discutido por diversas áreas do conhecimento, não só na sociologia, cujas teses são objetos de estudo de Kabengele Munanga (1999), mas também na Linguística, como mostram trabalhos como o de Guimarães & Orlandi (1996) no campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL). A referência à HIL é trazida aqui para compreendermos que a unidade, seja para a língua brasileira, seja para a raça brasileira, foi centrada em padrões eurocentrados, isto é, o mais próximo ao branco europeu (seus fenótipos, sua língua, sua religião) era o almejado.

A elite “pensante” do país tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado e, por outro lado, garantir o comando do país ao segmento branco, evitando a sua “haitinização” (MUNANGA, 1999, p. 78).

9 Entre os principais nomes podemos citar Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, etc.



É ao longo deste processo que diferentes sentidos são construídos para os corpos negros conforme sua tonalidade de pele. Os escritos de Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” (1933), por exemplo, materializam como o imaginário, esse “mecanismo que produz imagens do sujeito” (ORLANDI, 2002, p. 40), é diretamente afetado pelos fenótipos, ao produzir diferentes imagens para mulheres negras: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (FREYRE, 2004, p.72). Nesses dois campos discursivos, o da sexualidade e do trabalho, mulheres negras e seus corpos foram sendo significados de maneiras distintas e, conseqüentemente, seus processos de subjetivação foram (e são) afetados pela rede de memórias que se estabilizaram num contexto de colonialismo e miscigenação.

Tanto a memória quanto o imaginário são diretamente afetados pelo aspecto histórico que não pede licença ao locutor. E é analisando os vestígios da memória e das formações imaginárias presentes nas formações discursivas – isto é, aquilo que determina o que pode e deve ser dito e como deve ser dito dentro de uma determinada conjuntura para fazer a manutenção ou o deslocamento das relações de classe – que podemos relacionar um enunciado a toda uma filiação de dizeres que estão inseridos em determinados contextos históricos e por isso compromissados política e ideologicamente.

De que forma, então, mulheres negras de pele clara deixam de identificar-se com as nomeações “morena, parda, meio termo, café com leite, mulata e todas as outras pseudo classificações” (como traz nosso corpus), frutos de formações discursivas dominantes sobre o ser negro em um Brasil miscigenado e passam a identificar-se com os discursos de resistência, de valorização das identidades negras? Qual o papel da enunciação de si no deslocamento desses sentidos? Em diálogo com Cestari (2015, p. 83-84), acredito que “a enunciação de si é condição para a formulação da interpretação de si como possibilidade



de se significar desde uma voz própria, com sentidos silenciados ou menosprezados pelos discursos dominantes”.

Assim, é intrigante pensar como, na relação constitutiva mútua entre sujeito do discurso e língua no seio de acontecimentos histórico-sociais (LEANDRO-FERREIRA, 2003), mulheres negras, de diferentes tonalidades e traços, ressignificam e são ressignificadas pelos sentidos sobre seus corpos. O que as diversas nomeações para mulheres negras indicam sobre esse processo que está relacionado simultaneamente às identidades dos sujeitos, mas também ao funcionamento da língua?

Precisamente no espaço de tensão entre essas duas forças é que a AD vai trabalhar, enfrentando a contradição entre a vontade de hipertrofia do sujeito e a submissão ao assujeitamento. Essa tendência oscilante tão própria do discurso faz com que o sujeito mantenha uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva: assim como é determinado, também a determina, por força de sua prática discursiva (LEANDRO-FERREIRA, 2003, p. 192).

DEFINIÇÃO DO CORPUS E GESTOS DE ANÁLISE

Para construir o corpus discursivo, definido por Courtine (2016, p. 20) como “conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso”, busquei materialidades que possibilitassem a análise de formações discursivas que mobilizam discursos sobre identidades negras no Brasil, neste caso, de um sujeito negro brasileiro que, por possuir a pele mais clara e traços finos (resultado fenótipo da miscigenação), passa a identificar-se como pessoa negra após reconhecer, em suas experiências, os efeitos velados do racismo. Em outras palavras,



busquei materialidades que mobilizam os sentidos construídos pelos discursos coloristas, aqueles que significam de maneira diferenciada os corpos, os lugares e as violências enfrentadas pelos sujeitos negros a partir de seus tons e traços.

Trabalharei com a noção de sequências discursivas (doravante SD), consoante às discussões de Barbosa Filho (2018, p. 277) que afirma “[...] distinta de uma sequência linguística, a SD aponta para a construção na sua materialidade, isto é, nas múltiplas determinações que constituem a sua espessura histórica”. Em outras palavras, encaro a SD enquanto manifestação linguística do interdiscurso constitutivo das formações discursivas. Se o discursivo é entendido como o lugar em que se materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, é no discurso que se constitui a fonte da produção dos efeitos de sentido, diretamente afetados pela ideologia e pelo inconsciente do sujeito, mas é na língua, pensada como um sistema estruturado relativamente autônomo, que se realizam materialmente os efeitos de sentido. Nas palavras de Orlandi (2012, p. 83-84), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”.

O corpus da pesquisa, como dito anteriormente, foi composto por SDs que recortei do texto “Sobre colorismo, privilégios e identidade racial”¹⁰, publicado em setembro de 2018, no site do instituto da mulher negra, Geledés. Escrito pela blogueira Letícia Castor Moura de Sousa, jornalista negra, o texto, a partir de uma narrativa sobre si, se propõe a discutir o funcionamento do colorismo e seus efeitos na construção de uma identidade racial que garante, segundo o artigo, privilégios sociais a determinado grupo de pessoas negras. Em seus relatos, a blogueira busca explicar como, ao longo de sua vida, ela foi percebendo os efeitos do racismo em sua vida, mesmo tendo ela ocupado lugares que, segundo a própria, não

¹⁰ Disponível em: <<https://bit.ly/2YjAMAt>>. Acesso em: 20 jun. 2019.



foram construídos para todas pessoas negras, lugares de privilégio. É importante compreender, já que não irei trazer recortes sobre isso neste momento, que os sentidos mobilizados ao longo texto para esses “lugares de privilégio” ocupados por pessoas negras de pele clara ultrapassam a questão do lugar físico, mas falam também da possibilidade de ascensão social, de construção de relacionamentos afetivos, de acesso ao conhecimento, etc. Esse é o imaginário da autora sobre o lugar que ocupam negros de pele clara no Brasil.

Em minhas análises, pretendo, primeiramente, discutir os sentidos que envolvem o sujeito negro de pele clara, cuja tonalidade (e demais traços considerados “mais finos”) é responsável por inscrever tal corpo em determinadas formações discursivas, mobilizando determinados pré-construídos relacionados à raça. Busco compreender, por meio da descrição-interpretação, como se dão, nas materialidades discursivas analisadas, os processos de subjetivação desse sujeito que passa por um processo de identificação com discursos de resistência até reconhecer (e reivindicar) sua identidade racial. A regularidade entre as sequências discursivas analisadas se dá na enunciação de si quando a autora narra suas experiências marcadas pelo racismo e o processo de identificação com uma posição sujeito de mulher negra.

SD1: Durante a maior parte da minha vida eu me senti confortável com a denominação de “morena”. Filha de mãe branca e pai negro, me definir como uma mistura que transita no espectro racial sempre me pareceu a opção mais viável. E mais do que isso, a mais apaziguadora, por assim dizer. Negra, eu? Jamais. Até sardas no rosto eu tenho, ué. Boca fina, corpo nada curvilíneo. Morena parecia ser o termo certo pra mim.

Na sequência discursiva 1, acredito que o processo de identificação com uma formação discursiva de resistência, isto é, de reconhecer-se negra, começa a deixar vestígios na predominância de verbos no passado. Os sentimentos de conforto, de viabilidade do termo “morena”, de adequação da palavra para nomear sua



identidade racial que este sujeito diz ter sentido parecem encontrar um limite: o momento em que o termo “morena” deixa de parecer certo para esta mulher.

Os discursos sobre o fenótipo evidenciam um pré-construído sobre o que significa ser negro no Brasil. A partir dos enunciados “Negra, eu? Jamais. Até sardas no rosto eu tenho, ué. Boca fina, corpo nada curvilíneo. Morena parecia ser o termo certo pra mim” é possível, por meio de paráfrases, perceber que este sujeito nega as possibilidades de ser negra (*Negra, eu? Jamais e Morena parecia o termo certo para mim*) através de várias predicções que evidenciam os sentidos estabilizados do que é o corpo negro: negros não têm sardas no rosto - eu tenho; negros não têm boca fina - eu tenho; negros têm corpo curvilíneo - eu não tenho, logo, não sou negra. É relevante apontar também que os traços reconhecidos pela blogueira como característicos dos sujeitos negros são traços historicamente depreciados, sobre os quais as formações imaginárias dominantes (majoritariamente ligadas ao animalesco, ao exótico¹¹) sobre este corpo - não coincidentemente no singular - foram construídos. Ser negro então, nesse enunciado, se resume ao corpo, a um único fenótipo, não sendo possível imaginar outros sentidos (e formas) para a negritude.

Outro aspecto a se observar nessa sequência discursiva são os deslizamentos ligados às definições de ser morena: é aquela filha de *mãe branca e pai negro*, é a *mistura que transita no espectro racial*, é a definição *mais apaziguadora*, também é ter traços como *sardas no rosto, boca fina e corpo nada curvilíneo*. Essas diversas características de “ser morena” levantam diversos questionamentos. Por que a identificação racial da filha de duas pessoas racialmente identificadas - os significantes mãe e pai são

11 Em contexto estadunidense, Patricia Hill Collins discute as imagens construídas midiaticamente para pessoas negras no texto “Black Sexual Politics” (2004). No Brasil, intelectuais negros como Lélia Gonzalez (1984) e Daniel dos Santos (2014) também discutem os imaginários construídos socialmente para mulheres e homens negros.



adjetivados com suas respectivas raças - se constrói como morena? Morena, categoricamente falando, não é raça/cor¹². Apesar disso, no Brasil, podemos afirmar que os sentidos construídos para o termo mobilizam os discursos raciais pois, após um ininterrupto processo de significação pejorativa para as identidades negras, palavras como morena, mulata, mestiça, crioula serviram como um “escape racial” para aqueles que eram lidos como não-brancos. Esse escape inconsciente se dá porque esses sujeitos são interpelados por formações ideológicas racistas que cristalizam os sentidos positivos de tais termos, mesmo muitos deles sendo carregados de um histórico de violência e marginalização, como mulata, por exemplo, derivado da palavra mula, o cruzamento entre jumento e cavalo.

No enunciado *me definir como uma mistura que transita no espectro racial*, a palavra mistura é adjetivada por uma oração restritiva que aponta a presença de um pré-construído - “que dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência” (PÊCHEUX, 2014, p. 101) - sobre a “capacidade” histórica dos sujeitos negros de pele clara de renegar sua negritude para “transitar” entre os brancos; pela “imprecisão” do fenótipo não ter a necessidade de assumir uma identidade racial.

SD2: Mas, não posso negar que, com o passar dos anos e o ganho de maturidade, eu notava sim, *uma diferença*. Por mais morena, parda, meio termo, café com leite, mulata e todas as outras pseudo classificações em que eu tentasse me encaixar, eu não me sentia igual ao resto. E por que? Porque eu não era interpretada da mesma forma.

12 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera, atualmente, como possibilidades de raça/cor: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Aspecto fundamental na construção da identidade do país, os discursos sobre a diversidade racial brasileira são ilusoriamente regulados pelo Estado. A indefinição trazida pela dualidade categórica raça/cor aponta, ao meu ver, para as tensões identitárias causadas pelos processos de miscigenação que se deram no país, acompanhados da cristalização de sentidos depreciativos a respeito das identidades dos grupos não brancos/não europeus que habitam o Brasil.



Há, na SD2, uma relação de sinonímia entre os termos *morena*, *parda*, *meio termo*, *café com leite*, *mulata* - *todas as outras pseudo classificações*. Diferentemente de quando definiu o negro, as características fenotípicas aqui não aparecem. As denominações, não adjetivadas, apontam para a pluralidade de nomeações para esse *entrelugar*, que parecem indicar um limbo racial para aqueles que não apresentem as características dos extremos branco-negro. Essa pluralidade de nomeações, ao meu ver, mobiliza o que Orlandi ([1992] 2007) chama de silêncio constitutivo, uma forma de existência da política do silêncio (ou silenciamento) relacionada a característica fundante deste, em que “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p. 73). O reconhecimento das identidades negras, do enunciar “*sou negra*” é, nesse caso, o não-dito necessariamente excluído, é a região onde se apagam os sentidos que se desejar evitar, ou, nas palavras de Orlandi ([1992] 2007, p. 74) “sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer”.

Concomitantemente, é reservado aos sujeitos inscritos por essas diversas nomeações *uma diferença* de tratamento, que não passa despercebida pela autora e que se materializa nos enunciados “eu não me sentia igual ao resto” e “eu não era interpretada da mesma forma”. A diferença de tratamento é a forma como os diferentes corpos são marcados pelo racismo num contexto de miscigenação e do mito da democracia racial, em que os sentidos de cidadania, de identidade nacional são perpassados pelos discursos da diversidade racial, mas que, contraditoriamente, reservam aos corpos não brancos diversos tipos de violência - físicas e simbólicas - que garantem a manutenção do *status quo*, em que o acesso aos direitos básicos, aos espaços de poder e representatividade e as oportunidades de ascensão social seguem destinados à população branca.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, busquei compreender como a enunciação de si se mostra como forma de ressignificar (e de ser ressignificada) identidades negras nos enunciados de uma mulher negra que se propõe a discutir o funcionamento do colorismo a partir da narrativa de suas experiências frente ao racismo.

Brevemente, discuti como os sentidos sobre os corpos negros foram construídos de maneiras distintas em contexto brasileiro devido ao processo de miscigenação que culminou nos discursos da democracia racial, amplamente presentes nas discussões sobre as identidades negras no Brasil atual devido aos tensionamentos causados pelos movimentos sociais negros que exigem políticas públicas de reparação histórica, como as cotas raciais, que possibilitem a presença de pessoas negras em espaços de ascensão social como a universidade e a política. É a luta por novos lugares de enunciação, dos quais seja possível ressignificar os corpos negros para resistir aos sentidos dominantes que marginalizam esses corpos e reservam a eles diversas formas de violência.

Nesse contexto, as discussões dentro dos movimentos negros sobre o colorismo no Brasil parecem emergir para questionar como o mito da democracia racial hierarquizou o acesso da população negra aos direitos básicos baseando-se nos fenótipos que mais se aproximam das pessoas brancas. Nesse debate, a questão da autoidentificação entra em conflito com um histórico de negação, por parte de pessoas negras de pele clara, de suas identidades negras.

É por essa negação que este trabalho traçou suas breves análises para compreender como os efeitos ideológicos do mito da democracia racial, sendo essa a formação discursiva dominante na sociedade racista brasileira, interpelam os sujeitos de modo com que



eles neguem sua identidade negra para assumir um entrelugar que se materializa nas diversas nomeações dadas àqueles cujos fenótipos é resultado da miscigenação.

É na enunciação de si, no identificar, nomear e narrar as vivências, que se possibilita a identificação com os discursos de resistência e que se constroem outros lugares de enunciação para tensionar os sentidos dominantes que negam o orgulho de ser negro, que estabelecem disputas internas que dificultam uma identidade coletiva e que se reorganizam constantemente de forma a manter os corpos negros marginalizados. É na enunciação de si que, neste corpus, foi possível identificar o incômodo que denuncia o limite da adequação dos termos *morena*, *parda*, *meio termo*, *café com leite*, *mulata* e *todas as outras pseudo classificações*. É o ato de tomar a palavra para si e sobre si que coloca a adequação das pseudo classificações no passado: se as experiências são marcadas pela violência simbólica e física do racismo, a língua exige, é preciso se dizer negra.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, Fabio Ramos. "Não sendo os africanos libertos nascidos no Brasil...": a legislação antiafricana na Bahia do século XIX (1824-1835). *Cadernos de Estudos Linguísticos Campinas*, v.60 n.1 p. 271-294 - jan./abr. 2018

CESTARI, Mariana Jafet. *Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás*. 2015. [s. n.]. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas: Campinas.

COURTINE, Jean Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.14-35, jun. 2016.

CRENSHAW, Kimberly. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989.



DAVIS, Angela. (1981) *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 49 ed. Recife, PE: Global EDITORA, 2004.

GELEDÉS. *Sobre colorismo, privilégios e identidade racial*. Disponível em: <<https://bit.ly/2YjAMAt>>. Acesso em 5 jul. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HILL COLLINS, Patricia. *Black Sexual Politics: African Americans, Gender, and the New Racism*. Nova York: Routledge, 2004.

HOOKS, Bell. *Ain't I a woman? Black women and feminism*. Cambridge, MA: South End, 1981.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. *Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p.189-200, out. 2003.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V.; DIAS, C. *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 99-107.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo. (orgs) *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Pontes Editores, Campinas, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1992). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Parkour: Corpo e Espaço reescrevem o sujeito. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 34, n. 1, p.75-87, jul. 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad: Eni Puccinelli Orlandi et al. - 5a ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. (1978). Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.



SANTOS, Daniel dos. Ogó: encruzilhadas de uma história das masculinidades e sexualidades negras na diáspora atlântica. *Universitas Humanas*, Brasília, v. 11, n. 1, p.7-20, 18 dez. 2014. Centro de Ensino Unificado de Brasília.

WALKER, Alice. If the present looks like the past, what does the future look like? 1982. In: WALKER, Alice. *In search of our mothers' gardens: womanist prose*. San Diego, California: Harcourt Brace Jovanovich, 1983, p. 290-291.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura: Análise do Discurso*. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Maceió, v. 23, jan/jun 1999 [2002], p. 15-24.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. "Lugar de fala": enunciação, subjetivação, resistência. *Revista Conexão Letras*. v. 12, n. 18, p. 63-71. 2017.



3

Wellington Ferreira Santos

**Discurso
midiático
*sobre cotas
raciais:*
o imaginário
como fato**



PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho tem como objetivo compreender os processos de produção de sentidos que circunscrevem os *discursos sobre* cotas raciais, a partir de textos publicados na revista *Veja*, entre 2006 a 2012. De acordo com Mariani (1998):

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (“discurso-origem”), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora).

A partir das palavras de Mariani (1998), depreendemos que os *discursos sobre* funciona institucionalizando sentidos, além de produzir efeitos de linearidade e homogeneização da memória, na medida em que atua como discursos intermediários. Ou seja, ao *falar sobre* um *discurso de* (“discurso-origem”), temos já aí um processo de interpretação do interlocutor sobre aquilo do que se fala.

É importante pontuar que nesta escrita, traremos alguns *recortes*¹³ de um *arquivo*¹⁴ mais amplo, arquivo esse constituído em nosso processo de escrita da dissertação de mestrado (SANTOS, 2019), na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação da professora Bethania Mariani. Para tanto, filiamos nosso trabalho ao quadro teórico-metodológico da escola francesa de análise do

13 De acordo com Orlandi (1984), “o recorte é uma unidade discursiva que correlaciona fragmentos de linguagem e situação” (ORLANDI, 1984, p. 14).

14 “Campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 51).



discurso, iniciada na França por Pêcheux, assim como as contribuições propostas por Orlandi no Brasil.

É válido destacar que a análise do discurso tem relevantes contribuições nos estudos sobre a linguagem no mundo, assim como no Brasil. Mariani e Dela-Silva (2018), em recente artigo, apontam-nos a relevância da introdução da análise de discurso (AD) no Brasil por Orlandi, retomando os trabalhos de Pêcheux, na medida em que isso produz efeitos nos estudos da linguagem no país. Segundo as autoras, a chegada da AD no Brasil constituiu-se em um acontecimento teórico, resultando em uma “descontinuidade nos estudos linguísticos que então se produziam” (MARIANI; DELA-SILVA, 2018).

Segundo essas mesmas autoras, há dois processos de interlocução que acontecem nos estudos sobre o discurso, a saber: 1) um processo de interlocução França-Brasil, que se origina a partir dos trabalhos produzidos por Pêcheux na França e retomados por Orlandi no Brasil e; 2) um deslocamento que se dá numa interlocução Brasil-França, através dos trabalhos de Orlandi sobre as formas do silêncio, na qual, ela toma o silêncio como objeto teórico, numa perspectiva discursiva. Isto é, esse movimento de interlocução nos estudos do discurso (França-Brasil, Brasil-França) produziu e continua produzindo efeitos na maneira de pensar, de significar e ressignificar os estudos sobre a linguagem em suas diferentes condições de produção.

É nessas condições de produção que ancoramos nosso trabalho numa perspectiva discursiva. Em outras palavras, filiado as formulações e reflexões acerca do discurso, postuladas por Pêcheux e seus colaboradores na França, assim como os trabalhos de Orlandi e seus colaboradores no Brasil, buscaremos compreender o processo de produção de sentidos *sobre* cotas raciais em matérias publicadas na revista *Veja*, entre os anos de 2006 a 2012, numa rede de dizeres já-ditos e esquecidos em sua historicidade.



DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Pêcheux (1969) nos orienta que discurso é efeito de sentidos (PÊCHEUX, [1969] 2010). Dessa forma, não devemos tomar os fatos de linguagem em sua evidência, como se propõe algumas teorias positivistas. É preciso compreender que não há discurso límpido, transparente, mera troca de informação. Diferente disso, precisamos questionar o efeito de transparência produzido pelo funcionamento ideológico. Nessas condições, devemos considerar um discurso:

Como *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada. Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 75, grifos do autor).

Podemos depreender das considerações de Pêcheux (1969) que um discurso é parte de um mecanismo em funcionamento, deriva de uma estrutura ideológica política e corresponde a um certo lugar no interior de uma formação social dada, ou seja, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. É possível compreender as considerações de Pêcheux a partir da sequência discursiva (SD) abaixo:

SD01 – Nas próximas semanas, deverá ser votado no Senado um projeto que, já aprovado na Câmara dos Deputados, implanta o sistema de cotas raciais nas 55 universidades federais brasileiras. Essas instituições ficarão obrigadas a reservar 50% de suas vagas para alunos egressos de escolas públicas. Dentro desse universo de cotistas, negros, pardos e índios serão os principais beneficiados: terão garantidos um número de vagas proporcional à sua representação demográfica em cada estado. O projeto visa a ampliar a presença desses grupos étnicos e raciais no ensino superior. *O objetivo é justo. Negros, pardos e índios, em especial os mais pobres, têm pouca ou nenhuma*



chance de se equiparar social e economicamente aos brancos sem que se lhes abram maiores oportunidades na vida. Mas, essa questão é complexa e não se esgota em sua justiça. Há fortes razões para acreditar que transformar o projeto em lei da maneira como ele chegou ao Senado, vindo da Câmara dos Deputados, pode ser contraproducente, ilógico e ruinoso para todos os brasileiros, inclusive e principalmente aqueles que o texto da lei visa beneficiar (Veja, 4/3/2009, grifos nossos).

Em SD01, podemos observar que existe um projeto de lei (PL 73/99) que foi aprovado na Câmara dos Deputados e enviado para ser apreciado e votado no Senado. Esse projeto tem como objetivo implantar “o sistema de cotas raciais nas 55 universidades federais brasileiras”. Com o “sistema de cotas raciais”, as universidades deverão reservar 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para “alunos egressos de escolas públicas”. Entre esses alunos de escolas públicas, “negros, pardos e índios serão os principais beneficiados”, porque, segundo o recorte, o número de vagas será distribuído proporcionalmente, de acordo com a representação demográfica de cada um desses grupos étnico-raciais.

Ainda de acordo com a sequência discursiva em questão, o projeto busca aumentar a presença de negros, pardos e índios nas instituições de ensino público superior no Brasil, porque sem a interferência do Estado, essas pessoas continuarão excluídas sócio-economicamente. Dessa forma, a implementação do “sistema de cotas raciais” é justa. Até esse momento, temos a produção de efeitos de sentidos de consenso sobre a implementação do “sistema de cotas raciais” no país. No entanto, como podemos observar em SD01, a conjunção adversativa coordenativa impõe uma ruptura no fio do discurso, na medida em que, coloca que esse mesmo projeto de lei também é injusto, porque há “coisas-a-saber”. Assim, a partir da conjunção adversativa coordenativa “mas”, o efeito de sentido de consenso e de justiça na implementação do “sistema de cotas raciais” desloca-se para um efeito de sentido de contrassenso, de injustiça, de absurdo.



Desse modo, ao irromper a conjunção adversativa coordenativa “mas” no fio do discurso, podemos depreender que há uma ruptura entre a parte A¹⁵ (a implementação do sistema de cotas raciais é justa) e a parte B (a implementação do sistema de cotas raciais é injusta). Deste modo, consoante Mariani (1996), podemos dizer que a parte B se constitui no campo do *Mesmo* e a parte A se constitui no campo do *Outro* (MARIANI, 1996). Em outras palavras, a utilização da conjunção adversativa coordenativa marca um confronto ideológico entre a ruptura dos padrões estabelecidos (parte A) e a manutenção do *status quo* social (parte B).

A partir das condições de produção do discurso, isto é, a enunciação atravessada pela constituição do discurso, é possível compreender como se materializa a ideologia na língua, em particular, no que se refere à implementação de cotas raciais nas universidades federais brasileiras. Dessa maneira, podemos dizer que a produção de efeitos de sentidos que circunscreve os discursos *sobre* cotas raciais nas páginas de *Veja* está “situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 76).

ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: UM EFEITO IDEOLÓGICO

Para as teorias de comunicação, o acontecimento jornalístico é um fato empírico, em um determinado momento histórico, que pode ser explorado por instituições midiáticas para determinados fins (ERBOLATO, [1985] 2018). Segundo Bahia (1990), o acontecimento,

¹⁵ Gostaríamos de dizer que ao falar parte A e parte B, estamos apenas buscando uma maneira metodológica de explicitar o funcionamento da conjunção adversativa coordenativa na produção de efeitos de sentidos sobre “cota”.



no discurso jornalístico, é um fato, um evento no mundo, algo que motiva a produção de notícias – essência do jornalismo (BAHIA, 1990).

De acordo com Burger e Martel (2005), o discurso jornalístico relata(ria) a realidade (BURGER; MARTEL, 2005), ou seja, “a noção de acontecimento está costumeiramente associada ao fato em si” (DELA-SILVA, 2015, p. 220).

Le Goff (1988), em *Histoire et mémoire*, aponta-nos para a opacidade dos eventos históricos (LE GOFF, 1988). Em outras palavras, os fatos históricos não são transparentes como nos sugerem os livros, os jornais, as revistas, os dicionários, etc. Essa consideração de Le Goff é de grande valor reflexivo, na medida em que nos coloca em suspenso sobre a evidência dos acontecimentos na história da humanidade. Dito mais especificamente, naturalizar os fatos históricos é uma maneira de submergir nas teias de sua opacidade.

Nessas condições, podemos dizer que um acontecimento jornalístico é um fato de linguagem sempre-já opaco, isto é, um gesto interpretativo, determinado por uma posição ideológica (DELA-SILVA, 2015).

Mariani (1999) nos orienta que o jornalismo funciona enquanto uma instituição e trabalha sob as bases do imaginário ocidental cristão. Isso é, impondo normas e regras, a partir de um discurso jurídico que regulamenta o que pode e deve ser dito (MARIANI, 1999). Desse modo, o discurso jornalístico, ao pensar o acontecimento como notícia, como algo que ocorreu e que uma linguagem transparente daria a conhecer, toma-o enquanto evidência, enquanto um fato de linguagem naturalizado. Resumindo, toma-se o acontecimento como uma ocorrência no mundo, e assim, inscreve-o “na história do dia-a-dia, que os jornais e os jornalistas se propõem a escrever” (DELA-SILVA, 2008, p.15).



Conforme Dela-Silva (2015), em se tratando de prática jornalística, a importância de um acontecimento, assim como sua pertinência para ser transformado em um relato jornalístico, relacionam-se aos chamados critérios de noticiabilidade, “que, por sua vez, são determinados pela linha editorial de uma publicação” (DELA-SILVA, 2015, p. 220-221). Desse modo, para essa autora, é preciso fazer um deslocamento na maneira como é compreendido o acontecimento jornalístico, pelas concepções pragmatico-positivas, enquanto evento empírico-social no mundo, para considerarmos enquanto práticas de produção jornalístico-discursivas, produzindo efeitos de sentidos para/por sujeitos, a partir de condições de produção específicas das práticas discursivas midiáticas (*idem, ibidem*).

Nessa perspectiva, segundo essa autora, pensar a noção de acontecimento jornalístico enquanto prática discursiva, possibilitar-nos-ia deslocar o relato jornalístico enquanto ocorrência no mundo, para compreendemos enquanto um gesto interpretativo de um evento em um dado momento, “que ao ser considerado de interesse, ganharia espaço nos noticiários, passando a circular na mídia” (DELA-SILVA, 2015, p. 222). Em outras palavras, podemos a partir das palavras de Dela-Silva (2015), compreender que um relato jornalístico não se constitui pela produção de evidências, sobre tal ou tais assuntos, mas como consequência de um gesto interpretativo a partir de determinada posição ideológica.

De modo geral, o que estamos dizendo é que, compreendendo o jornalismo enquanto instituição, pode-se dizer que ele constitui um processo ideológico de práticas discursivas e não-discursivas, na medida em que apaga o “seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade, de objetividade do real” (MARIANI, 1999, p. 51). Em resumo, podemos dizer que o discurso jornalístico é um ponto de vista do funcionamento imaginário de uma determinada época (MARIANI, 2003).



DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE COTAS RACIAIS: O IMAGINÁRIO COMO FATO

Ao criticar a teoria de comunicação de Jakobson, Pêcheux (1969) nos orienta que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81). Isto é, todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias. Dito mais especificamente, diferente do que postula o discurso jornalístico (de ser imparcial, transparente e objetivo), o que temos é uma série de projeções de imagens sobre si, sobre o outro e sobre o referente (MARIANI, 1996).

Segundo Pêcheux ([1969] 2010), as projeções que um sujeito ocupa nos processos discursivos designam lugares determinados na estrutura de uma formação social (PÊCHEUX, [1969] 2010). Desse modo, é preciso pontuar que não estamos falando de um indivíduo humano físico, mas de sua projeção, ocupando um lugar, numa formação social determinada. Ou seja, os lugares de patrão e funcionário são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Orlandi (2012), retomando Pêcheux (1969), reafirma que o que funciona no discurso são imagens que resultam de projeções (ORLANDI, 2012), ou seja, nem sujeitos físicos, nem seus lugares empíricos, nos quais poderiam ser sociologicamente descritos. Assim, o que temos nesse funcionamento são projeções que permitem passar de situações empíricas, para as posições de sujeitos no discurso.

Vale salientar que as regras de projeção, que permitem aos sujeitos passar da situação empírica para a discursiva, acontecem em todas as práticas de linguagem, qualquer que seja a língua. Desse modo, podemos dizer que o que significa no discurso são as posições,



na medida em que elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e a memória, o saber discursivo, o já-dito (ORLANDI, 2012).

Ainda de acordo com Orlandi (2012a), as formações imaginárias fazem parte do que abordamos mais acima, ou seja, das condições de produção do discurso. Diz a autora,

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívocos e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?). Mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando assim?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2012a, p. 40, grifos nossos).

O que podemos depreender das colocações de Orlandi, é que pensar as formações imaginárias, significa conceber a relação língua-história como constitutiva na produção dos efeitos de sentidos. Isto é, a língua sujeita a equívocos, a falhas, a lapsos, na medida em que é pensada em sua historicidade, afetada ideologicamente. E isso constitui o caráter do mecanismo imaginário, pois o sujeito se coloca como fonte do dizer. Assim, a partir do mecanismo imaginário, o sujeito projeta uma imagem de si, projeta uma imagem do outro (ou daquilo que ele imagina ser o outro) e projeta uma imagem do referente. Essas projeções podem se torna mais complexas ao se fazer intervir o mecanismo de antecipação.

A partir do que pontuamos acima, analisaremos as sequências discursivas que recortamos a fim de compreender o modo como *Veja*



se posiciona, no que diz respeito aos discursos que circunscrevem a temática cotas raciais.

SD02 - *“Está em curso uma proposta que aduba o terreno para incitação ao ódio racial no Brasil. Na semana passada, intelectuais e representantes de movimentos negros estiveram em Brasília para entregar um manifesto aos líderes do Congresso Nacional. O documento, com 330 assinaturas, é um libelo em favor de dois projetos — a Lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, que, juntos, numa de suas consequências mais terríveis, instituem o racismo no país. Se os dois projetos forem aprovados, metade das vagas nas universidades federais terá de ser ocupada por negros. Assim, as vagas serão preenchidas segundo a quantidade de melanina na pele dos candidatos, e não pelo mérito acadêmico. Também haverá cotas para negros no serviço público, nas empresas privadas e até em propagandas de TV e no cinema”.* (Veja, 12/07/2006, grifos nossos).

Podemos depreender, a partir da SD02, que tem dois projetos de lei em curso no Congresso Nacional, em Brasília. Esses projetos de lei são motivos de uma disputa jurídica, na medida em que foi necessário entregar um manifesto em favor deles. Isso quer dizer, que há quem seja contrário a esses projetos. Ainda de acordo com a SD em questão, esses projetos adubam *“o terreno para incitação ao ódio racial no Brasil”*, *“instituem o racismo no país”* e acabam com a meritocracia, porque concedem *“vagas nas universidades federais”* e cotas no serviço público para negros, além de colocá-los *“até em propagandas de TV e no cinema”*. Em outras palavras, compreendemos que esses projetos são, no discurso jornalístico que circula nas páginas de *Veja*, prejudiciais ao país porque desmonopoliza lugares sociais de prestígio da *“branquitude”*¹⁶ brasileira: vagas em universidades públicas, propagandas de TV e no cinema.

¹⁶ Esse termo é utilizado por membros do Movimento Negro Unificado (MNU) e pesquisadores envolvidos com temas como identidade racial, políticas de cotas, ações afirmativas etc., tal como, WEDDERBURN (2007).



Nessas condições, numa leitura mais atenta, podemos perceber que, a partir da relativa restritiva “*Está em curso uma proposta que aduba o terreno para incitação ao ódio racial no Brasil*”, temos uma afirmação categórica do que é essa proposta, no discurso da revista. Dito de outro modo, na discursividade que se formula em *Veja*, temos a produção de efeito de sentidos direcionados para uma memória já negativa sobre algo ainda em curso.

Sobre a função da relativa restritiva nas gramáticas, de acordo com os gramáticos, é:

As restritivas, como o nome indica, restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São, por conseguinte, indispensáveis ao sentido da frase; e como se ligam ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula. (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 604, grifos nossos).

Podemos depreender das palavras dos autores que, as relativas restritivas funcionam restringindo, limitando e precisando a significação do substantivo. Ou seja, o funcionamento da relativa restritiva é impor e institucionalizar o(s) sentido(s) para um referente, na tentativa (imaginária) de tornar esse(s) sentido(s) transparente(s) — para seus interlocutores.

Diferente do que propõe os gramáticos, como apontamos logo acima, Pêcheux ([1975] 2009), orienta-nos que a relativa determinativa é um fenômeno sintático que joga com dois “domínios de pensamentos”: um no campo da atualização e outro no campo da memória (PÊCHEUX, 2009 [1975]). Em outras palavras, no momento mesmo da formulação (intradiscurso) irrompe uma memória (interdiscurso) de algo que “*é pensado antes, em outro lugar, independentemente*” (PÊCHEUX, 2009 [1975]). Isto é, como nos diz Pêcheux (1975), um efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático (*idem, ibidem*).



Segundo Pêcheux (1975), retomando Henry (1977), temos aí o que ele denomina de *pré-construído*. Dito de outra maneira, o *pré-construído* nos remete sempre a “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 89). Desse modo, o que acontece no funcionamento de uma relativa restritiva é apagar, para o sujeito, a opacidade constitutiva no fio do discurso. Em outras palavras, a determinação referencial que acontece no modo de funcionamento da relativa restritiva, proposta nas gramáticas e pelos gramáticos, é um efeito de evidência produzido pela formação discursiva que a domina, desse modo, tem-se apenas uma ilusão de que os sentidos são restritos, limitados, precisos. Isso quer dizer que ao jogar com uma atualidade e uma memória, as relativas determinativas têm muito mais sentidos dispersos, mais efeitos de indeterminação dos sentidos do que precisão deles. Isto é, ao dizer que “*Está em curso uma proposta que aduba o terreno para incitação ao ódio racial no Brasil*”, temos uma afirmação categórica de que nunca houve nem incitação ao ódio racial, tampouco ódio racial no Brasil. No entanto, se esta afirmação é verdadeira, o que podemos dizer de todos os confrontos entre escravizados e latifundiários no país? Esses confrontos aconteceram por que escravizados (índios e negros) e latifundiários viviam cordialmente, ou, por que, estes dominaram, escravizaram, marginalizaram e excluíram aqueles? Podemos compreender agora que as relativas restritivas são muito mais porosas de sentidos, do que deterministas deles.

Ainda na continuação da sequência discursiva, podemos notar que “proposta” desliza para “projetos” (Lei de Cotas e Estatuto da Igualdade Racial), que desliza para “vagas” que desliza para “cotas”, mostrando o caráter opaco constitutivo do próprio funcionamento da relativa determinativa, do discurso que circula nas páginas de *Veja*. Isto é, temos nesse deslizamento de sentidos, aquilo que Pêcheux (1969) conceituou de efeito metafórico (PÊCHEUX, 1969). Segundo Orlandi (2012a), retomando Pêcheux, o efeito metafórico “é o fenômeno



semântico por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x e como por y (ORLANDI, 2012, p. 78). Em outros termos, esse efeito de transferência é constitutivo, tanto do processo de produção de sentidos, como de constituição do sujeito (idem).

É importante retomar que, a relativa determinativa funciona impondo um sentido já negativo para os Projetos de Lei 73/99 (política de implementação de reserva de vaga em universidades federais) e 6264/2005 (Estatuto da Igualdade Racial), como, podemos notar na SD02: “uma proposta que aduba o terreno para incitação ao ódio racial no Brasil”. Nessas condições de produção do discurso, vão se textualizando outros efeitos de sustentação da cadeia parafrástica que regula o processo de produção de sentidos, nas matérias jornalísticas publicadas na revista *Veja*, tais como: “consequências terríveis”, [instituição do racismo], [fim do mérito acadêmico] e [até a perda de uma exclusividade, da elite branca brasileira, de fazer propagandas e cinema na TV].

Em outra SD, temos:

SD03 – Pelas estimativas, se aprovado como está, o projeto beneficiaria efetivamente 75000 brasileiros, a metade dos calouros que entra nas universidades a cada ano. Tais vagas seriam destinadas preferencialmente a *negros, pardos e índios*. *Esse contingente*, é de presumir – pois do contrário não faria sentido ter cotas -, *é menos preparado academicamente do que dezenas de milhares de estudantes rejeitados pela simples razão de terem nascido brancos e de pais que suaram a camisa para galgar um degrau mais alto na pirâmide social brasileira*. (Veja, 04/3/2009, grifos nossos).

Podemos perceber, em SD03, os efeitos de sentidos de *Bem* e *Mal* sobre cotistas e não-cotistas.



Os cotistas são “negros, pardos e índios”, ou seja, um “contingente” de pessoas “menos preparadas academicamente”, ao passo que os não-cotistas são “estudantes”. Os efeitos de sentidos são de que cotistas não estudam, não têm mérito para ingressar nas universidades e seus pais não trabalham o suficiente para ascender socialmente, diferente dos não-cotistas, como podemos perceber em “*milhares de estudantes rejeitados pela simples razão de terem nascido brancos e de pais que suaram a camisa para galgar um degrau mais alto na pirâmide social brasileira*”. Temos aí efeitos de sentidos supervalorizando uma cultura ocidental europeia colonialista, na medida em que coloca que só os brancos trabalha(ram), só os brancos estudam e por isso eles têm o direito (pelo mérito próprio deles) de desfrutar de todas as vagas nas universidades públicas federais. Isto é, “há sempre uma re-inscrição de elementos do interdiscurso do *Mesmo* nas diferentes variedades de discurso jornalístico ao mesmo tempo em que produz uma recusa sistemática do *Outro*” (MARIANI, 1996, p. 92-93).

Orlandi (2002), em seu artigo *O discurso naturalista*, orienta-nos que uma das características de uma textualização considerada objetiva, é tornar o seu objeto transparente, “lisível”, ou seja, tornar o referente evidente (ORLANDI, 2002). Esse efeito de objetividade, tomado na instância da subjetividade e da individualização, significa uma tentativa de isolar, controlar o sentido de seu referente.

Ainda segundo Orlandi (2002), a determinação do referente é uma maneira de controlar/impor os sentidos sobre um assunto. Isso acontece porque a ideologia produz um efeito de evidência sobre o referente, ou seja, o que a autora chama de “ilusão referencial”. Essa “ilusão referencial” produzida pelo assujeitamento ideológico nos faz acreditar na impressão de literalidade, de unicidade do sentido (ORLANDI, 2002).

Conforme o que nos orienta Orlandi (2002) sobre a determinação do referente, a maneira como, em *Veja*, encontra-se textualizada a



política de reserva de vagas, funciona como uma espécie de equação linguística (MARIANI, 1996; FERRARI, 2006): “cota” = terreno para incitação ao ódio racial no Brasil (SD03); “cota” = instituição do racismo no país (SD02); “cota” = demérito (SD02); “cota = tirar os privilégios da elite branca nas propagandas e cinema na TV (SD02)””; cotistas = alunos despreparados (SD03); cotistas = contingente (SD03), etc. Desse modo, temos no discurso jornalístico que circula nas páginas de *Veja*, um combate contra o projeto de lei de implementação de cotas raciais, assim como, a resistência ao ingresso de cotistas (negros, pardos e índios) nas universidades federais brasileiras.

Nessas condições de produção, podemos dizer que a imagem que *VEJA* faz do referente “cotas raciais” é de um lugar sempre já negativizado, e a imagem de cotistas, de “*alunos despreparados academicamente*”, sem mérito. Dessa forma, compreendemos que o discurso jornalístico na revista *Veja* é constitutivo de seu lugar institucional como imprensa de referência, de defender os valores da elite (branca) do país, porque, a política de reserva de vagas pode fissurar o *status quo* social, além de possibilitar a respiração de outros sentidos sobre o *mesmo* e sobre o *outro*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos nesse ponto de nossa escrita, sabendo, consoante o que nos orienta Orlandi (2012), que os discursos, os sujeitos e os sentidos são sempre incompletos. Essa incompletude não aponta para um erro, mas, ao contrário, compreendemos que esse sentido de incompleto/incompletude é de outra natureza. Diante disso, podemos afirmar que praticamos nessa escrita, um gesto de leitura (PÊCHEUX, 1969) entre outros possíveis.



De nosso gesto de leitura, sobre o processo de produção de sentidos *sobre* “cotas raciais”, foi possível compreender que o discurso jornalístico atua numa instância de poder, buscando assim, produzir efeitos de verdades, de neutralidade, de objetividade e de consensos, numa tentativa de apagar a historicidade de seu dizer, no lugar de imprensa de referência (MARIANI, 1996).

Pudemos compreender que o discurso jornalístico que circula nas páginas de *Veja*, a partir da relação de constituição mútua língua-história-ideologia, impõe a institucionalização de certos sentidos, ao mesmo tempo em que busca silenciar outros sentidos. Todavia, o que podemos dizer é que os eventos históricos produzem seus efeitos de sentidos, na medida mesma em que reclamam sempre interpretação (HENRY, 1984). Em outras palavras, na linguagem se materializa memória(s), com seus efeitos de lembrar-e-esquecer, repetir-ou-tentar silenciar (MARIANI, 2004). Nessa perspectiva, podemos dizer que o caráter objetivo, neutro e imparcial que constitui o imaginário do dizer jornalístico *sobre* “cotas raciais”, e sua tentativa de controle dos sentidos, é um efeito ideológico.

Para fechar essa escrita, repetimos mais uma vez que esse é um gesto de leitura entre outros possíveis. No entanto, acreditamos que nossa análise, tal qual engendramos, deve contribuir, de certa forma, para desmistificar a ilusão referencial, ou seja, o efeito de evidência na linguagem, assim como, o controle de sujeitos e sentidos numa produção discursiva.



REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *A nova gramática do português contemporâneo*. 3ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

DELA-SILVA, Silmara. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese de doutorado em Letras. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, SP, 2008.

DELA-SILVA, Silmara. Discurso, arquivo e saber: a mídia na constituição de arquivos na atualidade. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara (Orgs.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 letras, 2011, p. 234-244.

DELA-SILVA, Silmara. *Discurso, mídia e educação: da (não) obviedade dos sentidos*. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (Orgs.). *Discurso e ...* Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2012, p. 179-198.

DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda (Orgs.). *Análise de Discurso em rede: cultura e mídia*, v. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 213-232.

DELA-SILVA, Silmara; MARIANI, Bethania. Idées théoriques en circulation entre la France et le Brésil: l'analyse du discours de Michel Pécheux et Eni Orlandi. In: MARTIN, Eden Viana et al. (orgs.). *Dialogue France-Brésil: circulations, représentations, imaginaires*. 1ed. Pau-França: Presses de l'Universités de Paul et des Pays de l'Adour, 2018, v.1, p. 163-176.

ERBOLATO, Mário. *Dicionário de propaganda e jornalismo*. São Paulo: Papyrus, 1985.

GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pécheux*. Tradução: Bethânia Mariani... [et al]. 4ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

HENRY, Paul. [1984]. *A história não existe?* In: ORLANDI, Eni P. (Org.) [et al]. *Gestos de leitura*. Tradução: José Horta Nunes. 3ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 23-48.

LE GOFF, Jacques. [1988]. *Histoire et mémoire*. France : Gallimand, 2008.



MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado em Letras. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas — Unicamp. Campinas, SP, 1996.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. *RUA*, Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999.

MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni et al (orgs.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 31-42.

MARIANI, Bethania. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, Maria Teresa; MEDEIROS, Vanise (orgs.). *Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010, p. 81-99.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba, FIUBE, 1984, p. 9-26.

ORLANDI, Eni. O discurso naturalista. In: ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias linguísticas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 301-314.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux* Tradução: Bethânia Mariani... [et al]. 4ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. [1981]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) [et al]. *Gestos de leitura*. Tradução: José Horta Nunes. 3ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 49-59.



PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975]. *Análise automática do discurso: atualizações e perspectivas* (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethânia Mariani... [et al]. 4ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-249.

SANTOS, Wellington F. *Processos de produção de sentidos que circunscrevem os discursos sobre “cota racial” em matérias publicadas na revista VEJA (2006-2012)*. Dissertação de mestrado em Letras. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2019.



4

Daiane Franciele Moraes de Quadros

**Discurso
e poder:**
um olhar acerca
das ações
afirmativas
na UEPG em 2013



INTRODUÇÃO

O presente capítulo ilustrará um dos resultados de uma pesquisa de mestrado intitulada “Discurso e Poder: um olhar acerca das ações afirmativas na UEPG em 2013”. Esta pesquisa foi desenvolvida de 2015 a 2016 no programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Ponta Grossa localizada na região de Ponta Grossa, estado do Paraná (QUADROS, 2017). O intuito principal do presente estudo consistia em analisar os discursos e encaminhamentos que resultaram na Resolução UNIV N°17 de 09 de dezembro de 2013 que implementou o vigente sistema de reserva de vagas na UEPG, para assim compreender os embates e as contradições que culminaram nas alterações aplicadas na política de cotas implementada pela universidade.

A pesquisa foi parcialmente apresentada e publicada em eventos como: IV Pensando Áfricas e suas diásporas; Seminário: Discursos, Linguagens e Relações Raciais; 4° Encontro da Rede Sul Letras; XXIV Semana da Educação II Encontro de Educação Social do Paraná; IV Encontro de Comunicação e Educação de Ponta Grossa (EDUSOPARANA); I Simpósio de Ações Afirmativas da UDESC: Experiências de Alunos/as Afrodescendentes e Indígenas na Graduação e III Copene Sul Negras e Negros no Sul do Brasil Desenvolvimento, Patrimônio e Cultura Afrobrasileira. Após a finalização da pesquisa, alguns dos resultados foram publicados em dois periódicos, Revista Cadernos Discursivos (CADIS), da Universidade Federal de Goiás e na Revista Humanidades & Inovação, da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins) (QUADROS & JOVINO, 2017).

Neste estudo foi utilizada a metodologia qualitativa e outras abordagens metodológicas, como: estudo de caso, metodologia



documental e Análise Crítica do Discurso (ACD), a qual também foi aplicada como instrumento de análise nos registros da reunião do “Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Universitário”¹⁷ que ocorreu no final do ano de 2013, tais documentos como: atas, gravações das reuniões, reportagens, panfletos, vídeos, fotografias e a cartilha informativa. A Resolução, UNIV. Nº 17/2013 foi precedida de um intenso debate que antes culminara na retirada das cotas raciais. Após manifestações públicas, o processo volta à pauta e depois de uma nova votação, a referida resolução manteve as cotas para estudantes negros oriundos de escolas públicas.

A partir da exposição deste contexto, neste capítulo será apresentado um dos resultados das análises que realizamos em um dos registros da reunião do Conselho Universitário, o panfleto de divulgação da mesma.

O presente capítulo segue a seguinte ordem: na sequência apresentaremos algumas reflexões teóricas que orientaram os percursos que este estudo seguiu até então. Em seguida, será exposta nossa trajetória metodológica, a qual foi de base qualitativa, a metodologia deste estudo possui características de um estudo documental e doravante a também utilizou a ACD como metodologia. Para desenvolvermos os procedimentos metodológicos aplicados no tópico das análises, consideramos alguns aspectos que a ACD prioriza como metodologia e proposta de análise, tais como: análise estilística, análise semiótica de imagens, outras propriedades multimodais do discurso e da interação, análise de estruturas específicas (que envolve análise de gêneros textuais em específico), análise pragmática dos atos de fala, atos comunicativos e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática) presentes nos enunciados manifestos na imagem do panfleto.

¹⁷ Este conselho foi assim denominado pela UEPG no documento oficial da ata, pois era uma reunião entre o CEPE e Conselho universitário da instituição.



Em nossas considerações finais serão apresentadas algumas conclusões baseadas em tudo o que será abordado durante as reflexões teóricas, no desenvolvimento da metodologia, também serão avaliadas e expostas algumas considerações acerca dos resultados obtidos nesta parte da pesquisa que será retratada neste capítulo.

ACD COMO DE VISTA TEÓRICO

De acordo com Magalhães (2005) e Ottoni (2007), a Análise Crítica do Discurso, “Análise de Discurso Crítica” (ADC), ou como o próprio Fairclough (2008) se refere “Estudos Críticos do Discurso” (ECD) é considerada herdeira da perspectiva teórica intitulada Linguística Crítica (LC) que foi iniciada pelos pesquisadores Roger Fowler e Guther Kress, na Universidade de *East Anglia*, na Grã-Bretanha no ano de 1979. Segundo Magalhães (2005), o teórico linguista britânico Norman Fairclough da Universidade de *Lancaster* foi um dos pioneiros a utilizar a terminologia Análise de Discurso Crítica dentro de um artigo no *Journal of Pragmatics*.

Fairclough (2005), Magalhães (2005) relatam que na origem de tais vertentes teóricas, tanto a LC como a ACD foram extremamente influenciadas por pesquisas originárias principalmente da Teoria Crítica que é uma vertente do eixo teórico da Teoria Social. Tais perspectivas teóricas são fortemente ligadas aos trabalhos dos filósofos Michel Foucault e Antonio Gramsci, membros da Escola de *Frankfurt*. A Linguística Crítica contribuiu bastante para uma eventual compreensão da linguagem e “sua relação com o social e com noções de ideologia e poder. Com o desenvolvimento desta perspectiva teórica chegou-se à proposição da Análise Crítica do Discurso” (OTTONI, 2007, p. 19).



Assim como Magalhães (2005), Ottoni (2007) e Resende e Ramalho (2009) postulam, a ACD também forma parte do campo da Ciência Social Crítica, pois nesta área são desenvolvidas pesquisas críticas sobre mudança social na sociedade moderna, e o termo discurso, para a perspectiva teórica, se remeteria a “um substantivo contável, em relação a “discursos particulares”- como por exemplo, o discurso religioso, o discurso midiático, o discurso neoliberal” (RESENDE & RAMALHO, 2009, p. 28). Dialogando com as autoras, Van Dijk (2010) define a ACD como “um tipo de investigação analítica e discursiva que estuda principalmente como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (VAN DIJK, 2010, p. 113).

Pode-se compreender, de acordo com a definição do autor que a ACD seria uma vertente da Teoria Social do Discurso, porque ela envolve a Análise do Discurso, com ênfase em uma percepção da linguagem como fato social. Seguindo essa linha de raciocínio, Pereira (2011) e Sales (2012) argumentam que entender o uso da linguagem como prática social seria o mesmo que situar historicamente a linguagem como modo de ação, pois isto equivale a compreendê-lo “como um modo de ação historicamente situado que é constituído socialmente, mas também que é constitutivo de identidades e relações sociais bem como sistema de crenças” (SALES, 2012, p. 31).

Magalhães (2005) também acrescenta que a Análise do Discurso é bastante forte no Brasil desde o início da década de 1980, a partir da publicação da primeira edição do primeiro livro de Eni Orlandi intitulado: *A linguagem e seu funcionamento*, no ano de 1983. Segundo a autora, desde aquela época, tal tradição se consolidou pelo país como Análise de Discurso. Van Dijk (2010) e Pereira (2011) apresentam a Análise Crítica do Discurso como sendo uma vertente da Análise do Discurso. Para os autores, ACD também se tornou um



eixo metodológico, cujo objeto de estudo seria: texto, discurso e contexto social. A Análise do Discurso “compartilha a preocupação de todas as aproximações qualitativas com o significado da vida social, mas tenta fornecer um questionamento mais profundo sobre o estudo de sentido” (PEREIRA, 2011, p. 90).

O autor elenca que a contribuição mais importante do eixo teórico da ACD para a sociedade contemporânea seria o “fato dela examinar o modo pelo qual a linguagem constrói os fenômenos, e não apenas como ela os reflete ou os revela” (PEREIRA, 2011, p. 90), pois Fairclough (2008), um dos pioneiros da ACD, atribuíra aos termos discurso e linguagem a função de práticas sociais. O discurso exerce o papel de representação e de instrumento transformador nas relações de poder. O texto, na visão de Ottoni (2007, p. 30), entraria neste processo como sendo “o canal principal da transmissão da cultura; e é este aspecto- texto como processo semântico da dinâmica social- que mais do que qualquer outra coisa tem moldado o sistema semântico”.

Assim, como também teorizam Fairclough (2008) e Sales (2012), os textos sob a influência das ideologias são também repletos do elemento da interdiscursividade e a grande marca representacional desta manifesta-se nas escolhas lexicais, pois “é por intermédio do vocabulário que se podem divisar os temas ali tratados bem como a perspectiva particular de representação” (SALES, 2012, p. 41). Dialogando com a autora, Pereira (2011) também acrescenta que o papel das ações discursivas no processo de construção e sustentação das relações de poder, seria analisar como sujeitos, atores manipulam os esquemas discursivos que repercutem na luta dialógica, com o intuito de privilegiar algum discurso específico e delimitar a influência de outros tipos de discursos.

Sendo congruente com Pereira (2011), Sales (2012) argumenta que para ACD, o discurso seria orientado tanto pelo interlocutor, potencial ou real, quanto para todos os enunciados e discursos que o



precedem. Portanto, a tendência destes diálogos nos textos é para que haja ostentação de polêmicas que poderão ser explícitas ou implícitas. Por este motivo, Sales (2012) nos induz a refletir que a linguagem se torna um espaço pela luta hegemônica. A autora ainda salienta que a ACD nos indica que é “*no e pelo* discurso” (SALES, 2012, p. 34, grifo do autor) que o combate pela hegemonia é travado e que este, por sinal, é alinhavado através da noção ideológica.

Por esta razão, compreendemos que segundo a argumentação da autora, os eixos que norteiam o campo da ACD envolvem: a identificação dos sujeitos que se beneficiam dos discursos ideológicos e a forma de como estes sustentam o desequilíbrio da desigualdade nas relações de poder. Ottoni (2007) e Pereira (2011) argumentam que o discurso seria um modo de ação pelo qual as pessoas podem agir sobre o mundo, e principalmente, de alguma maneira repercutir na vida de outras pessoas, porque “a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social. Não há, portanto, uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética” (PEREIRA, 2011, p. 91). É possível concluir que a relação entre discurso e estrutura social é um fenômeno intrínseco, pois, ao mesmo tempo em que estes elementos se constroem, ambos são moldados um pelo outro.

O autor ainda complementa que o “discurso centraliza-se na linguagem, nos conteúdos, na lógica dos discursos e na sua relação com os poderes que se escondem atrás desses discursos” (PEREIRA, 2011, p. 93), de tal forma que conforme a argumentação do autor, as relações discursivas apresentam a capacidade de criar padrões, estabelecer regras e comportamentos, códigos de conduta comuns a grupos e classes sociais dentro da sociedade como um todo. Em concordância com Pereira (2011), Sales (2012) e Fairclough (2008) enfatizam que o que o difere a abordagem teórica da ACD das demais vertentes do eixo epistemológico da Análise do Discurso, seria



a prioridade atribuída pelo pesquisador que segue o eixo da ACD, à dimensão crítica relacionada “com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais, o que inclui as relações de gênero e classe social” (MAGALHÃES, 2005, p. 6).

Por conseguinte, a presente pesquisa se enquadra na perspectiva teórica da ACD discutida por Fairclough (2005, 2008) e Pagano & Magalhães (2005, p. 27), na qual “o texto se apropria seletivamente dos sistemas linguísticos”. Conforme os autores, a análise da linguística sistêmica torna-se crucial em favor da linguagem, como um sistema que envolve escolhas ou seleções de alternativas que constituem potencial de significação assim, repercutindo em inclusão e exclusão de elementos linguísticos e discursivos. Porque, segundo Pagano e Magalhães (2005, p. 28), “a análise textual é puramente descritiva”, ao mesmo tempo em que a mesma possibilita a interpretação destas escolhas que podem ser lexicais, discursivas e etc.

Seguindo esta perspectiva teórica e metodológica, esta pesquisa também se adapta à Análise do Discurso Crítica com ênfase nas relações raciais abordada por Van Dijk (2008), pois, assim como enfatiza Magalhães (2005), Van Dijk (2001, 2008, 2010), a ACD vem atuado veementemente como agente que organiza as discussões teóricas que abarcam discurso e racismo na sociedade contemporânea dentro deste universo que compõe a ACD. Conforme Van Dijk (2001) enfatiza, a noção de racismo na sociedade, inicialmente, pode parecer não estar relacionada à noção de discurso, logo, a semântica do termo discurso pode estar relacionado somente ao sentido de articulação. Não obstante, na concepção do autor, esta noção estaria completamente equivocada, uma vez que, os discursos ao serem propagados por meio de textos orais ou escritos, desempenham papel crucial para a propagação do racismo contemporâneo.



O PERCURSO METODOLÓGICO

Neste tópico serão apresentados os procedimentos metodológicos que desenvolveram o momento específico da pesquisa que resulta neste capítulo. Conforme elencamos anteriormente, este trabalho possui características de pesquisa qualitativa; estudo de caso; articulamos uma metodologia documental e principalmente desenvolvemos uma proposta metodológica com ênfase na Análise Crítica do Discurso.

Torna-se pertinente destacar que antes de tudo, o projeto desta pesquisa passou pela Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da UEPG, no mês de fevereiro de 2016 e posteriormente, por conta de questões burocráticas, como ajustes e correções na documentação do projeto que a COEP exigiu, somente no mês de julho de 2016 houve a aprovação deste trabalho no sistema da Plataforma Brasil.

Enquanto o projeto aguardava aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa, realizamos um levantamento de dados pela internet, em busca de documentos como: vídeo, panfletos, fotografias e etc., os quais também são memórias e registros do COU de 2013. Dentre estes materiais coletados na internet, os quais compõem nossa pesquisa documental no presente capítulo, priorizaremos a análise detalhada que realizamos no panfleto de divulgação da reunião do Conselho Universitário.

Para desenvolvermos os procedimentos metodológicos que orientaram as análises deste trabalho, consideramos alguns aspectos que a ACD prioriza como metodologia e proposta de análise, tais como: estilística, análise de imagens, análise de estruturas específicas (que envolve análise de gêneros textuais em específico), análise pragmática dos atos na escrita e análise gramatical (semântica, fonológica, lexical e sintática), Van Dijk (2010).



O PANFLETO DE DIVULGAÇÃO DE UMA DAS REUNIÕES DO COU DE 2013

Para atingirmos tais sugestões de metas de análise contempladas pela Análise Crítica do Discurso, propomos contestar as seguintes reflexões que elaboramos a fim de organizar as análises da Figura 01. Quais são as informações que o texto transmite? Qual é a intencionalidade não declarada explicitamente no texto? Quais são as estratégias linguísticas e discursivas impregnadas na produção dos enunciados? Por que esse texto foi criado? Para quem o texto foi produzido e por quê? Qual a relação entre a escrita e a semiose presentes no panfleto e como isto se dá? Como a linguagem verbal e não verbal dialogam? Como a intertextualidade se faz presente dentro desta esfera discursiva?

Figura 1: Panfleto de divulgação da última reunião do COU ocorrida em 02/12/2013



Fonte: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR –ANDES-SN (2013)



É pertinente destacar que este panfleto foi elaborado pelo SINDUEPG, porém foi publicado no site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. A partir desta publicação, conseguimos visualizar uma parte das proporções que a repercussão da decisão da reunião do Conselho Universitário da UEPG acabou causando. O objetivo principal deste panfleto consistia em convidar mais pessoas para participarem da assembleia do dia 02 de dezembro de 2013 e divulgarem a manifestação do NUREGS, dos alunos, professores, funcionários e dos Movimentos Sociais que eram contra a eliminação da cota para negros na UEPG.

De acordo com a Figura 01, a reunião do Conselho Universitário aconteceria no dia 02 de dezembro de 2013, às 10 horas da manhã. A semiose deste panfleto, ou seja, a mescla entre texto verbal e não verbal, chama-nos atenção por causa da imagem posicionada do lado esquerdo, a qual ilustra a metade de um rosto, um olho de uma pessoa negra que não é possível identificar gênero ou idade específica. Aqui interpretamos que o objetivo discursivo específico dos autores deste panfleto, seria representar a população negra que concorre às vagas em todos os vestibulares da instituição.

Esse aspecto da imagem nos remete à 3ª dimensão, descrita por Moita Lopes (2013), da relação entre ideologias linguísticas e grupos sociais, porque nessa dimensão do fenômeno linguístico, as ideologias podem ser variáveis e seguir o ritmo dos integrantes pertencentes a algum determinado grupo social, uma vez que segundo Pagano e Magalhães (2005), o próprio texto é bastante seletivo dentro do sistema linguístico.

Ainda analisando a Figura 01, identificamos que na parte branca do olho da pessoa negra é retratado o globo terrestre. Presumimos que isso simbolizaria a diáspora africana pelo mundo. Também poderíamos interpretar a partir da observação desta imagem que sutilmente, poderia existir o reflexo de um discurso que proclama haver



restrições de abrangência do sistema de cotas somente para pessoas negras. Aqui não podemos deixar de observar que os estudantes oriundos de escolas públicas, independentemente de suas origens, de alguma maneira futuramente também seriam afetados pela decisão do conselho, uma vez que a porcentagem das cotas sociais seria reduzida a um piso de 35%, dentro de alguns anos na UEPG.

Os povos indígenas também são atendidos pelas cotas raciais na UEPG e em outras IES públicas espalhadas pelo Brasil. Por isso vale inteirar que no caso específico dos povos indígenas na UEPG não há vagas reservadas para eles nos vestibulares de inverno, verão e Processo Seletivo Seriado (PSS)¹⁸ da instituição, assim como há para os negros e estudantes oriundos de escolas públicas, por conta da existência de uma lei federal, a qual institui um sistema de seleção específico para os indígenas na UEPG e em outras IES públicas espalhadas pelos país.

Devido a essas observações é possível concluir que nesta imagem pode haver a presença de um discurso que proclama que as cotas raciais seriam somente destinadas aos negros. Visto que não há a representação de outros alunos das escolas públicas provenientes da mistura de outros povos que também formam parte da diversidade racial e cultural da população brasileira.

Seguindo esta linha de raciocínio, pensamos que tais sujeitos também poderiam ser representados, a fim de reproduzir um discurso que afirma que as políticas de cotas não são um estigma sobrecarregado de negatividade que se restringe somente à população negra no Brasil. Pelo contrário, as políticas de cotas são, sim, uma modalidade de

¹⁸ Modalidade de seleção alternativa que os estudantes, ainda matriculados desde o primeiro até o terceiro ano do ensino médio, podem participar para tentar ingressar em algum dos cursos superiores de graduação presenciais que a UEPG oferece. Esse tipo de seleção alternativa institucional que é semelhante ao vestibular da universidade se desenvolve de maneira gradual, cumulativa e sistemática. (Informações contidas no Manual do candidato – PSS I, UEPG, 2019).



ação afirmativa conquistada pela população negra e outros grupos discriminados pela sociedade, para se ter acesso à educação de nível superior e a outros direitos que historicamente foram renegados a eles. Nesse panfleto poderia ser demonstrado que tais grupos sociais apoiam o NUREGS e o Movimento Negro nesta luta.

Vale ressaltar que no contexto específico cujo panfleto foi produzido, a causa da permanência das políticas de cotas para negros na Universidade Estadual de Ponta Grossa estava sendo ameaçada e precisava ser defendida. Como Moita Lopes (2013) afirma, a língua associada aos aspectos sociais e culturais, torna-se um projeto discursivo e não um fato estabelecido, de tal forma que o projeto discursivo é orientado por ideologias que envolvem dimensões convergentes de um grupo que por meio da linguagem expressa seus interesses e reivindicações.

Sobre o texto escrito do lado direito do panfleto, destacamos o primeiro enunciado que aparece na parte superior: *“Dizemos não à decisão do conselho universitário de retirar as cotas raciais e diminuir as cotas sociais”* ANDES-SN (2013 grifo do autor).

Neste trecho que destacamos aparece claramente a ideologia presente no discurso dos autores deste panfleto que se manifestam contra a decisão da elite minoritária da instituição, a qual decidiu banir as cotas raciais na universidade. Também, destacamos nesta sentença que os termos: *“não”* e *“conselho universitário”* ANDES-SN (2013)

Anunciam a ideologia do discurso principal dos opositores à decisão dos membros do Conselho Universitário de 2013. Antes mesmo de lermos detalhadamente a ideia expressa no restante da sentença, logo abaixo deste enunciado, vem escrito as informações correspondentes ao local, data, horário da manifestação e da reunião. Em seguida, vem a sentença mais destacada de todas: *“COTAS SIM! ENQUANTO FOREM NECESSÁRIAS!”* ANDES-SN (2013).



Consideramos este enunciado como sendo o segundo elemento dentro do panfleto que mais chama atenção. Pois, este conteúdo expressa a ideologia presente no discurso principal dos estudantes, do NUREGS, do Movimento Negro, professores e funcionários da instituição, de serem favoráveis às cotas. Também é pertinente observar que no enunciado do panfleto de ANDES-SN (2013): “*ENQUANTO FOREM NECESSÁRIAS!*”

É expresso claramente o discurso de que as cotas são uma medida temporária e não permanente de inclusão social que elas deveriam ser mantidas dentro da universidade e na sociedade como um todo somente até quando continuarem elevados os números de desigualdades sociais. Essa característica do panfleto que nos recorda Van Dijk (2008) que elenca que as raízes das injustiças sociais se encontram nas desigualdades raciais.

Pela lógica desta sentença identificamos o discurso que proclama que quando houver mais inclusão significativa de pessoas de negras, indígenas e estudantes de baixa renda no ensino superior. Não haverá mais sentido para a existência das políticas de cotas, como medidas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, por enquanto, ainda é conveniente que as cotas sejam mantidas e não abolidas como parte do sistema político da instituição.

Por último, para completar esta esfera discursiva do panfleto, identificamos que há presença de intertextualidade que se manifesta na fala da autora Rosa Luxemburgo, citada no panfleto. Segundo Guimarães e Guerra (2013), Luxemburgo foi uma grande pensadora polaco-germana marxista que ficou mundialmente famosa pela militância revolucionária nas questões políticas da Polônia, no final do século XIX. Portanto, podemos observar na seguinte fala da filósofa: “*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais humanamente diferentes e totalmente livres Rosa Luxemburgo*” ANDES-SN (2013)



Observamos este trecho e com isso constatamos que pelo fato de a autora ter sido militante do movimento marxista, há indícios desta ideologia política no discurso do enunciado que destacamos. Tal ideologia política que prega a luta de classes e a equidade numa sociedade que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e se tornem iguais perante o estado, Konder (2002).

Também seria relevante destacar neste panfleto que a linguagem visual ajuda a reafirmar ainda mais o discurso da linguagem escrita. Por conta da criação do contexto, do ambiente que envolve a imagem. É possível perceber isso pela semiose, a presença da cor vermelha no panfleto que é a cor da bandeira política socialista marxista. Por conseguinte, este aspecto nos alude a interpretação de que há a reafirmação desta ideologia propagada no discurso do panfleto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões que promovemos durante este capítulo, as quais também são um dos principais resultados que a pesquisa representada obteve, é possível concluir que todos os textos, inclusive as imagens, reproduzem discursos orientados por ideologias. A partir desta conclusão, podemos alegar que durante nossas análises, a semiose, interação entre texto escrito e linguagem não verbal expressam mais informações do que àquilo que foi manifestado explicitamente no texto.

Ou seja, aqui faz sentido àquele ditado popular que afirma que uma imagem diz mais do mil palavras, essa característica estava bastante evidente no panfleto quando realizamos a leitura interpretativa, do que simbolizaria a imagem ilustrativa de uma pessoa negra dentro do texto, a qual não especificava gênero, idade, classe social, entre outros aspectos. Àquele olhar com uma imagem de um globo terrestre



simplesmente estava representando o povo negro e a diáspora africana pelo mundo, pois a linguagem visual ajuda a reafirmar ainda mais o discurso da linguagem escrita, de tal forma que uma linguagem complementa a outra, aí encontramos o sentido da semiose.

Quanto a representação imagética do panfleto, questionamos o fato de haver apenas a representação da população negra, aqui vale lembrar que na UEPG outras minorias que geralmente tendem a ser bastante excluídas dos espaços acadêmicos, elas também poderiam ser representadas, a fim de transmitir uma mensagem de apoio pela causa que eles estavam defendendo em comum.

Uma vez que, junto com o NUREGS, o Movimento Negro da região também haviam outros populares, muitas pessoas da comunidade acadêmica que foram estudantes de escolas públicas e só conseguiram ingressar na UEPG via cota social, havia também a presença do Movimento dos Sem Terra (MST) que também estavam lá para defender a causa da manutenção da cota para negros e a não diminuição gradativa das vagas destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas nos concursos de vestibulares e PSS.

Portanto, cogitamos que a possibilidade de que essas representações das múltiplas faces das políticas de ações afirmativas destinadas a outros grupos (indígenas, pessoas com algum tipo de deficiência física, estudantes de escolas públicas, LGBT) criariam um contra-argumento àquelas ideias de senso comum de que nas universidades só existem cotas para negros e a cota por si só é uma forma de discriminação contra negros.

A questão da cor vermelha dentro do panfleto também tinha uma simbologia, a qual expressava a ideologia, orientação política das pessoas que estavam envolvidas nessas manifestações e isso foi reafirmado pelo aspecto da intertextualidade, onde foi trazido para dentro do panfleto uma fala bastante conhecida de Rosa Luxemburgo.



REFERÊNCIAS

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cultura visual e infância. In: 31 Reunião da ANPED, 31., 2008. *Sessões Especiais 31ª Reunião da ANPED*. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, 2008, p. 102-132.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. 2. reimp. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, 2008. cap. 3. p. 89-131.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Tradução de Iran Ferreira de Melo. Londres: Sage, 2005. p. 307-329.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia antes de Marx. In: KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 15-50.

MAGALHÃES, Maria Izabel. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. *Revista D.E.L.T.A.: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada*. São Paulo. v. 21, p. 3- 8, fev./ago. 2005.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ideologia Linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (org.). *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013, p.18-52.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. As representações identitárias de gênero no humor sexista. In: OTTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília de (orgs.). *Discursos, identidades e letramentos: abordagens da Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 25-62.

OTTONI, Maria Aparecida Resende. *Os gêneros do humor no ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem discursiva crítica*. 2007, 399f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia. Análise Crítica do Discurso e Teorias Culturais: Hibridismo Necessário. *D.E.L.T.A.: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada*. São Paulo. v. 21, p. 21- 42, fev./ago. 2005.

PEREIRA, Ilídio Medina. *Debate público e opinião da imprensa sobre a política de cotas raciais na universidade pública brasileira*. 2011, 238f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.



QUADROS, Daiane Franciele Moraes de. *Discurso e poder: um olhar acerca das ações afirmativas na UEPG em 2013*. 2017, 231f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2017.

QUADROS, Daiane Franciele Moraes de; JOVINO, Ione da Silva. A cartilha informativa sobre as políticas de cotas na UEPG publicada em 2016: um olhar por meio da análise crítica do discurso. *Cadernos Discursivos*. Catalão, GO, v. 1 n. 1, p. 76-98, 2017.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Ciência Social Crítica e Análise de Discurso Crítica. In: RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 25-54.

RIVAS, Claudia Cecilia Martínez; DIEZ, Xoán Carlos Lagares. Ideologias linguísticas e políticas de línguas indígenas no Brasil e no México. *Anais do V SAPPIL - Estudos de Linguagem*. UFF, n.1, p. 132-146, 2014.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN (2013). *SINDUEPG publica Moção de Repúdio ao fim das cotas em Ponta Grossa*. Disponível em: <<https://bit.ly/2YFQoyo>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SALES, Mara. Marçal. *Á flor da pele: uma análise crítica de discursos empresariais sobre diversidade racial no trabalho*. 2012, 258f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Graduação. *Fique ligado PSS UEPG é pra você: Manual do Candidato I*. Ponta Grossa, PR, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2PftKF7>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

VAN DIJK. Teun. A. Análise Crítica do Discurso. In: VAN DIJK. Teun.; HOFFNAGEL, J. (Org.); FALCONE, K. (Org.). *Discurso e Poder*. Tradução de Leonardo Mozdzenski. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 113-132.

VAN DIJK. Teun. Discurso y racismo. In: GOLDBER, D.; SOLOMONS, J. (Eds.) *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. Traducción de Christian Berger. Oxford: Blackwell, 2001. p. 191-205.

VAN DIJK. Teun. Introdução. In: VAN DIJK. Teun. (Org.). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-24.



5

Marília Gasparovic
Gesualda dos Santos Rasia

Aylan Kurdi
e *Charlie Hebdo*:
discursividades
que se repetem
e se modificam
em histórias
entrelaçadas



INTRODUÇÃO

Quanto mais tentamos explicar (e até mesmo compreender) todo o enredo da vida das chamadas *minorias*¹⁹, como os migrantes, refugiados e muçulmanos, mais as palavras escapam. A incompletude que incorpora o discurso sobre o fluxo migratório, sobre a necessidade de asilo por tantos cidadãos e sobre os fiéis do Islamismo, por exemplo, é vista pelo filtro disseminado pela mídia. Fala-se sobre números e estatísticas, sobre tragédias, sobre preconceito. Fala-se muito, mas não é suficiente. Concordamos com Bauman (2003): mesmo quando se fala tudo sobre os importantes temas da vida, ainda há muito o que dizer.

Essa incompletude se dá, também, por se falar *sobre*, mas não se ouvir a voz dos próprios migrantes, refugiados e marginalizados. Quando algo chocante ocorre, o mundo para e tenta ouvir aquilo que é abafado constantemente: o *outro*, o estrangeiro, o migrante, o refugiado, o muçulmano, o *diferente*, pois é assim que se vê, muitas vezes, esses grupos sociais. Um dos casos com repercussão mundial sobre crise de refugiados foi a morte do garoto sírio Aylan Kurdi²⁰, durante sua tentativa de travessia, juntamente à família, para a Turquia. O garoto foi encontrado sem vida em uma praia no país de destino. A criança e a família fugiram da Síria por conta da guerra, mas não sobreviveram à travessia entre a Turquia e a Grécia. Apenas o pai, Abdullah, se salvou.

19 As minorias estão relacionadas a grupos que estão em situação de submissão, dependência e subordinação em relação a outros grupos se considerados os jogos de forças na sociedade.

20 02 de setembro de 2015.



Figura 1: Aylan Kurdi encontrado em praia na Turquia



Foto: Nilüfer Demir

A imagem de Aylan tornou-se um símbolo do drama vivido pelos refugiados. Os veículos de comunicação brasileiros também se posicionaram sobre a morte do menino, e o fizeram de forma distinta uns dos outros. Isso se explica por conta das diferentes ideologias que perpassam seus discursos e, conseqüentemente, as linhas editoriais de cada periódico.

Outro fato que obteve destaque foi o atentado ao semanário francês *Charlie Hebdo*, em 2015, por envolver a crença muçulmana e discussões acerca da liberdade de imprensa. O periódico publicou charges retratando o profeta Maomé pela via do humor ácido, satirizando a religião, o profeta e seus seguidores. As charges foram consideradas ofensivas pelo Estado Islâmico, que revidou invadindo a redação do *Charlie Hebdo* e assassinando os jornalistas. O próprio Aylan Kurdi foi retratado em charges polêmicas pelo periódico, fato que uniu material e historicamente os dois episódios que são foco deste trabalho. O discurso de ódio que envolve a morte do menino sírio, as publicações do *Charlie Hebdo* e a repercussão dos casos no Brasil é o vínculo entre essas histórias aos nossos olhos; por essa razão, foram postos em relação nesta pesquisa.



Nesse sentido, são analisadas, neste artigo, uma charge publicada no periódico *Charlie Hebdo* e sequências discursivas (SDs) retiradas de colunas opinativas: *O pequenino afogado Aylan Kurdi nos faz chorar e pensar*, escrita por Leonardo Boff e publicada no portal da revista eletrônica *Carta Maior*; *Ataque covarde e sanguinário contra semanário satírico Charlie Hebdo na França é o maior atentado contra a imprensa na Europa desde a II Guerra Mundial – e infelizmente deve reforçar o sentimento anti-islâmico e anti-imigrantes na União Europeia*, escrita por Ricardo Setti e publicada no portal da *Veja*; e *Je ne suis pas Charlie*, escrita por Rafo Saldanha e publicada na coluna de Leonardo Boff na *Carta Maior*.

Diante da amplitude dos fatos e de suas repercussões, considerou-se relevante tê-los como objeto de estudo desta pesquisa. Objetivamos, então, observar e compreender o efeito de sentido gerado a partir das colunas e da charge que constituem o *corpus*, identificando as relações existentes entre a repercussão midiática da morte de Aylan Kurdi e do atentado ao periódico *Charlie Hebdo*, focando na reprodução do discurso de ódio, nas condições de produção dos episódios e nas Formações Ideológicas e Discursivas nas quais se inscrevem os discursos das charges e colunas analisadas.

ANÁLISE DO DISCURSO: ENTRELAÇANDO NOÇÕES BASILARES DA TEORIA

Imigração, religião, liberdade de imprensa, crise de refugiados e discurso de ódio são temas complexos e de considerável implicação social. Por esta razão, acreditamos que a Análise do Discurso de orientação francesa é adequada e condizente à proposta deste trabalho, já que a teoria, a qual é um vértice entre tantas áreas de conhecimento, possibilita a compreensão de como são produzidos



e reproduzidos discursos, bem como constituídos, disseminados e silenciados os sentidos diante de cenários como os já apresentados.

Em AD, o sentido não é algo pronto e acabado, nem mesmo uma possibilidade única. De um mesmo enunciado, é possível apreender múltiplos – porém, finitos e restritos – efeitos de sentido, de acordo com a formação discursiva (doravante, FD) de quem enuncia, assim como de quem entra em contato com o dizer. O discurso, objeto da AD, é a materialização entre o ideológico e o linguístico, o que desperta a necessidade de uma análise ampla, contextualizada. Quando definidas por Pêcheux (1997, p. 81), as condições de produção foram vistas como “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, tanto por parte do locutor quanto do interlocutor. Durante a revisão do conceito de condições de produção (PÊCHEUX; FUCHS, 1975), elas passaram a ser entendidas como afetadas pelo histórico. Sendo as circunstâncias em que o discurso é produzido, são uma junção entre o jogo de imagens entre interlocutores e todo o enredo histórico que envolve o discurso.

A importância do sujeito em AD se dá justamente pelo seu teor de complexidade, visto que ele se constitui enquanto sujeito no momento em que se inscreve em determinadas discursividades, produzindo sentido sobre elas. De acordo com Pêcheux (2009, p. 64), “as palavras podem mudar de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, já que é a ideologia que faz com que um enunciado queira dizer o que diz. O autor ainda afirma que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos do *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), visto que o sujeito não é a origem daquilo que enuncia, mesmo crendo por vezes que sim.

É preciso abarcar o funcionamento do campo do dizer: a FD, cujo conceito foi cunhado por Foucault e incorporado pela AD já em



sua primeira fase. Para o autor, a FD é vista como o conjunto possível de enunciados que não são meramente objetos linguísticos, isto é, não é a sua linearidade formal que garante a unidade do discurso, haja vista que a FD consiste no conjunto de enunciados que delimitam o discurso. Segundo Pêcheux (2009), a FD, desde que regulada pelo âmbito das Formações Ideológicas (FIs), indica tudo aquilo que pode e deve ser dito de acordo com o lugar e a posição social, histórica e ideológica ocupada pelo falante. As FDs estão em constante diálogo umas com as outras, visto que podem ser *aliadas* para fortalecer determinados posicionamentos ou contestar o que é defendido por outras. Destaca-se que FIs relacionam-se com as instituições, o que acaba por determinar os lugares sociais ocupados pelos sujeitos em sociedade. Os saberes que constituem os discursos das FDs não são de agora: são históricos, fazem parte do interdiscurso. Nesse processo também ocorre a constituição dos sentidos, já que todos os saberes presentes no interdiscurso são assumidos pelas FDs e, a partir da tomada de decisão dos sujeitos, observam-se os efeitos de sentido.

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO *CHARLIE HEBDO* À CIRCULAÇÃO MUDIÁTICA

O atentado ao *Charlie Hebdo* ocorreu em janeiro de 2015. A revista, que surgiu na década de 70, é um veículo semanal satírico, cujos principais temas são política, cultura, economia e religião. Parte do que é publicado pela revista objetiva criticar as religiões conservadoras, o que não é bem aceito pelos religiosos. O semanário sofreu processo judicial em 2006 e foi alvo de ataques em 2011 e 2012, o que garantiu proteção policial aos jornalistas. Mesmo assim, a linha editorial da revista não foi alterada, e as caricaturas e charges, consideradas



ofensivas pelos muçulmanos, continuaram a ser publicadas. Em 7 de janeiro de 2015, a sede da *Charlie Hebdo* foi invadida por três terroristas do Estado Islâmico, que, em resposta, assassinaram 12 pessoas, sendo dez jornalistas e dois policiais.

O fato mobilizou a atenção e o debate mundiais por envolver questões relacionadas à (in) tolerância religiosa e à liberdade de imprensa. Ao lado desses temas outro que tem ocupado lugar central nas pautas contemporâneas e que aqui colocamos em relação é a crise dos refugiados, da qual o menino sírio Aylan Kurdi tornou-se símbolo ao ser fotografado sem vida, na Turquia. O drama dos refugiados é historicamente polêmico, visto que as causas, em grande parte, pautam-se em lutas por territórios e interesses políticos, deixando em segundo plano a vida humana. Por um gesto de interpretação, unir os dois episódios em uma mesma análise se faz pertinente. Um dos aspectos que fez convergir o atentado ao *Charlie Hebdo* e a morte de Aylan foi a liberdade de imprensa. Se há limites a ela, quais seriam? Não há como debater o funcionamento da imprensa sem considerar os jogos de força e de interesse que estão envolvidos na prática midiática. Por se tratar de um espaço onde há disseminação de ideias e interesses políticos/pessoais, a mídia de forma alguma é isenta ou neutra.

Diante do exposto, analisamos como se dá a tomada de posição dos sujeitos do discurso de *Veja* (DV), de *Carta Maior* (DCM) e do *Charlie Hebdo* (DCH) e como se instaura o espaço tenso entre o lugar social de jornalista e a inscrição na ordem da ideologia. Não propomos encontrar um resultado. Mais do que isso, a AD objetiva fomentar reflexões sobre as consequências sociais das práticas discursivas. Em relação ao *corpus* desta pesquisa, foram selecionadas como materialidades discursivas colunas opinativas e charges que versam sobre os dois eventos já citados. Os acontecimentos foram postos em relação por um gesto nosso de interpretação: o discurso de ódio permeia os dois fatos. Por meio de charges do *Charlie Hebdo* sobre



a morte do garoto houve a união material e histórica dos dois casos. A noção de SD, proposta por Courtine (2009) refere-se a “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (COURTINE, 2009, p. 55) e permitiu romper com “o postulado de homogeneidade” que dominava as constituições de *corpus* em AD (COURTINE, 2009, p. 90). Após a seleção das SDs, atentou-se para as pistas linguísticas. O primeiro passo para compreender as análises é conhecer os veículos de comunicação em destaque neste trabalho.

A *Carta Maior* é uma revista eletrônica que se autodenomina “Portal de Esquerda”, fundada em 2001. Defende a democratização da mídia e do Estado brasileiro. O foco da revista são direitos humanos, meio ambiente, política, economia e movimentos sociais. Já a *Veja* foi fundada em 1969 e é publicada pela Editora Abril. Aborda política, economia, cultura, religião etc. É a revista brasileira de maior circulação nacional. A linha editorial do periódico é de tendência neoliberal.

VEJA: EM PAZ COM A LIBERDADE DE IMPRENSA, EM GUERRA CONTRA OS CHOQUES CULTURAIS

A partir da SD01, inscrita em uma formação ideológica constituída por práticas e representações relacionadas à liberdade de imprensa, já é traçado um perfil de quem são os muçulmanos. Por mais que, em tese, o sujeito do DV esteja se referindo aos responsáveis diretos pelo atentado, a adjetivação e a forma como é construído e disseminado o discurso acaba produzindo efeito de homogeneização, de modo que todos os muçulmanos acabam sendo considerados fanáticos.

SD 01: O *cruel* e *covarde* ataque de *fanáticos assassinos muçulmanos* contra o semanário satírico francês “*Charlie Hebdo*”, provocando a morte de *12 pessoas*, inclusive de



quatro cartunistas *idolatrados* na França, já é considerado o *maior atentado* contra a *imprensa livre* desde a II Guerra Mundial na Europa (grifos nossos).

O atentado ao *Charlie Hebdo*, enquanto evento histórico, é (re) dito a partir da narrativa midiática, a qual, enquanto prática histórico-social, produz discursivizações sobre ele, o que implica os modos como os significados sobre o fato passam a se sedimentar. E isso tem a ver com o trabalho do colunista, que se refere ao episódio tanto a partir da seleção de diferentes itens lexicais quanto a partir do modo como estes são linearizados/organizados: de um lado, as adjetivações ao ataque, as quais se inscrevem em um eixo de negatividade: “*cruel*”, “*covarde*”, “*o maior atentado*”, as quais se encontram em contiguidade às adjetivações atribuídas aos muçulmanos: “*fanáticos assassinos*”. De outro lado, o alvo do ataque, “*12 pessoas*” e “*cartunistas idolatrados na França*”, cuja abertura de sentidos permite a interpretação de conteúdos relacionados à inocência. Há a qualificação de “livre” para a imprensa. Este atributo faz convergir sobre as práticas midiáticas o resultado que se quer fazer “vencedor” no jogo de forças nos dois polos anteriormente descritos (o da negatividade e o do maniqueísmo): se a imprensa é livre, muçulmanos só podem ser assassinos cruéis e covardes ao atacarem cartunistas idolatrados que nela se expressam.

O termo *covarde* é um dos adjetivos utilizados para fazer referência aos responsáveis pelo ataque. A função gramatical do adjetivo restringe-se a caracterizar um substantivo; no caso, o adjetivo *covarde* caracteriza o *ataque*. Já a função discursiva considera o(s) efeito(s) de sentido constituído(s) a partir dos lugares de leitura. Nesse caso, a função parece ser a de evidenciar a distância entre muçulmanos e cartunistas, assim como entre outros inscritos nas mesmas FDs dos sujeitos em questão, uma vez que aponta os cartunistas como indefesos, circunstancialmente *mais fracos*, enquanto os muçulmanos, os *covardes*, agiram contra quem estaria impossibilitado de se defender. Entretanto, é silenciado o fato de



que, quando publicadas as charges satirizando o profeta Maomé, os seguidores do profeta também se sentiram impotentes e sem defesa, já que a mídia, com todo o poder que detém, estava, de acordo com o olhar dos fiéis, menosprezando sua crença.

Ao dizer que os cartunistas franceses eram *idolatrados*, o enunciador do DV assume posicionamento favorável ao humor ácido e deixa transparecer que o atentado não afetou apenas ao *Charlie Hebdo*, mas a toda a França, que perdeu ídolos; por isso, condena os muçulmanos. Os profissionais do *Charlie Hebdo* são apresentados pelo DV como vítimas da situação, enquanto os muçulmanos *fanáticos* seriam os vilões. Pode-se dizer que há pontos de encontro entre as posições do sujeito do DV e do DCH, já que se inscrevem em uma FD de defesa da liberdade de imprensa sem censura, pelo menos no que lhes convém.

SD 02: Em geral *muito pouco* qualificados profissionalmente, com *dificuldades imensas* para adaptar-se à cultura ocidental e para aprender o idioma, essas pessoas, *majoritariamente* muçulmanas, *acabam permanecendo indefinidamente* no país graças a grupos de pressão vários, *inclusive defensores dos direitos humanos*, dificultando a adoção de políticas de imigração dos governos destinadas a preencher *necessidades específicas da sociedade* (grifos nossos).

O enunciador do DV, enquanto sujeito que se constitui no cerne de uma ideologia dominante e hegemônica, contrária aos subsídios públicos em prol de migrantes, reproduz discursos meritocráticos, que menosprezam esses estrangeiros, e os colocam em posição de inferioridade em relação aos europeus. O uso linguístico dos intensificadores (*muito pouco, imensas, majoritariamente*) só demonstra que os sentidos efetivados são delimitados por aquilo que a posição em que o sujeito do discurso se inscreve permite dizer: os migrantes são *muito pouco* qualificados profissionalmente; apresentam *dificuldades imensas* para adaptar-se à cultura ocidental



e aprender o idioma; são *majoritariamente* muçulmanos. O sujeito do DV não se dá conta de que reproduz discursos já cristalizados, sendo acionados por meio de uma memória que aponta como consequência aquelas que são, possivelmente, as causas das dificuldades de migrantes e muçulmanos. São silenciados pelo sujeito do DV alguns fatos: a falta de oportunidades de emprego para migrantes e muçulmanos; o preconceito enfrentado por eles, adultos e até crianças, por conta de sua origem, crenças, vestimentas e situação social; dentre tantas outras situações.

No imaginário sobre os migrantes, espera-se que eles se submetam às condições impostas pelo país de abrigo, já que estão recebendo um *favor* por serem acolhidos, como se não fossem *merecedores* ou *dignos* de uma vida com as mesmas condições e direitos dos demais cidadãos. O discurso disseminado é atravessado por saberes da ordem da meritocracia, pois é reforçado o pré-construído de que o respeito *merecido* pelos migrantes é conquistado por meio de qualificações profissionais, independentemente de haver ou não oportunidades. O sujeito do DV, ao dizer que os migrantes *acabam permanecendo* no país, abre espaço para a compreensão de que eles não deveriam ali permanecer, mas, se permanecem, não seria por *mérito próprio* ou conquistas, mas sim pelo usufruto de benefícios adquiridos por conta da pressão exercida pelos defensores dos direitos humanos. Nessa abertura de sentidos, entende-se que, para o sujeito do DV, deve haver *merecimento* para que o sujeito tenha esses direitos, não basta ser *humano*.

Considerando que a língua não é neutra e que, por ela, são explicitadas as relações de poder, pode-se dizer que *Veja*, por meio do enunciador, ao defender a necessidade de preenchimento de *necessidades específicas da sociedade*, não determina quem é a sociedade a que se refere, possibilitando que sejam levantadas questões: quem faz parte desse conjunto e quem não faz? Que condições precisam



ser preenchidas para ser considerado cidadão no sentido pleno, aquele que cumpre deveres, mas também goza de direitos?

SD 03: A Alemanha, *cujo passado nazista* contribui para que os governantes ajam com *extrema* cautela no trato da questão, vive uma situação *cada vez mais* complicada: *só no ano passado, mais de 200 mil refugiados*, sobretudo da guerra civil na Síria, ingressaram em seu território, e a maior parte deles, *por força de diferentes leis, acabam fazendo jus* a ajudas e subsídios dos cofres públicos (grifos nossos).

Na SD 03, o nazismo da Alemanha não é citado à toa. A menção ao passado opressor do país faz emergir o encontro entre história e memória, acionadas de forma a justificar a razão pela qual a Alemanha *acaba tendo* que aceitar muitos refugiados, em troca da dívida a ser paga pelo Estado alemão, o que acabaria funcionando como a retirada simbólica de um peso da consciência da nação. Mas há também outros fatores que contribuem para que a Alemanha abrigue os refugiados e estes busquem primeiramente abrigo na nação alemã, que não são ditos na coluna de *Veja*. Existe uma regra europeia, chamada de Regulação de Dublin, que exige aos refugiados que solicitem asilo no primeiro país em que chegarem ao continente europeu.

Entretanto, a Alemanha abriu uma exceção para os sírios, autorizando que seja feito o registro independentemente de que país os recebeu. Assim, muitos refugiados automaticamente buscam asilo na Alemanha e recusam registro em outros países. O que também motiva a Alemanha a *desejar* que haja a entrada de refugiados sírios é a queda da taxa de natalidade no país enquanto cresce a população idosa. Supõe-se, com isso, que a visão alemã é justamente utilizar a força de trabalho dos refugiados, agora escassa no país. Ao apontar como negativa a entrada de refugiados no país, por demandarem auxílios do governo, o sujeito do DV parece ir na contramão do que é evidenciado pelas portas abertas da Alemanha.



Nesta SD, o funcionamento discursivo resulta do modo como se articula a materialidade linguística a partir das orações subordinadas adjetivas. Numa leitura linear, a oração subordinada substantiva adjetiva explicativa teria simplesmente um papel acessório, de acrescentar uma informação de que, possivelmente, os leitores já teriam conhecimento. Contudo, em uma análise discursiva, não há o que não signifique: se não seria preciso dizer o que é, em tese, acessório, por que se diz? A proposição incidente estabelece uma relação de causa: é como se a Alemanha se visse em uma situação complicada em relação aos refugiados em razão de seu passado nazista. Os motivos, já expostos, reforçam as ações contemporâneas de acolhimento de refugiados, cuja crise se relaciona, de alguma forma, ao Holocausto, ou seja, o sentido se estabelece pelo que significa na história.

A oração relativa *cujo passado nazista contribui para que os governantes ajam com extrema cautela no trato da questão*, de caráter aparentemente secundário, representa e aciona reflexos de um passado que não é esquecido. Não é *qualquer* país que vive uma situação peculiar, nem mesmo é *qualquer* situação complicada: o país, que já viveu momentos emblemáticos antes, vive hoje episódios que exigem olhares e atitudes delicados, e toda a razão disso é abarcada em uma proposição incidente, que irrompe no fio do discurso processos de significação para a proposição de base.

CARTA MAIOR: O ATRAVESSAMENTO DE SABERES DO DISCURSO RELIGIOSO E A DEFESA DA CENSURA À MÍDIA

Aylan Kurdi, conforme já mencionado, foi encontrado morto em uma praia, na Turquia, em setembro de 2015. A foto de Aylan, sem vida, foi destaque na mídia em todo o mundo, tornando-se símbolo da crise



dos refugiados. A morte do menino e seu registro fotográfico foram ressignificados e se entrelaçaram, por meio da memória e da história, com tantos outros episódios de discurso de ódio. Em contraste a isso, alguns veículos de comunicação buscaram manifestar apoio à causa dos refugiados e tristeza pela morte de Aylan, conforme é representado por SD recortada da coluna publicada na revista eletrônica *Carta Maior*:

SD 04: O *pequenino* sírio de 3 a 4 anos jaz afogado na praia, pálido e ainda com suas *roupinhas* de criança. [...] Ayslan Kurdi é seu nome. Sua mãe e seu *irmãozinho* também morreram. O pai não pôde segurá-los e *lhes escaparam das mãos, tragados pelas águas* (grifos nossos).

O DCM é construído de forma emotiva, sentimental, utilizando marcas linguísticas que fazem usualmente referência ao universo infantil, como o uso dos diminutivos. Uma das funções das formas diminutivas é a associação à afetividade, como ocorre no texto do sujeito do DCM. Por mais que, nesta primeira SD, o enunciador do DCM não esteja se dirigindo diretamente ao menino, como em uma carta, há uma antecipação do que o interlocutor poderia pensar/sentir, o que é intensificado com a linguagem infantilizada. Isso acontece também porque o sujeito do DCM inscreve-se na FD cristã, o que motiva o discurso da compaixão. Considerando que a seleção do léxico também significa, pode-se afirmar que as palavras “pequenino”, “roupinhas” e “irmãozinho” não foram selecionadas aleatoriamente para estarem no diminutivo. Uma vez que os termos estão ligados à infância, à emoção e ao próprio Aylan, trazem mais apelo sentimental do que se outras palavras fossem grafadas no diminutivo, haja vista que os sentidos constituídos poderiam alterar a significação de todo o texto.

Na mídia, são constantemente divulgados casos de tragédias sobre a guerra da Síria, agrupando-os e transformando-os em estatísticas, sem apresentá-los, de fato, em sua individualidade, o que desumaniza o episódio e distancia o interlocutor da realidade de milhares de pessoas em situação de crise. Acionando essa situação



em seu discurso, o enunciador do DCM apresenta aos leitores a identidade do menino, *Aylan Kurdi* é seu nome, ressaltando, o vínculo afetivo que estabeleceu com a história de Aylan. O pai de Aylan conseguiu sobreviver, e é apontado pelo sujeito-colunista como um *quase* herói, que tentou salvar a família, mas *não pôde segurá-los*, isto é, a circunstância em que se encontravam impediu o pai – homem, posição vista historicamente nas sociedades patriarcais como sujeito figura chefe da família, com o dever de protegê-la – de salvar os filhos e a esposa.

SD 05: *Você não pôde chegar a um lugar de paz. Mas agora, apesar de toda a tristeza que sentimos, sabemos que você, tão inocente, chegou a um paraíso onde pode enfim brincar, pular e correr por todos os lados na companhia de um Deus que um dia foi também menino, de nome Jesus [...]. E vai jogar futebol com você; você vai poder pegar no colo um gatinho e correr atrás de um cachorrinho. [...] Você não morreu, meu querido Aylan. Foi viver e brincar num outro lugar, muito melhor (grifos nossos).*

Pode-se dizer que, no discurso cristão, há a constituição do sujeito por meio da interpelação por um ser considerado elevado. Há respaldo, mesmo em Estados laicos, para o discurso religioso, uma vez que crenças pessoais, quando ligadas a instituições históricas, como a igreja, fazem parte de dizeres respeitados socialmente. Segundo Orlandi (2009, p. 242), discurso religioso é “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus”.

A crença cristã indica que, após a morte física, as *boas almas*, de bom coração, iriam para o paraíso, local de paz, ou seja, lugar oposto ao que vivia o menino sírio. As aberturas de sentido do discurso do enunciador do DCM, assim como as adjetivações utilizadas, enquadram Aylan e as crianças em geral em uma esfera de inocência, o que os direcionaria, segundo a crença cristã, para o paraíso. O intensificador indica discursivamente que há preferência



pela vida pós-morte, entretanto, não se nega a tristeza sentida pela partida da criança. O uso da primeira pessoa do plural (*sentimos, sabemos*) insere o enunciador do DCM em um grupo, o qual não é delimitado por ele. Quem sente? Os cristãos? Todos sentem? A escolha lexical manifesta o esquecimento nº 2, como se houvesse apenas esta forma de dizer o que se diz. O sujeito do DCM, diferentemente do sujeito do DV, indica que não aprova as publicações satíricas de *Charlie Hebdo*, nem mesmo a liberdade de expressão em que o periódico se respalda. Logo no início de seu texto, o sujeito do DCM já indica seu posicionamento enquanto sujeito cristão, como se pode constatar a partir da SD 06.

SD 06: Em primeiro lugar, eu *condeno* os atentados do dia 7 de janeiro. Apesar de muitas vezes *xingar e esbravejar* no meio de discussões, sou um cara pacífico. [...] Não acho que nenhum dos cartunistas “*mereceu*” levar um tiro. Ninguém merece. A morte é a sentença final, não permite que o sujeito *evolua, mude*. Em momento nenhum, eu quis que os cartunistas da *Charlie Hebdo morressem*. Mas eu queria que eles evoluíssem, que mudassem (grifos nossos).

A seleção verbal, nesta SD, é significativa. Há na Bíblia uma passagem que diz que todo pecado será perdoado, com exceção do pecado contra o Espírito Santo²¹. De acordo com uma das análises cristãs, esse pecado está relacionado ao arrependimento: pecadores arrependidos serão perdoados. O ato de evoluir mencionado e desejado pelo enunciador do DCM pode ser entendido como arrependimento dos cartunistas pelas publicações que ofenderam os muçulmanos, a depender do lugar de leitura. Eles deveriam continuar em vida para terem a oportunidade de se arrependerem, o que, para a FD cristã, significaria evolução. A questão do merecimento ou não é mencionada de forma cautelosa. O uso das aspas indica a tentativa de isenção da

21 “Todo pecado e blasfêmia serão perdoados aos homens, mas a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada. Se alguém disser uma palavra contra o Filho do Homem, ser-lhe-á perdoado, mas se disser contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem nesta era, nem na outra” (Mateus 12,31-32).



responsabilidade pelo que foi dito, uma vez que afirmar que alguém *mereceria* levar um tiro iria de encontro aos Direitos Humanos. Apesar de os cartunistas terem agido de forma contrária ao defendido pelo sujeito do DCM, tais atos não representariam uma atitude passível de morte, o que indica o posicionamento cristão.

O enunciador do DCM afirma que, *em primeiro lugar*, condena os atentados. A ênfase dada ao enunciado acaba deixando como secundárias outras interpretações possíveis para o texto, das quais o sujeito do DCM tenta se defender. O sujeito do DCM tenta se justificar e afirma ser *pacífico*, termo que estaria em oposição às características atribuídas, por meio das aberturas de sentido, aos responsáveis pelo atentado. Na SD 06, observa-se que o enunciador do DCM contextualiza a repercussão do atentado para apresentar sua não concordância com a *#JeSuisCharlie*, que ganhou espaço nas redes sociais e nos cartazes de manifestantes, já que seu discurso é atravessado por uma posição ideológica a favor da igualdade entre classes e povos. O sujeito do DCM afirma aquilo que é permitido, já que apoiar as publicações de *Charlie Hebdo* iria contra o discurso da *Carta Maior*.

CHARLIE HEBDO E AYLAN KURDI: RELAÇÕES QUE VÃO ALÉM DO DISCURSO

Como visto nos tópicos anteriores, os dois casos ficaram marcados na história por serem considerados tragédias, mas também por terem resultado em diferentes atitudes e discursos, os quais disseminaram ódio, preconceito, apoio à censura e outros sentimentos com impactos sociais. Charges publicadas no periódico *Charlie Hebdo*, sobre a morte do menino sírio, uniram materialmente os dois episódios, o que também teve repercussão na sociedade por meio de distintos efeitos de sentido constituídos.



Figura 2: Charge publicada no *Charlie Hebdo* sobre a morte do menino Aylan Kurdi²²



Fonte: *Charlie Hebdo*, setembro de 2015 (Reprodução/Twitter)

O semanário apoia-se no discurso religioso, trazendo para a charge o conhecimento bíblico de que Jesus andou sobre as águas, para fazer uma sátira em relação à morte do menino sírio Aylan Kurdi. Ao enunciar “A prova de que a Europa é cristã”, há a mobilização de dois implícitos: 1) o questionamento acerca de a Europa ser cristã ou não (pressuposto, da ordem da língua); 2) o de que há uma “batalha” interna na Europa entre cristãos e muçulmanos, considerando todo o contexto histórico e de presença muçulmana no território europeu, além de ser esta a religião à qual pertencia Aylan, retratado na charge.

Além disso, ao ilustrar um homem cuja imagem se aproxima da imagem descrita sobre Jesus, *Charlie Hebdo* o retratou de forma distinta da que narra o discurso bíblico: ele não está com olhar sereno, mas com expressão de indiferença caminhando sobre as águas, enquanto Aylan está afundando. A cena representa, assim, um paralelo sobre como age parte dos europeus, que ocupam lugares de cristãos e cristãs, mas tratam os muçulmanos e os refugiados de forma

²² “A prova de que a Europa é cristã: os cristãos caminham sobre as águas, as crianças muçulmanas afundam” (tradução nossa).



preconceituosa e excludente. A crítica feita aos cristãos se constrói, assim, sobre o eixo da ironia ao comportamento cristão hipócrita.

Há uma questão complexa em relação à identidade religiosa da Europa por abranger outros aspectos que vão além de crenças: extremismo, medo, discurso de ódio e culturas dos povos. O que é destacado é a forma como um imaginário construído marginaliza o povo que vive em um entrelugar constante. Por que a Europa seria cristã, e não muçulmana? Pelo olhar de *Charlie Hebdo*, porque a Europa não acolhe de forma igualitária os refugiados muçulmanos, como Aylan, nem considera a população muçulmana como cidadãos legítimos. Um sentido possível que se apreende é que *Charlie Hebdo* poderia estar de fato criticando o governo Europeu por fechar as portas para refugiados e muçulmanos.

Outra interpretação que cabe na charge é a de que o periódico não se compadece com a situação enfrentada por determinados povos, por isso, satiriza os acontecimentos visando a vender o humor, considerando a formação social capitalista. *Charlie Hebdo*, com essa charge, retoma saberes de ordem religiosa, que são conhecidos, visto que estão presentes no interdiscurso, independentemente de serem seguidores da crença ou não, para fortalecer a ideia de que a Europa não é muçulmana, mas, talvez, nem cristã, uma vez que *Charlie Hebdo* parece “escancarar” a hipocrisia dos europeus que se dizem cristãos por meio da charge.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atentado ao *Charlie Hebdo* e a morte do menino sírio Aylan Kurdi são casos emblemáticos. Sabe-se que religiões ainda são alvo de ataques, a imprensa continua presa a uma linha tênue entre a liberdade e a censura, refugiados permanecem numa situação desumana. Que marcas esses dois episódios deixaram na história e na memória, afinal?

Alguns *culpam* migrantes, outros *acusam* muçulmanos, vários *ignoram* a situação dos refugiados. Nesse aglomerado de supostas culpas e culpados, algo se repete: o discurso de ódio. As histórias se entrelaçam por fios discursivos vistos por nossos gestos de interpretação. O que teriam em comum, além de terem sido destaque midiático no ano de 2015? No decorrer do trabalho e das análises, a partir das condições de produção, percebemos a memória discursiva ecoando: pré-construídos sobre muçulmanos, migrantes e refugiados são constantemente acionados e reproduzidos. O discurso midiático, legitimado e considerado como o *discurso da verdade*, dissemina dizeres que buscam condenar uns e inocentar outros, a partir de uma visão praticamente maniqueísta – papéis que se invertem entre os sujeitos de acordo com o que ideologicamente dita a FD.

Procuramos evidenciar como, sobre um mesmo episódio, um imaginário de valorização da estratificação social, de crença em línguas puras e de apoio à liberdade de imprensa perpassa o DV. Por outro lado, um imaginário de busca por uma sociedade igualitária, com mistura de povos e classes e de restrição à liberdade de imprensa em favor da liberdade religiosa atravessam os dizeres do discurso de *Carta Maior* (DCM). Percebemos que o DV parece culpar fluxos migratórios e fanatismo religioso pelo atentado ao *Charlie Hebdo*; já o DCM culpa os cartunistas, que não respeitaram *limites* na liberdade de imprensa.



A charge do *Charlie Hebdo* utiliza a imagem de Aylan Kurdi, mas não versa apenas sobre ele. Versa sobre um cenário complexo, denso, emblemático e polêmico que envolve crenças religiosas, crises históricas e pré-construídos que circulam na mídia e na vida em sociedade. *Charlie Hebdo* satiriza muçulmanos ou só escancara midiaticamente o quanto esse grupo vive à margem? Esses sentidos não estão no *Charlie Hebdo*, mas nas leituras feitas a partir de diferentes lugares, considerando as condições de produção das situações em questão. A materialidade linguística dá pistas para a compreensão do funcionamento discursivo. Por meio dessas marcas, observamos a inscrição dos sujeitos e periódicos em ordens de distintos saberes, o que faz parte da constituição de sentidos dos enunciados. Os sentidos apreendidos demonstram que não há unicidade de interpretação para um episódio: não há certo e errado quando se fala em ideologia.

O atentado ao *Charlie Hebdo* e a morte do menino sírio têm, aos nossos olhos, muito em comum. Todos os grupos envolvidos nos episódios se veem em um entrelugar – ou mesmo em lugar nenhum, tornando-se estatísticas. A situação dos migrantes, refugiados e muçulmanos e a complexa liberdade de imprensa são temas amplos, analisados aqui a partir de um recorte, de uma representação. É por meio dessa porção de dizeres disseminados que pudemos observar como se constituem e se repetem alguns sentidos em histórias que se relacionam, de uma forma ou de outra. O que se enfatiza é que não há como fechar esses sentidos, nem tratar as análises realizadas como respostas: não há completude no discurso.



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

BOFF, Leonardo. O pequenino afogado Ayslan Kurdi nos faz chorar. Disponível em: <<https://bit.ly/2YsSUln>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BOFF, Leonardo. Je ne suis pas Charlie, eu não sou Charlie. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lun4Wc>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SETTI, Ricardo. Ataque covarde e sanguinário contra semanário satírico “Charlie Hebdo” na França é o maior atentado contra a imprensa na Europa desde a II Guerra Mundial. Disponível em: <<https://bit.ly/33WMwKf>>. Acesso em: 06 jun. 2019.



2

**GÊNERO EM
PERSPECTIVAS
DISCURSIVAS**



6

Laís Virginia Alves Medeiros

**Foi “empoderamento”
mesmo que
você disse?**

Memória e opacidade
numa campanha
publicitária



INTRODUÇÃO

Em 2016, a editora Positivo, responsável pelo dicionário Aurélio, divulgou que a palavra mais pesquisada em suas ferramentas digitais naquele ano havia sido “empoderamento”. Esse dado atesta o interesse e a curiosidade de pelo menos um público específico (aquele com acesso a dicionários digitais) sobre o termo e sobre os diferentes campos de conhecimento que se valem dele. Em nossa perspectiva, a da Análise de Discurso materialista, fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, o sentido das palavras não é transparente, tampouco definitivo. Assim, mesmo que o dicionário apresente uma ou mais definições para “empoderamento”, essa estabilização do sentido é sempre provisória. O registro do dicionário apresenta algumas definições possíveis, mas isso não encerra o debate sobre o que “empoderamento” quer dizer.

Essa movência dos sentidos foi o que mobilizou a escrita deste artigo²³, desenvolvido a partir da observação de comentários em redes sociais a respeito de uma campanha da marca de cosméticos *O Boticário*. Lançada no fim de 2015, a campanha intitulada “A Linda Ex” apresenta, num vídeo de três minutos de duração, casais prestes a assinarem o divórcio. O modo como a campanha retrata os homens, as mulheres e a participação da marca nesse processo gerou comentários que podem ser divididos em duas regularidades distintas: um grupo que classifica o comercial como empoderador e outro grupo que não reconhece empoderamento no comercial.

Para analisar a disputa de sentidos que acontece em torno de “empoderamento”, este artigo está organizado da seguinte maneira: num primeiro momento, apresentamos uma descrição

²³ Uma versão embrionária deste trabalho foi apresentada em formato de comunicação na I Jornada Alhures, que aconteceu em junho de 2018 na Universidade Federal Fluminense.



mais detalhada da campanha publicitária; num segundo momento, apresentamos alguns recortes dos comentários feitos nas redes sociais. Finalmente, procedemos à análise dos recortes, articulada juntamente às noções teóricas que a sustentam.

A CAMPANHA “A LINDA EX”

No canal oficial da marca *O Boticário* no YouTube, é possível encontrar o vídeo “Acredite na Beleza: A Linda Ex”²⁴, cuja publicação data de 27 de dezembro de 2015. Na descrição do vídeo, encontramos o enunciado “Em 2016, acredite que você pode tudo! Acredite na sua beleza, acredite em você.”.

O vídeo, com duração de 2min58seg, inicia com curtas frases escritas, anunciando a participação de casais reais, nos quais as mulheres sabiam tudo e os homens, quase tudo. Ainda que neste momento não estejam explicadas as características desses casais, ao longo do comercial constatamos que são três casais heterossexuais. Destacamos essa particularidade porque a campanha para o Dia dos Namorados veiculada pela marca naquele mesmo ano apresentava quatro casais diferentes: dois heterossexuais, um homossexual feminino e um homossexual masculino. Nesse sentido, o retorno a um padrão de heteronormativo impede que se estabeleça uma regularidade quanto ao imaginário de casal que é projetado nas campanhas da marca.

Após a exibição das frases, fotografias dos casais que participarão da propaganda são exibidas ao som de uma marcha nupcial. Em seguida, outro enunciado se sobrepõe às fotografias: “O Boticário acredita na beleza. E decidiu ajudar algumas mulheres em um momento especial: quando elas se separam.”. A partir desse

24 Disponível em: <https://youtu.be/r0vDe_Qq12Q>. Acesso em: 08 jun. 2019.



corde, o comercial exibe as três mulheres respondendo perguntas, feitas por uma voz cuja imagem não aparece, sobre o relacionamento e o fim do relacionamento. Filmadas separadamente, elas estão em ambientes que mantêm algumas semelhanças entre si: estão sentadas em diferentes sofás com almofadas, cujos fundos variam, causando a impressão de estarem cada uma em sua própria casa. Os homens também são filmados separadamente, mas num mesmo ambiente: a disposição de cadeira, mesa e copo de água cria a imagem de um estúdio para entrevista.

Os depoimentos dos homens e das mulheres são intercalados de forma a se confirmarem. Assim, quando uma das mulheres afirma que “antes ele olhava, o olho brilhava. Ele ria com os olhos. Depois... no finalzinho... ele fazia assim né [apertando os olhos], já não queria mais ver nada”, sua fala é seguida por um dos homens declarando que “acontece de parar de olhar. Cê deixa de olhar... deixa.”. Após a exibição das entrevistas dos homens e das mulheres, a voz que conduz a entrevista pergunta às mulheres se elas topam “fazer o que a gente propôs”. Frente à concordância das entrevistadas, o comercial muda os cenários e apresenta as mulheres em frente a um espelho, enquanto um enunciado aparece escrito na tela: “O Boticário apresenta: A Linda Ex”. As mulheres são maquiadas e penteadas com produtos da marca O Boticário por profissionais vestindo camisetas com o slogan da marca bordado. Depois de maquiadas e penteadas, escolhem roupas e se olham no espelho, sorridentes.

A sequência seguinte é descrita por um enunciado na tela como o “Dia da assinatura do divórcio”. O cenário muda para três ambientes diferentes (um para cada casal), que podem ser identificados como salas de reuniões. Neles estão os homens que já conhecemos das entrevistas, acompanhados cada um por um outro homem (que podemos deduzir ser seu advogado). Enquanto as mulheres adentram a sala, a câmera foca nas expressões faciais dos homens que foram



entrevistados, ao mesmo tempo em que são reproduzidas algumas de suas declarações dadas nas entrevistas: “Acontece de parar de olhar. Cê deixa de olhar.”; “Com a rotina, acaba ficando comum você ‘tá do lado daquela pessoa. Deixa de ser atrativa.” e “A gente se acostuma com as coisas. A gente se acostuma com o anel, a gente se acostuma com o carro, a gente se acostuma com a pessoa que ‘tá do lado. A gente se acostuma.”. As expressões faciais dos homens nesse momento parecem contradizer o que haviam dito em entrevista: seus olhares são interessados, com expressão de surpresa.

Enquanto as mulheres assinam os documentos referentes ao divórcio, o seguinte enunciado aparece na tela: “Tudo pode acabar. Menos, a sua autoconfiança.” Elas se retiram das salas e fazem suas últimas declarações para a câmera (a pergunta que motivou as declarações não aparece no vídeo): “Linda, arrasando, pronta pra seguir em frente”; “E bem segura de mim assim”; “Que agora me segura... que eu tô indo”. O vídeo termina com o logotipo e o slogan da marca na tela: “O Boticário/ Acredite na beleza”.

Até junho de 2019, o vídeo contava com mais de cinco milhões de visualizações no canal oficial da marca. Ao pesquisar sobre sua repercussão nas redes sociais, encontram-se notícias sobre debates polêmicos em torno dele, e mesmo um julgamento do CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária). Nosso foco nesta análise é um ponto específico da polêmica: os diferentes sentidos para “empoderamento” que emergiram quando do debate sobre o comercial.



FOI “EMPODERAMENTO” MESMO QUE VOCÊ DISSE?

Pêcheux, em texto de 1979, cujo título parafraseamos para intitular este artigo, analisa a propaganda enquanto instrumento político no desenvolvimento do capitalismo, observando as propagandas governamentais, a propaganda liberal burguesa, o discurso stalinista e o movimento operário francês. Ainda que nosso escopo de análise se afaste bastante dessa temática, sua análise nos ajuda a pensar nos desdobramentos da publicidade e traz definições atemporais, como a da propaganda política que “joga sobre os pressupostos e produz novos tipos de performativos interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo” (PÊCHEUX, [1979] 2015, p. 88).

Aproximando esse jogo sobre os pressupostos ao corpus selecionado para análise, nosso objetivo é analisar como os sentidos de empoderamento estão em movimento e como se desenvolve a disputa pelos sentidos em torno da palavra. O que retorna da memória quando se diz “empoderamento”? O que pode ser “empoderamento”? Quais são as suas paráfrases possíveis?

Na perspectiva teórica da análise do discurso pecheutiana, a língua não é transparente e os sentidos não correspondem de modo automático às palavras. Essa característica, salientamos, é própria do funcionamento da língua, e seu funcionamento está presente em qualquer palavra, mesmo naquelas que parecem ter um sentido estabilizado. As palavras nunca são transparentes, mas o efeito de evidência assegurado pela ideologia silencia essa divisão dos sentidos e acaba estabilizando alguns em detrimento de outros, de modo que “todo mundo sabe que” certa palavra “só pode significar” certa coisa:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica,



uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146).

O trabalho de análise que empreendemos visa deslinearizar esses sentidos estabilizados e traçar um percurso que permita demonstrar, a partir da materialidade da língua, que o sentido sempre pode ser outro. Para tanto, recorremos aos primeiros recortes de nosso corpus, selecionados da rede social Twitter²⁵:

Figura 1- Publicação em conta aberta no Twitter



Fonte: Twitter.

25 Por se tratar de contas pessoais, as identificações por link de acesso e nome de usuário foram removidas.



Figura 2 - Publicação em conta aberta no Twitter



Fonte: Twitter.

Figura 3- Publicação em conta aberta no Twitter



Fonte: Twitter.

Figura 4- Publicação em conta aberta no Twitter



Fonte: Twitter.



O primeiro aspecto que destacamos é a não coincidência entre os enunciados presentes no comercial e os comentários gerados a partir dele. Enquanto o comercial fala em “beleza”, “autoconfiança”, “segura de mim”, os comentários repetem “empoderamento”, palavra que não é citada em momento algum do vídeo. Como os movimentos de sentidos permitem que dessa propaganda ecloda diferentes sentidos para “empoderamento” mesmo sem trazer diretamente a palavra?

Para começarmos a analisar esse funcionamento, trazemos a noção de memória discursiva, definida por Pêcheux ([1983] 1999, p. 52) como:

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

O funcionamento da memória discursiva determina todo processo de interpretação. Nessa perspectiva, o sentido de um discurso se dá na sua relação com a anterioridade, na retomada de um já-lá, de um já-dito, de algo que vem antes. É isso que permite a emergência de sentidos outros que não estejam linguisticamente inscritos numa dada materialidade. No caso analisado, não há referência linguística a “empoderamento” na propaganda, mas essa palavra emerge e circula nos comentários do público.

Essa emergência se relaciona também às condições de produção. A noção de Pêcheux ([1969] 2010), conforme retomada por Eni Orlandi (2005), pode dizer respeito tanto ao contexto imediato da enunciação quanto ao contexto amplo, histórico. Sabe-se que a circulação de “empoderamento” aumentou bastante durante esta



que está sendo chamada de a quarta onda do feminismo²⁶: além do já citado maior número de pesquisas no dicionário Aurélio em 2016, suas buscas no Google têm crescido regularmente desde 2013, conforme levantamento do jornal Nexo²⁷. Desse modo, frente a um comercial que mobiliza saberes referentes à afetividade heterossexual e a um tipo de beleza que está ligado à utilização de produtos de maquiagem, quais sentidos de “empoderamento” estão estabilizados como evidentes para que essa palavra seja relacionada ao comercial mesmo sem constar nele?

Joice Berth (2018), ao analisar os desdobramentos da noção de empoderamento, considera que as questões relacionadas à estética podem, sim, fazer parte dessa construção. No entanto, a autora se refere especificamente à estética negra e à desconstrução que o movimento de valorização dessa estética operaria sobre a opressão que a população negra sofre também a partir da aparência. Nesse sentido, considerando que o comercial exhibe apenas casais brancos, podemos suspeitar que o empoderamento de que os comentários nas redes sociais falam não seja o mesmo empoderamento que é significado pelo feminismo negro. A atribuição de empoderamento ao comercial pode estar mais relacionada a um movimento que Berth (2018, p. 84, grifo da autora) identifica como “cooptação do conceito pelo mercado ávido por vender *empoderamento* como mais uma facilidade esvaziada de sentido”. Uma vez esvaziado um dos sentidos possíveis para “empoderamento”, ligado a uma formação discursiva específica, quais redes de sentido tomam seu lugar?

²⁶ Ainda que os trabalhos que definam e abordem especificamente essa nomenclatura sejam incipientes, temos autoras como Matos (2014, p. 10), para quem a quarta onda do feminismo pode ser identificada pela “ampliação e diversificação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo dentro de um novo enquadramento ou moldura transnacional, global, além de uma moldura resignificada nacionalmente”, e Rocha (2017), que aponta o ambiente digital, a tecnologia da informação e o ciberativismo como características e ferramentas de propagação dessa quarta onda. É importante salientar que a própria divisão do feminismo por ondas tem suas limitações e não tem a pretensão de delimitar de forma estanque a pluralidade de demandas e características do movimento.

²⁷ Disponível em: <<https://bit.ly/33PvLR7>>. Acesso em: 21 nov. 2019.



Para investigar essas redes de sentido, nos baseamos no que Orlandi (2005) explica sobre todo discurso se fazer na tensão entre o mesmo e o diferente: de um lado, a paráfrase, cujo funcionamento visa à estabilização e representa um retorno aos mesmos espaços de dizer; de outro lado, a polissemia, que funciona pelo deslocamento e pela ruptura de processos de significação. É no jogo entre o já dito e o a dizer que os sentidos se movimentam. Esses efeitos de paráfrase podem ser pensados junto a Paul Henry (1990): para o autor, a importância da paráfrase para a análise de sequências discursivas se justifica pela ambiguidade que caracteriza seu funcionamento. O sentido de uma sequência discursiva, nessa perspectiva, pode tanto derivar dela própria quanto das relações de paráfrase com outras sequências, que constituem o fundamento do já-dito. Assim, a paráfrase discursiva é ao mesmo tempo constitutiva dos efeitos de sentido e dependente das condições de produção e interpretação.

Todos esses movimentos funcionam na atribuição dos diferentes sentidos para “empoderamento”, como podemos observar nas próximas sequências discursivas, retiradas de diferentes sites que comentaram o comercial (grifos nossos):

SD1	Após assistir ao vídeo, algumas mulheres se sentiram incomodadas. Outras se sentiram representadas. E outras criticaram a forma que a marca encontrou ao <i>falar de autoconfiança e empoderamento</i> . ²⁸
SD2	Acreditando na beleza feminina e <i>no empoderamento que elas têm</i> , o Boticário resolveu ajudá-las neste momento delicado. Selecionou três casais, que estavam prestes a assinar o divórcio, e transformou totalmente as ex-esposas. ²⁹

28 Disponível em: <<https://bit.ly/2P9dau1>>. Acesso em: 05 jun. 2019

29 Disponível em: <<https://bit.ly/2Re3KAh>>. Acesso em: 05 jun. 2019



SD3	A do Boticário funcionou para muitas mulheres e por isto <i>bater na tecla cada vez mais do empoderamento</i> seja importante, porque é estranho o quanto muitas mulheres acharam a campanha maravilhosa (alerta de mulheres tendo expectativas demais em provar coisas para quem elas não precisam provar nada, porque elas não são obrigadas). Bola fora ou bola dentro a discussão foi lançada e isto nos incentiva a dar um passo a frente. <i>Se é empoderante ou não? Há controvérsias.</i> ³⁰
SD4	Uma marca de cosméticos e produtos de beleza teve uma ideia inovadora e que promete devolver auto estima (sic) às mulheres. Aliado a isso, elas <i>ganham um empoderamento</i> num momento difícil de suas vidas. ³¹
SD5	E esse é justamente o mote da marca para criar a peça: <i>evidenciar o empoderamento feminino</i> por meio do embelezamento, tornando essas pessoas mais seguras e confiantes para mostrar o seu melhor, a sua essência, quando apresentadas “mais bonitas”. ³²
SD6	Se considerarmos apenas a esfera individual, pode-se dizer que o <i>filme fala sobre empoderamento</i> . Afinal, as mulheres retratadas parecem mais realizadas com seus novos looks. Há ainda um componente extremamente humano no prazer de dar a volta por cima no ex, que gera <i>uma sensação de poder</i> . Por outro lado, se pensarmos nas mulheres como um grupo alvo de discriminação (alô, machismo!), o comercial vai na direção oposta do empoderamento. [...] Outro fator que faz com que o comercial não possa ser considerado empoderador é que, no fim, as mulheres só cumpriram sua missão de recuperar a auto-estima (sic) por serem submetidas ao olhar masculino. Ao reforçar que é o homem quem diz se a mulher está bonita ou não, <i>o poder é tirado da mão delas</i> e colocado na deles. 33
SD7	O novo comercial do Boticário pode ser muitas coisas, mas <i>empoderador não é uma delas</i> . [...] E o que o Boticário mostrou foram mulheres sendo arrumadas para o olhar masculino (o auge do comercial é o olhar dos caras quando elas entram na sala!) e tirando disso a confiança para seguir em frente. <i>Isso não é empoderamento</i> . [...] O que realmente me choca é ver como esse ideal da beleza na vida das mulheres ainda é tão <i>aceito como um fator chave de empoderamento</i> . ³⁴

30 Disponível em: <<https://bit.ly/2RgG2mR>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

31 Disponível em: <<https://bit.ly/2YbLqZU>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

32 Disponível em: <<https://bit.ly/2rVuavO>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

33 Disponível em: <<https://bit.ly/2rQDFwr>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

34 Disponível em: <<https://bit.ly/35YATUI>>. Acesso em: 05 jun. 2019.



SD8	<p>Incoerência ao estimular o empoderamento feminino com foco no desejo masculino.</p> <p>Incoerência as (sic) reduzir a mulher—e toda a sua complexidade—a uma caricatura de mau gosto.</p> <p>Incoerência ao banalizar o término de uma relação.</p> <p>Incoerência ao mascarar a dor.³⁵</p>
-----	---

Destacamos dessas diferentes sequências dois aspectos principais: as diferentes funções linguísticas que “empoderamento” assume em cada uma e as diferentes redes de paráfrases que essas funções permitem estabelecer. Desse modo, na primeira sequência, empoderamento aparece relacionado com autoconfiança: são elementos sobre as quais a propaganda fala. Na segunda, o empoderamento é relacionado à beleza feminina: é algo que as mulheres têm. Enquanto a SD1 se vale de uma designação mais aberta, “autoconfiança”, a SD2 circunscreve o empoderamento à beleza feminina. Já a SD3, mais extensa, problematiza a recepção do público feminino e coloca o empoderamento como algo que deve ser reforçado, sem necessariamente relacioná-lo à beleza, autoconfiança ou quaisquer outras ideias que poderiam ter sido suscitadas pelo comercial.

A SD4 apresenta o empoderamento como algo que se ganha, enquanto a SD5 o coloca como algo que se evidencia através do embelezamento. No cotejamento dessas sequências, o que identificamos é um deslizamento, visto que o empoderamento figura ora como algo que já pertence à mulher, ora como algo que pode ser dado por outrem. Já a SD6 parte de uma divisão do empoderamento até então não apresentada nas sequências selecionadas e que se inscreve na mesma rede de sentidos apresentada por Berth (2018): o empoderamento pode, sim, ter uma perspectiva individual, mas ele deve ser visto também em seu aspecto social, no sentido de conferir poder a grupos oprimidos (motivo pelo qual o comercial não seria empoderador).

³⁵ Disponível em: <<https://bit.ly/2OKhQHO>>. Acesso em: 05 jun. 2019.



Finalmente, as sequências 7 e 8 são as mais contestadoras quanto à atribuição de empoderamento à propaganda, instaurando uma ruptura na rede de sentidos até então estabelecida. A SD7, ao afirmar que o comercial não é empoderador, critica a associação comum entre beleza e empoderamento. Já a SD8 aponta para as incoerências do comercial, caracterizando como uma delas a relação entre empoderamento feminino e foco no olhar masculino. Nessas sequências, a atribuição de sentidos a “empoderamento” se dá pela negação: elas não definem o que é o empoderamento ou quais outros sentidos deveriam ser atribuídos a ele, mas identificam que aquilo que certa rede de sentidos entende como empoderamento não encontra eco onde as sequências 7 e 8 se inscrevem.

O que todas as sequências têm em comum é que elas mobilizam a palavra “empoderamento” para comentar o comercial e, embora os sentidos de “empoderamento” deslizem em cada sequência, a mobilização dessa palavra só é questionada em duas das sequências; nas demais, o que funciona é o efeito de evidência (PÊCHEUX, [1975] 2009): “todo mundo sabe que” aquilo é empoderamento (mesmo que o que se entende por empoderamento seja diferente a cada vez). Considerando que essa palavra não consta no comercial, podemos tentar estabelecer, como apontado por Henry (1990), quais paráfrases outras, ausentes linguisticamente mas presentes no já dito, sustentam a emergência dessa palavra frente ao comercial:

- Empoderamento é beleza
- Empoderamento é superação
- Empoderamento é autoconfiança
- Empoderamento é estar linda, arrasando
- Empoderamento é estar pronta pra seguir em frente
- Empoderamento é estar segura de si
- Empoderamento é autoestima
- Empoderamento é dar a volta por cima
- Empoderamento é ter a sensação de poder



Se essas paráfrases são possíveis, é porque algo sustenta essa memória. Não é possível, tampouco é o objetivo desta análise, apontar a origem desses sentidos, mas é interessante observar como eles são reconhecidos quando questionados, como na sequência 7, que afirma que a beleza circula como um fator central quando se pensa em empoderamento. Na disputa para atribuir sentidos à palavra, é possível identificar pelo menos duas posições distintas: a que concorda com essas possíveis paráfrases de empoderamento e a que discorda, num movimento de paráfrase e polissemia que é característico da tensão constitutiva de todo discurso, como destaca Orlandi (2005). No caso em análise, a polissemia vem estabelecer aquilo que o empoderamento não é:

- Empoderamento não é individual
- Empoderamento não é beleza
- Empoderamento não é agradar macho
- Empoderamento não é causar inveja
- Empoderamento não é tirar confiança do olhar masculino
- Empoderamento não é ser submetida ao olhar masculino
- Empoderamento não é focar no desejo masculino
- Empoderamento não é devolver o poder aos homens

Quando se afirma que um dado sentido não é empoderamento, essa afirmação só é possível porque existe um pré-construído, ao qual ela se opõe, do que seja o empoderamento. Nas sequências analisadas é possível identificar pelo menos duas redes de sentidos principais para “empoderamento” em divergência: um que se alia à beleza, à autoestima, ao empoderamento individual, e outro que contesta essa associação, embora não explicita o que coloca no lugar. É pelo confronto entre essas diferentes redes de sentidos e os saberes que elas recortam da memória discursiva que é possível identificar (ou não) empoderamento num comercial que, a princípio, tratava de usar maquiagem no dia da assinatura do divórcio.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte que apresentamos neste artigo é representativo da disputa que ocorre na atribuição de sentidos não só a “empoderamento”, mas a todas as palavras. A opacidade é própria do funcionamento da língua, e os sentidos que parecem evidentes só o são para determinados sujeitos: há sempre a possibilidade de um sentido outro. Desse modo, interessa-nos analisar como diferentes sentidos são postos como igualmente evidentes a depender da posição de onde se fala.

A publicidade nos serviu nesta análise como corpus, sem que desenvolvêssemos uma reflexão sobre seu funcionamento próprio. No entanto, no percurso de construção do corpus, encontramos uma entrevista do publicitário brasileiro Washington Olivetto, que trazemos para uma última reflexão a respeito dos funcionamentos de que tratamos aqui:

Olha, 99,9% das mulheres no mundo gostariam de namorar com um homem bonito, inteligente, charmoso, rico, simpático, bem humorado e bom de cama. Agora, se um rapaz convidar uma moça para jantar e falar “você já reparou como eu sou bonito, rico, charmoso?”, ela vai responder “na verdade, você é um babaca”. Se ele, sem dizer nada disso, conseguir passar tudo isso, ela vai se encantar. É exatamente isso que faz a boa publicidade.³⁶

A definição que Olivetto faz do que seria a boa publicidade pode ser relacionada ao funcionamento da ideologia, que consiste justamente em dissimular o próprio funcionamento: se não identificamos a ideologia, é justamente porque ela está funcionando como deveria funcionar. Do mesmo modo, a boa propaganda diria aquilo que é preciso dizer, mas sem dizê-lo explicitamente. Uma vez que a propaganda que suscitou o debate analisado neste artigo fala explicitamente de maquiagem e de divórcio, o debate desenvolvido nas redes mostra que, em determinadas condições de produção, é possível falar em empoderamento sem dizê-lo.



REFERÊNCIAS

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 43-64, 1990.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *38º Encontro Anual da ANPOCS*. Out. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2P9vCD5>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. (1983) Papel da memória. In: ACHARD, P. *et alii. Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas: Ed. Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. (1979). Foi “propaganda” mesmo que você disse? Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso – textos escolhidos por Eni Orlandi*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 73-92.

PÊCHEUX, Michel. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69), Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 59-158.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. *A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital*. 2017. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio do Sinos – Unisinos. São Leopoldo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/37XpB4Z>>. Acesso em: 22 nov. 2017.



7

Tássia Gimenes

Antifeminismos:
ativismo *on-line*
e resistência



Pensar antifeminismos implica por definição discutir seus imediatos opostos: os feminismos, visto que o prefixo “anti” aponta para um funcionamento de resistência à um movimento. Nesse sentido, assumimos que os feminismos são uma manifestação de uma determinada forma de ser e se fazer mulher, para além disso, trata-se de um modo de dizer sobre as mulheres ao qual os antifeminismos se opõem.

A história da humanidade foi e segue sendo contada por homens e para homens, a ótica feminina é silenciada. Há uma naturalização do apagamento da mulher e de seus sentidos, e especialmente, de que esses são construídos no fio da história, não inerentes à ela. A imagem de mulher e os espaços nos quais ela deve e pode estar presente tem lugar histórico, e também na linguagem; tornar natural todo esse processo que se apresenta no nível simbólico do dizer e do não-dizer faz parte do processo ideológico.

Em forma de luta e questionamento ao lugar que foi forjado para as mulheres, os feminismos se constroem como um movimento de resistência ao patriarcado e são definidos por Garcia como a

tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2011, p. 13).

Enquanto movimento social desejante de equidade de direitos para as mulheres, os feminismos buscam corromper o patriarcado, de modo que haja um embate com a formação imaginária de mulher que vem sendo construída socialmente. Os feminismos visam questionar o *status quo*, e através da resistência política, construir um novo lugar para as mulheres, assim, uma outra possibilidade de dizer sobre elas.



Vale destacar que resistência, de modo geral, nos aponta um caminho de mudança social e tentativa/rompimento, quando não necessariamente acontece. Veremos mais adiante que os antifeminismos buscam manter a ordem previamente estabelecida. Para tanto, nos interessa pensar a rede social como um lugar de ativismo e resistência. Garcia e Sousa apontam para as diversas possibilidades da rede social, já que

é um espaço heterogêneo que se abre para o múltiplo, todavia um múltiplo permeado por relações de poder em que se permitem certos dizeres, mas interditam-se outros; ainda que de forma velada e sob a evidência ideológica de que tudo pode ser dito, certos sentidos tidos como indesejáveis são interditados, interrompidos e descontínuos (GARCIA; SOUSA, 2014, p. 85).

No entanto, o espaço do “tudo-pode” não é sem sua exterioridade, não se trata de uma plataforma que traz consigo dizeres aleatórios, visto que ela é construída por meio da linguagem. Assumimos, nessa medida, que o mundo virtual não é sem o mundo *offline*. A historicidade perpassa os sujeitos e as condições de produção dos dizeres se fazem igualmente presentes. Há uma movência de sentidos que perpassam os sujeitos, assim, os dizeres transitam entre o que é *on-line* e o *offline*. Prova disso são as bolhas que construímos juntamente com os algoritmos do *Facebook*: os amigos do trabalho, da escola, familiares são os sujeitos que se tornam virtuais de imediato para você. Os seus interesses fora da rede são impressos na sua página da rede social e é majoritariamente esse o conteúdo ao qual cada internauta tem acesso.

Os antifeminismos se colocam desde sua identificação como um tipo de ativismo contra determinadas pautas, as feministas, e não como um movimento que possui suas próprias pautas. Ainda assim, seu funcionamento discursivo aponta para um lugar de resistência, mesmo que seu olhar sobre a questão envolva manutenção da ordem discursiva vigente.



A resistência é normalmente tomada como luta por mudanças, e na sociedade moderna na oposição ao funcionamento político-jurídico, como possibilidade de mudança nas relações marcadas pela individualização, um lugar para o dizer inserido em uma memória discursiva em que 'cada um' e 'todo aquele que' possam ser ressignificados no deslocamento da responsabilidade intercambiável da sociedade capitalista. No entanto, na prática discursiva a realização da ideologia imprime outros sentidos à resistência. Na determinação material das forças a luta de resistência é por mudança e contra a mudança. [...] acredito que é na contradição entre a sujeição ao poder e a luta contra o poder que a resistência deve ser analisada (LAGAZZI-RODRIGUES, p. 77-79, 1998).

Podemos assumir então que os antifeminismos trazem resistência à resistência, na medida que se opõem aos preceitos feministas que objetivam mudança social com a derrocada do patriarcado. Assim, reforçamos que “resistência supõe alguma forma de dialetização; supõe conflito, tensão, desacordo; supõe a constituição de sujeito em seu movimento de alienação / repetição / separação do/no Outro” (FERRARI et al., 2015, p. 11). Os antifeminismos propõem esse conflito e expressão de desacordo por meio de um tipo de violência ao qual chamamos de discurso de ódio.

O dito discurso de ódio, por si só, parece nos apontar uma formação discursiva pré-estabelecida do odiar. Trata-se de um tipo de ódio que tem um funcionamento cujo cerne se estabelece na resistência à mudança que mencionamos anteriormente. O discurso de ódio é direcionado às minorias sociais já desvalorizadas, visando manter o lugar dos sujeitos excluídos e discriminados.

O discurso de ódio, sendo um discurso tal como o concebemos no interior da AD, se produz envolvendo dois pontos, dois sujeitos, são sujeitos do discurso de ódio tanto aquele que agride quanto o agredido. E, sim, entre os sujeitos há relações desiguais de força, e há também espaço para pensar um efeito de reificação, uma vez que o rebaixamento via coisificação do outro (FRANÇA, 2017, p. 2).



Conforme França (2017), tanto quem odeia, quanto quem é odiado, são constituídos através desse discurso de ódio. Essas posições se marcam e tornam-se indissociáveis, uma vez que não se pode ser odiado sem um sujeito que odeie, ou o inverso. Para isso, as condições de produção desses dizeres são fundamentais para construí-los. Em nossos *corpora*, que envolve postagens da página do *Facebook*: “Moça não sou obrigada a ser feminista 5”, esse discurso de ódio contra as feministas e seus feminismos comparecem como modo de interpretar os lugares sociais resistindo a eles. Isso se constrói via condições de produção do capitalismo patriarcal.

Com intuito de observar esse funcionamento, fazemos uma breve análise do material publicado durante os meses de Julho e Agosto na página. Nos interessam os sentidos que apontem para a construção da formação imaginária das mulheres feministas. Entendendo que as formações imaginárias se dão como “antecipação das representações”, a imagem que um sujeito faz do outro (PÊCHEUX [1969] 2010).

Essas formações imaginárias se constituem de memórias do dizer. Robin (2016) salienta que não há passado livre, ele é gerido, amado ou odiado. Os feminismos, nesse sentido, são odiados, já que para que suas pautas fossem atendidas seria necessária uma ruptura com a ordem vigente. Para o coletivo “Não me Kahlo”, ao refletirmos sobre a maneira como a sociedade vem discutindo os feminismos historicamente, a pauta antifeminista

foi e ainda é uma resposta imediata dos setores conservadores da sociedade à luta feminista. [...] Mais de um século depois da emergência das *suffragettes*, as feministas continuam a ser desqualificadas como mulheres mal-amadas, feias, rejeitadas, megeras, frígidas, putas ou loucas. Tudo isso contribui para que haja uma má compreensão do que é o feminismo e para que muitas mulheres tenham medo de se proclamar feministas – mesmo quando, na prática, defendem valores e pautas feministas (COLETIVO NÃO ME KAHLO, 2016, p. 250).



Corroborando com o coletivo, Vascounto (2016) em seu texto: “A Feminista Espantalho e a propaganda antifeminista na Cultura pop” debruça-se sobre a ideia de feminista espantalho ou “straw feminist” em inglês que, para ela é “em suma, [...] uma figura inventada que incorpora todos os estereótipos negativos de feministas. Como parte da propaganda antifeminista, ela funciona tanto no sentido de ridicularizar e desacreditar o movimento, como de constranger as mulheres e impedi-las de se juntarem a ele” (VASCOUTO, 2016, p. 03).

Com objetivo de observar essa construção da imagem da feminista na página do *Facebook* trazemos algumas de suas materialidades. Para início de conversa temos a imagem de capa da página toda em rosa com o escrito: “Não sou obrigada (o) a ser feminista”, acompanhada da foto de perfil que traz uma boneca cor-de-rosa e ao seu lado uma lâmina de barbear. Daí já evocam sentidos acerca da feminilidade construída como o espaço do rosa, do vestido e do corpo sem pelos. Trazem, dessa forma, feministas como mulheres não-femininas, mandonas e prisioneiras de sua animalidade por meio de seus pelos. Vamos analisar brevemente algumas de suas postagens, sendo a primeira a que segue:



Moça, não sou obrigada a ser feminista 5
FEMINISTAS LUTANDO POR "DIREITOS IGUAIS"

	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço militar obrigatório; - Aposentadoria aos 65 anos; - Trabalhar nas minas de carvão; - Trabalhar de coletor de lixo; - Descarregar carreta de cimento.
	<ul style="list-style-type: none"> - Andar sem camisa; - Mijar na rua; - Ter suvaco cabeludo.

Publicada em: 12/08/2019

Por meio das aspas, a página inicia sua crítica aos feminismos propondo que feministas buscam privilégios e não equidade conforme pleiteiam. Para a página, a luta feminista passar pelos sentidos advindos do corpo: mostrá-lo, fazer necessidades pela rua e novamente a ideia de ter muitos pelos comparece. No que as mulheres não têm interesse, e portanto, não lutam, envolve trabalho. Não se desejaria trabalhar mais ou fazer serviços pesados e insalubres. Apagando-se que a sociedade patriarcal construiu a imagem de mulher como frágil e não as feministas, bem como leis escritas ou veladas que relacionam ou não mulheres e determinadas formas de trabalho.

A página publicou no dia 05 de agosto de 2019 uma matéria do jornal O Globo, cujo título é: "Preso em Tremembé, Elize Matsunaga obtém regime semiaberto". Associando assim, feministas ao caso



de assassinato e esquartejamento do marido cometido por Elize, apontando misandria como motivação para violência contra homens.

No mês de julho (19/07) foi publicada uma matéria da página “Avoiceformen”: “Estupro não é mais grave que denúncia falsa”. Esse enunciado em destaque em uma página que se coloca como antifeminista apaga pesquisas do Estado que apontam números de estupros de mulheres diários e números quase insignificantes de falsas acusações.

São apenas mostras do que apontávamos no início do texto. Por meio de imagens, reportagens, comentários, acontecimentos isolados e falas de feministas deslocadas de suas condições de produção originais constroem e reconstroem continuamente a imagem de feminista espantalho que é um terror para a sociedade e o *status quo*. Violentas, mentirosas, difíceis de conviver, peludas e animalizadas são essas mulheres que dizem buscar seus direitos quando querem, na verdade, subalternizar os homens. Escapa, no entanto, que as feministas promovem o conhecimento, respeito e direito de escolha sobre seus corpos, enquanto quem de fato possui pelos e presa por mantê-los são os homens. Os sentidos deslizam e o patriarcado é apagado e seus maiores erros e mazelas na vida tanto de mulheres quanto de homens são imediatamente transferidos para as espantalhos cujo desejo é afastar os modos de funcionamento do patriarcado e ter direito sobre si.



REFERÊNCIAS

COLETIVO NÃO ME KAHLO. *#Meu amigo secreto: feminismo além das redes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

SOARES, Alexandre S. Ferrari et al. Resistência(s), sujeito, sentidos: a propósito de uma apresentação. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari et al (orgs.). *Discurso, resistência e...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, p. 9-14.

FRANÇA, Thiago Alves. *Sujeito do discurso de ódio: desconhecimento e cinismo como modalidades subjetivas de tomada de posição*. VIII SEAD, 2017.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *Conexão Letras*. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos/ Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Vol. 9, n. 11. - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy Maria. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Campinas, SP: [s.n.], 1998. Tese de doutoramento.

Moça, não sou obrigada a ser feminista 5. *Feministas lutando por "direitos iguais"*. Rio de Janeiro, 12 agosto, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3eruyWS>>. Acessado em: 12/08/19.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD- 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani [et al]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editor da Unicamp, 2016.

VASCOUTO, Laura. A Feminista Espantalho e a propaganda antifeminista na Cultura pop. In: *Gelédes: Instituto da mulher negra*. Acessado em: 25/06/2016.



8

Dantielli Assumpção Garcia

**Literatura
e mulher:**
efeitos
de denúncias
de um não lugar



DIZERES INICIAIS

Neste trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso, mobilizando a noção de *memória* (Pêcheux, 1999), analisaremos o post *A Flip³⁷ deste ano vai reunir 44 autores. Quantas mulheres?*, divulgado na página do Facebook da *Marcha das Vadias de Campinas³⁸*. Esse texto é um artigo de Laura Folgueira, no qual a autora mostra como a FLIP, ao produzir um espaço de discussão sobre literatura em que a maior parte dos convidados (85%) são homens, exclui a mulher desse evento e acaba por não contemplar uma literatura de autoria feminina. Diante desse material, dois questionamentos surgem: Que lugar tem a mulher e sua escrita nos espaços em que a literatura é discutida? E no cânone literário? Mostraremos, neste trabalho, como a circulação de um discurso sobre o literário em publicações da *Marcha das Vadias* traz à discussão o lugar que a mulher ocupa na literatura e o que pode essa mulher nesse espaço em que há o predomínio de uma escrita do homem. Há, na *Marcha das Vadias*, pela divulgação de textos sobre a mulher, o feminino, o feminismo, uma tentativa de ruptura com a estabilização de sentidos sobre as relações mulher-literatura, literatura-gênero. No *post*, uma memória sobre a mulher e sua posição na sociedade é colocada em funcionamento. A *Marcha das Vadias* intenta explicitar que os movimentos feministas resistem e

37 A FLIP é um festival literário realizado pela Associação Casa Azul desde 2003 na cidade fluminense de Paraty. Além de palestras, também são realizadas discussões, oficinas literárias e feiras para crianças (Flipinha) e jovens (Filpzona). No site www.flip.org.br, é possível ver como se estrutura essa festa literária.

38 A coleta desse material foi realizada na pesquisa de Pós-Doutorado *A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher* (FAPESP, proc. n° 2013/16006-8), desenvolvida na FFCLRP-USP entre 2013 e 2015.



buscam criar um espaço para que a mulher possa dizer, escrever e ler sobre literatura, feminino, feminismo e mulher³⁹.

Nosso trabalho divide-se em três partes. Na primeira, faremos uma breve discussão acerca do conceito de memória (Pêcheux, 1999), tal como trabalhado na Análise de Discurso. Na segunda, refletiremos sobre a posição ocupada pela mulher na história da literatura ocidental. Por fim, na terceira parte, analisaremos o texto divulgado na página do Facebook *Marcha das Vadias*, mostrando como esse movimento feminista milita por um lugar legitimado para a mulher no universo literário.

Antes de iniciarmos a discussão sobre a memória, gostaríamos de retomar brevemente a diferença entre lugar social e posição discursiva, uma vez que, na postagem da *Marcha das Vadias*, como mostraremos, clama-se por um lugar legitimado para a mulher no cânone literário.

Orlandi, em seu artigo “Do sujeito na história e no simbólico”, afirma que:

Pensando-se a subjetividade podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para a sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição sujeito (discursiva). (ORLANDI, 1999, p. 17).

A autora nessa passagem refere-se ao lugar social/empírico do sujeito que, ao se subjetivar, ocupa uma determinada posição no discurso. A posição sujeito são as projeções em um determinado

³⁹ Sabemos, pelos estudos e discussões feministas e de gênero (DAVIS, 2016; BUTLER, 2017), que não há a categoria universal mulher, isto é, “A” mulher não existe, mas sim mulheres, no plural, com suas especificidades (de raça, etnia, classe, sexualidade etc.) e lutas. Contudo, na discussão que faremos aqui, utilizaremos o termo no singular, por buscar problematizar de modo amplo a relação da mulher com a literatura e por entender que se realizássemos uma discussão interesccional seria outro texto.



momento histórico-ideológico, no qual o sujeito enuncia-se. Sendo assim, o sujeito, inscrevendo-se em uma posição discursiva, fala de um determinado lugar social (do sujeito empírico), o qual é afetado por diferentes relações de poder, as quais constituem seu dizer.

Na postagem da *Marcha das Vadias*, coloca-se em confronto o lugar social ocupado pelo homem e pela mulher no espaço de autoria literária. Todavia, não há uma discussão em torno das posições que esses sujeitos podem ocupar ao se colocarem como autores. O fato de um homem, no lugar social de homem, escrever não garante que ele não possa falar de uma posição discursiva feminina. Do mesmo modo que uma mulher escrevendo, de seu lugar social de mulher, não é garantia de que apareçam vozes femininas e de luta pelas causas das mulheres. Essa contradição em torno das posições que os sujeitos podem assumir ao produzirem uma escrita literária não é colocada em questão. O que faz o movimento feminista da *Marcha das Vadias* com esse compartilhamento é denunciar um não lugar social da mulher nos cânones literários e nos espaços de discussão de literatura. A militância que se dá pela *Marcha das Vadias*, por meio da postagem, é pela legitimação de um lugar social para a mulher na literatura. Portanto, efeitos que denunciam a literatura como um espaço em que o lugar social da mulher é marginalizado, inferiorizado em relação ao lugar social do homem.

“O PAPEL DA MEMÓRIA” E A INSCRIÇÃO DA MULHER NA LITERATURA

Pretendemos discutir, nesta parte de nosso trabalho, a noção de *memória*, objetivando analisar como o movimento feminista, aqui especificamente a *Marcha das Vadias*, busca furar uma memória estabilizada acerca dos sentidos de mulher e de feminismo/feminino



na história da literatura ocidental, pensando principalmente um evento brasileiro, a *FLIP*, no qual a presença feminina no campo literário fez/faz-se tão pouco presente.

O tema da memória representa uma questão que vem sendo trabalhada sistematicamente na Análise de Discurso, “sobretudo quando analisado do ponto de vista de como a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso” (MARIANI, 2003, p. 41). Fruto de um encontro entre temas diferentes (história, sociologia, semiótica), a memória, aponta Pêcheux (1999 [1984], p. 49), “conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória”.

Pêcheux (1999, p. 50) adverte que a memória deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória do historiador. Conforme o autor, para tratar do memorizável, é preciso entender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). A memória funcionaria, assim, como estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização marcada por idas e vindas de efeitos em jogo, em tensão e em permanente confronto. Para Pêcheux (1990, p. 52):

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.



Há, por Pêcheux (1999, p. 52), um questionamento acerca de onde residem os implícitos que “estão ausentes por sua presença”. Para o autor, retomando a hipótese de Achard, seria na “regularização (efeito de série) que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase” (Pêcheux, 1999, p. 52). Todavia, essa regularização discursiva é suscetível de “ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (Pêcheux, 1999, p. 52). Assim, sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva, como permitindo o novo, o acontecimento. Nos dizeres do autor:

a memória discursiva tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: - um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; - mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (PÊCHEUX, 1999, p. 52-53, destaques do autor).

Observamos aqui que a memória discursiva é, assim, dimensionada pela heterogeneidade que possibilita a constituição de múltiplos efeitos a partir da posição que o sujeito ocupa. Pensamos que tal contribuição de Pêcheux coloca em cena o modo como ele teorizou o discurso como acontecimento, sem pensá-lo como bloco homogêneo, compacto e uno, mas problematizando, em todos os seus conceitos, a contradição e o movimento. Na postagem divulgada



pela *Marcha*, vemos a tentativa de romper com uma regularidade discursiva que coloca a mulher em um não-lugar na literatura. A luta feminista é, por meio de um jogo de força entre diferentes lugares sociais (do homem, da mulher), perturbar essa rede de regularidades e permitir o novo, o acontecimento, o qual inscreve a mulher na literatura e mostra que ela também tem algo a dizer em mais um espaço “dominado” por homens e por sua escrita. De acordo como Pêcheux (1999, p. 52-53), a memória:

não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

É no espaço polêmico, de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas que o discurso colocado em funcionamento e circulação na *Marcha das Vadias* se inscreve. Tentando romper com uma memória estabilizada sobre o que é ser mulher, o movimento feminista busca polemizar, contradizer o discurso patriarcal dominante e inscrever a mulher em uma história, na qual a voz principal é a feminina, da mulher que escreve e lê literatura. Temos aqui efeitos que são inscritos a partir da memória discursiva já estabilizada sobre o feminino para fazer o jogo do avesso, da tensão e do deslocamento, o que aponta as brechas e os espaços lacunares que os movimentos de resistência ocupam e subvertem.

Como salienta Mariani (2003, p. 41), a partir da análise das formas de inscrição da historicidade (de uma formação social em uma dada conjuntura) na linguagem, “torna-se possível entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, processos discursivos que tecem e homogêizam a memória de uma época”.



Como veremos, a memória que se tem sobre a mulher na literatura é de um sujeito que não tem condições de escrever tão bem como o homem, construindo a escrita literária como predominantemente de autoria masculina. Na perpetuação e cristalização desse sentido para a mulher na literatura, a escrita literária da mulher é deixada de fora ou entra de modo marginalizado na literatura ocidental. A memória acaba por fixar um sentido – o homem como escritor de literatura – sobre os demais (também possíveis – a mulher como escritora de literatura) em uma dada conjuntura. Produz-se um silenciamento da escrita da mulher na literatura e, assim, mantém-se o espaço literário como basicamente masculino e, como veremos, patriarcal. Do ponto de vista do movimento feminista, essa posição masculina na literatura é justamente marcada pela exclusão ou estereotipação da posição feminina. Esses sentidos estabilizados para a condição de escritor de literatura cristalizados como masculinos são colocados em xeque pela *Marcha das Vadias*. Vejamos:

UMA LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

Buscando responder às perguntas “Que lugar tem a mulher e sua escrita nos espaços em que a literatura é discutida?”, “E no cânone literário?”, nesta parte de nosso trabalho, discorreremos sobre o modo como a mulher entra na história da literatura ocidental e busca se inscrever, rompendo com seu não pertencimento a esse espaço, em uma memória sobre a escrita literária de autoria feminina.

Na história da literatura ocidental, a produção de textos revela-se predominantemente masculina. Há uma marginalidade da mulher no espaço literário e isso pode ser explicado pelo fato de que ela “sempre esteve inserida numa cultura literária organizada por normas, leis, valores e julgamentos patriarcais. Por isso, não só a escrita lhe era



uma ideia impossível ou inconcebível, como também fazer parte de comissões editoriais, científicas” (GALBIATI, 2013, p. 7).

Hollanda (1994, p. 11-12) ressalta que hoje há dois polos conceituais percebidos como divisores do campo da produção teórica feminista: o feminismo anglo-americano e o feminismo francês. O primeiro polo, como aponta a autora (1994, p. 11), vem, há quase vinte anos, “procurando denunciar os aspectos arbitrários e mesmo manipuladores das representações da imagem feminina na tradição literária e particularizar a escrita das mulheres como o lugar potencialmente privilegiado para a experiência social feminina”. Dois são, de acordo com a autora (1994, p. 11), os principais compromissos dessa tendência. O primeiro seria denunciar a ideologia patriarcal que permeia a crítica tradicional e determina a constituição do cânone literário. O segundo compromisso seria o desenvolvimento de uma arqueologia literária que resgatasse os trabalhos das mulheres que, de algum modo, foram silenciados ou excluídos da história da literatura.

Já o feminismo francês, vinculado à psicanálise, vai trabalhar no sentido da identificação de uma possível “subjetividade feminina”. Nas palavras de Hollanda (1994, p. 12):

Enquanto as feministas americanas dos anos 60 declaram guerra ao falocentrismo freudiano, as francesas atentam para a psicanálise entendida como teoria capaz de promover a exploração do inconsciente e a emancipação do *peçoal*, caminho que se mostrava especialmente atraente para a análise e identificação da opressão da mulher.

Showalter (1994), refletindo sobre uma *ginocrítica* – um discurso crítico especializado, isto é, o estudo da mulher como escritora, da psicodinâmica da criatividade feminina, da trajetória da carreira feminina individual ou coletiva, da evolução e das leis de uma tradição literária de mulheres – ressalta que a crítica feminista recai, em cada país, de forma diferente:



A crítica feminista inglesa, essencialmente marxista, salienta a opressão; a francesa, essencialmente psicanalítica, salienta a repressão; a americana, essencialmente textual, salienta a expressão. Todas, contudo, tornaram-se ginocêntricas. Todas estão lutando para encontrar uma terminologia que possa resgatar o feminino de suas associações estereotipadas com a inferioridade (Showalter, 1994, p. 31).

Galbiati (2013, p. 8) aponta que a dificuldade de uma mulher se tornar escritora acompanhou o século XIX e entrou no século XX, por conta da associação à imagem da mulher ideal: “O discurso sobre o papel feminino impõe-se na sociedade burguesa em ascensão, definindo a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem; quando sai da esfera doméstica ou rejeita atividades que lhe são culturalmente atribuídas, torna-se potência do mal, um monstro” (GALBIATI, 2013, p. 8).

Duarte (1997, p. 85-86), lembrando algumas histórias de mulheres para falar de literatura de autoria feminina, coloca que inúmeras histórias conservam um traço comum, qual seja, “o fato de a produção intelectual de uma mulher praticamente desaparecer da história literária, seja por sua incorporação à obra de um outro, seja pelas múltiplas condições adversas que teve que enfrentar” (Duarte, 1997, p. 86). Ao longo da história da literatura, as mulheres testemunharam dificuldades e tentativas para serem consideradas escritoras e, assim, integrem o cânone literário. Conforme a autora:

Muitas fizeram uso de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública. Muitas filhas, mães, esposas ou amantes escreveram à sombra de grandes homens e se deixaram sufocar por essa sombra. As relações familiares, hierarquizadas e funcionais, não incentivavam o surgimento de um outro escritor na família, principalmente se a concorrência vinha de uma mulher. Não é por acaso que de algumas só se sabe que foi “irmã de Balzac”, “esposa de Musset”, “mãe de Lamartine” e mal se conhecem seus nomes ou seus escritos (DUARTE, 1997, p. 87).



Em *The Madwoman in the Attic* (1984), Sandra Gilbert e Susan Gubar desenvolveram a tese da “angústia da autoria”: sentimento experimentado por gerações de escritoras, anteriores ao século XX, porque as definições básicas sobre autoria são fundamentalmente patriarcais. Como coloca Virginia Woolf em *Um teto todo seu* – fábula sobre Judite, a fictícia irmã de Shakespeare –, ao pensar na posição da mulher escritora de literatura, “qualquer mulher nascida com grande talento no século 16 teria certamente enlouquecido, ter-se-ia matado com um tiro, ou terminaria seus dias em algum chalé isolado, fora da cidade, meio bruxa, meio feiticeira, temida e ridicularizada” (WOOLF, 1985, p. 65).

Nos séculos passados e nas primeiras décadas do século XX, pontua Duarte (1997, p. 89), as escritoras enfrentaram dificuldades para se imporem em uma sociedade que se recusa a aceitar a concorrência feminina em qualquer de seus domínios. Nas palavras da autora:

Uma rápida pesquisa revela como essa crítica masculina de até meados do século via um texto de mulher e assinala a recorrência de algumas posições, como a atribuição de um estatuto inferior à mulher-escritora – com raras exceções – o constrangimento em apreciar textos escritos por mulheres; a recomendação de formas literárias mais “adequadas” à “sensibilidade feminina”, como os romances sentimentais e os de confissão psicológica; a surpresa diante da representação da figura masculina em determinados textos, em tudo diferente do estereótipo do homem viril, forte e superior dos escritos de autoria masculina; e a denúncia de uma certa tendência das mulheres em confundir vida pessoal com literatura, que, levou, inclusive, alguns críticos a afirmar que as escritoras pareciam incapazes de se afastar da experiência vivida para entrar no ponto de vista, na psicologia e na linguagem de um outro (DUARTE, 1997, p. 91).

Em relação à escrita de autoria feminina, há a imputação de uma inferioridade em comparação com a escrita do homem. Há, de certo modo, ao homem, a colagem a uma posição legitimada de autor de literatura.



Elaine Showalter, em *A Literature of Their Own* (1999), faz um estudo sobre romancistas inglesas do século XIX e XX e, nele, define três períodos na história de desenvolvimento da escrita literária das mulheres:

1. De 1840 a 1880 – *Feminine Phase* (fase feminina): uma fase prolongada de imitação dos modos/modelos prevaletentes da tradição dominante e a internalização de seus padrões artísticos e sua visão dos papéis sociais; “na escrita feminina”, a mulher adota pseudônimos, vestuário e padrões de conduta masculinos;
2. De 1880 a 1920 – *Feminist Phase* (fase feminista): uma fase de protesto contra esses padrões e valores e de reivindicação pelos direitos e valores das minorias, incluindo, autonomia; a “escrita feminista” marca a luta contra o rebaixamento e a exclusão;
3. De 1920 até hoje – *Female Phase* (fase fêmea): uma fase de autodescoberta, uma busca por identidade e por uma estética específica; a “escrita fêmea” relaciona-se com a segunda onda do feminismo, iniciada na década de 1960. Enquanto as ativistas preocupam-se com igualdade, fim da discriminação, autonomia e integridade do corpo feminino (aborto, contracepção), as escritoras mostravam essa recente conscientização, maturação e autorrealização ao estabelecer um discurso próprio (*apud* GALBIATI, 2013, p. 12).

A partir dessa teorização de Showalter, pesquisadoras brasileiras, como Elóida Xavier (1999), começam a estudar e classificar a produção narrativa de autoria feminina no Brasil. Para Xavier (1999), a literatura brasileira também passaria por três fases. A primeira etapa da trajetória da narrativa de autoria feminina reduplica padrões éticos e estéticos que norteavam a escrita masculina, “mesmo porque elas ainda não tinham se descoberto como donas do próprio destino” (Xavier, 1999).



Seriam representantes dessa primeira fase as autoras Maria Firmino dos Reis, com *Úrsula* (1859), Julia Lopes de Almeida, com *A Intrusa* (1908), e Carolina Nabuco, com *A Sucessora* (1934). A segunda fase se iniciaria com uma ruptura produzida pela obra de Clarice Lispector, pondo em questão as relações de gênero. Como diz Xavier (1999, s.p.):

Os contos de *Laços de Família* (1960) – o próprio título é muito significativo – tornam visível a repressão sofrida pelas mulheres nas cotidianas práticas sociais. O feminismo já havia desencadeado um processo de conscientização e a narrativa de autoria feminina vai incorporar as questões polêmicas contidas em *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir. Chamar esta etapa de feminista não significa dizer que ela é panfletária; ninguém discute o valor estético da obra de Clarice e, no entanto, ela traz nas entrelinhas uma pungente crítica aos valores patriarcais. O mesmo acontece com a obra de outras tantas autoras desse período que se estende, aproximadamente, até 1990. A narrativa de autoria feminina dessa fase se estrutura em torno das relações de gênero, tornando visíveis as assimetrias sociais.

A terceira fase iniciaria na década de 1990, marcada pela construção de uma nova identidade. Algumas narrativas, ressalta Xavier (1999), não fazem mais das relações de gênero “a origem dos conflitos e indiciam a construção de uma nova identidade liberta do peso da tradição”. Seriam representantes dessa etapa escritoras como Adélia Prado, Lya Luft. Para Xavier (1999, s.p.):

As marcas da trajetória da narrativa de autoria feminina, na literatura brasileira, revelam sutis diferenças no desfecho das tensões dramáticas vividas pelas personagens femininas. Seriam estas diferenças sintomáticas da construção de uma nova identidade feminina mais livre do peso das relações de gênero.

Com esse questionamento, encerramos esta parte, para analisarmos na postagem divulgada na página da *Marcha das Vadias de Campinas* como a mulher tem participado da produção de e reflexão sobre literatura. Hoje, século XXI, os conflitos de gênero ainda



são colocados em funcionamento? A identidade feminina está mesmo mais livre do peso das relações de gênero? Como no espaço literário atual, em um festival literário, a mulher entra e participa do movimento? O que é permitido ou não ao “segundo sexo” em termos de leitura e autoria literária? Como o movimento feminista intenta romper com uma memória estabilizada acerca das relações mulher-literatura? Para respondermos a essas questões, analisamos a postagem na página do Facebook da *Marcha das Vadias*.

A MULHER E A LITERATURA: UM (NÃO) LUGAR?

Nessa parte, buscando refletir sobre o funcionamento de uma memória sobre a mulher e a literatura, analisaremos um texto que circulou na página do Facebook do coletivo feminista *Marcha das Vadias*, o qual produz um dizer sobre a escrita/leitura literária da mulher. Gostaríamos de pontuar, como mostramos em Garcia e Souza (2014, p. 91), que nas páginas do Facebook da *Marcha das Vadias*, o arquivo é constituído por textos, charges, vídeos, campanhas publicitárias, fotos. Esses materiais dividem-se em dois tipos: um produzido pela *Marcha das Vadias* e divulgado na página do movimento e outro elaborado por outros movimentos sociais, outros sujeitos, não necessariamente militantes da *Marcha das Vadias*, e que são divulgados nas páginas por meio de links. Assim, “compartilham-se saberes, dizeres produzidos por outros sujeitos, movimentos, mas que sustentam as lutas feministas travadas pela *Marcha das Vadias*” (GARCIA, SOUSA, 2014, p. 91). O texto compartilhado na página da *Marcha* traça uma discussão acerca dos espaços literários ocupados ou não pela mulher.

Para a nossa análise do texto, mobilizamos a noção de *recorte*. Para Orlandi (1984, p. 14): “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e



situação. Assim um recorte é um fragmento de situação discursiva”. Com o gesto de recortar, o analista visa analisar o funcionamento discursivo do texto, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre os elementos significantes. Como aponta a autora (1984, p. 14): “O texto é o todo que organiza os recortes. E esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva. Essa situação instaura um espaço entre enunciados efetivamente realizados, espaço que não é vazio, mas social”. Nesse trabalho, selecionamos cinco recortes para análise.

O texto que analisaremos é *A FLIP deste ano vai reunir 44 autores. Quantas mulheres? Em defesa de uma festa literária inclusiva*. Esse texto circulou na página da *Marcha das Vadias de Campinas* no dia 18 de julho de 2014 e foi escrito por Laura Folgueira, tradutora, editora, especialista em literatura brasileira e cofundadora da *Kaya Editora* – editora que tem como finalidade “publicar o feminino, seja com novas autoras, seja por meio de conteúdos que se relacionam ao tema”⁴⁰:

40 Em www.facebook.com/kayaeditora.



Figura 1: Marcha das Vadias de Campinas

 **Marcha das Vadias Campinas** compartilhou um link.
18 de julho

"A problemática da presença feminina nas artes e na literatura não é nova. Haverá quem diga que as mulheres são menos representadas porque escrevem menos. Não é verdade: mas é verdade, sim, que elas têm mais dificuldade em ser publicadas - no Brasil, 72,7% dos escritores são homens (o que é mais impressionante: desses, 93,9% são brancos). O problema da representação se estende até para dentro das obras: no Brasil, em 258 livros estudados durante pesquisa de Regina Dalcastagné, divulgada em 2013, apenas três protagonistas eram mulheres."

http://www.brasilpost.com.br/laura-folgueira/flip-mulheres_b_5592363.html

**A FLIP DESTE ANO
VAI REUNIR 44 AUTORES.
QUANTAS MULHERES?**

Em defesa de uma festa literária inclusiva
www.brasilpost.com.br
O curador é homem (sempre foi). O diretor-geral é homem. O homenageado é homem

O texto, funcionando como um manifesto, sustenta que a FLIP é uma festa patriarcal, em que há uma desigualdade de gênero e é a isso que os movimentos feministas resistirão. Os coletivos feministas lutarão por espaços em que as mulheres possam ser vistas, ouvidas, lidas, isto é, a militância se dará pela constituição de um espaço



legitimado/institucionalizado no qual o dizer da mulher, isto é, de autoria feminina se faça presente. Ao colocar que a militância é “em defesa de uma festa literária inclusiva”, podemos questionar qual o sentido de inclusão e por que os coletivos estão considerando a FLIP uma festa que exclui a mulher.

No texto, a inclusão se daria por meio de uma maior participação da mulher na festa literária. Filiado a um discurso estatístico, mostra-se que a FLIP é uma festa em que a presença masculina, do homem se faz mais forte, “somente 7 dos 44 convidados são mulheres”:

A programação da *Flip* de 2014 - a 13ª edição da Festa - reúne 44 autores, em 23 mesas. Há gente de todo o tipo: fotógrafos, pesquisadores, acadêmicos, ficcionistas, poetas... E, principalmente, há homens. O curador é homem (sempre foi). O diretor-geral é homem. O homenageado é homem (também sempre foi, com apenas uma, notável, exceção, em um já longínquo 2005). Os convidados, bem, são em sua grandiosíssima maioria homens: as mulheres são apenas sete, ou 15%. Trata-se de peculiaridade interessante, já que, entre os leitores, no mundo todo, as mulheres são maioria, respondendo a 57% dos brasileiros que leem ao menos um livro a cada três meses, segundo pesquisa de 2012.

O uso dos números e estatísticas inscreve um efeito de suposta verdade inquestionável, evidência do sentido ideológico que supõe uma conexão termo a termo entre palavra e mundo. No caso, tal marca faz falar um modo de documentar a realidade sem explicá-la a não ser pela “peculiaridade”, não se vai além da estranheza de a mulher ser leitora abundantemente consumidora de livros, e de não ser autora. Marcando que a festa literária é organizada em torno do lugar social do homem (curador, diretor geral, convidados, homenageados), o texto explicita que a mulher parece ocupar um lugar-outro, excluído no/do evento. Embora a mulher represente – mais uma vez filiado a um discurso quantitativo (há um apelo aos números como se esses evidenciassem como é mínima a participação da mulher na festa



literária, mesmo sendo uma leitora mais assídua que o homem) – a maior parcela dos leitores no Brasil, na FLIP, pelo dizer do texto, não é ela quem terá voz. Mesmo fazendo parte da festa, sua participação é muito pequena. Essa formulação é sustentada também pelo dizer acerca dos homenageados. Na FLIP, houve, até o ano de 2014, 11 homenageados. Somente em 2005 uma mulher recebeu a condecoração. A escritora brasileira homenageada no evento foi Clarice Lispector. Como salientamos, essa escritora representou na história da literatura uma ruptura com a “escrita feminina”, fundando uma “escrita feminista”, a qual tornou visível um funcionamento das relações sociais baseadas no gênero.

O texto faz uma comparação entre a FLIP brasileira e a FLIP inglesa:

Vale lembrar que a FlipSide, feira “descendente” da de Paraty, realizada na Inglaterra (organizada pela criadora da Flip, Liz Calder), vai contra essa lógica: em sua programação de 2014, as mulheres são metade (entre as brasileiras, Socorro Acioly, Ana Maria Machado e Tatiana Salem Levy).

Ao trazer uma comparação com outra festa literária que surgiu a partir da FLIP, entende-se que na festa inglesa há uma equidade de gênero e uma maior participação da mulher no espaço literário. Essa comparação também contribui para entendermos o que seria uma festa inclusiva. No texto, uma festa literária inclusiva seria aquela em que haveria uma equidade de gênero, em que a mulher participasse em 50% e não só em 15%, como acontece no Brasil. O texto marca como a festa brasileira funciona permeada pelas relações de gênero. Além disso, pontua como esse dizer que exclui a mulher pelo simples fato dela ser mulher não é algo novo – “estaria estabilizado na memória?”, questionamos:

A problemática da presença feminina nas artes e na literatura não é nova. Haverá quem diga que as mulheres são menos representadas porque escrevem menos. Não é verdade:



mas é verdade, sim, que elas têm mais dificuldade em ser publicadas - no Brasil, 72,7% dos escritores são homens (o que é mais impressionante: desses, 93,9% são brancos). O problema da representação se estende até para dentro das obras: no Brasil, em 258 livros estudados durante *pesquisa de Regina Dalcastagné*, divulgada em 2013, apenas três protagonistas eram mulheres.

Traz-se aqui uma memória da história da literatura. Mesmo escrevendo, a mulher tem dificuldade de ser lida, de ser ouvida. A mulher acaba por ocupar, às vezes, pelo discurso dominante, uma posição anônima na história da literatura ou uma posição de escritora ruim:

Não esqueçamos, também, do argumento que diz que as mulheres não estão presentes pois sua literatura não é tão boa quanto a escrita pelos homens. Dirão, ainda, que a questão de gênero é secundária à literatura e que não tem lugar quando se está discutindo, meramente, a qualidade. Mas como descartar, dizendo serem ruins, obras e autoras que simplesmente não chegam ao público?

Questiona-se nesse recorte a circulação de obras literárias produzidas por mulheres. O texto coloca que a invisibilidade da mulher na história da literatura está também nessa não-circulação do que o “segundo sexo” produz. Há, na história e no funcionamento da literatura, uma tentativa de silenciamento da mulher. Essa resiste, mesmo havendo espaços institucionalizados que tentam colocá-las de fora, à margem do cânone literário. O texto interpela as mulheres para estas militarem pelas causas femininas/feministas e pela inclusão da mulher na FLIP e por que não dizer no trabalho de desconstrução do cânone literário:

Como representante de um coletivo feminino – a *Casa de Lua* –, como editora da *Kayá*, como tradutora, escritora e mais um montão de coisas, defendo sem restrições uma programação mais inclusiva, em todos os sentidos. Se você se interessa pelo debate, pode ajudar a pensar novas soluções nos velhos espaços – e a criar novos, como este: <http://kdmulheres.tumblr.com>.



O texto analisado mostra que há a “perpetuação” e a “cristalização” de determinados sentidos à mulher autora de literatura que acaba por dizer que a mulher não tem voz. Há uma homogeneização de uma memória acerca da escrita literária de autoria feminina que coloca a mulher em um espaço marginalizado em relação à escrita de autoria masculina. A FLIP, por sua programação, acaba por não dar visibilidade à mulher e a sua escrita, e marca o espaço literário como um espaço masculino. A identidade feminina aqui não está mais livre do peso das relações de gênero, mas sim em uma relação de dominação.

Por fim, na postagem, a militância é pelo lugar social da mulher na literatura. Não se questiona, por exemplo, que o homem, de seu lugar social, nos seus escritos literários, possa ocupar a posição sujeito mulher e escrever a partir dessa posição. Os movimentos feministas clamam por um lugar social à mulher no espaço literário, clamam para que haja um espaço para a autoria feminina, mostrando que o cânone literário é, predominantemente, ocupado pelo homem (por seu lugar social/empírico), sendo, assim, mais um espaço legitimado de exclusão da mulher.

PARA CONCLUIR...

Questionamo-nos: haveria a tentativa de silenciar as “ideologias dominadas”?, aqui, representadas pelo dizer da mulher; haveria a manutenção de uma memória literária que não permite à mulher ocupar uma posição de escritora de literatura?

Os movimentos feministas, por meio da divulgação de textos em suas páginas do Facebook, tentam romper com uma memória que ainda se faz forte na literatura, a qual intenta não permitir à mulher



ocupar uma posição no cânone literário, não permitir a ela discutir, refletir, escrever sobre literatura. A inscrição da mulher na literatura faz-se de maneira marginalizada. A ideologia dominante – patriarcal – fixa um sentido à escrita literária. Todavia, a ideologia dominada – feminista, feminina – tenta resistir e furar a memória para que haja a emergência de um novo (?), outro dizer sobre a mulher e a literatura.

O jogo colocado em funcionamento no texto aponta para um choque do acontecimento, isto é, há um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente – o espaço literário é o espaço do homem, é um espaço masculino – mas há também, pela militância dos movimentos feministas, uma tentativa de desregulação, uma tentativa de perturbar a rede dos sentidos, furando uma memória, “incluindo” a mulher no espaço literário e instaurando um acontecimento, o qual marca que há uma literatura de autoria feminina a ser lida, ouvida, discutida. Há, pela postagem, um efeito de desmascaramento, de denúncia. O movimento feminista denuncia que as mulheres ainda não participam, na mesma proporção em que integram a sociedade, do espaço literário.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gêneros e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 85-94.

GALBIATI, Maria Alessandra. *Reverendo o gênero: a representação da mulher no Bildungsroman feminino contemporâneo*. 2013. 120f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto.



GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *Conexão Letras*. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos. Porto Alegre, vol. 9, n. 11, p. 83-97, 2014.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. *The madwoman in the Attic: the woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. New Haven: Yale University Press, 1984.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 7-21.

MARIANI, Bethania. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos*, Uberaba, n.10, 1984.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história. In: *Escritos: Contextos Epistemológicos da análise do discurso*, Campinas, n. 4, 1999.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. [et.al.]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminina no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

SHOWALTER, Elaine. *A literature of their own: British women novelist from Brönte to lessing*. London: Virago, 1999.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Elódia. Narrativa de autoria feminina brasileira: as marcas da trajetória. *Revista Mulher e Literatura*, Ano 3, v.1, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2DY6av6>>. Acesso em 11 nov. 2019.



9

Jaqueline Angelo dos Santos Denardin

**Operação
Cinderela:**
prostituição
ou exploração
sexual
de transexuais?



INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuro discutir questões postas em circulação com a notícia “Operação Cinderela: 38 vítimas de exploração sexual são resgatadas em Ribeirão Preto”⁴¹. Tal notícia fala sobre o resgate de um grupo de pessoas que eram vítimas de exploração sexual, no entanto, no enunciado da notícia não falava que essas vítimas eram transexuais.

A partir da perspectiva da Análise de Discurso de orientação francesa de Michel Pêcheux, nós analisamos três comentários feitos por internautas no site *G1.globo.com*, que é de acesso público.

Mantive os nomes que estavam no site, pois eles não designam uma pessoa especificamente, ou seja, pelos nomes utilizados para postar os comentários no site não é possível identificar quem é a pessoa.

O número de transexuais que são mortos/as vem aumentando a cada ano no Brasil e no mundo. Mas no caso do Brasil há um agravante, pois é o Brasil o país que mais mata a população T (transexuais e travestis) do mundo.

Também é importante pensarmos a diferença nos termos prostituição e exploração sexual, pois prostituição repassa uma ideia de aquilo que a pessoa faz com o próprio corpo por vontade própria, é interessante dizer que a terminologia “prostituição”, embora guarde outras interpretações, filia o dizer à uma memória sobre a profissionalização - e aí não necessariamente é uma “vontade própria”, mas seria um contra-discurso de outra ordem, antagonicamente posicionado à explicação sexual, que filia o enunciado à ordem do jurídico, do crime sofrido, enquanto exploração é aquilo condicionado por alguém independente da vontade do sujeito.

41 Disponível em: <<https://glo.bo/2Ru98iP>>. Acesso em mar. 2019.



Figura 2: Gráfico sobre as profissões exercidas pelas travestis e transexuais vítimas de assassinato e violência registrados no site da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil em 2018

Gráfico: Profissão das vítimas



Fonte: Disponível em: <<https://bit.ly/36ej04l>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

Como podemos observar no gráfico acima, mais de setenta por cento da população de travestis e transexuais são profissionais do sexo, ou seja, trabalham com a prostituição. No entanto, há um percentual de dezenove por cento que é desconhecida e que talvez contribua um pouco para o aumento deste número de pessoas transexuais e travestis que trabalham com a prostituição, que são profissionais do sexo.

Na sessão a seguir, analisamos três comentários de internautas sobre o que foi noticiado pelo site do *G1.globo.com*, observando quais são os sentidos produzidos nos dizeres dos comentários com base em conceitos da Análise de Discurso.



DISPOSITIVOS E/PARA ANÁLISES DISCURSIVAS

Ao pensar que as Formações Imaginárias estão relacionadas com os mecanismos que possibilitam o funcionamento do discurso, “Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 2015, p. 38) e relacionando com as formações imaginárias, Pêcheux afirma que:

Nossa hipótese é que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÉCHEUX, 1997, p. 82).

Essas são as imagens que sujeito A e sujeito B fazem de si; a imagem que fazem um do outro são constituídas tendo em vista o funcionamento do inconsciente:

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é inconstitucional (a forma-social em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como todo objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz



dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2015, p. 38).

Para melhor entender o funcionamento das formações imaginárias, trouxemos uma sequência discursiva (um comentário retirado do site, sobre a notícia):

SD Lucifer - tomara que a PF limpe a nossa cidade desses encostos xaropes, e que sejam extraditados para os seus estados de origem, e que voltem para suas oriundas famílias, e que nunca mais voltem aqui para encher a nossa paciência e nos causar repúdio! (SD - comentário retirado do site)

A SD acima reforça a ideia de que estas pessoas não poderiam estar no lugar que quiserem, demarcam um lugar “voltem para suas oriundas famílias”, no entanto, são essas mesmas famílias que os expulsam de casa, e assim vão se constituindo as formações imaginárias sobre o sujeito travesti e transexual que se prostitui, como se esse sujeito fosse algo que pode ser “limpado” da “nossa cidade”, como se a transexualidade não pudesse existir na sociedade, essas pessoas podem, estão autorizadas por esse discurso de ódio a serem “extraditadas”, são, portanto, estrangeiras dentro da própria pátria, e, por fim, essas pessoas “enchem a paciência”, causam incômodo nesse “nós” que assume o enunciador e “causa repúdio” a esse nós que retoma uma memória social acerca dos sujeitos transexuais e travestis.

Portanto, as formações imaginárias estão permeadas pelas relações de poder e por sentidos estabilizados acerca dos sujeitos. Essas formações estão condicionadas às imagens que são produzidas em um determinado contexto histórico-social, pois o imaginário está presente, é constitutivo e essencial no funcionamento da linguagem. Há diferentes imagens que a sociedade faz do sujeito trans, que esse sujeito faz de si e da sociedade, as quais estão em constante funcionamento nas relações sociais.



Para compreender os sentidos produzidos pelos discursos e sua relação com a ideologia, é necessária a noção de formação discursiva. Segundo Orlandi (2002, p. 43): “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Isto é, as palavras filiam-se a sentidos, segundo as posições discursivas daqueles que as empregam. Explicita Orlandi (2002, p. 43):

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas, que por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca.

Ao conceito de formações discursivas, encontramos entrelaçado o conceito de Formações Ideológicas (FIs):

Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas que acabamos de falar “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de um harenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÉCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166-167).



A formação ideológica, portanto, é constituída por uma ou mais formações discursivas, as quais possuem uma relação, uma memória, e por assim ser, traz consigo aquilo que pode e deve ser dito, a partir de uma determinada posição, instaurada por uma conjuntura já dada, como podemos observar na SD seguinte:

SD Nicolau Maquiavel - Esses excomungados vão todos pro inferno, o Capiroto os espera, nojo define !!! Aff... (SD – comentário retirado do site)

Na SD acima se identifica a ideia reverberada pela formação ideológica religiosa do ser homem e mulher, aqueles que não o forem estão condicionados ao “inferno”, são “excomungados”, e serão considerados pela sociedade como algo diferente, anormal, que novamente coloca os sujeitos transexuais em um lugar que não o social de circulação de todos, comparando-o inclusive com o mal, por isso, o enunciador traz os dizeres, inferno e capiroto.

Assim sendo, as formações discursivas agrupam-se por terem entre si alguma relação, mas estão referenciando a um interdiscurso, ou seja, a uma memória discursiva que reúne um conjunto de já-ditos que sustentam os dizeres; logo, os sujeitos encontram-se imersos em um saber discursivo que já está dado, não é aprendido e que transparece seus efeitos por meio do inconsciente e das ideologias que envolvem os sujeitos:

[...] o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, 2015, p. 158).

Ao falar sobre interdiscurso, Pêcheux (1999) traz o conceito de memória, entendendo que é um espaço móvel e de divisões, disjunções,



deslocamentos e retomadas, dos conflitos e das regularidades entre eles; um lugar no qual há desdobramentos, repetições, reproduções e contradiscursos, portanto, os sentidos são determinados pelo funcionamento da memória. Nas palavras de Maldidier (2003, p. 51):

O conceito de interdiscurso cuja “objetividade material [...] reside no fato de que ‘isto fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”. Mas o interdiscurso não é a designação banal dos discursos que existiram antes nem a ideia de algo comum a todos dos discursos. Em uma linguagem estritamente althusseriana, ele é “o todo complexo a dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas, e “submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação”. Em outros termos, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição.

Assim, Pêcheux (1995) diz que a formação discursiva não é e não possui uma estrutura fechada, logo, capta elementos discursivos de outros lugares e com outras estruturas. Ainda, pensando sobre esse conceito de interdiscurso, o autor atenta para o conceito de pré-construído, que é aquilo que já foi dito/dado em outro lugar, em outro contexto histórico e, por assim ser, os deslocamentos são possíveis por essa relação das formações discursivas, que recorrem ao interdiscurso, que têm relação com o pré-construído. Tais considerações, Pêcheux evidencia juntamente a Henry para pensar o intradiscurso: “toda a reflexão feita com Paul Henry sobre o pré-construído mostrava os traços no discurso de elementos discursivos anteriores cujo enunciador foi esquecido” (MALDIDIER, 2003, p. 51).

Desse modo, Pêcheux e Henry entendem que o interdiscurso é constituído por aquilo que já foi dito, como aquilo que fala, aconteceu antes, em um lugar diferente e que é independente; assim, “o intradiscurso só pode ser pensado como o lugar em que a forma-sujeito tende a “absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso”



(MALDIDIER, 2003, p.54). O interdiscurso materializa-se nas relações sintáticas, que retomam os já-ditos, porém, esquecidos por aquele que enuncia. Já o intradiscurso, seria uma reinscrição, despercebida, dos componentes do interdiscurso, ou seja, aquilo que já foi dito, atravessado pelo dito, de maneira que não seja perceptível.

Trata-se do conceito de “intradiscurso”, definido como o “funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora, em relação ao que disse antes e ao que direi depois), logo o conjunto de fenômenos de “co-referência” que asseguram o que podemos chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito”. O intradiscurso só pode ser compreendido na relação com o interdiscurso (MALDIDIER, 2003, p. 54).

O intradiscurso pode ser entendido como uma parte do discurso que foi retomado de outro discurso do sujeito que fala, recuperando os efeitos do interdiscurso, expressando sua interioridade, ou seja, o intradiscurso é uma marcação do que o sujeito está dizendo sobre sua relação consigo mesmo, relação que se efetiva com os pré-construídos e os construídos; assim, ao ser encontrado em uma formação discursiva que o identifica, o sujeito produz os discursos que lhe são convenientes por estarem inscritos em uma determinada formação discursiva. Ainda sobre o interdiscurso, faz referência àquilo que já foi dito, que está na regulamentação das fronteiras das formações discursivas, as quais possibilitam apagamentos, esquecimentos, paráfrases.

Parafrazeando Orlandi (2015), para compreendermos melhor, pensemos que o interdiscurso seria uma linha vertical, que representa a propriedade daquilo que já foi dito; e o intradiscurso, uma linha horizontal, representando o que se diz, que se está dizendo; a intersecção entre essas duas linhas representaria o dizível. Assim, Pêcheux (1995) postula sua teoria, afirmando que o discurso é o lugar de materialização da ideologia ou das ideologias. O autor também concebe o sujeito como aquele que se constitui no processo de



interpelação, o qual é assujeitado pelos processos históricos que falam sobre ele, antes dele mesmo.

“Enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso” (ORLANDI, 2012, p. 16). Essa afirmação de Orlandi sobre o corpo do sujeito e sua constituição como processo de significação traz luz às nossas reflexões sobre o sentido de corpo e o corpo produzindo sentidos, em um processo discursivo de produção de sentidos.

As questões relacionadas ao corpo do sujeito transexual são precursoras de várias discussões e decisões que envolvem esses sujeitos. Nessa perspectiva, sobre o corpo e a sua constituição como processo de (re)significação dos sujeitos, Orlandi nos diz:

Levei em conta, ao pensar o sujeito, em sua materialidade, significando-o e significando-se no espaço urbano, que havia uma especificidade em seu processo de significação que se relacionava fortemente ao seu corpo. Havia, por exemplo, marcas produzidas pela inserção do sujeito com sua materialidade em um outro espaço de significação: o urbano e o rural. A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia produz uma forma sujeito histórica com seu corpo. Há, eu diria, uma forma histórica (e social) o corpo, se pensamos o corpo do sujeito (ORLANDI, 2012, p. 17).

Bem com o próprio corpo, o qual ela foi constituindo num processo histórico-ideológico-social, que a representa e também diz sobre ter um determinado tipo de corpo para que alguém possa tocar - convencionalmente como feminino, socialmente. Ao utilizar-se da palavra “relativamente”, ela está se comparando, se relacionando a algo, nesse caso, a um padrão, portanto, relativamente, ao que é esperado para o corpo feminino, ela estaria confortável: “todas as funções do corpo feminino são controladas e reguladas pelo patriarcado, transformando o corpo em um objeto de exploração (sexual, econômica, familiar)” (PEREIRA, 2017, p. 99).



Diante do exposto trazemos uma outra SD:

SD Doutor Angelo - Me salvem, também estou sendo explorado sexualmente. Estou casado á 12 anos!!! Lamentável... (SD – comentário retirado do site)

Nessa SD, o internauta propaga a ideia que os sujeitos da notícia não são explorados, que estão em situação de prostituição porque querem, movimentando a ideologia de que travestis e transexuais estão relacionados à prostituição, marcando este lugar como algo natural para esses sujeitos. O enunciador se utiliza da ironia para funcionando na linguagem para dizer que também é explorado sexualmente, reforçado a ordem da ideia da sexualização que há sobre o sujeito transexual, afirmando por um contra-discurso que o sujeito transexual é alguém que gosta de sexo a qualquer custo e de qualquer forma e condição, e que portanto, não haveria como este estar sendo explorado.

Portanto, partindo desses conceitos, analisaremos em nosso trabalho como o corpo do sujeito trans é colocado em evidência para dizer sobre esse sujeito e para fazer com que esse sujeito também diga de si e do modo como relaciona (seja, algumas vezes, por intervenções cirúrgicas) com esse seu corpo que nem sempre é reconhecido e legitimado na sociedade, a qual tem a heteronormatividade como estrutura significativa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ANÁLISES

Neste trabalho escrevemos um pouco sobre o que ainda é dito pela sociedade sobre os sujeitos transexuais e travestis que se prostituem, sociedade esta que marca este lugar, o lugar da prostituição como se fosse natural ao sujeito travesti e transexual.



Pudemos observar nas três SDs retiradas do site *G1.globo.com*, que as três marcam um lugar para esses sujeitos, que não é o espaço público, que é qualquer outro lugar que não o lugar de circulação das pessoas “normais”.

Também a uma recorrência em dizer que esse sujeito e a prostituição estão imbricados, como se não houvesse outra possibilidade para a travesti ou a transexual, que não seja a vida na prostituição, e por isso, não haveria como esses sujeitos serem explorados, afinal, a sociedade já marcou isso como o lugar do sujeito travesti e transexual ocupar na sociedade.

A ideia de religiosidade aparece fortemente com os dizeres “me salvem”, “excumungados”, “vão todos pro inferno”. Dizeres estes que reproduzem uma formação discursiva religiosa, na qual estes precisam da salvação, ou os “cidadãos de bem” precisam serem salvos destes sujeitos, dizendo que estes são excomungados, termo utilizado muito no discurso religioso, e ainda reafirmado pela ideia de inferno, que segundo a ideologia religiosa é para onde vão os sujeitos pecaminosos, neste caso os sujeitos travestis e transexuais, pois não são homens e não são mulheres.

É importante pensarmos que estes sujeitos não conseguem na maioria das vezes a ascensão social em razão dessas ideologias que são propagadas sobre o que é o sujeito travesti e o sujeito transexual, sempre marginalizando esses sujeitos e deixando-os a margem da sociedade.

A comunidade travesti e transexual tem aos poucos conquistando espaços na sociedade e sendo vista, no entanto, ainda precisam de visibilidade e também de um querer da sociedade em reconhecer esses sujeitos como humanos e sujeitos de direito como qualquer outro, com suas especificidades sim, e como ser humano que é também.



REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *Na Força da Idade*, v. 1. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade?* Brasiliense: São Paulo, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

CASSANA, Mônica Ferreira. *Corpo e(m) discurso: resignificando a transexualidade*. Appris: Curitiba, PR, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13 ed. Graal, Rio de Janeiro, 1988.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 8 ed. Graal, Rio de Janeiro, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Graal, Rio de Janeiro, 1985.

GADET, Françoise; HAK, Tony. [1969]. *Por uma análise automática do discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 12 ed. Pontes: Campinas, SP, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux Textos Selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. 4 ed. Pontes: Campinas, SP, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.



10

Daniel Mazzaro
Elzimar Goettenauer de Marins-Costa

**Os conceitos
que subjazem
ao termo
“ideologia
de gênero”:
uma análise
de textos**



INTRODUÇÃO

Este texto é fruto da pesquisa realizada por nós no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) durante o período de agosto de 2017 a janeiro de 2019, quando o Prof. Dr. Daniel Mazzaro estava realizando o seu estágio de pós-doutoramento na linha de Linguística Aplicada sob a supervisão da Profa. Dra. Elzimar Goettenauer de Marins-Costa.

A pesquisa, intitulada “Por uma Linguística Aplicada *Queer*: subvertendo a ‘ideologia de gênero’ e o ensino de língua espanhola”, tinha por objetivo “queerizar” (ou “estranhar”) o ensino de língua espanhola. O eixo do “estranhamento” nessa pesquisa é um estudo de caso da chamada “ideologia de gênero” (doravante, IG), que, inicialmente, estava pautado basicamente pela Análise do Discurso Francesa de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau. Posteriormente, foram trazidas à baila as contribuições para uma Análise de Discurso Crítica, de Norman Fairclough.

O que apresentaremos neste capítulo é a segunda parte da pesquisa, na qual tentamos responder à pergunta “Que conceitos subjazem ao termo *ideologia de gênero*?”. Para tanto, selecionamos oito textos da mídia digital (portais, jornais e blogs, basicamente) em língua portuguesa, cujo tema era a IG, para observar as estratégias discursivas e retóricas mais frequentes das quais seus autores lançam mão a fim de levar os leitores a construírem certas imagens a respeito dos termos *ideologia*, *gênero* e, também, *ideologia de gênero*.

Na primeira parte deste texto, faremos um breve histórico sobre a IG no Brasil; em seguida, analisaremos as estratégias discursivas e retóricas de reformulação, citação e uso de aspas; finalmente, falaremos dos conceitos que subjazem aos termos *ideologia* e *gênero* quando se trata de acusar a IG.



CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora a noção de “ideologia de gênero” tenha aparecido nas discussões da Igreja Católica Latino-Americana e na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Caribe (Celam) de 2007 (MISKOLCI, CAMPANA, 2017), no Brasil o termo só ficou mais conhecido sete anos depois com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014. O Ministério da Educação (MEC) pretendia incluir temas relacionados à identidade de gênero e sexualidade nos planos de educação de todo o país, como o machismo, o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia (DESLANDES, 2015), mas a chamada bancada evangélica, mesmo não ampliada nas eleições legislativas daquele ano, encontrou “uma correlação de forças favorável ao ponto de conquistar a Presidência da Câmara, em 2015”, e impulsionar “sua participação na verdadeira batalha nas câmaras estaduais e municipais para definir seus respectivos planos” (MISKOLCI, CAMPANA, 2017, p. 738).

A relação da noção de IG com a religião e com a política tomou grandes proporções na América-Latina graças ao livro *La ideología de género. O el género como herramienta de poder*, do advogado pró-família argentino Jorge Scala. Essa publicação foi traduzida para o português em 2011 pelo Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz para a editora Katechesis. Ao longo das páginas, Scala define o termo como um sistema de pensamento fechado fadado ao fracasso, pois, “como todas as ideologias, no seu devido tempo, desaparecerá sem deixar rastro, exatamente por sua intrínseca falsidade”, mas deixando atrás de si vítimas, que são pessoas e sociedades frustradas e infelizes. A razão é que se defende que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, mas sim a construções culturais e convencionais feitas de acordo com os papéis estereotipados que as sociedades designam aos sexos. Para o autor, essa teoria (ou enfoque,



olhar etc.) se equipara ao nazismo e ao comunismo. Não é por acaso que o título da obra em espanhol foi traduzido ao português como *Ideologia de Gênero. O neototalitarismo e a morte da família* em uma associação de questões políticas e religiosas.

Essa associação político-religiosa para o tema em questão tem um efeito discursivo muito maior na América-Latina pós-2008. Como observam Miskolci e Campana (2017), historicamente, os setores religiosos se opuseram ao avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, e o combate à IG é como um alarde dos seus supostos perigos na atualidade, principalmente após a chegada de políticos de esquerda na Presidência da República, especialmente mulheres, como Michele Bachelet (Chile), Cristina Fernández Kirchner (Argentina) e Dilma Rousseff (Brasil) (MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

A aproximação entre política e religião ficou clara em vários momentos, como no veto ao “kit contra a homofobia”, em 2011, quando então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), juntamente à “bancada evangélica” e aos parlamentares conservadores e ultraconservadores, acusou que o conteúdo do kit faria apologia ao homossexualismo e à promiscuidade, o que ocasionou no veto pela Presidenta da República na época. Isso significou, de acordo com Deslandes (2015, p. 51) “uma grande derrota das forças ‘promotoras’ ou de enfrentamento a temas relacionados ao conceito de gênero e orientação sexual nas políticas públicas educacionais brasileiras contemporâneas”.

No final de 2014 e durante o ano seguinte, houve pelo menos nove Projetos de Lei (PL) para tentar frear o texto final da CONAE 2014, como o PL 2731, apresentado pelo deputado Eros Biondini (PTB-MG), em 2015, sob a justificativa de que o MEC estaria implantando a “ideologia de gênero”. Poucos meses depois, esse PL é retirado pelo autor e é anexado ao PL 3236, de autoria do deputado federal Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), tornando o projeto mais robusto em termos argumentativos e ganhando celeridade e economia no processo. É nesse



momento que o Programa Escola sem Partido, proposto pelo deputado Izalci (PSDB-DF) por meio do PL 867, ganha maior notoriedade.

O Programa Escola sem Partido, ou simplesmente Escola sem Partido, tem como proposta que a educação nacional se pautar nos princípios de “neutralidade política e ideológica do Estado”, ficando vetado ao professor, portanto, cativar os alunos “para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”, além de apresentar aos alunos, ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, de forma justa, “as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito”, especialmente porque o professor deve respeitar “o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”⁴². Nesse contexto, o combate à IG, dentro da perspectiva do Escola sem Partido, é um movimento contra perspectivas contemporâneas sobre o que se entende sobre os termos *sexo*, *gênero* e *sexualidade* por não serem compartilhados pelos pais ou, supostamente, pela maioria dos cidadãos.

Dessa forma, Miskolci e Campana (2017, p. 742) observam que

o campo discursivo de ação contra a temida ‘ideologia de gênero’ tende a ser reconhecido como politicamente de direita, mas também atrai e agrega um público que – em meio à crise econômica recente e às denúncias de corrupção em diversos países latino-americanos – passa a se afirmar apartidário e/ou insatisfeito com a política institucional.

Desse modo, a discussão sobre a IG saiu do campo político-religioso e se expandiu, mas, na maior parte dos casos, sem o devido aprofundamento.

⁴² Informações obtidas do *site* oficial do projeto, disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 18 jan. 2019.



ANÁLISE DOS DADOS

Para esta parte da pesquisa, selecionamos 8 (oito) textos em língua portuguesa que têm como tema a Ideologia de Gênero. A seleção foi feita no dia 20 de dezembro de 2017 a partir do buscador *Google* e levou-se em conta a fonte dos textos (que fossem de *sites* e portais não acadêmicos), a relevância no momento da busca - isto é, os que apareceram primeiro no buscador a partir do termo “ideologia de gênero” (entre aspas) - e as datas de publicação⁴³.

Embora os oito textos não sejam do mesmo gênero discursivo, algo em comum pode ser observado: são todos eles expositivo-argumentativos. Dessa forma, algumas estratégias discursivas e retóricas das quais os autores dos textos lançam mão são frequentes e nos permitem ter acesso às representações a respeito de *ideologia*, de *gênero* e, finalmente, de *ideologia de gênero*.

Apresentaremos na seção seguinte a discussão de algumas estratégias discursivas e retóricas que observamos serem recorrentes nos textos e os conceitos que subjazem aos termos *ideologia* e *gênero*.

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E RETÓRICAS

Nesta seção, daremos destaque aos aspectos gramaticais envolvidos na prática discursiva e social da construção da “identidade” do conceito de IG dos textos que selecionamos para a pesquisa. Especificamente, abordaremos as estratégias linguísticas de reformulação, lugares de autoridade e uso das aspas.

⁴³ Os textos escolhidos foram lidos, organizados por data de publicação e acrescidos de alguns detalhes sobre a autoria e a fonte, o que gerou o Quadro 1. Por questões de espaço, não incluímos neste artigo os quadros que fizemos e aos quais fazemos referência ao longo do texto. Para visualizá-los, sugerimos o acesso ao blog profissional de Daniel Mazzaro a partir do hiperlink <https://danielmazzarobh.wordpress.com/publicacoes/>.



REFORMULAÇÃO

Segundo Rossari (1993), a reformulação é uma das relações do discurso que não corresponde às primitivas cognitivas, como causa-consequência, contraposição e adição. Para a autora (ROSSARI, 1993), a reformulação é uma operação de mudança de perspectiva enunciativa que vem de uma retrointerpretação do movimento discursivo antecedente. O locutor, seguindo uma primeira formulação dada como autônoma e, portanto, formadora de um movimento discursivo, acrescenta um segundo movimento discursivo que vem englobar a primeira formulação e subordiná-la retroativamente. Essa nova formulação, apresentada como ato principal, é introduzida por um conector reformulativo e o uso desse conector permite ao locutor indicar explicitamente a mudança de perspectiva enunciativa operada.

No Texto 1, por exemplo, no primeiro parágrafo, há uma reformulação:

[1] A Ideologia de Gênero, ou *melhor dizendo*, a Ideologia da Ausência de Sexo, é uma crença segundo a qual os dois sexos – masculino e feminino – são considerados construções culturais e sociais, e que por isso os chamados “papéis de gênero” (que incluem a maternidade, na mulher), que decorrem das diferenças de sexos alegadamente “construídas” – e que por isso, não existem –, são também “construções sociais e culturais”. (TEXTO 1)⁴⁴

Nota-se que o termo *Ideologia de Gênero* é reformulado como *Ideologia da Ausência de Sexo*, e que o uso do marcador *melhor dizendo* dá destaque a essa reformulação. Nesse caso, parece que o enunciador retifica o que foi dito no segmento anterior ao assinalar que o segmento de referência não se considera suficientemente adequado ou não é apropriado, e o modifica pelo segmento reformulado ou o substitui por uma nova formulação. Não se trata

44 TEXTO 1: Disponível em: <<https://bit.ly/2E3ezx8>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



exatamente de uma retificação porque o enunciador não usa mais o termo *Ideologia da Ausência de Sexo* ao longo do texto, mas sim *Ideologia de Gênero*, o que nos leva a interpretar o enunciado como uma reformulação por explicação.

Na reformulação por explicação, os conectores costumam manifestar uma relação baseada na equivalência discursiva estabelecida entre os segmentos conectados, como *gênero = ausência de sexo*.

Outro exemplo é o Texto 2, no qual o autor, quando debate o conceito de IG, diz

[2] Teóricos da “ideologia de gênero” afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, *isto é*, seu gênero, ao longo da vida”. “Homem” e “mulher”, portanto, seriam apenas papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas. (TEXTO 2)⁴⁵

Nesse caso, reformula-se *identidade* tornando-a equivalente a *gênero* por meio do marcador “isto é”. Essa equivalência, tanto no caso [1] como no [2], entretanto, não vem dada somente pelas relações significativas, mas se origina como um fato de discurso e é o enunciador o responsável por estabelecê-las em um contexto determinado.

Por meio do mesmo conector usado no Texto 2, o enunciador do Texto 5 explica a relação entre o sexo enquanto papel cultural equiparando essa informação à célebre frase de Simone de Beauvoir, mas de forma depreciativa:

[3] As políticas de igualdade de gênero em seu país [Noruega] fizeram com que a tendência fosse inclusive mais acentuada. Estas políticas sempre defenderam que os sexos são papéis que se adquirem pela cultura e o meio, *isto é*, que não se nasce homem ou mulher, senão que se “torna”. (TEXTO 5)⁴⁶

45 TEXTO 2: Disponível em: <<https://bit.ly/2LApz9l>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

46 TEXTO 5: Disponível em: <<https://bit.ly/3544dgc>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



Observa-se que a depreciação acontece não apenas pelas aspas, mas também por outros elementos linguísticos, como o léxico escolhido para falar dos papéis culturais – “se adquirem” – em contraste com o “nascer”, que é negado no segmento posterior ao conector reformulativo.

A nova formulação pode, inclusive, aparecer em forma de recapitulação englobando em um último segmento as características mais relevantes ou representativas do que se expressou nos segmentos anteriores. No entanto, em casos como o do Texto 3 a seguir, não se recapitula exatamente o que foi dito anteriormente, mas o que se fala a respeito do tema, na perspectiva que parece ao enunciador como relevante para seu texto:

[4] A questão em torno da ideologia de gênero, uma das plataformas mais ousadas e importantes dos ativistas gays, foi recusada como política nacional de ensino em 2014 pelo Congresso Nacional, porém o Ministério da Educação (MEC) vem ignorando essa determinação e vem exigindo que os estados e municípios instituem essa matéria no currículo escolar.

A ideologia de gênero, *em resumo*, prega que a identidade sexual de uma pessoa seja construída a partir de suas experiências sociais, culturais e afetivas, e não a partir de sua constituição biológica. Na prática, isso significa dizer que, se implementada nas escolas, os alunos passariam a aprender que ser homem ou mulher é uma escolha pessoal, devendo assim, decidirem como querem ser tratados. (TEXTO 3)⁴⁷

O fragmento é dos dois primeiros parágrafos do texto e, como se pode observar, *em resumo* não recapitula o conceito de IG desenvolvido no parágrafo anterior, pois não se tratou de defini-lo anteriormente. Na verdade, como nos casos anteriores, verifica-se que há uma explicação do termo, mas, ao contrário de [1] e [2], o fragmento [4] pressupõe enunciações anteriores que são resumidas e adaptadas para a situação enunciativa e o recorte temático: a IG no ensino básico brasileiro.

47 TEXTO 3: Disponível em: <<https://bit.ly/2P3HoQy>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



Pode-se dizer, portanto, que a principal função estratégica da reformulação é a maneira como o locutor apreende a realidade evocada em um ponto de vista a partir da perspectiva enunciativa escolhida.

Del Saz Rubio (2009) propõe algumas razões que subjazem ao emprego da reformulação. Segundo a autora, os falantes não apenas possuem a habilidade de comunicar-se em um código determinado, mas também podem se referir ao mesmo processo comunicativo no qual se encontram imersos em um determinado momento. Os falantes podem reajustar suas intervenções, modificá-las e corrigi-las se consideram que a direção que a interação comunicativa está tomando não é o que eles tinham em mente originariamente. Nesse sentido, “reformular uma intervenção prévia pode resultar sumamente útil para a ótima transmissão do significado” (DEL SAZ RUBIO, 2009, p. 164). Esse recurso metalinguístico da reformulação, entretanto, além de prevenir, indicar ou solucionar problemas comunicativos, assim como facilitar a coesão e coerência textual, responde a um desejo de criar determinados efeitos, o que nos leva a interpretá-lo como um mecanismo retórico. Nesse caso, o efeito pretendido pode ser o de persuadir o público de que a IG tem determinadas características e é algo negativo.

LUGARES DE AUTORIDADE

Como lembra Maingueneau (2005, p. 137 - destaque do autor), “em geral, o indivíduo que fala e se manifesta como ‘eu’ no enunciado é também aquele que *se responsabiliza* por esse enunciado”. Entendendo “responsabilidade” como (1) situar-se como fonte ou não de referências enunciativas e (2) posicionar-se como responsável pelo ato de fala realizado, observa-se que, “quando o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem



como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação” (*idem*, p. 138). Para marcar essa desresponsabilização, o enunciador costuma usar aspas e incluir a fala do outro, o que, entretanto, não exime o enunciador da responsabilidade pelo ato de fala realizado, a saber, citar e fazer a citação de determinada maneira.

Nos textos analisados, são trazidas vozes tanto a favor como contra a IG e a maioria das vezes entre aspas. O que nos chamou a atenção é como se faz a referência ao enunciador do discurso relatado e os verbos introdutórios da citação (ou verbos *dicendi*). Em ambos os casos, trata-se de responsabilidade da instância de produção, ou seja, do citante.

As identificações nos textos analisados são bastante frequentes; no entanto, pode-se observar que, quando o enunciador citado é *contra a IG*, as referências incluem com frequência seu cargo e função no quesito de formação científica e ocupação, como se pode ver nos seguintes exemplos que compõem o Quadro 2: “a socióloga alemã Gabriele Kuby” no Texto 1; “Jutta Burggraf, doutora em Pedagogia da Universidade de Navarra, Espanha” no Texto 2; “A educadora Leonice da Paz, presidente da Associação Marchadoras de Jesus” no Texto 3; e “a doutora em biodiversidade, genética e evolução, Pamela Puppo” / “A Dra. em Biodiversidade, Genética e Evolução” / “a especialista” / “a Dra. Puppo” no Texto 6.

Em várias dessas referências, por outro lado, ocultam-se informações sobre a fonte quando elas têm alguma relação com instituições religiosas, como é o caso de Gabriele Kuby, no Texto 1. Embora sua citação apresente uma argumentação baseada em religião, a referência a Kuby se faz apenas como socióloga alemã quando, de fato, também é uma escritora que se converteu ao catolicismo ortodoxo e tradicional. Sua principal obra, *The Global Sexual Revolution: The Destruction of Freedom in the Name of Freedom*, reflete sua posição religiosa sobre sexualidade e gênero. Ela ficou conhecida também pelo



ensaio em que critica a série *Harry Potter* ao dizer que ela prejudica o relacionamento dos jovens com Deus. O provável motivo é que essas informações não denotam autoridade e prestígio para a fonte, dado o assunto tratado, além de possibilitar o acesso a representações negativas sobre como as instituições religiosas tratam questões sobre o gênero, a sexualidade e o sexo.

Outro caso interessante é o de Pamela Puppo. O Texto 6 a apresenta como “doutora em biodiversidade, genética e evolução”, mas não se aprofunda em que área exatamente ela é especialista. Em uma procura pelos *sites* das universidades em que estudou, trabalha e pesquisa, encontramos que ela se formou em Ecologia na Universidade Agrária de La Molina, em Lima (Peru), fez mestrado em “Plant Systematics” na Universidade de Missouri, em St. Louis (EUA) e fez doutorado em Biodiversidade, Genética e Evolução na Universidade do Porto (Portugal) sobre uma espécie de planta peruana. Além disso, ela trabalha desde 2016 no Projeto Metagenômica Ambiental na CIBIO/InBio, um centro de pesquisas em biodiversidade e biologia evolucionária. Interessante observar que nenhuma das pesquisas dela tem como objeto de estudo o ser humano.

Quanto àqueles considerados “a favor” ou “defensores” do que se entende por IG, as referências são mais vagas e frequentemente ocultam formação acadêmica, cargo e função (conforme Quadro 3, no *blog*), como “a feminista Gloria Steinem” e “a escritora francesa Simone de Beauvoir” no Texto 1; “Teóricos da ‘ideologia de gênero’”, “a feminista Judith Butler” e “A cúpula da conferência [sobre as mulheres]” no Texto 2; “o reitor da referida instituição [Escola Federal Pedro II], professor Oscar Halac” e “o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo” no Texto 4; e “Robert Stoller”, “Elisabeth Clarke e Simone de Beauvoir [...] maiores promotoras do feminismo ocidental” e “os ideólogos” no Texto 8⁴⁸.

48 TEXTO 8: Disponível em: <<https://bit.ly/34aEMop>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



Comparemos a apresentação de Christina Hoff Sommers à de Judith Butler, no Texto 2. Ambas são norte-americanas e filósofas, mas nada se fala da segunda além do fato de ser feminista. Aliás, a alcunha “feminista”, por aparecer apenas referenciando quem supostamente defende a IG, é tida como uma caracterização negativa, como no Texto 8, no qual Elisabeth Clarke e Simone de Beauvoir são *promotoras* do feminismo, como se se tratasse de uma mera propaganda ou uma ação (ruim, no caso) que estava sendo movida e impulsionada por elas. A propósito, Simone de Beauvoir era também filósofa, e Elisabeth Clarke, se assim mesmo se escreve seu nome, só aparece referenciada em textos brasileiros de crítica à IG cuja fonte é religiosa (principalmente católica). Por outro lado, se for Elizabeth (com ‘z’), trata-se da ensaísta, poeta, sufragista e feminista britânica falecida em 1918. Cabe ressaltar que, se for este último o caso, temos um grande problema contextual e discursivo no Texto 8, pois se afirma que “Em 1975, Elisabeth Clarke e Simone de Beauvoir despontam como as maiores promotoras do feminismo ocidental”. No entanto, Elizabeth é da primeira onda do feminismo e Simone, da segunda, ou seja, é estranho dizer que ambas “despontam como as maiores promotoras do feminismo ocidental” em 1975 sendo que uma já não estava viva e nem teve sucesso, em sua época, em relação a seu maior objetivo, a saber, a criminalização da violência conjugal.

USO DAS ASPAS

Acitação, enquanto discurso relatado, é um modo simples e discreto para um enunciador indicar que não é o responsável por um enunciado. Nesse sentido, Maingueneau (2005, p. 139) fala de *modalização em discurso segundo*, pois, graças ao uso das aspas, o enunciador indica estar fazendo menção de um enunciado (MAINGUENEAU, 2005, p. 157) e se apoiando nele para construir seu próprio discurso. No entanto, as



aspas possuem outro uso bastante estendido nos textos analisados nesta pesquisa: o de modalização autonímica.

Como explica Maingueneau (2005), enquanto a autonímia designa o próprio signo linguístico (em “Cão” é *um substantivo*, a palavra “cão” vem entre aspas para designar seu significante e não o animal), a modalização autonímica engloba “o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, de uma certa maneira, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida” (MAINGUENEAU, 2005, p. 158).

O uso das aspas nesses casos indica que as palavras do enunciador não correspondem bem à realidade, atribuindo ao leitor a responsabilidade de compreender seu valor. Como explica Maingueneau (2005, p. 160),

Ao colocar palavras entre aspas, o enunciador, na verdade, apenas chama a atenção do co-enunciador para o fato de estar empregando exatamente as palavras que ele está aspeando; salientando-as, delega ao co-enunciador a tarefa de compreender o motivo pelo qual ele está chamando assim sua atenção e abrindo uma brecha em seu próprio discurso.

É o que acontece, frequentemente, nos textos analisados nesta pesquisa, com os termos “ideologia de gênero” e até mesmo “gênero”, conforme os seguintes exemplos:

[5] Em Dezembro de 2012, o Papa Bento XVI referiu, num discurso à cúria romana, que o uso do termo “gênero” pressupõe uma “nova filosofia da sexualidade” (TEXTO 1)

[6] A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em Brasília, por intermédio do deputado federal professor Victório Galli (PSC/MT), registrou requerimento solicitando uma audiência pública para tratar do caso da Escola Federal Pedro II, no Rio de Janeiro, sobre o caso da “Ideologia de Gênero”. (TEXTO 4)⁴⁹

49 TEXTO 4: Disponível em: <<https://bit.ly/2qCBpc3>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



Outros termos também aparecem aspeados nos textos, como “papéis de gênero”, “construídas” e “outros gêneros” (TEXTO 1); “homem” e “mulher” (TEXTO 2); “femininas”, “masculinas” e “torna” (do verbo *tornar-se*) (TEXTO 5); “identidade de gênero” e “orientação sexual” (TEXTO 7)⁵⁰; “feminismo ideológico” (TEXTO 8); sem contar as aspas em termos dentro de citações, como em “falsa divisão da natureza humana em ‘feminino’ e em ‘masculino’ (sic)” (TEXTO 1) e em “sofrem uma síndrome conhecida como ‘disforia de gênero’. Não é uma regra, é uma exceção. [...]” (TEXTO 6)⁵¹.

Authier-Revuz (1998, p. 142) argumenta que “um trabalho interpretativo é requerido para assinalar a configuração da modalização autonímica do campo da referência a um outro discurso” e, nesses casos citados, a referência incide reflexivamente sobre os termos “ideologia de gênero” e “gênero”. Percebe-se que a modalização autonímica funciona como um discurso referido ao relatar um outro ato de enunciação num modo que é o seu, ou seja, o da reformulação, e “assinala, localmente, um elemento como ‘não traduzido’, como fragmento conservado da mensagem de origem” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 142).

Isso quer dizer que as aspas de modalização autonímica se apoiam sobre o contexto no qual figura a citação para interpretar as aspas “segundo seus próprios termos”, ou seja, como discurso-outro, seja porque o enunciador considera como não referenciável à realidade, seja porque ele não concorda com o termo, mas, em todos os casos, marca uma metalinguagem reflexiva. Nos textos analisados, como se pode concluir, a modalização costuma levar a um rechaço não apenas dos termos, mas de toda e qualquer ação e filosofia atribuídas a eles.

50 TEXTO 7: Disponível em: <<https://bit.ly/2P6ot7N>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

51 TEXTO 6: Disponível em: <<https://bit.ly/2LFveLt>>. Acesso em: 29 ago. 2018.



CONCEITOS QUE SUBJAZEM AOS TERMOS IDEOLOGIA E GÊNERO

Para dar conta dos conceitos de *ideologia*, *gênero* e *ideologia de gênero* manuseados nos textos analisados, recorreremos à proposta semiolinguística de Charaudeau sobre a constituição de Núcleos metadiscursivos. Para o autor (CHARAUDEAU, 2010), empregos múltiplos de palavras em contextos semelhantes e diferentes constroem sedimentos de sentido que formam saberes metaculturais sobre os signos, o que ele chama de Núcleo metadiscursivo (NmD).

Nesse sentido, o que procuramos nesta seção é reconhecer os traços dos componentes *ideologia* e *gênero* presentes nos textos analisados levando em conta que esse reconhecimento se faz como o resultado de determinados saberes constituídos em razão dos diferentes usos que se valeram desses traços.

A contribuição do NmD para esta análise se deve ao fato de que a palavra é considerada como uma marca que, inscrita em uma certa combinatória e em circunstâncias de discurso particulares, mobiliza um componente, ao mesmo tempo em que se investe de uma pluralidade de sentidos oriundas do contexto. Essa marca apenas contribui para construir a expectativa discursiva de um determinado ato de linguagem⁵², que são, no caso deste trabalho, os textos analisados.

Dessa forma, a partir do estudo do NmD não se pretende dizer que todo signo proponha um sentido geral na língua, ao qual viriam juntar-se, em um segundo momento, efeitos de discurso. Pelo contrário, Charaudeau (2010, p. 36) considera que o signo “se constrói na instância linguageira em função de uma determinada expectativa discursiva; esta expectativa convoca marcas portadoras de um determinado NmD”.

52 Resumidamente, o *ato de linguagem* é o resultado de uma dupla atividade: estrutural (a Simbolização referencial) e serial (a Significação).



A noção pejorativa do signo *ideologia*, por exemplo, como se pode ver na grande maioria das obras que tentam dar conta desse conceito, é intrínseca a um conjunto discursivo que fez nascer e viver os signos *nessa* instância languageira. No entanto, desde Napoleão a noção pejorativa de *ideologia* se renova em diferentes contextos discursivos, inclusive dentro e fora da academia, o que acaba sendo um saber constante na constituição do seu NmD hoje em quase qualquer instância languageira. Nesse sentido, não estamos falando do significado denotativo de *ideologia*, pois este “não existe como tal e nem funciona de forma autônoma” (CHARAUDEAU, 2010, p. 36); pelo contrário, estamos falando das marcas linguísticas da *ideologia*.

Com marcas linguísticas, referimo-nos tanto à estrutura da palavra como a sua significação. Assim, *ideologia* une uma forma material (gráfica e fônica) a um determinado conteúdo de sentido produzindo uma condensação semântico-formal, e é esse conteúdo de sentido – constante nesta instância languageira, a propósito – que procuramos observar nos textos analisados.

É importante esclarecer que uma marca não é um signo. Cada marca linguística de *ideologia de gênero*, por exemplo, contribui, conforme sua combinatória, para dar um conjunto de informações sobre quem a acusa e quem a defende, sobre seu modo de ação (ou de pensamento), sobre o impacto que pode causar e, para além dessas informações, sobre o enunciador do discurso: ele tanto constrói como julga a “ideologia de gênero” como positiva, negativa, neutra ou outro. Logo, “é a combinatória das marcas que, no contexto, *faz signo*” (CHARAUDEAU, 2010, p. 41, destaque do autor).

Para resumir nossas observações, tecemos considerações relacionadas ao termo *ideologia* conforme cada texto analisado, o que deu origem ao Quadro 4. Na grande maioria das vezes, é difícil distinguir se as considerações estão estritamente relacionadas ao termo *ideologia* ou ao componente *ideologia de gênero*. Em todo caso,



incluímos a maioria daquilo que se aproximava do que a bibliografia sobre ideologia apontava como possibilidades de compreensão do termo. No Texto 1, por exemplo, as considerações foram: crença, falsidade (“falsa divisão da natureza humana”, “a profunda falsidade desta teoria”), revolução antropológica (presente na citação do Papa Bento XVI), negação da natureza das pessoas, e decisão de que algo não lhes foi previamente dado, mas antes que é algo que elas próprias podem construir. No Texto 5, as considerações foram: manipulação, falta de base científica, base “intelectual” de movimento agressivo, política, “falsa ciência” (aparece entre aspas no texto), falsidade, e baseada em pesquisa sem credenciais científicas em nenhum lugar.

Seguindo o mesmo caminho, quer dizer, partindo das aproximações do que as leituras feitas antes desta pesquisa apontam, elaboramos um esquema, que deu origem ao Quadro 5 (que se encontra no *blog*), a respeito do termo *gênero* nos textos do nosso *corpus*. A título de exemplificação, apresentamos as considerações relacionadas ao termo nos textos 2 e 6:

TEXTO 2	<ul style="list-style-type: none"> • no senso comum, é apenas um sinônimo polido para sexo, no sentido de diferenciação entre masculino e feminino, ou homem e mulher; • para uma corrente do feminismo, ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade ao longo da vida; • gênero = identidade; • apenas papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas; • é uma construção cultural; por isso não é nem resultado casual do sexo, nem tão aparentemente fixo como o sexo; • expressa a realidade de que a situação e os papéis da mulher e do homem são construções sociais sujeitas à mudança; • se refere às relações entre mulheres e homens baseadas em papéis definidos socialmente que se refiram a um ou outro.
---------	--



TEXTO 6	<ul style="list-style-type: none">• forma de neutralizar os seres humanos;• dá a possibilidade de escolha se queremos ser homens, mulheres, ou uma combinação de ambos quando crescemos;• sentimento supera a natureza;• recusa toda e qualquer marca biológica/corporal;• nega as diferenças sexuais;• é diferente de respeitar as diferenças de cada sexo e o que cada sexo contribui para a sociedade.
---------	--

Dessa forma, observamos que a noção de *ideologia de gênero*, nos textos analisados, pode ser (re)construída da seguinte maneira:

- prega a inexistência do dualismo homem-mulher, já que existem outros gêneros;
- defende a ideia de que qualquer pessoa pode escolher o gênero (ou os gêneros), e essa escolha pessoal se dá pela vontade do sujeito e independe da divisão biológica (“As diferenças genitais entre os seres humanos já não importariam culturalmente”, diz Shulamith Firestone, citada no Texto 2);
- nega qualquer fundamento biológico nas diferenças de comportamento entre homens e mulheres e considera que se trata apenas de construções sociais;
- é um movimento cuja finalidade não é combater a discriminação contra minorias, mas sim abolir a instituição familiar da estrutura social (no Texto 8, diz-se que “pretende desconstruir a família e os vínculos existentes dentro dela”);
- é uma violação do direito da família, quando introduzida na escola, por não respeitar as culturas e crenças dos pais (estes sim devem introduzir a educação sexual e a diversidade);
- é de base socialista-marxista, além de ser base “intelectual” do feminismo agressivo;



- se baseia em pura teoria e não se apoia em nenhuma pesquisa empírica;
- promove a assexualização do ser humano;
- se equipara a (ou tem seu reflexo em) termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual”;
- é antônima ao trabalho do respeito à pluralidade.

É possível perceber interseções dessas definições de *ideologia de gênero* com o que, na bibliografia lida, se descreve a respeito de *ideologia*. Um exemplo é a relação “ideologia como mentira”, concepção particular resumida por Thompson (2011) como aquela que permanece no nível de disfarces mais ou menos conscientes, de enganos e mentiras, além de permanecer no nível das pessoas engajadas na decepção e na acusação. Nesse sentido, a IG conota algo errôneo, ou melhor, uma ilusão. É nesse contexto que podemos concluir que os enunciadores dos textos analisados transformam os estudos de gênero em uma aparência, ou seja, em um processo aparente para a consciência dos homens, embora não de forma direta, como defende Chauí (2012). A inversão não se dá *no* plano social, mas *para* esse plano, o que justifica afirmar que a IG não tem base empírica e nega a biologia, ou seja, trata-se do que Eagleton (1997) havia notado quando se falava ou avaliava “ideologicamente”: é o mesmo que fazê-lo de maneira esquemática, estereotipada e, talvez, com um toque de fanatismo, o que se conclui que o oposto de ideologia seria “verdade empírica” ou “pragmatismo”.

Nessa linha de raciocínio, defender a IG é o mesmo que legitimar o poder dominante das ciências humanas, o que não corresponderia à “verdade” do sexo que, como se pode observar pelos artigos, ocupa outra área de conhecimento. É o que Eagleton (1997, p. 33) argumenta quando diz que “o discurso ideológico exhibe, de modo típico, uma



certa proporção entre proposições empíricas e aquilo que poderíamos grosseiramente denominar ‘visão de mundo’, na qual a última leva uma ligeira vantagem sobre as primeiras”, ou seja, o receio a respeito da IG é que o sexo deixe de pertencer e fundar-se na experiência enquanto observação e raciocínio sistemáticos comprovados experimentalmente no padrão técnico-biológico-exato.

Entretanto, podemos observar uma contradição entre aqueles que consideram os estudos de gênero - ou melhor, o que definem como IG - como não-científica e sem base empírica e o lugar de fala dos comunicantes dos textos analisados. Como pudemos ver, a maioria dos artigos encontram-se em *sites* e portais de conteúdo religioso e, com frequência, atacam também ações e ideias político-partidárias; daí encontrarmos argumentos relacionados à destruição da família como objetivo da IG e sua base socialista-marxista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do nosso *corpus* e da bibliografia que aborda os conceitos de gênero e ideologia, podemos concluir que o próprio discurso supostamente neutro do Escola sem Partido se baseia, na verdade, em uma naturalização de um ponto de vista sobre as identidades, a saber, na formação física “dada” no momento do nascimento.

A naturalização, a propósito, é uma via frequente da ideologia, que passa a ser desnaturalizada a partir dos estudos críticos, incluindo a abordagem *queer* dos gêneros. Um olhar criticamente *queer*, nesse sentido, revela que a naturalização se faz escondendo informações sobre aqueles que defendem um posicionamento que não se baseia exclusivamente na biologia, simplificando negativamente seus pontos de vista e atacando a base científica de suas pesquisas.



Embora os textos analisados não definam claramente o que entendem por *ideologia*, acreditamos que sua manutenção na identificação de um “conjunto de ideias” é sintomática de uma má compreensão dos seus objetivos, já que a Teoria *Queer*, por exemplo, não defende a ideia de que “os seres humanos não podem ser classificados por sexo [...] mas por gênero”, como Orley Silva (2018) resume em um de seus textos, e sim que critica as classificações por excluírem socialmente os sujeitos. Ao criticar essas classificações e suas conseqüentes naturalização e neutralização, objetiva-se não destruir o modelo de família vigente, mas mostrar que ela é apenas *uma* das possibilidades, ou seja, busca-se *subverter* esse modelo.

Considerando o que foi discutido, acreditamos que não vale a pena usarmos o termo IG para referir-nos aos estudos de gênero, embora alguns pesquisadores, como a professora de Sociolinguística da Universidade de Alcalá e conselheira da Asociación Internacional de Género y Lenguaje (IGALA) Mercedes Bengoechea Bartolomé), entendam por IG “as características e os atributos que são reconhecidos como masculinos ou como femininos em uma determinada sociedade, assim como o valor a eles dados” (BENGOECHEA BARTOLOMÉ, 2015, p. 12, tradução nossa).

Como vimos nos textos analisados, não é exatamente essa a concepção por trás do termo IG por quem a usa com mais frequência, então, utilizá-la como bandeira militante, como se fez com o termo *queer*, parece não funcionar. Apesar de, em sua origem, a ideologia ser entendida como uma ciência em que todo conhecimento científico envolveria a combinação de ideias, além de possibilitar a compreensão da natureza humana e a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos, na mesma época Napoleão usa o termo no sentido pejorativo como sinônimo de doutrina especulativa abstrata que estava divorciada das realidades do poder político.



Para evitar acusações de que determinados pensadores são ideólogos ou doutrinadores, sugerimos usar termos como *teoria* e *estudos*, já que esses refletem melhor, neste momento histórico, o que se propõe com os pontos de vista que descrevemos neste trabalho.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

BENGOECHEA BARTOLOMÉ, Mercedes. *Lengua y género*. Madrid: Editorial Síntesis, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. *El discurso de la información: la construcción el espejo social*. Trad. Margarita Mizraji. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* (Coleção primeiros passos; 13). São Paulo: Brasiliense, 2008.

DEL SAZ RUBIO, María Milagros. La reformulación del discurso en español en comparación con el inglés: un estudio contrastivo de los marcadores de modificación en inglés y en castellano. In: GARCÉS GÓMEZ, María Pilar (dir.). *La reformulación del discurso en español en comparación con otras lenguas*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid: Boletín Oficial del Estado, 2009. p. 163-179.

DESLANDES, Keila. *Formação de professores e direitos humanos: construindo escolas promotoras da igualdade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997 [1991].

GARCÉS GÓMEZ, María Pilar. *La organización del discurso: marcadores de ordenación y de reformulación*. Madrid: Iberoamericana, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc. estado*. [online]. 2017, vol.32, n.3, p.725-748.



SILVA, Orley. Esclarecimentos acerca de Ideologia de Gênero e BNCC aos cristãos ortodoxos antioquinos. *De olho no livro didático* (blog). Publicação de 12 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/36n2VtI>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ROSSARI, Corinne. *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne, Berlin, Francfort, New York, Paris, Vienne: Peter Lang, 1993.

SCALA, Jorge. *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Katechesis, 2011.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.



3

**SEXUALIDADES
EM PERSPECTIVAS
DISCURSIVAS**



11

Venan Alencar

**A institucionalização
da violência
às homossexualidades:
aspectos históricos
na perspectiva
estadunidense**

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2020.541.216-231



Proponho-me aqui a fazer uma breve leitura das formas pelas quais os processos discursivos institucionais, sobretudo partindo dos discursos médico/biológico e psiquiátrico/psicológico, de certa forma, legitimaram práticas de violência ideológica (e, claro, física) às homossexualidades desde o século dezenove até a contemporaneidade. Tal projeto partiu de uma disciplina que realizei durante meu doutorado sanduíche, financiado pela CAPES, na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, em 2018. Aliás, uma das minhas inspirações para escrever esse capítulo vem de Gayle Rubin, que ministrou a disciplina intitulada *Sexological Theories: from Krafft-Ebing to Foucault* (Teorias Sexológicas: de Krafft-Ebing a Foucault), assim como de David Halperin, meu co-orientador. Espero trazer um pouco do que aprendi neste estágio, assim como contribuir com as pesquisas dos meus leitores e leitoras.

Apesar de partir de um viés estadunidense, acredito que muito do que foi discursivamente construído à respeito das homossexualidades foi – e ainda está – refletido aqui sob os trópicos. Estamos tratando de um tempo não muito distante e crucial para a história da sexualidade: o século dezenove. Nas palavras de Foucault (2011, p. 386), a própria “noção de homossexualidade é uma noção que data do século dezenove e, portanto, é muito recente.”⁵³ Daí se justifica o ponto de partida ser este. Além disso, é também nesse período quando assistimos a uma intensa preocupação médica com as questões raciais e a distinção anatômica, em uma tentativa de diferenciar os corpos “normais” dos “anormais” (CHAUNCEY, 1982-83). Ao mesmo tempo, a ideia de que o “sexo” deveria acompanhar as características do corpo faziam dele uma superfície de onde muito se podia apreender – o corpo abjeto era detectável, assim como as diferentes raças e “desvios”.

53 Todas as transcrições que não estiverem originalmente no Português estarão traduzidas do Inglês. Vide Referências.



Desse modo, diferentes movimentos discursivos vão se ocupando das questões de gênero e sexualidade, lançado mão do que conceitualmente dispunham na época. Por essa razão, faz-se necessário compreendermos não só os meios como tais violências eram institucionalizadas, mas também visualizarmos os momentos históricos de onde elas surgiram, ou seja, de quais lugares sócio-histórico-ideológicos elas falavam. Só assim, talvez, poderemos empreender um movimento de resistência a este e outros (“novos”) tipos de violência – por meio de uma visão holística, crítica e política do sexo.

Por fim, e antes de darmos prosseguimentos aos discursos, é importante demarcar que estou partindo de uma visão de violência enquanto formas que inviabilizam ou tornam as vidas das pessoas menos vivíveis, ou seja, formas que constroem os indivíduos, sobretudo aqueles que manifestam suas sexualidades dissidentemente dentro de uma cultura hegemônica.

O DISCURSO MÉDICO/BIOLÓGICO: MASTURBAÇÃO, HOMOSSEXUALIDADE, PERVERSÃO E PERVERSIDADE

Dou início à seção pelo discurso médico. Antes de mais nada, por mais que haja uma tentativa aqui de separar tais discursos, é importante notarmos que tais separações não ocorreram de forma linear como estarão aqui descritas. A medicina, a psiquiatria e a psicologia vão se ocupar das sexualidades de forma concorrente, concomitante e porosa: há escoamentos, trocas entre uma e outra. Portanto, não as considero como campos isolados e autônomos, mas domínios de saberes extremamente interdependentes. Tomo emprestadas as palavras de Foucault (1978, p. 100), para quem os



discursos correspondem a “séries de segmentos descontínuos cuja função táctica não é uniforme nem estável” e, por isso,

não devemos imaginar um mundo de discurso dividido entre discursos aceites e discursos excluídos, ou entre o discurso dominante e o dominado, mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem funcionar em várias estratégias (FOUCAULT, 1978, p. 100).

Acredito que Jeffrey Weeks, de forma bastante bem sucedida, mostra-nos que, para falarmos do século dezenove e das homossexualidades em si, precisamos voltar um pouco e entendermos a masturbação. Não só Weeks, mas Foucault (2011, p. 391) também vai afirmar que, antes de haver todo um esforço para se entender homossexualidade, havia o mesmo para se evitar a masturbação, a “primeira forma de proibição e, historicamente, a primeira forma de problematização da sexualidade.” O terror a tal prática parte sobretudo do século dezoito, quando se acreditava que seu excesso levaria a um risco à humanidade, pois se tratava de uma doença, um vício, um “pecado contra a natureza” (STANGERS & van NECK, 2001, p. 20).

Em termos médicos, a masturbação servia como fator desencadeador das homossexualidades. Dela partiriam inúmeros outros “perigos” e, por esse motivo, o modelo médico vai se ocupar dessa prática à medida em que ganha mais poder (WEEKS, 1977) e se alia às instâncias jurídicas. Pois é justamente por questões legais que se levanta um grande debate: se a homossexualidade era uma característica inata, como condená-la? Ainda, como diferenciar quem havia nascido assim daqueles que cometiam atos libidinosos, socialmente condenáveis e passíveis de punição legal? Para tais indagações, alguns movimentos foram necessários para que se “resolvesse” esse impasse. A distinção entre perversidade e perversão foi o ponto-chave. Nela, aqueles que já vinham “marcados” teriam problemas de *perversão*, que era congênita ou induzida por alguma doença. Por outro lado, havia aqueles que, por vontade própria e



de forma imoral, eram considerados pervertidos, pois apresentavam comportamentos de *perversidade*. Nas palavras de Krafft-Ebing, 2011, p. 335, *itálicos do autor*) ,”o ato perverso em si não indica perversão de instinto”. Poder-se-ia pensar, então, que os perversos (e não os pervertidos) seriam menos escrutinados; o que aconteceu, contudo, foi a repreensão ainda mais forte daqueles que “sofriam” deste último caso.

Davidson (1990), em sua leitura sobre a história da perversão, complementa que haveria três estágios por que essa categoria passou. No primeiro, ela estava ligada a uma disfunção nos órgãos reprodutivos, vinda de uma espécie de anomalia anatômica. Na segunda, relacionaram-na à psicofisiologia, ou seja, a neuroanatomia do cérebro era a causadora da perversão sexual. É, portanto, somente na terceira fase quando a Psicologia vai se voltar para essa questão de forma mais veemente, e não mais no nível anato-patológico. O autor ainda afirma que, por mais que tais momentos não estejam cronologicamente ordenados, trata-se de uma maneira interessante de analisarmos as formas como os desvios foram sendo tratados pelo discurso médico, ainda que a transição entre os estágios tenha intersecções.

O cenário vai mudar apenas por volta do final do século, quando Richard von Krafft-Ebing, professor de Psiquiatria em Viena, na vigésima versão do seu famoso livro, *Psycopathia Sexualis*, começa a considerar a homossexualidade como um estado de combinação entre fatores congênitos e adquiridos, sendo que, nas primeiras versões da obra, ele a considerava apenas como um sinal funcional de degeneração. Ora, é inegável que todo esse movimento de decifrar do que se tratava esse “desvio” causaria certo desconforto na população da época. No entanto, é preciso ressaltar a importância do papel de Krafft-Ebing, pois os sujeitos que sentiam tais desconfortos, que travavam batalhas consigo mesmos (e com a sociedade) na tentativa de compreenderem



suas sexualidades, encontraram uma maneira de, de certo modo, externalizar essa violência. Vejamos um exemplo:

Uma noite eu acompanhei um amigo até sua casa e, em um leve estado de intoxicação, eu segurei sua genitália. Ele demonstrou apenas uma leve oposição. Eu então fui para sua quarto e nós praticamos masturbação mútua. Dessa época em diante, nós nos deixamos levar por isso com bastante frequência; na verdade, chegou-se a colocar o pênis na boca com ejaculações resultantes. Mas é estranho porque eu não estava apaixonado por essa pessoa de jeito nenhum, mas sim apaixonado com outro/a amigo/a, perto de quem eu nunca senti a menor excitação sexual [...] (KRAFFT-EBING, 2011 [1965], p. 191).

Krafft-Ebing recebeu um grande volume de correspondências como esta vindas de pessoas que narravam suas experimentações, seus desejos “desviantes”, e muitos desses relatos se encontram no livro. Ainda que o psiquiatra considerasse a perversão uma “doença”, para ele nunca se tratou de um crime ou de um pecado. Para a época tratou-se de uma informação importante, pois vivia-se uma transição de uma autoridade jurídico-religiosa para a médica (OOSTERHIUS, 1966). Assim, era importante que fosse defendida uma medicalização dessa doença, e não mais uma condenação (jurídica e religiosa), por mais que essa categorização de “doença” pareça hoje absurda para (alguns de) nós. De todo modo, veremos que, mais tarde, a psiquiatria, já institucionalmente gozando de poder, vai também exercer sua violência sobre as perversões, tanto em um nível mais geral e político, como em nível particular e clínico.

Pouco a pouco, a figura do homossexual vai “tomando corpo” e se torna algo desejavelmente detectável e tratável. Era interessante que se notasse, se identificasse e se denunciasse um “suspeito”, como se pode ver nos filmes e documentários *Different from the others* (1919), dirigido por Richard Oswald, *Paragraph 175* (2000), de Rob Epstein e Jeffrey Friedman, ou no *One nation under God* (1993), de Teodoro Maniaci e Francine Rzeznik. Caberá à Psiquiatria e à Psicologia, em um



último momento, tratar as homossexualidades, e os métodos e razões utilizados para isso estarão explanados na próxima seção.

O DISCURSO PSICOLÓGICO E PSIQUIÁTRICO: DO CRIME/PECADO À DOENÇA

A distinção entre perversão e perversidade será novamente abordada, pois o destino das homossexualidades e da Psiquiatria em si dependem desses conceitos. Para Oosterhius (1996), a definição trazida anteriormente por Krafft-Ebing foi crucial, pois nem advogados, nem o senso comum seriam capazes de dizer se alguém era ou não homossexual – apenas os psiquiatras nos julgamentos gozariam desse poder de julgar “doenças mentais”, numa espécie de psiquiatria forense. Vemos, portanto, o deslocamento de algo que estava no âmbito do imoral e do criminoso para o de condição patológica.

Krafft-Ebing entendia que a sexualidade era algo central na vida do indivíduo em sociedade e, por isso, merecia ser seriamente estudada. Graças a suas pesquisas (e aos relatos por ele recolhidos, como vimos na seção anterior), assistimos a uma gradual individualização e psicologização das sexualidades, o que certamente terá suas consequências.

De qualquer modo, a psiquiatria assumiu esse papel de juíza das moralidades e das patologias, especificamente dos desvios sexuais. No entanto, Krafft-Ebing, por exemplo, teve um papel muito importante na transição das sexualidades de crime/pecado para patologias. Mais tarde, ele também fez parte do movimento de direitos homossexuais, fundado por Magnus Hirschfeld na Alemanha, em 1897 (OOSTERHIUS, 1996). Inclusive, os integrantes desses movimentos, no final do século dezenove, citavam Hirschfeld como uma autoridade científica que estava ao lado deles.



Hirschfeld criou, em 1897, a primeira organização de direitos homossexuais da história (STEAKLEY, 1966), o Comitê Científico-Humanitário. Seu objetivo principal era derrubar o parágrafo 175⁵⁴, mas para ele o fim do preconceito da população teria mais valor do que a extinção de leis propriamente dita. Em 1910, como resultado da ampliação dos horizontes visionados no Comitê, foi criado o Instituto de Sexologia, a primeira instituição do tipo. Em publicações posteriores, Hirschfeld afirmou que era impossível existirem dois indivíduos idênticos em suas sexualidades, ou seja, elas eram particulares e deveriam ser aceitas em suas diferenças. Em termos de terapia, ele utilizava uma abordagem de ajustamento (*adjustment therapy*),

uma conversa com poder de cura que guiava pacientes homossexuais a aceitarem sua diferença com dignidade, para realmente compreenderem e afirmarem sua orientação e experienciar o amor ao superar a culpa e o isolamento, e associar-se o mais livremente possível a pessoas de pensamentos semelhantes (STEAKLEY, 1966, p. 145).

Caminha-se, portanto, a uma abordagem menos condenadora e mais aberta às sexualidades. Entretanto, isso não acontecia em todas as partes do mundo. Havelock Elis (1859-1939), por exemplo, médico e psicológico britânico, estava tentando compreender Freud e as implicações da Biologia nos “invertidos”. Ele acreditava que havia uma relação direta entre homossexualidade e hereditariedade: “Deve-se ainda dizer que qualquer teoria da etiologia da homossexualidade que desconsidere o fator hereditário na inversão não pode ser aceita.” (ELLIS, 1925, p. 308) Ainda acreditava que havia alguns fatores propulsores das homossexualidades, como o sistema escolar e a segregação entre meninos e meninas, a sedução de jovens por pessoas mais velhas e desapontamento em experiências amorosas “normais”.

54 O parágrafo 175 do Código Penal do Império Alemão de 1871 previa a prisão, por um período de cinco anos, àqueles homens que praticassem entre si atos obscenos e contra a natureza (“lewd and unnatural conducts between males”). (HIRSCHFELD, 2000, p. 14)



De forma contemporânea, Freud (1856-1939), em seu famoso *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, trouxe importantes considerações acerca das “inversões”, que, segundo ele, estavam relacionadas à maneira como os médicos a perceberam quando começaram a lidar com o fenômeno.

As primeiras avaliações consideravam a inversão como uma indicação inata de degeneração nervosa. Isso se deve ao fato de que os médicos observadores inicialmente se depararam com isso em pessoas sofrendo, ou aparentemente sofrendo, de doenças nervosas (FREUD, 1962, p. 4).

Portanto, é interessante notarmos que há uma convergência com o que Hirschfeld trazia: as primeiras relações entre homossexualidade e degeneração nervosa apenas se fundaram porque as pessoas estudadas já estavam em um estágio extremo de estresse e violência contra suas sexualidades. De todo modo, Freud não acreditava que se tratava de algo inato, nem adquirido, como se discutia anteriormente, mas demonstrou ter sido influenciado pela teoria evolucionista e pelo teor patológico empregado aos “desvios” na época. Para ele, o caráter de exclusividade e de fixação, por instância, definiam o sintoma patológico da perversão: “Se, em suma, uma perversão apresenta as características de exclusividade e de fixação – então podemos usualmente justificá-la considerando-a um sintoma patológico” (FREUD, 1962, p. 27). Até os dias atuais, ambos os caracteres estão previstos no DSM 5⁵⁵, de 2013, como formas de se definirem o que pode e o que não pode ser considerado perversão.

Em termos de tratamento clínico, Freud não tinha como objetivo a cura de pessoas com “desvios”, mas antes ajudá-las a lidarem com o passado e prepará-las para uma vida mais aceitável. “Homossexualidade não era, no seu ponto de vista, uma doença, e

⁵⁵ O DSM, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), é o manual da Associação Americana de Psiquiatria onde estão previstas categorias como sadismo, homossexualidade, parafilia, etc.



quando associados que assumiam que era uma doença tentavam indicar-lhe homossexuais para tratamento, ele os rejeitava se soubesse de antemão que eram apenas homossexuais” (ABELOVE, 1993, p. 383). Aliás, a heterossexualidade era, para ele, uma “realização” (*accomplishment*) a ser explicada, assim como a homossexualidade o era e, talvez por isso, sua teoria dê destaque maior ao caráter adquirido do que ao caráter congênito quando se trata de perversões. Ainda assim, as fronteiras entre o normal e o patológico eram bastante instáveis e arbitrárias no decorrer de seus escritos.

De todo modo, o discurso da época era de que a homossexualidade era uma doença e a psicanálise seria o caminho para uma cura. Isso gerou um problema financeiro e favoreceu a “institucionalização da perversão”, sobretudo nos Estados Unidos. Para Abelow (1993), foi neste país onde a teoria freudiana obteve menor aceitação. Os analistas estadunidenses voltaram seus esforços para a extinção das homossexualidades, apostando em “educação” e “treinamento individual”, como afirmou, em 1916, Smith Ely Jelliffe, um psicanalista proeminente de Nova Iorque. Charles Socarides, outro psiquiatra e psicanalista também conhecido, foi ainda mais longe e, em uma série de publicações que ficaram famosas sobretudo nos anos 60, afirmava que a homossexualidade não só era uma doença, como uma doença severa, muitas vezes acompanhada de esquizofrenia. Ainda segundo ele, os casais homossexuais só poderiam trazer destruição a si mesmos (ABELOVE, 1993). Ainda assim, acreditava em uma cura para esse ‘malefício’.

Aliás, a APA (Associação Americana de Psiquiatria) lança, em 1952, o primeiro DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) que já se propunha, na seção de Desvios Sexuais (*Sexual Deviation*) a “especificar o tipo de comportamento patológico como homossexualidade, travestismo, pedofilia, fetichismo e sadismo sexual (incluindo estupro, assédio sexual,



mutilação)”. Apoiados neste manual, muitos psiquiatras e psicanalistas irão conduzir, respaldados pela Associação, práticas de conversão, pois se acreditava que era possível “curar” a homossexualidade. A APA votou pela retirada a homossexualidade da categoria de desvio sexual, em 1973, mas, anos depois, passou de “desordem” para “distúrbio”, até ser totalmente retirada do DSM III-R. Com isso, algumas organizações religiosas começaram a prometer curas advindas de uma abordagem mais espiritual, já que a tradicionalmente científica estava proibida. É possível observar o auge e o fracasso desse movimento no filme *One nation under God*, de 1993. Ainda assim, de acordo com o Williams Institute, cerca de 700 mil LGBTQs nos Estados Unidos foram submetidos a terapias de conversão, e 57 mil crianças serão ainda submetidas a tais terapias antes de completarem seus 18 anos⁵⁶. No Brasil, esse tipo de “tratamento” é proibido pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1999.

Evelyn Hooker (1907-1996), em contrapartida, desempenhou um papel importantíssimo para que as homossexualidades fossem percebidas e tratadas como algo normal. No filme *Changing our minds: the story of Dr. Evelyn Hooker* (1992), dirigido por Richard Schmiechen e vencedor da categoria de melhor documentário no festival de filmes lésbicos e gays de São Francisco em 1992, vemos como o trabalho da psicóloga nos Estados Unidos mudou o cenário da APA, assim como daqueles que eram tidos como sexualmente desviantes (*deviants*). Segundo Cameron & Cameron (2012), Hooker teria sido uma das responsáveis pela retirada da homossexualidade do DSM, por exemplo. Para chegar a esse grau de influência, seu trabalho foi antes muito desqualificado, sobretudo por tê-lo conduzido, de início, com seus amigos gays. No entanto, para os autores, a pesquisa de Hooker não foi nem confiável, nem rigorosa.

Parte dessa desconfiança veio do fato de a pesquisadora não só ter entrevistado, como participado de eventos da comunidade gay da

56 Disponível em: <<https://bit.ly/2rQ6Foc>>. Acesso em: 23 jul. 2019.



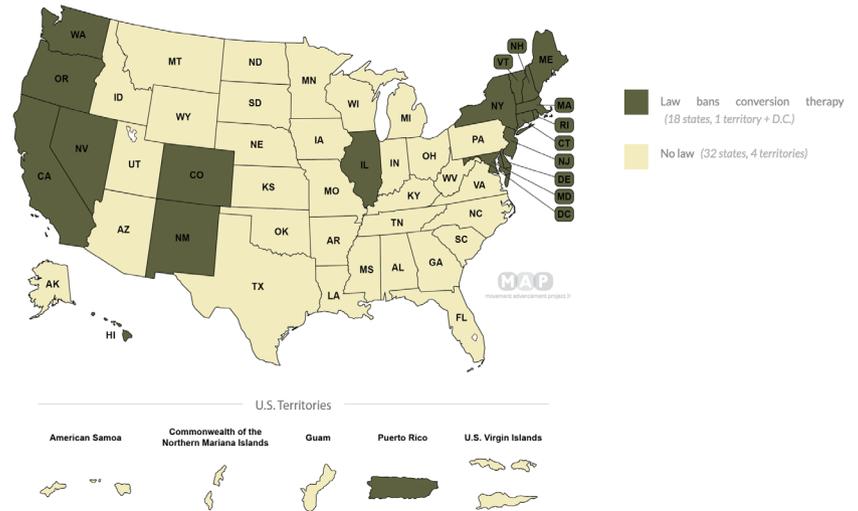
época na Califórnia. A forma revolucionária de conduzir a investigação “fornecia evidências empíricas de que homossexuais normais existiam, e sustentou a ideia radical, emergente à época, de que a homossexualidade estava no espectro normal de comportamento humano” (KIMMEL & GARNETS, 2003, p. 37). Isso ainda contribuiu para o fortalecimento de movimentos pró-LGBT (como o *homophile movement*), até chegarmos ao ponto de um fortalecimento da resistência que culminou na revolta de Stonewall, em 1969. Portanto, o legado que Hooker deixou ressoa até hoje em diversas sociedades – foi ela a responsável por conduzir, de forma quase pioneira, um estudo menos clínico, mas predominantemente social na área da Psicologia, em uma época em que isso não ocorria.

Certamente, ainda há muito a ser feito. Em setembro de 2017, por exemplo, no Brasil, houve uma tentativa, partida de um grupo de psicólogos e psicólogas, de se anular a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia. Ela trata justamente da ilegalidade do uso de terapias de reversão sexual, proibido desde 1999.

Nos Estados Unidos, de acordo com a Organização MAP (Movement Advancement Project), apenas dezoito estados, mais Porto Rico e D.C., possuem leis que protegem crianças de terapia de reversão sexual (*conversion therapy, reparative therapy* ou *ex-gay therapy*), como se vê na Figura 1. No entanto, outros estados têm se mobilizado para se aprovarem leis que proíbam tais práticas, como em Rhode Island e New Jersey.



Figura 1: Estados e territórios estadunidenses onde terapias de reversão sexual são proibidas e permitidas



Fonte: Organização MAP. Disponível em: <<https://bit.ly/33KvRK1>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

Apesar dos amparos legais, importantíssimos para se garantirem formas menos constrangedoras à população LGBTQ+, tem-se discutido muito a respeito das consequências de uma infância, adolescência, ou mesmo de uma vida adulta, no armário. Estaríamos, de fato, libertos e libertas dele? Quais seriam as formas de, de fato, se garantir uma vida mais vivível aos grupos minorizados?



CONCLUSÕES

As razões pelas quais as violências às homossexualidades se fortaleceram de forma institucional são histórica, social e ideologicamente situacionadas. Se hoje não vemos as mesmas operando igualmente às do passado, não significa que elas inexistam; pelo contrário, estão disfarçadas com novas roupagens. Por esse motivo, é preciso estar atento às violências cotidianas, aos insultos, às privações e às pontuais e importantes pequenas mortes que sofremos por sermos “desviantes”.

Precisamos repensar caminhos para resistirmos às violências cotidianas. Acredito que, além disso, não se trata somente de combater formas de poder já institucionalizadas, mas de se buscarem maneiras de contestarmos tais mecanismos de normalização em busca de um modo de vida que atenda às nossas expectativas e aspirações. Jogando dentro de um campo de possibilidades enquanto sujeitos agentes, podemos questionar os modos de vida hegemônicos vigentes e “criarmos” os nossos em termos menos constrangedores.

Muito provavelmente, haverá sempre discursos que tentem, de certa forma, ditar-nos as vidas mais valiosas e as menos valiosas, hierarquizando as sexualidade de acordo com interesses próprios utilizando formas de poder também próprias. Portanto, caberá a nós não somente resistir a tais mecanismos de coerção, como também questionar e adequar tais regras às nossas realidades *queer*. Afinal, seremos, pelo menos por um bom tempo, os avessos às ditas normalidades.



AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo financiamento do meu estágio de doutorado sanduíche na Universidade de Michigan em 2018-2019, e por ter sido a agência de fomento de minhas pesquisas no Brasil desde 2015. Agradeço, ainda, à professora Gayle Rubin, pela oportunidade de ser seu aluno e pelas orientações dentro e fora da sala de aula. Ao meu co-orientador, David Halperin, por ter aceitado acompanhar minha pesquisa antes, durante e depois de minha estada nos Estados Unidos. À minha orientadora no Brasil, Emília Mendes, por ter me acolhido desde o mestrado e por ter confiado na validade de meus estudos.

REFERÊNCIAS

- ABELOVE, Henry. "Freud, Male Homosexuality, and the Americans" *The Lesbian and Gay Studies Reader*, eds. Henry Abelow, Michele Aina Barale and David Halperin. Routledge: New York and London, 1993, p. 381-393.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM (1952). Published by American Psychiatric Association: Washington, D.C., 1952, p. 38-39.
- CAMERON, Paul; CAMERON, Kirk. "Re-Examining Evelyn Hooker: Setting the Record Straight with Comments on Schumm's (2012) Reanalysis", *Marriage & Family Review*, 2012, pp. 491-523.
- CHAUNCEY, George Jr., "From Sexual Inversion to Homosexuality: The Changing Medical Conceptualization of Female Deviance," in *Homosexuality: Sacrilege, Vision, Politics*, ed. Robert Boyers and George Steiner. Salmagundi, pp.58- 59 (1982-83), p.114-146.
- DAVIDSON, Arnold. "Closing Up the Corpses" (1990), *The Emergence of Sexuality*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001, p. 1-29, 217-224.
- ELLIS, Havelock. *Sexual Inversion*. Philadelphia: F.A. Davis Company Publishers, 1925.



FOUCAULT, Michel. "The Gay Science", trans. Nicolae Morar and Daniel W. Smith, *Critical Inquiry*, 37.3 (Spring 2011), p. 385-403.

FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality* Volume I: An Introduction. New York: Pantheon Books, 1978.

FREUD, Sigmund. *Three Essays on the Theory of Sexuality*. Translated by James Strachey. New York: Basic Books Publishers, 1962.

HIRSCHFELD, Magnus. *The Homosexuality of Men and Women*. Amherst, New York: Prometheus Books, 2000.

KIMMEL, Douglas; GARNETS, Linda. "What a Light it Shed: The Life of Evelyn Hooker," In: *Psychological Perspectives on Lesbian, Gay, and Bisexual Experiences*. New York: Columbia University Press, 2003, p. 31-49.

von KRAFFT-EBING, Richard. *Psychopathia Sexualis*. New York: Arcade Publishing, 2011 [1965].

OOSTERHIUS, Harry. "Richard von Krafft-Ebing's 'Step-Children of Nature:' Psychiatry and the Making of Homosexual Identity," In: ROSARIO, Vernon. *Science and Homosexualities*. Routledge, 1996, p. 67-88.

Site Agência Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/34K2oBi>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

Site MAP (Movement Advancement Project). Disponível em: <<https://bit.ly/3810s9q>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

Site The New York Book Reviewer. Disponível em: <<https://bit.ly/33LcrVd>>. Acesso em 23 jul. 2019.

STANGERS & van NECK. *Masturbation: The History of a Great Terror*. St. Martin's Press; 1st Edition (July 6, 2001)

STEAKLEY, James. Per scientiam ad justitiam: Magnus Hirschfeld and the Sexual Politics of Innate Homosexuality. In: ROSARIO, Vernon. *Science and Homosexualities*. Routledge, 1966. (p. 133-154)

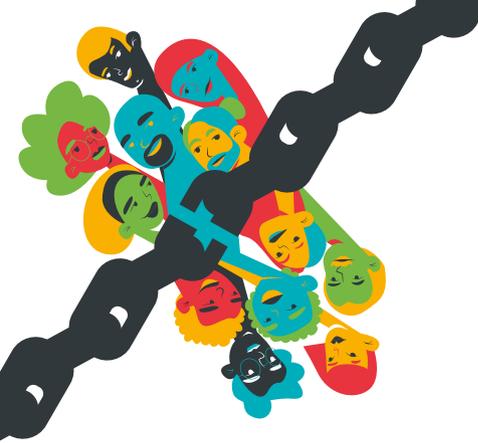
WEEKS, Jeff. *Coming Out: Homosexual Politics in Britain from the Nineteenth Century to the Present*. London: Quarter Books, 1977.



12

Wellton da Silva de Fatima

**Do beijo
na telenovela
ao repúdio
parlamentar:
discurso,
memória
e ideologia**



“as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas”

Michel Pêcheux (1975)

INTRODUÇÃO

No ano de 2015, de março a agosto, a Rede Globo de televisão exibiu mais uma de suas conhecidas telenovelas. A novela *Babilônia*, exibida no horário “das nove”, foi assinada pelos escritores Gilberto Braga, Ricardo Linhares e João Ximenes Braga e, como de costume – e atendendo às especificidades desta forma retórica⁵⁷, a novela – trouxe relacionadas muitas tramas e situações. Não por acaso – e nos dedicamos a explicar o porquê –, uma trama específica, anunciada já no primeiro capítulo, chamou muita atenção da opinião pública: tratava-se da relação amorosa vivida pelas personagens Estela e Teresa, representadas pelas atrizes Nathalia Timberg e Fernanda Montenegro, respectivamente.

As personagens viviam em casal – um casal de mulheres lésbicas, portanto – que se uniu já na terceira idade. Uma relação tematizada a partir da ideia de um amor tardio e de uma sexualidade que demorou a se mostrar. Ocorre que, como se espera de um casal – desde que ele seja lido como um casal, de fato, e essa é uma questão que nos interessa –, as personagens protagonizaram um beijo. Tratado na mídia e na opinião pública como “beijo lésbico”⁵⁸, logo houve forte reação ao gesto entre as personagens, reação derivada de incômodo, que, logo, se materializou em uma nota de repúdio por parte da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados.

57 Mobilizamos a noção de forma retórica tal como trabalhada como Guilhaumou, Maldidier & Robin (2016).

58 A maneira como a polêmica se deu pode ser compreendida a partir de: <<https://bit.ly/2DUe6gZ>>. Acesso em: 20 jul. 2019.



Interessa-nos, neste trabalho, compreender a textualização do incômodo. Dito de outro modo, dedicamo-nos a construir um dispositivo de leitura que permite apreender gestos de interpretação sobre determinados enunciados que, por sua vez, demonstram a maneira como se atribui sentido a um beijo entre um casal de mulheres em uma novela de grande audiência na TV brasileira.

Mais do que analisar a nota de repúdio em si – forma retórica institucionalizada e que coloca determinados limites para o dizer –, assinada pelo, na ocasião, presidente dessa Frente deputado João Campos (PSDB/GO), direcionamos nosso gesto analítico para comentários formulados junto à circulação da nota de repúdio. Tais comentários foram produzidos por sujeitos na posição de liderança evangélica, posição cara à manutenção do status da Frente Parlamentar Evangélica junto à opinião pública.

Para este trabalho – muito em virtude de sua extensão –, decidimos analisar os comentários do então senador e integrante da Frente Evangélica Magno Malta, em sua página no *Facebook*, e do pastor Silas Malafaia, que embora nunca tenha exercido mandato político, possui forte influência nos rumos da política nacional em determinados momentos e situações.

A teoria que elencamos para sistematizar nosso gesto analítico é a Análise de Discurso materialista, iniciada por Pêcheux (1969 [2014a]; 1975 [2014b]), na década de 1960 na França. Tal teoria, desdobrada no Brasil por teóricos como Orlandi (1987), permitiu-nos lançar um olhar específico e necessário sobre a produção dos sentidos que se materializam na trama discursiva em questão.

Para efeitos de organização, além desta introdução, trazemos, a seguir, alguns fundamentos teóricos e metodológicos sobre a teoria que nos embasará; fazemos, também, algumas reflexões acerca do nosso objeto: os comentários que circularam junto à nota de repúdio



da Frente Parlamentar Evangélica sobre um beijo entre mulheres lésbicas em uma novela da Rede Globo; apresentamos, de acordo com o dispositivo analítico por nós construído, as nossas análises; e, por fim, fazemos ainda algumas considerações mais ou menos finais.

A TEORIA QUE NOS ANCORA

Como dissemos, a teoria que nos ancora é a Análise de Discurso pecheutiana. Trata-se de uma teoria semântica, por se ocupar da questão do sentido, que parte da relação entre a língua e a sua exterioridade para compreender os processos de produção do discurso. Tendo como objeto, portanto, o discurso – este definido como “efeitos de sentidos (e não transmissão de informação) entre os interlocutores” (PECHÊUX, 2014a [1969], p. 82) –, a teoria se coloca diante da questão de interpretação. Dito de outro modo, há, na Análise de Discurso, o interesse na compreensão de como se articulam os diferentes gestos de interpretação sobre um determinado fragmento de língua (geralmente organizada sob uma determinada forma retórica). Isso é possível pelo território no qual a teoria se assenta.

Michel Pêcheux propôs articular três regiões do saber: o materialismo histórico, enquanto teoria das formações sociais e suas transformações; a linguística, enquanto teoria dos processos não subjetivos de enunciação e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Estas três regiões, ainda de acordo com Pêcheux, são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. (MARIANI, 1997, p. 33).

Assim, a produção dos sentidos, para a Análise de Discurso, será observada a partir da língua, tendo-se pressuposta sua relação com ideologia, em funcionamento em/por um sujeito que não é plenamente consciente e não possui domínio total de sua relação com a linguagem e/ou com a produção dos sentidos.



É importante ressaltar que não estamos tratando da noção de ideologia tal como ela aparece no senso comum. Orlandi (2013), instaurando uma retomada do termo “ideologia” a partir da consideração da linguagem, propõe que “[...] a ideologia não é ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI, 2013, p. 47).

Partimos, então, da ideia de que a língua, com sua ordem própria, é o lugar material no qual intervém a ideologia, possibilitando-se a produção dos sentidos. É importante ressaltar sobre a ideologia que “[...] sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjativas’, entendendo-se ‘subjativas’ não como ‘aquelas que afetam o sujeito’ mas, mais fortemente, como ‘nas quais se constitui o sujeito’” (ORLANDI, 2013, p. 46). Assim, esse sujeito, ocupando uma posição no discurso, é afetado pela ideologia de uma determinada forma, sendo levado a interpretar em uma certa direção, a depender de como o funcionamento da ideologia na relação com a língua lineariza a memória.

Vale a pena ressaltar que a ideologia, reconsiderada a partir da sua relação com a linguagem, existe sob forma material. Em virtude disso, compreendemos

[...] então por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* [...] que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe: os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seu sentido [...] (PÉCHEUX, 2014 [1975], p. 145).

A partir da noção de formações ideológicas, compreendemos, de acordo com esse caráter regional – no sentido de não-geral – da ideologia, que os sujeitos podem ser afetados por diferentes formações ideológicas e isso, pelo funcionamento da memória, possibilita significar algo de uma ou de outra forma.



De maneira mais concretamente apreensível, temos as formações discursivas. Estas, na sua relação com as formações ideológicas, funcionam como regiões do dizer e se sustentam a partir da leitura e da compreensão dos objetos simbólicos de modo mais ou menos coerente. De acordo com Pêcheux, “chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo espaço da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (2014b [1975], p. 160). É desse modo, que temos considerado que, no que tange à relação com a língua – e mais especificamente a inscrição do sentido nela –, “as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações” (ORLANDI, 2013, p. 47).

Resta, ainda, situar a noção específica de memória com a qual trabalhamos no domínio da Análise de Discurso. Observamos, portanto, a memória discursiva enquanto interdiscurso. De acordo com Orlandi (2013, p. 31), o interdiscurso “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente [...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Ainda de acordo com a autora (ibidem), consideramos que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. É desse modo, compreendendo-o como todo possível do dizer, que nos debruçamos sobre os fatos de linguagem selecionados para este trabalho. Relacionamos, pois, a existência do interdiscursivo, o funcionamento da ideologia e o lugar material de realização do discurso, a língua.

É por meio desse aparato teórico que postulamos a noção de textualização do incômodo. Este último compreendido como um sentido que se depara com os limites da língua, que tem sua historicidade, e dá certas condições para dizer, a depender do trabalho, que não cessa, da ideologia.



BREVES REFLEXÕES ACERCA DO OBJETO

O elemento que desencadeia o incômodo, do qual tratamos do ponto de vista discursivo, – o beijo – não é um fato novo na teledramaturgia brasileira. Desde os primórdios das novelas da TV, nos meados do século passado, já havia beijos⁵⁹ embalando os romances nas tramas que introduziram a novela no cotidiano dos brasileiros.

Alguns estudiosos (BALBINO, 2015; BECHARA, LEÃO, GUERRA, 2018) têm se ocupado de pensar a polêmica do beijo, e mais especificamente o beijo entre pessoas do mesmo gênero, em novelas. Os autores, que se debruçam – no âmbito dos estudos da comunicação e da linguagem – sobre a força que exercem as telenovelas no cotidiano brasileiro, nos fornecem elementos para compreender a eficácia da circulação dos discursos da/sobre a novela no imaginário nacional.

Do ponto de vista discursivo, o que nos interessa é a materialização da repercussão a partir de enunciados que textualizam o incômodo com o beijo entre mulheres. É por isso que elencamos, para análise, enunciados que circularam junto à nota de repúdio da Frente Parlamentar. A nota circulou em redes sociais nos perfis das principais lideranças evangélicas do país. Isso dá a dimensão do quão central é essa pauta para esse determinado segmento do Congresso Nacional, a despeito da ineficácia e ausência de legislação e atuação em outras frentes básicas como Educação, Saúde, Segurança, Habitação, etc.

Tomando tais comentários como formas retóricas, acenamos para a existência de formas mais ou menos estáveis pelas quais se apresentam determinadas textualizações, determinadas pela

59 Postula-se que o primeiro beijo heterossexual, foi interpretado pela atriz Vida Alves na novela "Sua vida me pertence", veiculada em 1951. Curiosamente, essa mesma atriz interpretou o primeiro beijo "gay" da teledramaturgia, em "A calúnia" de 1963/1964, ainda que, na época, tal gesto possa não ter sido discursivizado enquanto tal. Tais informações constam em: <<http://glo.bo/1bi0doO>>. Acesso em: 01 ago. 2019.



historicidade que as constitui e limitada à ordem da língua e seus sistemas de restrições. O comentário, conforme temos sustentado⁶⁰, é uma forma retórica eminente polêmica⁶¹, pois se insere discursivamente pela disputa do referente discursivo, colocando em jogo a tensão que constitui um determinado processo discursivo.

É deste modo que tomamos, analiticamente, os comentários produzidos pelas lideranças evangélicas: como um dizer que coloca em circulação uma disputa e, ao fazê-lo, o faz através de modos específicos de funcionamento da memória em relação à ideologia.

Dito isso, passemos às nossas análises.

NOSSAS ANÁLISES

Sejam, portanto, os enunciados que analisamos:

C1⁶² – Semador e pastor Magno Malta

“Apologia ao mal. Produzida para destruir famílias. Compartilhe, não dê espaço para esta ameaça com cara de diversão. Não assista...”

C2 – Pastor Silas Mafalaia

“A novela ‘Babilônia’ representa muito bem o que a Globo tem sido: a casa da imoralidade. Um final de carreira ridículo para duas das maiores estrelas da dramaturgia brasileira”

60 FATIMA, Wellton. *Da escola ao homeschooling: deslocamentos do/no sentido sobre a Educação* [no prelo].

61 A noção de polêmico aqui se situa em sua diferença em relação ao lúdico e ao autoritário, tal como teoriza Orlandi (1987).

62 C, neste caso, é a abreviação de “comentário. Trabalharemos, a partir daqui, com comentário 1, comentário 2, etc.



De acordo com C1, o beijo lésbico é apologia ao mal, contrapondo-se ao que, supostamente não faria apologia, o beijo heterossexual – ou, ainda, este último faria apologia ao bem; a novela, na qual se insere essa cena, é produzida para destruir famílias, contraem-se, aqui, àquilo que poderia construir famílias⁶³; o beijo, ainda, constitui-se como ameaça disfarçada. De acordo com C2, por produzir a cena de um beijo entre mulheres, a emissora é a “casa da imoralidade”; é importante ressaltar que o fato de a mesma emissora produzir a grande maioria dos beijos entre casais não-homossexuais não significa que ela é a “casa da moralidade”; a presença do beijo entre pessoas do mesmo gênero, mesmo em número infinitamente menor, é já saturação⁶⁴; ainda sob o ponto de vista expresso em C2, protagonizar um beijo de entre mulheres é “um final de carreira ridículo”; independentemente de as atrizes já terem protagonizado inúmeros beijos com homens, é esse beijo que marca o final de suas carreiras, isso corrobora o que afirmamos sobre a saturação.

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que esta análise não trata do Senador Magno Malta e do Pastor Silas Malafaia enquanto pessoas, mas dos dizeres por eles enunciados a partir da posição-sujeito que eles ocupam no discurso. Isso é importante para afastarmos qualquer resquício de atribuição de culpas, intenções e responsabilidades. Os dizeres dessas duas figuras públicas da política religiosa foram elencadas para este trabalho porque ocupam a posição de liderança religiosa que, como dissemos, é uma posição discursivamente importante para a manutenção ideológica evangélica no cenário político. Lembramos, ainda, que, para a Análise de Discurso, o sujeito é já-sujeito pela interpelação ideológica e não é plenamente consciente de sua relação com a produção dos

63 É importante perceber aqui como funciona a memória de heterossexualidade em sua essência puramente biológica e não como vivência social e afetiva. É importante também perceber que, por contraposição, aqui é negada a possibilidade de lésbicas constituírem família, já que a função da cena de seu beijo tem função de “destruir famílias”.

64 Temos nos dedicado a essa questão já há algum tempo (FATIMA, 2018).



sentidos (ORLANDI, 2013). Desse modo, nossa análise se deteve sobre o modo como esses sujeitos são afetados pela ideologia e, ao ocupar uma posição no discurso, mobilizarem a memória de uma determinada forma, dando uma certa direção aos sentidos sobre um determinado referente discursivo – neste caso, o beijo entre duas mulheres em uma telenovela de alcance nacional.

É importante recordar que esses comentários circularam em anexo a uma nota de repúdio que considera a cena de “beijo lésbico” como “clara intenção de afrontar os cristãos em suas convicções em princípios” e compreendem que essa cena é “a forma encontrada para disseminar a ideologia de gênero, atacando diretamente a família natural”, conforme dizeres da própria nota⁶⁵.

Os comentários, como se lê, explicitamente situam o beijo entre mulheres no lugar do inimigo a se combater. Nesse caso, a se combater com um boicote, nos dizeres de Malta; e a se combater com palavras, deslegitimando, nas palavras de ambos.

Apesar de nos indagarmos especificamente sobre os funcionamentos ideológicos em cujas condições de produção se aciona a memória de modo a situar o beijo entre um casal de mulheres como “apologia ao mal” e como “um final de carreira ridículo”, interessa-nos, mais, compreender o modo como se textualiza o incômodo.

É patente, ao ler tais enunciados, que o fato de haver uma cena de beijo desta natureza na telenovela incomoda. Em vez de nos perguntarmos por que incomoda, preferimos focalizar em compreender como se expressa tal incômodo.

Dialogamos, aqui, com a noção cunhada por Modesto dos Santos (2018). O autor, ao trazer à teorização as *formas da denúncia*, trabalha a resistência de um ponto de vista discursivo, buscando

65 A nota de repúdio pode ser lida na íntegra em: <<https://bit.ly/2PnqJqb>>. Acesso em 01 ago. 2019.



compreender as contradições do aparelho jurídico em determinadas condições, lançando olhar para o impossível de se inscrever na ordem da língua. Se, para o autor, as formas de que trata estão em relação com a resistência, as formas de que tratamos – as do incômodo – dialogam estreitamente com a dominância, com o historicamente instituído como hegemônico e pela tentativa de cercear o outro sob a alegação de estar sendo cerceado.

Assim, o incômodo é algo da ordem da relação tensa com o outro no corpo social. Relação esta, regulada por uma formação social desigual e regida por forças materiais que delimitam quem tem direito ao público e quem deve permanecer no privado⁶⁶. Desse modo, é fundamental frisar que não é do incômodo do ponto de vista pessoal que estamos tratando, mas do incômodo de ponto de vista institucional que ganha o contorno jurídico do confronto ao se tornar pauta de uma das maiores frentes parlamentares do Congresso Nacional, a instituição incumbida de legislar em prol do povo. Por que essa pauta, entre outras que poderiam ser do interesse do povo e da própria Frente Evangélica ganha notoriedade e expressividade?

É o funcionamento do interdiscurso que na ordem do dizer que dá pistas para saciarmos essa indagação. É patente que o incômodo que ganha forma dos dizeres das lideranças evangélicas ancoram-se no engendramento da heteronormatividade. Esta última, compreendida como o imperativo naturalizado e de naturalização da heterossexualidade como norma a ser seguida e como padrão de comportamento retorna sobre a tomada da palavra, condicionando a formulação do dizer de um determinado modo.

É por esse motivo que disjunções como bem/mal, família/não-família, moralidade/imoralidade e tantas outras se fazem presentes. São memórias mais ou menos “prontas” na memória de significar o outro que nos incomoda.

⁶⁶ Souza (1997), discute, no que tange à homossexualidade, a maneira como se confrontam e se tensionam as noções de público e de privado.



Pressupondo o funcionamento do real da língua e do silêncio (ORLANDI, 2007), no entanto, compreendemos a ausência de formulações explicativas – o que se espera de uma forma retórica polêmica: defender seu ponto de vista. À medida que faltam palavras para realmente expressar o incômodo – faltam os “porquês” e os “de que modos” a cena de um beijo entre mulheres faz “apologia ao mal”, “destrói famílias”, “é uma ameaça”, etc. – alguns modos de dizer são já censurados pelo aparelho jurídico que tem, cada vez mais, reconhecido a criminalização da discriminação de pessoas LGBT – o que impede que se diga de qualquer forma, sob a pena de incorrer em crime.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Buscando dar um efeito de fechamento a este texto, esperamos disponibilizar aqui um dispositivo de leitura que permita ler e compreender enunciados como os que aqui trazemos resgatando a espessura da produção de seus sentidos. Mais do que compreender, na superfície linguística, que se estamos diante de enunciados discriminatórios, nosso objeto é demonstrar as redes de memória e as possibilidades de linguagem pelas quais tais enunciados se constituem.

É fato que a reflexão aqui empreendida seguiu um determinado curso que dependeu da pergunta de pesquisa que formulamos. É, também, fato que de um ponto de vista ético, podemos ressaltar a nocividade que esses enunciados resgatam e, ao resgatar, atualizam.

As formas do incômodo, para nós, são modos pelos quais um sentido se inscreve na língua, deparando-se com seus limites, sob o funcionamento do interdiscurso condicionado pelo funcionamento da ideologia.



Por fim, o desejo que fica é que o/a leitor/a possa encontrar aqui também um incômodo. Não o incômodo de que tratamos, que funciona sob a ideologia hegemônica, mas um incômodo que possa se transformar em inquietação, seja teórica ou política (ou as duas coisas).

REFERÊNCIAS

- BALBINO, Jéfferson. O beijo gay na teledramaturgia: uma visão panorâmica. *Rev. Estud Comun.* Curitiba, v. 16, n. 41, p. 382-395, set./dez. 2015.
- BECHARA, Graciela Ramos Barbosa; LEÃO, Aurora Miranda; GUERRA, Márcio de Oliveira. O beijo, este polêmico que incomoda tanto Burburinho nas redes evidencia força da telenovela. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 41, 2018. *Anais...* Joinville, SC: Univille, 2018, p. 1-15.
- FATIMA, Wellton da Silva. A homossexualidade em tela: uma análise do discurso de comentários em sites de notícias sobre novelas. In: LAU, Héilton Diego; SILVEIRA, Éderson Luís (orgs.). *Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: teorias e análises*, v. 1. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 272-288.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. Do espetáculo à morte do acontecimento. In: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. *Discurso e arquivo: experimentações em Análise do Discurso*. Tradução de Carolina P. Fedatto, Paulo Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 25-94.
- MARIANI, Bethania. *Fundamentos teóricos da Análise de Discurso: a questão da produção de sentidos*. Niterói, 1997.
- MODESTO DOS SANTOS, Rogério Luid. “Você matou meu filho” e outros gritos: um estudo das formas de denúncia. 244 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 2018.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.



ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

SOUZA, Pedro de. *Confidências da Carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade*. 167 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1997.



13

Adilson Carlos Batista

Do cômico ao discurso real sobre as relações homoafetivas: acontecimento discursivo e contradição na história

As materialidades utilizadas nas análises deste artigo fazem parte da dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, em 2015, sob a orientação da Dr^a Maria Cleci Venturini (BATISTA, 2015)

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2020.541.246-265



O presente capítulo tem como objetivo discutir sobre a noção de acontecimento discursivo, a partir de Michel Pêcheux, em torno das relações homoafetivas. Muitos fatos envolvendo casais homoafetivos têm eclodido na mídia jornalística e reverberando em discussões, tanto por meio das redes sociais como em grupos de whatsapp. Esses fatos tornam-se notícias e se espalham rapidamente, mas será que eles são somente registros históricos ou acontecimentos discursivos?

O Acontecimento Discursivo, segundo Michel Pêcheux (2012a), define-se pelo encontro de uma memória com uma atualidade, instaurando o que Achard (1999) refere como uma “nova rede de sentidos”, uma nova série. Segundo esse autor, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstituída na enunciação” (2012a, p.17), dessa forma, todo discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada, e a enunciação é assumida por operações que regulamentam a circulação do discurso. Sobre isso, Pêcheux (1999, p. 50) afirma também que “a memória seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler”, porque ela vai “restabelecer os implícitos (quer dizer, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Considerando os apontamentos, recortamos para análise, duas materialidades – notícias de grande circulação na rede de computadores publicadas em 2015.



AS ANÁLISES E OS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

Materialidade I

Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra
Por Castelo Branco - 7 de maio de 2015

O estado do Nebraska, nos Estados Unidos, registrou um acontecimento inusitado. Conforme informa o site NBD News, uma mulher americana entrou com uma ação judicial na terça-feira (5) contra todos os homossexuais da Terra. Sylvia Driskell, 66, auto intitula-se como embaixadora de Deus e Jesus Cristo e, exige que as autoridades dos Estados Unidos proíbam por lei a homossexualidade, pois, segundo Sylvia, “vai contra os princípios divinos”. A senhora ainda elaborou uma carta com sete páginas que foi enviada à corte distrital, onde ela citou passagens bíblicas que descrevem a homossexualidade como uma abominação e um ato contra a natureza humana. A americana afirmou ainda que nunca antes seu país fora tão “sitiado pelo pecado”. “Será que todos os juízes desta nação tomarão Deus por mentiroso?”, interrogou na carta. A mulher também justificou o processo alegando ser imperativo defender os princípios morais em que sua nação foi fundada.

Disponível em: <<https://bit.ly/2RftOek>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

Para veicular a manchete SD⁶⁷¹ - “Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra”, em sua página, o jornal “O Repórter” escolhe a palavra homossexual “os homossexuais”, talvez a escolha se justifique pelo fato de a matéria se referir de modo geral, englobando homens e mulheres que apresentam “condutas”, “desvios” de comportamentos esperados por aqueles se identificam com a FD heteronormativa. Nessa matéria, funciona a determinação marcada pelo do artigo definido “os”, constituindo o efeito de sentido de que para entrar na justiça essa mulher precisaria determinar contra quem e contra o quê está resistindo. De qualquer forma, o pronome diz que ela entra na justiça contra “todos” os homossexuais, indicando a ruptura com essa mesma normalidade indicada pela determinação, sinalizando para a impossibilidade de alcançar “todos” e muito menos identificá-los.

67 SD – Sequência Discursiva.



Sabemos que “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação que se faz termo-a-termo”, conforme bem destacou Orlandi (2012b, p. 19), uma vez que os sentidos não pairam em um mundo ideal ou transcendental, ao contrário, os sentidos só são possíveis a partir de sua materialização na linguagem. Assim, ao fazer uso da palavra “homossexual”, ressoa-se que a mídia desconhece os possíveis sentidos negativos relacionados à palavra em sua designação e, ainda, que a própria mídia se inscreve na FD⁶⁸ religiosa da mesma forma que a autora da ação apresentada na matéria/notícia.

Essa palavra deu origem à designação “homossexualismo”, no início do século XIX, criada através do discurso da medicina que afirmava que a relação homoafetiva era doença, patologia e construiu um imaginário sobre esses sujeitos durante muito tempo. A designação homossexual encaminha para efeitos de sentidos relacionados, também, à disciplinalização, construída sobre os corpos dos sujeitos homoafetivos. No domínio da psiquiatria, os sujeitos foram classificados como “normal” ou “anormal”. Os anormais foram rotulados como pervertidos sexuais, desequilibrados psicicamente. Esse discurso de anormalidade designa também doença dos nervos, doença do onanismo, doença mental e desvio de conduta, entre outros reforçados pelo discurso da medicina. Nesse mesmo período, o discurso religioso também propagou contra a relação homoafetiva, afirmando-os como “fraudes contra a procriação”, conforme sinalizados por Spencer (1999), Naphy (2006) e Foucault (2014ab).

Podemos identificar na matéria intitulada “Mulher entra com ação judicial contra todos os homossexuais da Terra”, um acontecimento discursivo, visto que a ação movida pela mulher provoca uma

68 FD – “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado de luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÉCHEUX (2009, p. 147). A FD está relacionada a construção do sentido, pois as palavras, expressões e proposições recebem seu sentido a partir da desta.



instabilidade no discurso existente sobre a homossexualidade. Trata-se de um acontecimento inusitado que rompe com a estabilidade sobre esses sujeitos. Esse dizer desencadeia o acontecimento discursivo porque há uma memória em torno desse domínio a partir do jurídico, segundo o qual quem formula uma ação o faz contra determinado sujeito ou instituição, que, em tese, vai responder pelo delito.

O acontecimento instaura o efeito de verdade, como se fosse possível negar a existência desses sujeitos de direito, na formação social e, ainda, alcançar todos os sujeitos homossexuais do Planeta Terra. Lembrando que, para a AD, não é o acontecimento em si que significa e constitui o discurso, nem mesmo o evento empírico, mas interpretação dele. Além do mais, o acontecimento pode ocorrer independentemente do sujeito, mas se torna fato histórico quando por ele simbolizado enquanto prática social.

Nessa materialidade, “o todos” rompe com essa memória e também com a atualidade, sinalizando para uma ruptura que dá origem a uma nova série e inscreve o dizer no “inusitado”, no “cômico”, no “fantástico”. Com isso instaura-se, também, a contradição porque banaliza o jurídico e, de certa forma, o sujeito que entra com essa ação. Se não fosse assim, não se configuraria como uma manchete e nem notícia porque “mover” ação faz parte do discurso do cotidiano.

Verificamos que a mulher – Sylvia Driskell está inscrita em uma Formação Discursiva religiosa, ao intitular-se “embaixadora de Deus” e, devido a sua filiação, provoca o embate entre o religioso e o jurídico conforme destaca a SD2 – “Sylvia Driskell, 66, autointitula-se como embaixadora de Deus e Jesus Cristo e exige que as autoridades dos Estados Unidos proíbam por lei a homossexualidade”. [...] “vai contra os princípios divinos”. Ao se colocar na posição-sujeito embaixadora, ressoa-se que ela é a pessoa mais importante no planeta e está acima de todos os outros sujeitos, porque a carreira de um embaixador é a categoria hierarquicamente mais importante de representante



diplomático de um Estado junto a outro. O embaixador tem plenos poderes para representar seu país; é o encarregado de chefiar a missão diplomática em países estrangeiros; salvaguardar tratados, interesses econômicos e outros do seu Estado perante outros países; estabelecer tratados e promover a imagem do seu país junto dos outros Estados.

Assim, ecoa-se que Sylvia Driskell foi a escolhida por Deus e Jesus Cristo para representá-los no Planeta Terra, funcionando nessa sequência como sujeito porta-voz⁶⁹, pois ela deve tratar dos interesses divinos, das diplomacias referentes ao religioso. Fala-se em nome de Deus e de Jesus que lhe deram plenos poderes para julgar e condenar, ocupando a posição intermediária entre aqueles que representam e a autoridade maior – Deus e Jesus. Funciona aí a contradição em torno de quem pode ‘falar’ em nome de, uma vez que, para Orlandi (1996), o Sujeito, com ‘s’ maiúsculo seria Deus, e Jesus já seria o porta-voz, tendo em vista que ele é o ‘pai’ e Jesus ‘o filho’. Cabe perguntar: quem é então essa mulher, no mundo estabilizado e organizado do sagrado?

Segundo Orlandi (1996, p. 252), o discurso religioso tem como centro a palavra em seu funcionamento performático, mas Deus é o Sujeito com “S” maiúsculo. Ele é quem “institui, interpela, ordena, regula, salva, condena etc.” e os demais sujeitos “respondem, pedem, agradecem, desculpam-se, exortam, etc.”. Ainda, de acordo com a mesma autora, o poder da palavra está “bem distribuído e regulado na relação entre homem e Deus”. Essa é a diferença fundamental entre o discurso religioso e os demais discursos, entre eles o discurso jurídico, no qual o sujeito se apropria do dizer, assumindo o lugar da autoria. No discurso religioso, isso, entretanto, é impossível e tudo que foge a isso promove a ruptura e o funcionamento do equívoco, chocando-se com o real da história.

69 O sujeito porta-voz é definido por Pêcheux (1990, p. 17) “se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o olhar [...] que o coloca em posição de negociador potencial, no entro visível de um “nós” em formação [...]. Ele circula, de acordo com Venturini (2009, p. 95). “[...] entre três posições: a do profeta, a de dirigente e do homem de Estado, constituindo-se como agente de contradições e deslocamentos, porque circula entre o mundo existente e a possibilidade de ‘um outro mundo’”.



Diante disso, sublinhamos que a materialidade em tela funciona como um acontecimento que, como diz Pêcheux (1999) não chega a se inscrever, pois rompe com o que é memória e não se sustenta na atualidade. O rastro de legitimidade que o constitui decorre do fato de a FD religiosa pautar-se, sistematicamente na condenação a qualquer união, que não siga o modelo ortodoxo homem e mulher. O argumento de autoridade advém da bíblia, como tradição, que aponta que Deus criou homem e a mulher com lugares sexuais definidos e complementares do ponto de vista moral, psicológico e físico.

Esse discurso rompe com a ordem estabelecida, no discurso religioso, porque a mulher coloca-se em uma posição antagônica e inexistente no “mundo” do religioso. Nele, Deus é o único “supremo”. Jesus pode assumir o lugar de seu porta-voz, os demais – mesmo o Papa atual e os que o antecederam, os bispos e outros religiosos - são intermediários e só repetem o que diz o livro sagrado, que tem o funcionamento de uma Constituição, portanto de lei.

Na materialidade, em análise, Sylvia constitui-se como cidadã, projetando-se do discurso religioso para o jurídico. A marca desse projeto ocorre pelo verbo “exigir” dirigido às “autoridades dos Estados Unidos”, em que ela ordena que essas autoridades proibam a homossexualidade e criem uma lei dos homens. Argumenta que a lei divina estabelece que esses sujeitos não possam existir. A inscrição no discurso religioso faz com que esse sujeito “esqueça” a hierarquia religiosa, buscando retirar da FD religiosa os elementos do saber que a organizam, de modo a autorizar o seu discurso, significando e ressignificando o dizer. Para Pêcheux (2009), esse é um dos modos de o sujeito “naturalizar” o seu dizer, normatizando, instaurando um outro mundo.

Dessa forma, o discurso construído em torno da sodomia, palavra que designa a relação entre pessoas do mesmo sexo dentro dessa FD e os efeitos de sentidos em torno da relação homoafetiva



como práticas contrárias à natureza retornam, constituindo evidências de que Sylvia pode/deve fazer o que faz, tendo em vista que essas memórias, resultam de uma rede de formulação inscrita na memória social de longa duração, estando, portanto, sempre presente nos discursos em torno de práticas homoafetivas, desde os séculos I ao início do século XX.

Com a propagação do Cristianismo as formulações estabelecidas pelo divino e presentes em várias partes bíblicas, desde o Gênesis passaram pela lei e pela trajetória do povo hebreu e foram até os evangelhos e as epístolas do Novo Testamento. Elas se mantêm “vivas”, como atesta o recorte abaixo, retirado da bíblia em que o pecado sodomita é definido:

Não deverá haver prostitutas entre as filhas de Israel. E não haverá *sodomitas* entre os filhos de Israel (Deuteronômio 23.18-19)

E haverá também sodomitas na terra: e eles agirão de acordo com todas as *abominações* das nações que Jeová expulsou antes dos filhos de Israel. (I Reis 14.24)

E ele irrompeu na casa dos sodomitas, que estavam na casa do Senhor, onde as mulheres teciam cobertores para o Asherah. (II Reis 23.5-7).

Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, *nem os efeminados, nem os sodomitas*, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores *herdarão o reino de Deus* (1 Coríntios 6:10).

Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante. Terão que ser executados, pois merecem a morte.

Levítico 20:13

Essas formulações presentes no discurso religioso e que circulam na bíblia destacam que a relação homoafetiva não é uma opção ou alternativa e sim uma abominação, pecado, erro e prática contrária à



natureza divina. Essas formulações sustentam a construção de um imaginário negativo em relação a essa prática e retorna como memória, na cena enunciativa.

A SD3 que vem a seguir, reforça esse discurso e está na ordem da repetibilidade, conforme destaca Courtine (1981), o sujeito, ao se inscrever nessa ordem, produz um duplo movimento, ou seja, ele retira o seu discurso de uma rede de formulações pré-existentes e reinscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações. Dito de outra forma, a mulher, ao se filiar à FD religiosa, retira desses pré-construídos bíblicos os dizeres e “reformula-os” em suas novas redes parafrásticas. A SD3 [...] carta com sete páginas que foi enviada à corte distrital, onde ela citou passagens bíblicas que descrevem a homossexualidade como uma abominação e um ato contra a natureza humana. [...] “sitiado pelo pecado”.

Os saberes que se sustentam a partir dessas formulações estão imbricados na estrutura vertical e horizontal, quando Sylvia formula sua defesa. As passagens bíblicas atualizam a memória e fazem retornar discursos, sinalizando para o encontro entre interdiscurso (memória) com o intradiscurso (atualidade). A noção de interdiscurso, conforme destaca Orlandi (2012b), opõe-se a de intradiscurso, mas os dois eixos estão relacionados. De acordo com Venturini (2009a), não há como separar memória e atualidade, já que as memórias e pré-construídos preenchem furos e irrompem no fio do discurso, constituindo efeitos de sentidos, de acordo com sujeitos.

O interdiscurso está no eixo da constituição, o eixo vertical, em que estão todos os dizeres já-ditos. Nesse caso, sobre a relação homoafetiva, e esquecidos, mas representam o dizível. No eixo horizontal, está funcionando o intradiscurso, a formulação no momento do discurso, isto é, aquilo que ela está dizendo naquele momento dado, em condições dadas. Dessa forma, toda a enunciação de Sylvia encontra-se no cruzamento de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualização do já-dito (formulação).



Pela memória mobilizada, nesse discurso, ressoa tudo de negativo construído em torno da relação homoafetiva pela FD religiosa, que rememora, atualiza e ressignifica para sustentar a defesa de Sylvia na carta.

Na SD4 - “Será que todos os juízes desta nação tomarão Deus por mentiroso?”, Sylvia a partir de sua posição sujeito está pondo em cheque e questionando os juízes, ao utilizar o verbo ser “será” fica evidente o desafio lançado para as autoridades. Lança-se uma dúvida de que “Não é possível que os excelentíssimos estivessem contra Deus e o tomassem como mentiroso”, evidenciando que se eles não forem a favor ao solicitado por ela, estariam afirmando que “Deus é mentiroso”, ou seja, tudo aquilo que está descrito na Bíblia e que ela colocou na carta seria uma falácia.

Pelo movimento de antecipação, o sujeito coloca-se no lugar em que o outro “ouve” suas palavras, pode-se compreender que a mulher “mexe” com princípios sagrados para a maioria dos sujeitos, os quais não querem/não podem pela sua inscrição na FD do religioso colocar em dúvida a ‘supremacia’ de Deus. O efeito que se constitui aqui é, então, de que aqueles que não aceitem os argumentos colocados na carta se voltam contra Deus. O argumento de autoridade se constitui pelos textos bíblicos que ela retoma, nos quais o casamento e a sodomia são definidos. Ela recorta o que é casamento e o que é sodomia, realizando um gesto interpretativo em favor dos seus argumentos. Por esse trabalho, no discurso, ela busca a adesão de seus interlocutores, nesse caso, buscando levá-los a atender as suas reivindicações.

Sylvia ainda acrescenta, conforme a SD5 - [...] “ser imperativo defender os princípios morais em que sua nação foi fundada” que é “imperativo defender os princípios morais”, ressoando que os sujeitos homoafetivos são imorais ou indignos de Deus, pois estariam longe daquilo que foi constituído como divino desde a “fundação” – Gênesis



descrito na Bíblia, - passagem em que Deus apenas criou o homem e a mulher, assim verbalizada: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (GÊNESIS, 1:27). Essa passagem significa, na ordem das evidências (trabalho da ideologia) que a relação homoafetiva não é natural, é pecado, é um desvio de conduta divina e que precisa ser combatida.

O processo discursivo que funciona, nessa FD, é a transferência que ocorre pelo processo metafórico. Por esse funcionamento, os princípios morais, nação e casamento entre pessoas do mesmo sexo são colocadas no mesmo eixo e instauram efeitos de sentidos em torno da moralidade e de unanimidade no que tange aos princípios que engrandecem uma nação e, também, dos sujeitos que vivem nela. Outro efeito é o da simulação, concretizando-se pelo “como se”, funcionando o pequeno teatro, em que todos se inscreveriam na mesma FD, homogeneizando os sentidos, como se todos os sujeitos-cidadãos da nação fossem unânimes em relação a essa temática.



Materialidade II

Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA

Supremo determina que a Constituição americana garantesse a todos os cidadãos o direito de contrair casamento.

O Supremo Tribunal dos Estados Unidos decidiu nesta sexta-feira que o casamento gay é legal em todos os estados norte-americanos. *Os juízes consideraram que a Constituição garante o direito igualitário a todos os cidadãos de contrair casamento e, como tal, a sua proibição a casais do mesmo sexo é contrária à lei.* Em face de esta decisão, os 14 estados que não permitem o casamento gay terão de levantar essa proibição. Numa decisão histórica, o juiz conservador Anthony Kennedy juntou-se aos quatro juízes escolhidos pelos Democratas e votou a favor do casamento gay em todos os estados norte-americanos, moção que saiu vencedora através de cinco votos favoráveis contra quatro.

“Nenhuma união é mais profunda que o casamento, porque incorpora os mais altos ideais do amor, da fidelidade, da devoção, do sacrifício e da família”, escreveu Kennedy em nome do tribunal, referindo que os casais homossexuais “não podem ser excluídos de uma das mais antigas instituições da civilização” e que a Constituição garante a “igualdade de todos os cidadãos aos olhos da lei”.

Antonin Scalia, um dos juízes do tribunal que votou contra, também divulgou a sua posição, escrevendo que esta decisão é uma *“ameaça à democracia americana”*. John Roberts, presidente do Supremo, mostrou-se igualmente decepcionado com o resultado da votação.

A decisão do Supremo Tribunal é *“um grande passo para a igualdade”* e uma *“vitória para a América”*, afirmou o Presidente Barack Obama, a partir da Casa Branca. A decisão reflete o ideal norte-americano de que *“todos os cidadãos estão igualmente protegidos pela lei, independentemente de quem amam”*, afirmou. O Presidente realçou ainda a *“rapidez da mudança de mentalidade”* no país e agradeceu a todos os que contribuíram, *“durante décadas”*, com *“pequenos atos de coragem”*, para esta decisão *“histórica”*.

Disponível em: <<https://bit.ly/2Li6jxe>>. Acesso em 08 set. 15.

A materialidade discursiva da reportagem “Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA” SD1, da seção Mundo Notícia, apresenta outro acontecimento discursivo. Trata-se de um fato, também histórico, que instaura a contradição em relação à reportagem anterior e convoca, por conseguinte, um novo estatuto histórico para o sujeito homoafetivo.



Sobre a história, Eni Orlandi escreveu na abertura do livro “O discurso Estrutura ou Acontecimento de Michel Pêcheux (2012a, p. 09), “a história está ‘colocada’”. E a análise do discurso trabalha justamente no lugar desse “aparentar”, criando um espaço teórico em que se pode produzir o “deslocamento” desta relação, desterritorializando-a. Dessa maneira, o fato é histórico porque mudou-se a lei em relação ao casamento homoafetivo, contudo, torna-se também acontecimento discursivo porque se cria uma tensão e novas possibilidades discursivas em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Como descreveu Pêcheux (2012a), ao se referir ao enunciado “*On a gagné*” – ganhamos, enunciado que atravessou a França em 1981 sobre a vitória de François Mitterrand para presidente, o autor afirma que esse acontecimento foi o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” da mesma forma a SD1 – “Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA”, que aponta também para um acontecimento sócio-político. Esse fato mexe com muitas instâncias da sociedade.

Essa conquista pelos Gays americanos ecoou por toda a Rede de Computadores, da mesma forma que o enunciado para se referir à vitória do presidente francês, porém, esse enunciado “Supremo Tribunal legaliza casamento gay em todos os estados dos EUA” alcançou limites maiores em termos de números de pessoas. Esse acontecimento discursivo fez com milhões de sujeitos do Planeta Terra, homoafetivos ou simpatizantes com a causa, colorissem suas fotos de perfil na página do *Facebook*, sinalizando e demonstrando que estavam de acordo com o Supremo Tribunal Americano.

Com isso, o movimento Gay instaurou novos discursos sobre a relação entre pessoas do mesmo sexo na década de 1960/1970, com Stone Wall, criando uma identidade e uma certa “liberdade” para o sujeito homoafetivo perante os outros cidadãos, pois naquela época os Gays queriam mostrar para a sociedade sua existência, dizer a



todos que faziam parte da formação social, não queriam mais ficar escondidos em “guetos”, sendo explorados sexualmente e vistos como forma de ganhar dinheiro por aproveitadores como a máfia. Além disso, a decisão nos EUA ressoa como uma afirmação de direitos. Embora, sejam movimentos diferentes, a legalização do casamento homoafetivo pelo Supremo Tribunal, nos Estados Unidos da América, também provoca uma nova forma de enxergar esses sujeitos, pois o discurso vigente os torna sujeitos de direito nessa sociedade americana.

Esse acontecimento instaura, novamente, outras sequências discursivas, novas redes, e um novo estatuto sócio-histórico para o sujeito homoafetivo no país. Esses discursos, que circulam na sociedade, mexem com o simbólico produzido sobre esses sujeitos homoafetivos e gera algumas instabilidades discursivas e contradições nas FD religiosas e nas FD jurídicas, causando até desfiliações e inscrições nas FD’s constituídas. Esse reconhecimento jurídico no país suscita, também, uma luta ainda maior para esses sujeitos, pois a decisão se deu pela força de lei conforme apontada na SD2.

Os casais homoafetivos, mesmo que reconhecidos juridicamente, serão vistos pela maioria dos outros cidadãos que não concordam, por se inscreverem em outras FDs, como pessoas diferentes. E isso considerando que o processo sócio-histórico e político não se deu de forma pacífica, natural, foram diversas lutas em tribunais e passeatas do “orgulho Gay”, desde a década de 1970. Muitos sujeitos vinham exigindo dos representantes da Lei o reconhecimento dessa união, principalmente pela garantia de direitos que qualquer cidadão americano possui.

A mídia, mais uma vez, mesmo sendo noticiada no Brasil, preferiu utilizar como referência “casamento Gay”, talvez haja uma compreensão, por parte do jornal Mundo Notícia, de que, nos Estados Unidos, os sujeitos homoafetivos se reconheçam nessa designação “gays” e orgulham-se dela, visto que nela ressoa,



também, os grandes movimentos e lutas desses sujeitos naquele país. Além do mais, a designação apontada como politicamente correta, casamento homoafetivo, dá-se apenas no Brasil com a jurista Maria Berenice Dias que cunhou o termo e a designação foi incorporada a legislação brasileira.

A SD2 – “Os juízes consideraram que a Constituição garante o direito igualitário a todos os cidadãos de contrair casamento e, como tal, a sua proibição a casais do mesmo sexo é contrária à lei” - evidencia que há uma negação em relação ao direito do sujeito homoafetivo pela sociedade, pois, faz-se necessário que os juízes sinalizem para a necessidade desse reconhecimento, dizer não a esses sujeitos estaria contrariando o documento maior, a Constituição do país. Conforme descrita na SD3, a Constituição garante a “igualdade de todos os cidadãos aos olhos da lei”.

Contudo, nessas sequências, materializa-se a ideia de que o casamento homoafetivo não pode ocorrer de forma natural e seguir o modelo tradicional heteroafetivo presente na sociedade. Nesse enunciado, ressoa que a união entre pessoas do mesmo sexo pode-se dar somente pela força da lei. O enunciado deixa bem marcado que todos somos iguais perante a lei, contudo, ele ressoa que fora dela as pessoas são diferentes e seguem padrões estabelecidos no social e suas inscrições em formações ideológicas. Na SD3 – “Nenhuma união é mais profunda que o casamento, porque incorpora os mais altos ideais do amor, da fidelidade, da devoção, do sacrifício e da família” [...] “Os casais homossexuais “não podem ser excluídos de uma das mais antigas instituições da civilização” e que a Constituição garante a “igualdade de todos os cidadãos aos olhos da lei”, sinalizando para o valor do casamento na sociedade, enquanto instituição “nenhuma união é mais profunda que o casamento”, todavia, ressoa também que as uniões fora do casamento não têm tanto valor como aquelas reconhecidas juridicamente.



As uniões, que não seguem esse padrão estabelecido pela sociedade, como o caso das relações homoafetivas, não representam “os mais altos ideais de amor, da fidelidade, da devoção, do sacrifício e da família”. Isso é confirmado também pelo juiz Antonin Scalia, que votou contra o reconhecimento do casamento pelo Supremo Tribunal, conforme SD4 – Esta decisão é uma “ameaça à democracia americana” (Antonin Scalia, um dos juízes do tribunal que votou contra).

Nesse enunciado do juiz, ressoa o imaginário de muitos cidadãos americanos, que pela inscrição em FD’s contrárias a dos sujeitos homoafetivos, baseiam seus princípios legais não em direito, como lei igualitária para todos os sujeitos em sociedade, mas como princípio constitutivo de sua inscrição em uma FD. Ao afirmar que a união homoafetiva “é uma ameaça à democracia americana”, a sintaxe evidencia que o verbo ser categoriza o perigo (ameaça) que os casais homoafetivos representam para a sociedade democrática. Se considerarmos que o substantivo “democracia” significa regime político em que todos os cidadãos participam igualmente, diretamente ou através de representantes eleitos, faz-se necessário propor mudanças. Na proposta, mais particularmente, no desenvolvimento e na criação de leis, os juízes exercem o poder da governança, através do sufrágio universal, que abrange as condições sociais, econômicas e culturais e permitem o exercício livre e igualitário da autodeterminação política.

A presença do predicativo do sujeito – ameaça, no discurso do juiz Antoni constitui o efeito de apagamento do sentido de liberdade e de igualdade que o nome democracia representa na atualidade. Desse modo, exclui os sujeitos homoafetivos como se eles não fossem o/do povo e, ainda, retira desses sujeitos o direito à equidade, conforme estabelece a constituição do país. Contudo, a SD5 – “Um grande passo para a igualdade e uma “vitória para a América”, afirmou o Presidente Barack Obama, a partir da Casa Branca”, que o presidente dos Estados Unidos publica em seu *Twitter*, contradiz totalmente a



posição contrária ao casamento homoafetivo. Nesse dizer, Barack Obama enuncia que é “um grande passo para a igualdade”, apesar de a fala do presidente ser positiva em relação ao acontecimento discursivo, encaminha para efeitos de sentidos de que o presidente americano sabe que somente essa decisão, ainda não é o suficiente para mudar a relação entre esses sujeitos, na formação social. Isso porque haverá sempre esse jogo de forças entre a FD dos sujeitos homoafetivos, tentando conquistar direitos igualitários e a FD religiosa, tentando manter o imaginário que foi concebido desde a chegada do cristianismo com os romanos, numa eterna “luta de classes”.

Os discursos que se construíram em torno da relação entre pessoas do mesmo sexo, a partir do discurso religioso e do discurso da medicina, estão fortemente enraizados. Mesmo assim, ele reconhece que é “uma vitória para a América”, porque mostra para o mundo que os Estados Unidos respeitam os seus cidadãos, independentemente da sua escolha/opção/orientação sexual. Podemos confirmar pelo reforço no enunciado da SD6 – “A decisão reflete o ideal norte-americano de que todos os cidadãos estão igualmente protegidos pela lei, independentemente de quem amam”. Pela SD6 ressoam memórias e discursos que reforçam o imaginário em torno dos Estados Unidos como país que promove a igualdade. A decisão tomada pelo Supremo Tribunal é algo importante para o país, “ideal”, pois reconhece a união entre os casais do mesmo sexo, constituindo-se, assim, como modelo instituído pela heteronormatividade. Esses sujeitos passam a ter direitos garantidos por lei “igualmente protegidos pela lei”.

Fortalece, ainda, os efeitos de sentido em torno desse país como líder no mundo, como o que dá o primeiro passo e espera ser seguido pelos demais países. A palavra “ideal” em relação à proteção e a “independentemente” de quem amam, sinaliza para a utopia, constituindo efeitos de que essa “igualdade” está apenas no plano do que é desejado, mas não do que é praticado. Se, assim fosse,



não haveria necessidade de uma lei e nem de um tribunal. Seria uma prática sem manchetes e sem a manifestação do presidente da nação, que não é qualquer uma: é uma potência mundial.

PARA EFEITO DE FECHAMENTO

As duas materialidades utilizadas nas análises mostram que os acontecimentos discursivos e históricos em torno das relações homoafetivas continuaram sendo sempre notícia nas redes midiáticas, pois muitas serão as redes de memórias mobilizadas na história para constituir novas redes de significação. A temática em tela é algo que sempre instaurou a contradição nos discursos do/no social, desde a Grécia Antiga com as relações homoeróticas, depois passando pelos Romanos, mais tarde pela Idade Média – relações Sodomitas com o discurso religioso, no Século XIX, patológico – homossexualismo, doença por meio do discurso da medicina, até chegar no Século XX e XXI como sujeito de direito – relações homoafetivas, por meio do discurso Jurídico e das grandes lutas dos sujeitos homossexuais.

Todas essas memórias continuaram vindo por meio de redes parafrásticas e fazendo parte dos discursos no social, pois as relações homoafetivas instaura a contradição nos pensamentos ideológicos dos conservadores, dos religiosos que não fazem parte desta formação discursiva.

Se novos fatos mobilizarão acontecimento discursivo ou histórico, não sabemos, mas as relações homoafetivas continuaram seguindo seu curso/discurso porque fazem parte do social e nessa “luta de classes”, eles são sujeitos de direitos.



REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre et al. (1983). *Papel da Memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999.
- BATISTA, Adilson Carlos. *Efeitos de sentidos sobre a designação homoafetividade produzidos na/pela mídia*. 175 f. Dissertação (Mestrado em Inglês e Literatura Correspondente) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. Chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação dos do discurso político. Trad. de Freda Indursky. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 1999.
- DIAS, Maria Berenice. *Homoafetividade e os Direitos LGBTI*. 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade – a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014a.
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade – o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014b.
- FOCAULT, Michel. *História da Sexualidade – o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra 2014c.
- GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- NAPHY, Willian. *Born to Be Gay – História da Homossexualidade*. Tradução de Jaime Araújo. Lisboa – Portugal: Edições 70: 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Souza (Orgs). *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.



PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v.19, p.7-24, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e outros. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade, uma história*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*. Passo Fundo: editora da UPF, 2009a.

VENTURINI, Maria Cleci. Leitura do espaço urbano: subjetividade e poder das palavras. *Desenredo*, Revista da Pós-graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo, v. 5, n. 2, p. 232-252, 2009b.



14

Héliton Diego Lau

Quem tem medo da “heterofobia”? Uma memória (in) alcançável sobre a justificativa do PL 7.382/2010

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2020.541.266-285



SHE DONE ALREADY DONE HAD HERS

A divisão que seguirá este capítulo será performativa, vindo de uma interpretação subjetiva acerca do conceito explanado por Butler (2013 [1990]), baseado nos discursos de RuPaul do *reality show RuPaul's Drag Race*, competição que busca eleger em cada temporada a *drag queen* que possui mais carisma, singularidade, ousadia e talento. Os discursos utilizados por RuPaul farão parte deste trabalho pela forma como o *reality show* é desenvolvido. O motivo pela escolha dessa forma de aplicabilidade será exposto ao longo da reflexão.

O título desta seção faz parte do discurso falado por RuPaul, apresentadora do programa, em que as *drag queens* se reúnem para ouvir uma pequena introdução sobre o que ela irá desafiar-las durante a semana tal como ocorre no *reality show*. Esses desafios incluem apresentações ao vivo, montagens de vários *looks* que pertençam à temática proposta pela apresentadora etc. Aqui, me posiciono como a apresentadora para dar algumas “pistas” sobre o que virá.

A homossexualidade é um tema que perpassa várias áreas, especialmente na política, que se torna moeda de troca para conquistas de votos da comunidade de assexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, *queer*, intersexo e mais – ALGBTQI+⁷⁰ – para trazer visibilidade para a comunidade no espaço político e luta por direitos. Sempre tendo esse embate,

70 “O motivo da utilização desta sigla é por ela abarcar e trazer uma visibilidade maior de orientações sexuais e identidades de gênero, além de ter uma boa organização: antes de tudo, o nível de atração sexual das pessoas, representadas pelo espectro assexual (A); em seguida, temos as homossexualidades binárias, lésbicas e gays (LG); logo após, entra o espectro das bissexualidades (B); finalizando o momento da sexualidade, adentra-se às questões de gênero, com as pessoas trans, incluindo aqui as travestis, transexuais, transgêneros e pessoas trans não-binárias (T); seguidas de pessoas queer, que são questionadoras de gênero (Q); inclui-se agora a corporeidade, dando lugar às pessoas intersexo (I); por fim, as demais identidades, seja sexual, de gênero ou de corporeidades (+)” (LAU, 2018, p. 22).



onde ficam os “direitos dos heterossexuais”? Seguindo a tradição de *Paris is Burning*: “*the library is open. Because, reading is what? Fundamental!*”⁷¹ Como todo discurso é político em sua essência, me posiciono em sentido inverso da questão a ser debatida, ou seja, observar o sentido de “heterofobia” no discurso do deputado federal Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro (PMDB-RJ)⁷² na justificativa do seu projeto de lei número 7.382 de 2010, que “Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade” (BRASÍLIA, 2010).

Para isso, proponho uma discussão com a Análise de Discurso (AD), entendendo discurso como “efeitos de sentidos (e não transmissão de informação) entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 2014a [1969], p. 82), ou seja, o que se fala não é transparente, mas opaco e as inscrições do(s) sujeito(s) estão filiadas à história. Em conjunto, mobilizo a noção de memória discursiva (PÊCHEUX, 2010 [1983]).

71 *Paris is Burning* é um filme-documentário que mostra a trajetória da comunidade ALGBTQI+ na década de 80, especialmente a visibilidade de *drag queens*. Como sempre foram desvalorizadas, menosprezadas, os discursos a elas proferidos se tornaram motivo de força e resistência para continuarem com a arte. Com isso, elas se apropriaram desses discursos “negativos” e “positivaram” levando para a própria comunidade com tom de piada. Na “gíria gay americana”, *read* (ou *reading*), traduzindo para a “gíria gay brasileira” seria “gongar”, o que seria em português “fazer piada”, algo cômico; o que também, *library* não significa para a comunidade gay americana “biblioteca”, mas sim, uma “sessão de gongadas”; em “bichês”, que é o espaço em que elas falam sobre isso. Dessa forma, a tradução para este enunciado é: “a sessão de gongadas está aberta. Porque gongar é...? Fundamental!”. No *reality show*, há um espaço dedicado a isso para as *drag queens* fazerem umas com as outras.

72 Atualmente, o partido chama-se Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Referenciarei como PMDB devido às condições em que o projeto de lei foi pautado, bem como me referir a Cunha ainda como deputado.



GENTLEMEN START YOUR ENGINES, AND MAY THE BEST WOMAN, WIN!

Como é um discurso que inicia os desafios, as montagens de *looks* para o desafio final, preparo quem for ler este trabalho para o que está por vir. De agora em diante me posiciono como as *drag queens* do programa apresentando as noções da AD que contribuirão para a análise do *corpus*.

Não tem como falar de memória sem falar de interdiscurso. Orlandi (2013) afirma que discurso é língua em curso, movimento; então, interdiscurso é o curso do discurso, linguagem em movimento. O sujeito movimenta palavras que são sociais, que são dos outros nos discursos, para produzir discursos dele. A partir de uma seleção, articulação dessas palavras “dos outros”, o sujeito monta o seu mosaico para produzir um discurso, que o sujeito acredita que é dele. Porém, esse discurso (re)montado não “cai do céu”, nem é “original”, ele se constrói em determinadas condições de produção.

Por conta disso, o léxico permanece igual, mas pode haver sentidos distintos, por conta de diferentes referenciais na memória discursiva. Como neste capítulo estou trabalhando com comunidades distintas: comunidade heterossexual x comunidade ALGBTQI+, a palavra “versátil”, por exemplo, para a primeira, tem um sentido de ser uma pessoa “multitarefa”, que consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo; já para a segunda, especificamente a comunidade gay, além do sentido da primeira, também significa que o homem, no ato sexual, é tanto ativo (o que penetra) quanto passivo (o que é penetrado).

Algumas palavras recorrem à memória(s) de outras. No discurso político, por exemplo, o enunciado “Fora, Collor!”, remetia ao movimento que reivindicava a retirada de um governante, e esse



enunciado permite paráfrases com esse mesmo sentido, como: “Fora, PT!”, “Fora, Temer!”, inscritas em formações discursivas distintas. O interdiscurso é, propriamente, a associação entre as palavras e os sentidos que elas ativam na memória discursiva, produzindo um acontecimento. No caso da presente análise, busco analisar se o PL da Heterofobia remete a um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2006 [1983]), histórico ou enunciativo (INDURSKY, 2008).

A memória, segundo Pêcheux (2010 [1983]), não é individual, mas coletiva. Ela representa a estabilização do discurso que possibilita repetições; diferente do acontecimento que causa mudança(s) e os enunciados são (podem ser) modificados.

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é preciso um dia se confrontar – de um campo de pesquisa que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 50).

Por intermédio da repetição de discurso(s), o sujeito ativa uma teia de significados. Este adquire ideias por meio da linguagem que construirá “novas” ideias, a partir da mesma linguagem, articulando saberes de diversos campos, de diversas formações discursivas, perpassados, portanto, por várias ideologias que circulam em cada um desses meios sociais. Ou seja, um segmento discursivo de um certo saber, de um certo grupo social se entrecruza com outro para produzir um novo sentido. Aí está o interdiscurso, a articulação de várias formações discursivas, que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 2014b [1975], p. 146-147, ênfase do autor).



Segundo Achard (2010 [1983], p. 52), “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. Ou seja, o texto é uma rede que articula conceitos de vários campos do saber, “de verdades”, crenças, modos de se organizar socialmente.

Na questão social, em específico na de gênero e sexualidade, Butler (2013 [1990]) faz a separação e não concebe a identidade de gênero como sinônimo de sexo e afirma que o sexo é da ordem da natureza, e o gênero, social. Sendo assim, é possível perceber, na obra da autora, as diversas formas de como o gênero é concebido e organizado em cada sociedade em diferentes épocas.

THE TIME'S CAME, FOR YOU TO LIP SYNC FOR YOUR LIFE! GOOD LUCK, AND DON'T FUCK IT UP!

Montado com meu *look* teórico passo agora para o *lip sync* que, no *reality show*, é o momento em que se propõe uma música para as *drag queens* dublarem. Como *drag queen* da AD, assumo o papel de RuPaul em me dar o desafio de “dublar” as sequências discursivas (SD) do *corpus*. Para essa “dublagem”, assumo, novamente, o papel das *drag queens*.

Desde 2015, quando Cunha ganhou as eleições para presidente da Câmara dos Deputados, ele volta a tramitar projetos de sua autoria já arquivados, sendo um deles o *corpus* da presente análise: o projeto de lei (PL) 7.382/2010 que “Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade” (BRASÍLIA,



2010), que ficou conhecido como “PL da Heterofobia”. Cunha é também autor do PL 1.672/2011 que “Institui o ‘Dia do Orgulho Heterossexual’ a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro” (BRASÍLIA, 2011), já analisado em trabalho anterior (LAU, 2018).

Antes de sua vitória, com a volta dos PLs em tramitação, não havia uma grande discussão, especialmente na internet, a respeito dos “direitos para heterossexuais”, “orgulho hétero”, “heterofobia”. Somente a partir da sua vitória na presidência da Câmara dos Deputados, os PLs ficaram conhecidos e passaram a ser noticiados em diversos portais que trouxeram muitas discussões na internet a respeito disso e movimentos que aderiram a essa ideologia.

Apresento, a seguir a primeira SD do PL mencionado:

SD1: A Constituição Federal de 1988 *impõe* ao Estado e à sociedade a obrigação de zelar pela *igualdade* e de opor-se a qualquer forma de *discriminação* contra pessoas ou grupos de pessoas em função de *características ou preferências lícitas não compartilhadas pelo conjunto da população*. Em geral, essa imposição constitucional tem sido pensada, principalmente, como um *mecanismo de defesa de minorias*. Não se pode esquecer, no entanto, que *maiorias também podem ser vítimas de discriminação – e que as políticas públicas antidiscriminatórias não podem simplesmente esquecê-las* (BRASÍLIA, 2010, p. 2, ênfase minha).

O discurso do deputado federal do PMDB-RJ traz o discurso da Constituição Federal, por obrigatoriedade, segundo o enunciado, por estar legislando em um governo democrático. A questão de “igualdade” e “discriminação” remete ao discurso jurídico, já que, segundo a Constituição Federal Brasileira, em especial o artigo 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quais outras formas de discriminação”; e o artigo 5º: “Todos são iguais



perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Ou seja, o discurso jurídico da Constituição em que “todos são iguais”, por um lado, acaba “produzindo o apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos, reduz o interlocutor ao silêncio” (ORLANDI, 1993, p. 43). Ou seja, todas as comunidades são silenciadas (“anuladas”), numa perspectiva, pode-se dizer, “humanista”, que silencia a história política de cada uma, como da comunidade ALGBTQI+, negra, da mulher; por outro lado, utiliza-se como guisa de argumento em favor de comunidades “majoritárias”, no sentido ideológico, para propor datas comemorativas, pois, se há o “Dia da Mulher”, por que não criar o “Dia do Homem”? Na posição-sujeito do deputado, haver a criminalização da homofobia, pelo discurso jurídico, é um “mecanismo de defesa de minorias”, somente estas comunidades teriam “direito” de serem “protegidas” pela lei.

[...] no caso dos homossexuais, o que foi apagado, censurado, foi simplesmente o sujeito/discurso homossexual, negando, dessa forma, um lugar para a sua sexualidade (seu estilo de vida, sua história etc.), um lugar em que o sujeito desse discurso fosse ele mesmo e não o objeto de um outro discurso (SOARES, 2016, p. 63).

Faço empréstimo da “equação linguística”, locução criada por Mariani (1998), para designar a equivalência de sentidos negativos à homossexualidade. Nesta SD: homossexual = minoria privilegiada pela lei. O direito, na concepção do deputado, se olhado somente na criação de defesa de direitos para minorias, é “privilégio”, pois “maiorias também podem ser vítimas de discriminação”. Então, a partir da criação de leis que também “protejam” maiorias, haveria “igualdade”, na visão do deputado, silenciando as justificativas de haver datas históricas a serem lembradas, bem como apropriação de discursos de comunidades minoritárias.



Quando o deputado fala em “características ou preferências lícitas não compartilhadas pelo conjunto da população”, nota-se que a sociedade é dividida: maioria x minoria, como já comentado. Nesta análise, o *corpus* trata de sexualidades, a paráfrase para isso pode ser: a) heterossexual = maioria *versus* b) homossexual = minoria. Por paráfrase, me apoio em Léon & Pêcheux (2012 [1982], p. 165) que alertam para o fato de que “o ‘sentido’ de um texto, de uma frase, e, no limite, de uma palavra, só existem em referências a outros textos, frases ou palavras que constituem seu ‘contexto’”. A perspectiva teórica dos autores diferencia-se radicalmente da noção de intertextualidade, tal como trabalhada nos domínios teóricos da Linguística Textual, pelo fato de que, para eles, “a análise de discurso se contenta em cercar o sentido de uma sequência (de extensão indeterminada) por meio de suas possibilidades de substituição, comutação e paráfrase” (LÉON & PÊCHEUX, 2012 [1982], p. 165).

Voltando à discussão sobre maioria heterossexual x minoria homossexual, há características que fogem da “maioria”, no caso, um determinado conjunto da população no imaginário da sua justificativa, bem como “preferências lícitas”, frisando a divisão da sociedade. Pelo fato de Cunha estar trazendo um tema com relação às sexualidades, é possível uma paráfrase com o termo “preferência lícita” com “orientação sexual”, ambas “não compartilhadas pelo conjunto da população”. Quer dizer, o sujeito que *não é heterossexual* está marcado no discurso de Cunha como *minoria*, o que faz que essa “preferência” não faça parte de todo o “conjunto da população”. Butler (2013 [1990]) chama isso de matriz heterossexual, ou seja, designa-se a naturalização do corpo, do gênero e sexual. “A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’” (BUTLER, 2013 [1990], p. 38-39). Em termos discursivos, pode-se valer da noção de pré-construído, relação exterioridade-anterioridade e do retorno do saber do pensamento (PÊCHEUX, 2014b [1975]).



O enunciado “preferências lícitas não compartilhadas pelo conjunto da população” provoca um efeito de silenciamento e não ampara com a comunidade heterossexual. Há uma hierarquia. “A ‘legibilidade’ do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a materialidade significativa do silêncio e a da linguagem diferem e que isto consta nos distintos efeitos de sentido que produzem” (ORLANDI, 1993, p. 69).

Ainda falando na questão maioria x minoria, o deputado afirma na justificativa para a criminalização da heterofobia se faça, porque “maiorias também podem ser vítimas de discriminação – e que as políticas públicas antidiscriminatórias não podem simplesmente esquecê-las”. A memória se faz presente nesse enunciado através da discriminação. Outra equação linguística produzida aqui é: “minorias = sofre discriminação”, ou seja, a discriminação é naturalizada nas comunidades minoritárias. Para que isso não ocorra com a “maioria”, o deputado pede atenção para que a comunidade heterossexual possa, um dia, no imaginário do PL do deputado, sofrer discriminação como a minoria já passa.

Na próxima SD, é comentado sobre a questão sexual:

SD2: O caso das discriminações referentes à *orientação sexual* constitui um exemplo particularmente relevante do tipo de esquecimento de que tratamos aqui. Em vários municípios e estados brasileiros, foram promulgadas leis que, de uma maneira ou de outra, buscam *legitimar a variedade de orientação sexual em nossa sociedade e criminalizar condutas que contra ela se levantem* (BRASÍLIA, 2010, p. 2, ênfase minha).

É interessante notar que Cunha utiliza o termo “orientação sexual” na justificativa deste PL, diferente do PL 1.672/2011, o “PL do Dia do Orgulho Heterossexual”, em que o termo utilizado por ele é “opção sexual”. Trago para a discussão o contraste para um melhor entendimento da minha reflexão sobre isso. Concordo serem condições



de produção distintas, objetivos distintos, mas vejo uma similaridade por tratar de questões de identidades sexuais, mas ao mesmo tempo, cotejo com o esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, 2014b [1975]), também chamado de “esquecimento enunciativo”, (ORLANDI, 2013), que o sujeito pode penetrar conscientemente na zona do esquecimento nº 2, diferente do esquecimento nº 1 ou também conhecido como esquecimento ideológico-inconsciente (ORLANDI, 2013), em que o sujeito se ilude em crer ser a fonte do sentido.

Diremos que os processos consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência o “não dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”. Esta zona do “rejeitado” pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando fazer, por exemplo, com que o sujeito indique com precisão “o que ele queria dizer” – que o fazem reformular as fronteiras e reinvestigar esta zona. Propomos chamar este efeito de ocultação parcial de esquecimento nº 2 e de identificar aí a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (“eu sei o que eu digo”, “eu sei do que eu falo”) (PÊCHEUX & FUCHS, 2014 [1975], p. 175).

Quando Cunha, na justificativa do PL do Dia do Orgulho Heterossexual, utiliza o termo “opção sexual” afirma que a comunidade ALGBTQI+ “opta” ser assim, como se a sexualidade fosse uma escolha, silenciando o descobrimento e a possível identificação de identidades sexuais não-heteronormativas (LAU, 2018). Porém, na justificativa deste PL em análise, ao utilizar “orientação sexual”, terminologia que equipara *todas as identidades sexuais*, inclusive a hétero, ou seja, nenhuma é pecaminosa, doentia, perversa, diferente de



“homossexualismo”. Esta terminologia, por conta do seu sufixo, carrega este sentido negativo e como não há paráfrase na memória constitutiva do discurso, ou seja, “heterossexualismo”, que remeta aos mesmos efeitos de sentido como em “homossexualismo”, nesta justificativa, a sexualidade não é “opção” para a comunidade heterossexual. Cunha não utiliza a expressão “opção sexual” neste PL, mas “características ou preferências lícitas” remetendo à comunidade não-heterossexual, já analisado na SD anterior.

Ao utilizar “orientação sexual” na justificativa deste PL, o deputado inscreve-se na formação discursiva de que a sexualidade de nenhum sujeito é uma escolha, impossibilitando dizer “opção sexual”, dada as condições de produção deste discurso, diferente de quando ele utiliza “opção sexual” no PL do Dia do Orgulho Heterossexual, em que ele não se refere à tipificação de uma possível proteção “contra heterossexuais”, mas sim ao “orgulho” em *ser* heterossexual. O posicionamento político do termo “orientação sexual” frisa a questão em defesa da heterossexualidade, diferente do termo utilizado no PL do Dia do Orgulho Heterossexual.

Sempre sob as palavras, “outras palavras”, são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através do qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente” (AUTHIER-REVUZ, 1990 [1982], p. 28).

Ao fim dessa SD, o deputado afirma que há leis que buscam “legitimar a variedade de orientação sexual em nossa sociedade e criminalizar condutas que contra ela se levantem”. Ou seja, Cunha tem conhecimento da luta da comunidade ALGBTQI+ na questão política, com políticos que defendem a bandeira da comunidade em prol do combate à homofobia. Um exemplo para ilustrar essa afirmação é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006, primeiro projeto criado para a criminalização da homofobia, infelizmente



arquivado. Também o Decreto n. 8.727/2016, que reconhece e dá o direito ao nome social para pessoas trans e travestis, mas, assim como o PLC 122/2006 na época, o Decreto também sofreu ataques pelo Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo (PDC) 395/2016, que busca confundir nome social da comunidade trans e travesti com “apelido” de/para sujeitos cisgêneros, conforme análise de Guilherme (2019).

Nesta SD, o deputado frisa o objetivo do PL:

SD3: [...] a preocupação com grupos considerados minoritários tem escondido o fato de que a *condição heterossexual também pode ser objeto de discriminação, a ponto de que se venha tomando comum a noção de heterofobia. O ocultamento dessa possibilidade em nada beneficia o rigor na abordagem da discriminação em nossa sociedade, pois limita o campo de observação dos analistas e a efetividade das políticas públicas* (BRÁSÍLIA, 2010, p. 3, ênfase minha).

Ao trazer o termo que tipifica o possível crime: “heterofobia”, a paráfrase com relação à “homofobia” é similar: o sentido do sufixo não é “medo”, mas aversão. O primeiro caso de “heterofobia” visto é o de Jean Wyllys com Jair Bolsonaro em 2015, quando ambos eram deputados. Sobre esta questão, analisei duas notícias de dois portais *online* distintos que relataram o caso: o *Exame*, na perspectiva de Bolsonaro, e o *Portal Fórum*, na de Wyllys. Sobre isso, é possível afirmar que o discurso no qual Bolsonaro se inscreve produz um silêncio a um crime que a comunidade não-heterossexual sofre diariamente, especificamente a lei que ele mesmo cita (PLC 122/2006), mas em seu sentido inverso, promovendo, mais uma vez, o silenciamento (LAU, 2019).

Quando Cunha traz o “ocultamento” da “heterofobia”, “limita o campo de observação dos analistas e a efetividade das políticas públicas”. Ou seja, se não é falado, não existe. Nesse caso, traz mais um efeito de censura (ORLANDI, 1993). Por outro lado, esses são discursos utilizados pela comunidade ALGBTQI+, dessa vez, o



interdiscurso inscrito em outra formação discursiva, pois a comunidade ALGBTQI+ busca pela tipificação da homofobia, trazendo dados da Secretaria de Direitos Humanos de 2011 e 2012 em que “o aumento de denúncias e violações relacionadas à população ALGBTQI+ foi 166,09% e 46,6% respectivamente” (LAU, 2018, p. 127).

Por fim, nessa última SD, o deputado traz uma reflexão do que o PL, se fosse aprovado, poderia trazer proteção à comunidade heterossexual:

SD4: Se não se tem em conta as *possíveis formas de discriminação contra heterossexuais* ao se propor políticas públicas antidiscriminatórias referentes à orientação sexual *pode-se transmitir a impressão de que a afetividade da pessoa homossexual, bissexual ou transgênero encontra-se em um patamar de relacionamento humano mais elevado que a afetividade heterossexual*. Recorremos, por isso, às normas vigentes ou propostas em diplomas destinados a *combater a homofobia* para trazer essa discussão à tona, *mas agora em sentido inverso*. Talvez possamos, assim, *dar à discussão sobre o tema*, em andamento no Congresso Nacional, *um maior equilíbrio* (BRASÍLIA, 2010, p. 3, ênfase minha).

Novamente, o deputado menciona que a heterofobia é real no Brasil, pois há “possíveis formas de discriminação contra heterossexuais”, podendo ser elas, verbais, físicas, psicológicas, mas nenhum caso, até o momento foi registrado, exceto a menção de Jair Bolsonaro. Sobre as formas de violências mencionadas, a memória vai de encontro com o que a comunidade ALGBTQI+ passa. Mais adiante, com a distinção entre as comunidades hétero x não-hétero, Cunha afirma que a comunidade não-heterossexual “encontra-se em um patamar de relacionamento humano mais elevado que a afetividade heterossexual”. Um efeito de sentido possível produzido por esse enunciado, é que a comunidade ALGBTQI+ é “maioria” no Brasil.

Também, neste mesmo enunciado, o deputado coloca as sexualidades não-heteronormativas (homossexual e bissexual) e,



inclusive, o sujeito trans, não no sentido de que identidade de gênero e sexualidade são equivalentes, pois, segundo Butler (2007 [1993], p. 155): “a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos”. Isso não quer dizer que o deputado federal se inscreve numa formação discursiva em que se diferencie identidade de gênero de sexual, mas, a meu ver, entende que são identidades distintas.

Um efeito de sentido provocado nesta análise é que o sujeito trans é “superior” ao sujeito cis. Por conta desse enunciado, um efeito de sentido produzido é que a criminalização da “heterofobia” possui um recorte específico para um grupo específico: *heterossexuais cisgêneros*, pois, de acordo com a discussão de Butler (2013 [1990]), o sujeito trans pode ter qualquer identidade sexual, como o sujeito cisgênero, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 1 – A fragmentação generalizada da identidade de gênero e sexualidade

Sexo designado ao nascer	Identidade de gênero	Identidade sexual	Apresentação/expressão das identidades
Feminino	Feminina	Masculina	Mulher cis heterossexual
Feminino	Masculina	Feminina	Homem trans heterossexual

Fonte: Lau (2018).

A tabela é dividida em quatro colunas: *sexo designado ao nascer* que, pode ser: feminino masculino ou intersexo; *identidade de gênero* que, pode ser: feminina, masculina ou travesti; *atração sexual* que, pode ser: homossexual, heterossexual, bissexual, assexual e pansexual; e, por fim, a *apresentação/expressão* que, de maneira geral, é como a pessoa se vê e se expressa, independente do estereótipo construído pela sociedade, como roupas, acessórios designados “masculinos” ou “femininos” (LAU, 2018). De um lado, novamente, o deputado dá



a entender a distinção entre identidade de gênero e sexual; por outro lado, independente do sujeito trans ser heterossexual (como mulher trans ou homem trans), este sujeito, mesmo assim, é “superior”, como o “homossexual” e o “bissexual”, que ele mesmo cita. Isso mostra a especificidade da proteção e o afastamento com a comunidade trans, (re)produzindo um discurso cis-heteronormativo.

Por fim, o deputado esclarece que o objetivo do PL é “combater a homofobia [...], mas agora em sentido inverso”. Ou seja, todos os discursos do deputado utilizados para justificar a criminalização da aversão contra heterossexuais são formados por discursos da comunidade ALGBTQI+ que buscam a criminalização da homofobia e transfobia. O que ele faz com esses discursos é inscrevê-los em outra formação discursiva. Sua posição-sujeito é deslocada; bem como a questão de igualdade, novamente, como já discutido na SD1.

ALL RIGHT, JUST BETWEEN US RUPAUL IN PERSONATERS. WHAT DO YOU THINK?

Esse é o discurso em que a apresentadora usa quando as *drag queens* saem da passarela e ela se reúne com o júri para falar da *performance*. Nesta seção, assumo a posição do júri para comentar sobre minha “dublagem” feita anteriormente.

Retomo a questão feita no início dessa “montação” analítico-teórico sobre o PL da Heterofobia ser um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2006 [1983]) ou um acontecimento histórico ou um acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2008). Elenco os três para o debate.

Pêcheux (2006 [1983], p. 17) visa “entrecruzar os caminhos do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação”, o que leva a compreender que o acontecimento



discursivo é efeito do acontecimento histórico discursivizado “no ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória”. Ou seja, é o rompimento da “estabilidade” anterior inaugurando uma nova “estabilidade”, conforme Cazarin e Rasia (2014).

Já o acontecimento enunciativo:

[...] implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra maneira: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos desta formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. [...] Surgem novos saberes no interior da mesma FD. Enquanto o *acontecimento discursivo* remete para fora, é externo à FD que lhe dá origem, instaurando um novo sujeito histórico, o *acontecimento enunciativo* provoca a fragmentação da forma-sujeito e se dá, por conseguinte, no interior da própria formação discursiva (INDURSKY, 2008, p. 28-29, ênfase da autora).

E, o último, o acontecimento histórico gera um acontecimento enunciativo quando não há ruptura, pois o sujeito não migra para uma outra formação discursiva. O que acontece apenas é que a reorganização/reestrutura da discursividade interna da formação discursiva institui um “novo modo de lidar com a ideologia, sem que haja o rompimento com o domínio de saber” (INDURSKY, 2008, p. 25).

Sendo assim, com o exposto das três “formas” de acontecimentos, a justificativa do PL da Heterofobia, é possível entender como um rompimento na “estabilidade”? Para Cazarin e Rasia (2014, p. 200): “assim como a atualização da memória nem sempre faz retornarem os mesmos lugares, essa estabilização também é constituída pelo deslize”. Ou seja, a questão que Cunha luta, está ligada à memória (“original”?) da comunidade ALGBTQI+, que sofre diversas formas de violência na/pela sociedade, luta por igualdade e pela criminalização da homofobia e da transfobia, mas “esses novos saberes não rompem



com a estabilidade anterior – apenas se diferenciam dela em alguns aspectos” (CAZARIN & RASIA, 2014, p. 202) dentro da mesma formação discursiva, como a questão da identidade sexual apenas, como ele reforça na SD4: no sentido *inverso*, ou seja, heterossexual.

Defino o PL da Heterofobia como um acontecimento enunciativo. Instaurou, sim, um acontecimento enunciativo marcado por diferentes discursividades, mas sem romper com os saberes próprios da *luta da comunidade ALGBTQI+*, parafraseando Cazarin e Rasia (2014, p. 209). Não é possível acessar na memória discursiva alguma violência contra homens cis heterossexuais, sujeitos que o deputado defende em seu PL, por conta da sua identidade de gênero e ainda mais sua identidade sexual para que isso justifique/sustente uma pauta de reivindicações e um movimento em defesa dos sujeitos heterossexuais. Neste caso, contrariamente, a proteção “exclusiva” à cis-heteronormatividade acaba por apagar e invalidar também corpos e sujeitos trans, e isso só reforça as bandeiras desses últimos sujeitos.

Ainda trabalhando com os discursos de RuPaul, após a conversa com o júri, ela fala: *Silence, I’ve made my decision! Bring back my girls*. Nessa parte do *reality*, RuPaul faz críticas positivas e negativas às *queens*, sendo que, ao final, uma é eliminada e a outra permanece na competição. Para a *queen* que permanece na competição ela diz: *Shantay, you stay!*; e para a eliminada: *Sashay, away!*. Então, feito a utilização dos discursos do *reality*, espero que quem for ler este trabalho, aja como RuPaul e enuncie *Shantay, you stay!* e/ou *Sashay, away!* para a minha reflexão feita aqui.



RUFERENCIAS⁷³

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido [1983]. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 11-21.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s) [1982]. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, p. 25-42, 1990.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF; Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASÍLIA. Câmara dos deputados. *Projeto de lei 1.672, de 2011*. Institui o Dia do Orgulho Heterossexual, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro. Disponível em: <<https://bit.ly/2FDXaMN>>. Acesso em 25 jun. 2018.

BRASÍLIA. Câmara dos deputados. *Projeto de lei 7.382, de 2010*. Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade. Disponível em: <<https://bit.ly/2RABtlv>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo" [1993]. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* [1990]. Tradução de Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o político. *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014.

GUILHERME, Maria Lígia Freire. Diálogos a partir do decreto 8.727/2016 e notícia do jornalismo *online*. In: LAU, Héilton Diego; SILVEIRA, Éderson Luís. *Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: teorias e análises*. v. 1. Pimenta Cultural: São Paulo, 2019, p. 161-179.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

⁷³ Como todo o trabalho foi escrito com base nos discursos de RuPaul, faço um chiste nesta parte utilizando o nome da *drag queen*.



LAU, Héilton Diego. Discurso, sexualidade e política: a “heterofobia” de Jean Wyllys com Jair Bolsonaro – um silenciamento da homofobia? In: FATIMA, Wellton da Silva de (org.). *Por uma análise do discurso sobre o gênero e a sexualidade: efeitos de sentido, ideologias e práticas discursivas em questão*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p. 82-98.

LAU, Héilton Diego. *Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva [1982]. Tradução de Claudia Pfeiffer. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 163-174.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 11 ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* [1983] Tradução de Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória [1983]. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. 3 ed. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. 5 ed. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 159-249.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Toledo, PR: Fasul, 2016.



15

Héliton Diego Lau
Wellton da Silva de Fatima

Questões de identificação sexual: a posição-sujeito g0y

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2020.541.286-305



PRIMEIRAS PALAVRAS

Neste capítulo, analisamos, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD) materialista, uma entrevista, concedida ao *Huffpost Brasil* (NUNES, 2014), de Joseph Campestri. A partir de sua posição-sujeito, Campestri se auto intitula g0y⁷⁴ e se coloca como divulgador do movimento em torno da causa g0y. Compreendemos que, tanto nesse processo de auto intitulação, quanto na maneira como tal questão é “lida”, são operados processos de identificação que colocam em jogo as diferentes posições discursivas possíveis do/no exercício da sexualidade humana. Nosso olhar volta-se para a compreensão, principalmente, da constituição dessa posição-sujeito – a g0y – no discurso e para os pontos de permanência e deslocamento que sustentam o processo discursivo em que estão inseridos os dizeres da entrevista.

Da mesma forma que, em análise anterior sobre a questão (cf. LAU & FATIMA, 2018), tomamos como base a AD de linha francesa, mais propriamente aquela filiada aos domínios teóricos inaugurados por Michel Pêcheux (2014a [1969], 2014c [1975]), na França, continuada e rediscutida por diversas autoras e autores também no Brasil, como Mariani (1998, 2008), Mariani & Magalhães (2011) e Orlandi (1993, 2011), para citar alguns, para fazer trabalhar os fatos de linguagem presentes na entrevista como fatos discursivos.

Buscando, portanto, perceber a maneira como se constitui a posição-sujeito g0y no discurso, a partir da produção dos sentidos em relação à sexualidade na supracitada entrevista, propomos, para este capítulo, a seguinte divisão: além desta introdução, situamos o terreno teórico-metodológico do qual partimos entremeado a reflexões

74 Pretendemos ao longo do texto, pelos próprios dizeres de Campestri e pelas condições de produção que, enquanto analistas, trazemos, que fique menos abstrata a terminologia.



acerca do nosso objeto; em seguida, analisamos a constituição da posição-sujeito g0y, buscando dar relevo às memórias e aos processos de identificação que a constituem; e, por fim, tecemos algumas considerações finais com base em nossas análises.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Os fatos de linguagem que compõem nossa análise advêm do, assim dito, movimento g0y. Esse movimento é composto por homens que se identificam como heterossexuais e que, a despeito disso, sentem certa atração pelo mesmo gênero, não praticando, no entanto, sexo anal e namoro com outros homens.

Para dar relevo à interpretação dos fatos de linguagem que constituem a entrevista e reconsiderá-los em sua dimensão discursiva, tomaremos como terreno teórico e proposta metodológica a AD de linha francesa, tendo como base seu fundador, Michel Pêcheux (2014a [1969], 2014c [1975]), e diversas outras autoras e autores que dão prosseguimento à teoria, também no Brasil. Filiamo-nos à AD por compreender que, pelo seu caráter de disciplina de entremeio (ORLANDI, 2013; PÊCHEUX, 2014b [1982]) e por sua constituição na interface entre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Teoria do Discurso, atravessados e articulados por uma teoria da subjetividade (PÊCHEUX & FUCHS, 2014 [1975]), essa teoria nos permite depreender o funcionamento de determinados processos de semantização, tendo o discurso como relação necessária entre língua e ideologia.

Iniciemos essa reflexão (nos) perguntando: como a ideologia se materializa na linguagem? Para explicar as relações entre o sujeito e a linguagem, Pêcheux (2014a [1969]) ancorou-se em três bases teóricas: a Linguística, fazendo uma crítica à formalista; o Marxismo,



na visão de Althusser (2008 [1995]); e a Psicanálise, ao se basear na leitura realizada por Lacan. Pêcheux (2014a [1969]) critica a Linguística Formalista, principalmente a de Saussure (2012 [1916]), que a concebe enquanto sistema de signos (estrutura significante), e a de Chomsky (1957), que a concebe como competência inata (gramática internalizada), tomando-a como instrumento e não como parte de um contexto histórico-social. Dessa maneira, Pêcheux (2014a [1969]) investiga a linguagem a partir do discurso, concebendo-o como efeito de sentidos entre os pontos A e B ou, como prefere Orlandi (2013), entre os interlocutores.

Pêcheux (2014c [1975]) também acredita que o sujeito não é a própria fonte do seu dizer, além de não haver neutralidade no discurso. A Psicanálise proporcionou os elementos necessários para se conceituar o sujeito e a subjetividade. Apoiados na visão althusseriana de que o sujeito é a condição da existência da ideologia e que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos (ALTHUSSER, 2008 [1995]), Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]) caracterizam dois tipos de esquecimentos:

1. O primeiro diz respeito ao modo como o sujeito é afetado pelo seu inconsciente, fazendo com que pense ser o criador absoluto do seu discurso, a origem do sentido, quando, na realidade, há a retomada de sentidos pré-existentes.
2. O segundo se refere ao dito e ao não dito. Trata-se, aqui, da ilusão de que a ilusão de que o dito tem apenas um significado a ser captado pelo interlocutor. Sendo assim, dizer algo é aderir a uma formação discursiva (isto é, o que pode e deve ser dito), que está dentro de uma formação ideológica (ou seja, inscrito em uma relação de classe).

Na AD, a noção de *condições de produção* concerne à impossibilidade de se atribuir ao sujeito a produção do(s) seu(s) discurso(s). As condições de produção são elementos que influenciam



na produção de sentido; englobam o contexto imediato de fala, o contexto histórico-social, o aspecto ideológico, os sujeitos (suas diferentes posições), as relações de força, sentido, antecipação e as formações imaginárias.

Para Pêcheux (2014a [1969]), um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. No discurso, o sujeito está inserido em um jogo de imagens. Trata-se das formações imaginárias vinculadas à sua posição e a posição do outro que, pelas condições de produção do discurso, é mesclado com a situação historicamente estabelecida.

O jogo de imagens começa com as formações imaginárias que os sujeitos A e B podem se atribuir e também em relação ao referente. O sujeito A cria uma imagem do sujeito B e, inconscientemente, questiona-se sobre quem ele é para falar com B da maneira como fala; e ocorre da mesma forma a relação do sujeito B para com o sujeito A. Então, no discurso, cada um tem uma imagem de si e do que o outro pensa de si bem como cada um tem uma imagem do que o outro pensa do assunto, o referente (C).

O referente, para Pêcheux (2014a [1969]) em seus estudos, relacionava-se a assuntos políticos. Neste caso, o referente do nosso trabalho consiste na identificação g0y. Sobre esse assunto, forneceremos explicações mais detalhadas em nosso gesto de análise.

Assim, podemos perceber que a escolha das palavras, como também o modo de combinação delas na linearidade sintagmática do discurso, faz toda a diferença e remete ao contexto e à crença de quem fala. Logo, estando o sujeito em espaços socio-ideológicos, ele é colocado diante de posições discursivas que lhe dão possibilidades estabelecidas de enunciação, variando de acordo com a sua posição-sujeito em relação às formações ideológicas. Dessa forma, as condições



de produção englobam o sujeito, as suas contradições se firmam naqueles dois esquecimentos e também sua posição discursiva.

A partir desse quadro teórico, pois, que nos embasamos para discutir os processos de produção de sentido sobre a sexualidade a partir da questão g0y. A seguir, fazemos algumas reflexões acerca desse objeto e, também, delineamos as condições de produção do discurso que enredam o processo discursivo sobre o qual temos nos debruçado.

Nos termos do próprio movimento g0y, a prática sexual em questão é vista apenas como “brotheragem” ou “bromance” (*brother* + *romance* = *amor de irmãos*), “pegação”, afinal o relacionamento afetivo-social deve se dar exclusivamente com mulheres. O movimento também admite abarcar gays, como é o caso de Campestri, sujeito que produz os dizeres da nossa análise, desde que esses não pratiquem sexo anal. A filosofia do movimento é não praticar sexo anal nem com mulheres. No que tange a isso, é importante ressaltar que “definir um g0y é uma tarefa bastante intrincada, visto que suas estruturas identitárias se desdobram em paradoxos associados às corporalidades, aos gêneros, aos desejos e às sexualidades” (THEODORO, 2017, p. 358).

O movimento teve início nos Estados Unidos por volta dos anos 2000 (VIKI, 2012) e ganhou certa repercussão no Brasil por volta do ano de 2014 (THEODORO, 2017), gerando, inclusive, estudos no país sobre esse “estilo de vida” (SÁ-TEIXEIRA, 2019). A repercussão em contexto nacional se deu em notícias a respeito do movimento, sendo a principal fonte do movimento norte-americano a página *G0ys.org* e, no movimento brasileiro, a página *Hetero G0y*.

É importante compreender que a entrevista hospedada no site *Huffpost Brasil* é concedida por um homem cisgênero homossexual que se identifica ideologicamente com o movimento. O fato é reportado pelo entrevistador Fernando Nunes, que o relata antes da entrevista em



si. Isso, por si só, já produz certos deslocamentos acerca da maneira como analisamos tais dizeres. Trata-se, aqui, de considerar que, nos movimentos dos sentidos, houve a possibilidade de um sujeito homossexual se identificar com um movimento que propõe um certo distanciamento da noção de *homossexualidade* – e, paradoxalmente, em diversos momentos, precisa retornar a essa noção.

Para além da questão temática, também é preciso considerar que, em uma entrevista, o sujeito está enredado por condições de produção do discurso que fazem trabalhar uma certa forma do dizer. Sendo assim, já esperávamos o caráter explicativo – didático – sobre o movimento e as comparações dessa prática sexual (?) – a g0y – com outras. Nosso interesse, no entanto, não se volta para as comparações em si, mas pela maneira como o sujeito, em sua posição, precisa se submeter a essas comparações para dizer sobre seu movimento e como, nessa trama discursiva, ao reivindicar o diferente, o novo, faz, justamente, retornos a espaços do dizer já conhecidos (e talvez superados, diga-se).

Para procedermos a análise, recortamos da entrevista, tal como propõe Orlandi (1984), por meio de sua noção de *recorte*, cinco seqüências discursivas.

POSIÇÃO-SUJEITO G0Y E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

Conforme comentamos na introdução, e tendo em vista o objetivo de compreender como se constitui uma posição-sujeito no discurso, analisamos aqui, os dizeres de Joseph Campestrí, que se autoidentifica como g0y, em busca dos efeitos de sentido produzidos



em/a partir de seus dizeres. Essa prática/movimento nos ajudará a entender o gesto de análise aqui proposto.

Para a AD, a noção de *sujeito* é muito cara. Diferentemente de outras teorias de tratamento de fatos de linguagem, para nós o sujeito não se confunde com o indivíduo, com o falante, tampouco com um lugar social. Não teorizamos também acerca do sujeito tal como se faz na Psicanálise, embora possamos nos valer dos conceitos desse campo para compreender o funcionamento dos processos discursivos.

Pêcheux (2014c [1975]) situa a discussão sobre o sujeito a partir de sua forma histórica. Desse modo, a forma-sujeito, como o modo de ser sujeito na história, possibilita a inscrição do sujeito em uma formação discursiva específica. Esta, por sua vez, determina as possibilidades de dizer e de não dizer desse determinado sujeito, em sua posição.

É desse modo, portanto, que falamos em *posição-sujeito*. Compreendemos, pois, na esteira das teorizações de Pêcheux (2014c [1975]), que, discursivamente, existem, no interior das formações discursivas, posições que os sujeitos ocupam em sua relação com a forma histórica de existência dessa formulação.

A partir dessas posições, o sujeito, ao tomar a palavra, depara-se com a língua, em sua ordem própria, submetendo-se aos seus jogos de encaixe, suas redes de substituições. É nesse espaço que algo se produz, tendo em vista a tensão entre paráfrase e polissemia, isto é, a fricção entre o mesmo e o diferente no mecanismo de produção discursiva (ORLANDI, 2011).

Diante dessa breve discussão, que desdobramos a seguir, apresentamos as sequências discursivas (SD) em que se baseia nossa análise. Nunes, o entrevistador, pergunta a Campestri sobre a substituição do “A”, da palavra “gay”, por um “O”, na palavra g0y, se



essa substituição não atribui um sentido negativo à homossexualidade e, até mesmo, à feminilidade. Na SD1, Campestri responde:

SD1: [...] a substituição do “A” pelo “0” (zero) é um modo de expressar a negação ao sexo anal, A de anal.

Em nossa perspectiva teórica, tomamos, por procedimento analítico, o dizer na sua relação com o não dizer. Desse modo, somos levados a observar a maneira como se formam redes parafrásticas, que retornam, repetem-se e, até mesmo, transformam-se. Há, todavia, o resto de algo, que é impossível de ser simbolizado (MARIANI & MAGALHÃES, 2011), o real da língua. Como afirma Milner (1987), o real é o impossível. O real, aos olhos de Pêcheux (2006 [1983], p. 29), não é descoberto, “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Esse real implica a produção do inesperado, da falta de sentido (MARIANI, 2008). Ou seja:

Na língua, se há suporte para a falha, para a bizarrice, para um sentido inesperado, para o chiste, há também para a naturalização/cristalização de um determinado sentido. [...] mesmo nessa construção imaginária, nesse sistema representável, nas formalizações, na apreensão de regras, de sistematicidades, a língua é marcada, pelo heterogêneo, pelos equívocos, pelo não fechável, pelo não totalizável, pela incompletude (MARIANI & MAGALHÃES, 2011, p. 128).

Para esse sujeito, em sua posição, a rejeição da prática sexual anal precisa estar marcada no nome do movimento que identifica essa rejeição, o que produz um efeito de sentido de que se identificar como “gay” é somente fazer sexo anal. Daí, destacamos dois aspectos: o primeiro é a ilusão por meio da qual se constitui esse sujeito, que acredita não estar submetido às regras da língua, controlando-a conforme suas vontades: “A crença no nome esquece que tudo é sujeito à interpretação e à ideologia” (ORLANDI, 2017, p. 214). O segundo é o efeito de evidência, derivado da crença na transparência da linguagem, de que essa troca – de uma letra por um numeral – vai significar isso e



somente isso. É cair no efeito do esquecimento do “acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito” (PÊCHEUX, 2014d [1978], p. 272). O efeito de sentido, que se impõe à homossexualidade, é produzido negativamente, em que podemos colocá-los em duas equações linguísticas (MARIANI, 1998): a) g0y = rejeição ao sujeito homossexual passivo; e b) gay = imagens que são evocadas de forma negativa, desde os tempos romanos (ASSIS, 2006; LAU, 2018).

Retomando a análise anterior (LAU & FATIMA, 2018, p. 80), lembramos que, quando Campestri fala sobre a prática sexual, formula-se o seguinte enunciado: “rejeita-se a prática sexual e não os praticantes”. Há, a partir desses dizeres, um jogo na ordem da paráfrase, com um já conhecido enunciado do domínio religioso vastamente evocado para a condenação (ou, pelo menos, para a não aceitação) das sexualidades não heterossexuais: “rejeita-se o pecado e não o pecador”. Ambos os enunciados existem em uma correlação de vizinhança, sustentada pelo modo mesmo como o sujeito precisa se submeter à ordem da língua para poder dizer, inscrevendo-se, dadas as condições de produção, em uma determinada rede de memória.

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (PÊCHEUX, 2010 [1983], p. 56).

O que se pode compreender, até aqui, é que a posição-sujeito g0y adquire seus contornos sempre na tensão com a posição-sujeito gay. Tal tensão é constituída pela maneira como a memória é retomada e atualizada (PÊCHEUX, 2006 [1983], 2010 [1983]), tendo-



se em vista o funcionamento da ideologia, quanto aos modos de se estar na sexualidade em uma sociedade como a nossa, marcada pela forma-sujeito histórica capitalista. No interior desta forma-sujeito, a regulação das práticas é fator de manutenção do *status quo* das diferenças, em última instância determinadas pela classe – é verdade –, atravessadas pela existência concreta da sexualidade tal como se apresenta atualmente.

Quando Campestri produz um efeito de silenciamento (ORLANDI, 1993) sobre uma prática sexual que independe da orientação sexual do sujeito, como visto na análise da SD anterior, na SD2 analisamos os moldes do relacionamento g0y: o bromance.

SD2: Há de se reconhecer que em um relacionamento heterossexual há o masculino e o feminino, cada um desempenha seu papel social tal qual sustenta o ideal popular. Certo? Entretanto, quando se trata de dois homens que mantêm seus papéis masculinos, esse “molde” se quebra, não é válido. E sabemos que casamento é outro ponto que não cabe entre dois homens g0ys. Casamento é associado a casal e também a acasalamento. Dois g0ys não poderiam ser considerados um casal, homem e mulher, tampouco acasalarem.

Campestri, cuja posição-sujeito ocupada no discurso é afetada pela supracitada existência histórica da sexualidade atualmente, demarca por uma ótica heteronormativa o relacionamento g0y, até mesmo pelo pré-construído, de uma marca que ressoa no dito de uma memória prévia (MALDIDIER, 2003), do entendimento sobre o relacionamento heterossexual, os papéis de gênero atribuídos a cada um; isso também permite reafirmar que a prática sexual anal é um tabu (FOUCAULT, 2017 [1976]). O molde do relacionamento heterossexual não se enquadra no bromance por conta da prática sexual de penetração, inclusive pelo papel masculino heteronormativo. Em outros termos, a prática sexual hétero é composta de um homem e uma mulher, como descreve Campestri no início da SD2. Ele entende



os papéis de gênero a partir de uma ótica heteronormativa: “o papel social ideal”, segundo o entrevistado, é o homem penetrar a mulher. Como no relacionamento g0y não há penetração e “o papel social ideal” masculino permanece, ou seja, o homem não pode ser penetrado e sim penetrar, o bromance pode ser entendido como um “furo” nessa permanência ótica heteronormativa do movimento g0y.

A imagem que temos de um homem, ou de uma mulher, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. É necessário, com nossas práticas, atravessar esse imaginário que condiciona os sujeitos em suas discursividades e, explicitando o modo como sentidos estão sendo produzidos, compreender melhor o que está sendo dito, para contestá-lo, efetivamente, nas práticas sociais. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas. Por isso, atingi-los é tão difícil (ORLANDI, 2017, p. 211).

Ao mencionar a questão de casamento, Campestri reafirma a ótica heteronormativa, censurando (ORLANDI, 1993), em seu discurso, o casamento homossexual, pois “dois g0ys não poderiam ser considerados um casal, homem e mulher, tampouco se acasalem”. Ou seja, o casamento homoafetivo não é válido para esse “movimento”.

Fernando Nunes faz a seguinte pergunta para Campestri: “O movimento tem sido classificado por especialistas em sexualidade e ativistas LGBT como machista, homofóbico e misógino. Você reconhece isso como verdade?”. Na SD3, há um recorte da sua resposta:

SD3: Ser e gostar de ser masculino, apreciar a masculinidade não é ser misógino, não é ser contra as mulheres. Por que não pode ser visto como um pouco de amor próprio? Se uma pessoa usa, por exemplo, uma camisa escrito “100% Negro” era (sic) seria racista aos brancos e pessoas de outros tons de pele? Não. Chama-se, (sic) amor próprio e apreciação à pele negra. Essa pessoa pode gostar também de sair e namorar pessoas negras, é uma escolha dela, uma preferência e um direito que deve ser respeitado. Desde que essa pessoa não discrimine os



outros nem as (sic) trate como inferiores. Os g0ys apreciam o masculino e não são melhores do que os outros seres humanos por isso, são seres humanos com qualidades e defeitos, são homens com particularidades.

Campestri justifica a questão da apreciação da masculinidade, produzindo em seu discurso uma falsa simetria quando evoca a questão racial. Colocar “100% Negro” como paráfrase de “100% Branco” é produzir uma falsa simetria, porque elas mobilizam diferentes recortes das memórias discursivas (PÊCHEUX, 2010 [1983]). Quando vemos uma camiseta dizendo, por exemplo, “100% Branco”, mobilizamos questões da pureza da raça; em contrapartida “100% Negro” é no campo de resistência, de ressignificar a questão pejorativa de ser negro, que está conectada com o que significaria ser “100% Branco”.

Ao final da SD3, ele enuncia que g0y é um “homem com particularidades”, vale dizer, mais uma vez, o movimento dos sentidos direciona esses dizeres, pelos quais se reivindica e se defende a legitimidade g0y, para a ressonância da heteronormatividade. Isso se dá, com efeito, pelo retorno que tais dizeres fazem às práticas discursivas que se forjam na/pela heteronormatividade, relegando aquilo que é diferente ao lugar do erro, como mostra a negação da prática sexual anal (cf. SD1) e a afirmação sobre casal/casamento estar somente relacionado a heterossexuais (cf. SD2). O sujeito do discurso tenta pautar-se no “novo” (“homens com particularidades”), mas o sujeito, na posição de busca da legitimidade da prática g0y, inscreve-se no lugar do “mesmo” (LAU & FATIMA, 2018).

A questão do sujeito gay é, com frequência, atrelada a ações como a chamada “saída do armário” (SEDGWICK, 2007) e a assunção positiva de uma identidade. Foi perguntado a Campestri sobre assumir-se g0y:

SD4: Os g0ys não vivem em guetos, não estão em armários e não sentem a necessidade de se identificar como tais, eles simplesmente são. Identificar-se como g0y não é algo que



precise ser exposto para as outras pessoas, identificar-se como g0y é compreender que há muitos homens que pensam e agem do mesmo modo.

G0y não é orientação sexual, mas também não pode ser identidade de gênero, pois são conceitos distintos para Butler (2007 [1993], p. 155): “a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos”.

Ainda discutindo a questão de gênero e sexualidade, a autora nos apresenta o conceito de performatividade que não é um ato singular ou deliberado, mas como prática reiterativa e citacional, pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia; “formas” de como ser “homem” e “mulher”. Porém, quando o sujeito que se identifica como homem, tem atração por outro homem, veste roupas consideradas femininas, “fura” essa performance, fazendo com que os demais sujeitos tentem encaixá-lo no feminino para “suprir” essa fuga, por exemplo.

A filósofa também fala sobre a performatividade utilizando como exemplo a *drag queen*, em que ilustra o nosso entendimento sobre o que é feminino e masculino, numa questão identitária de gênero: é uma construção que foi naturalizada, pois, ao mostrar um corpo biologicamente masculino com adereços femininos, rompe a norma, ainda mais que a *drag queen* se apropria de adereços considerados femininos, mostrando que é possível notar/questionar a construção social do que é considerado feminino e masculino (BUTLER, 2013 [1990]).

Outro exemplo discursivo que Butler (2007 [1993]) nos traz pelos atos de fala, da performatividade, é a respeito da comunidade médica:

Consideremos a interpelação médica que apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele” ou em uma “ela”: nessa nomeação, a garota *torna-se* uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do



gênero. Mas esse *tornar-se garota* da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2007 [1993], p. 161, ênfase da autora).

Em análise anterior (cf. LAU & FATIMA, 2018), trabalhamos com o discurso do *Sujeito-g0y*, ou seja, da formação discursiva dominante, a ideologia do movimento e do *sujeito-g0y*, que são os discursos do sujeito. A partir disso, com ajuda do paradigma sexo-gênero-corpo-desejo (BUTLER, 2013 [1990]) para pensar a prática sexual do Sujeito-G0y x Sujeito-Hétero, a apresentação/expressão de gênero do Sujeito-G0y é um homem cisgênero bissexual heterromântico. Um efeito de sentido produzido é que “a identificação do Sujeito-g0y como heterossexual é justificada pela romanticidade e silenciada a atração sexual” (LAU & FATIMA, 2018, p. 76).

A partir do enunciado de que g0ys não vivem em armários, uma paráfrase é permitida ser feita com esse dizer, pois os sujeitos não-heterossexuais vivem no armário por medo do preconceito que podem vir a sofrer caso se assumam. Como o sujeito g0y não tem necessidade de assumir, o sujeito g0y pode ser “lido” como heterossexual.

Perguntado sobre se sua família sabe que ele se relaciona com outros homens, Campestri responde:

SD5: E de que esse conhecimento seria relevante na vida dos meus amigos, familiares e vizinhos? Se não se está fazendo algo que me prejudica nem ao outro, se ambos são adultos e responsáveis pelos próprios atos. O que se passa na vida particular de cada um diz respeito, apenas, à própria pessoa.

Observe-se que essa forma “afetiva” necessita estar escondida, pois, caso seja exposta, pode-se ter a imagem de que se está diante de um relacionamento homoafetivo, conforme a equação linguística produzida



na SD1. A posição-sujeito g0y, portanto, não suporta a normalização do afeto entre pessoas do mesmo gênero, embora pareça suportar vir a público a normalização da relação puramente sexual entre pessoas do mesmo gênero. Tais coerções sociais exercidas pela heteronormatividade sobre o discurso são atestadas por Frye (1983, p. 134-135):

Dizer que homens heterossexuais são heterossexuais é apenas dizer que se envolvem em sexo [...] exclusivamente com (ou sobre ou para) o outro sexo, ou seja, mulheres. Tudo ou quase tudo o que diz respeito ao amor, a maioria dos homens heterossexuais reserva-se exclusivamente para outros homens. As pessoas a quem eles admiram, respeitam, adoram, reverenciam, honram, a quem imitam, idolatram e formam apegos profundos a quem desejam ensinar e de quem desejam aprender e cujo respeito, admiração, reconhecimento, honra, reverência e amor que desejam... esses são, predominantemente, outros homens. Nas relações com as mulheres, o que passa por respeito é bondade, generosidade ou paternalismo; o que passa por honra é a remoção do pedestal. Das mulheres, eles querem devoção, serviço e sexo. A cultura heterossexual masculina é homoerótica; é amoroso ao homem. Isso é perfeitamente consistente com a heterossexualidade, pois nesse esquema o sexo e o amor não têm nada essencial, e muito pouco que seja acidental, a ver um com o outro.

Se, por um lado, a reivindicação de uma categoria g0y parece ensejar um deslocamento na produção dos sentidos sobre as práticas sexuais, por outro lado, como dissemos, essa posição se constitui na tensão com a posição-sujeito gay, valendo-se de antigos espaços de memórias da significação da homossexualidade para se impor e se legitimar enquanto posição no espectro social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando produzir um efeito de fechamento a esta reflexão, sinalizamos o caráter incessante da incompletude no fazer analítico e teórico. Sabemos que, como tivesse sido mobilizado outros conceitos e noções ou feitas outras questões para o *corpus*, poderíamos ter chegado a outras discussões. Através das noções mobilizadas para análise neste capítulo, o que podemos demonstrar é que posição-sujeito g0y se constitui, diferentemente do que se poderia pensar, em velhas bases existentes dentro de uma determinada formação discursiva.

Tomando-se a formação discursiva como aquilo que delimita o que pode e o que deve ser dito e ainda, que, em seu interior, sujeitos ocupam posições a partir dos diferentes processos de identificação (PÊCHEUX, 2014c [1975]), a posição-sujeito g0y antagoniza com a posição-sujeito gay, valendo-se do lugar já pré-estabelecido – e legitimado, privilegiado – da posição-sujeito heterossexual e tendo em vista o exercício do afeto, o qual compreendemos como constitutivo para o exercício da sexualidade na dimensão da cidadania, conforme analisado na SD5.

Se, por um lado, o g0y enuncia a partir de um aparente rompimento com a lógica da heterossexualidade, também aparentemente instaurando um novo paradigma de exercício da sexualidade, por outro, ao recorrer a já conhecidos espaços de memória da estigmatização do comportamento afetuoso homossexual, sua enunciação se dá a partir da paráfrase da enunciação heterossexual. Dito de outro modo, ao invés de romper com a lógica heteronormativa, a posição-sujeito g0y reafirma o preconceito e a negação do direito ao exercício da sexualidade por parte de pessoas homossexuais.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução* [1995]. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ASSIS, Dallmer Palmeira Rodrigues de. *A homossexualidade desconstruída em Levítico 18,22 e 20,13*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Filosofia e Ciência da Religião, São Paulo, 2006.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* [1993]. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* [1990]. Tradução de Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. Haia: Mouton, 1957.

FRYE, Marilyn. *The politics of reality: essays in feminist theory*. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1983.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber* [1976]. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LAU, Héilton Diego. *Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

LAU, Héilton Diego; FATIMA, Wellton da Silva de. Na pretensão do novo, a presença do velho: a prática discursiva e a identificação g0y em questão. *Travessias*, Cascavel, v. 12, n. 4, ed. esp., p. 69-85, dez. 2018.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. Uma análise do discurso desejanete. In: NAVARRO, Pedro (org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. Araraquara: Claraluz, 2008, p. 43-57.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: o imaginário sobre o PCB nos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan e Editora da Unicamp, 1998.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. “Eu quero ser feliz”: o sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, Freda; MITTMAN, Solange;



LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Memória e história da/na Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 125-141.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Tradução de Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NUNES, Fernando. *Entrevista com um g0y, um homem com particularidades*. Disponível em: <<http://goo.gl/cyDSen>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11 ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni P. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? *Série Estudos*, Uberaba, v. 10, p. 9-26, 1984.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69) [1969]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje [1982]. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, Eni P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b, p. 57-67.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* [1983] Tradução de Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória [1983]. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. 3 ed. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* [1975]. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014c.

PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação [1978]. *Semântica e discurso: uma crítica*



à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014d, p. 269-282.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 159-249.

SÁ-TEIXEIRA, Nuno de. Categorização, cognição e o estilo de vida g0y. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 131-152, abr. 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral* [1916]. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

THEODORO, Hadriel Geoviani da Silva. Da filosofia à identidade g0y: uma análise do site www.heterogoy.webnode.com. *Periódicus*, Salvador, n. 8, v. 1, p. 357-371, nov. 2017.

WIKI, Flavio Braune. Os g0ys: religião, sexualidade, gênero e identidades homoeróticas na contemporaneidade. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, Uruguay, v. 2, n. 2, p. 66-83, nov. 2012.



SOBRE OS ORGANIZADORES

Héilton Diego Lau

É graduado em Letras Inglês pela Unicentro (2013), especialista em Educação Especial com Ênfase em Libras pelo ISAM (2015), mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela UEPG (2016). Atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos Linguísticos, seguindo a linha de pesquisa Linguagens e Práticas Sociais pela UFPR, membro do grupo interinstitucional de pesquisas “Estudos do texto e do discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos” (GPTD/Unicentro-UFPR/CNPq) e integrante do Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade (NUREGS/UEPG). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, estudos de gênero, estudos culturais, teoria queer, linguística queer e Libras.

E-mail: heliton.diego@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9091109424675179>

Wellton da Silva de Fatima

É professor da área de Língua Portuguesa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. É doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Linguística do IEL/Unicamp sob orientação da Profa. Dra. Mônica Zoppi, integrando o Centro de Pesquisas PoHEMAs e o Grupo MulherDis. É mestre em Estudos da Linguagem pelo LAS/UFF e graduado em Letras pela UFRRJ, onde já atuou também como professor. Desenvolve pesquisas na área de linguagens na relação com questões de gênero e sexualidade, principalmente nos domínios da Análise de Discurso materialista.

E-mail: wellton.fatima@ifma.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6380496064230296>



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adilson Carlos Batista

É formado em Letras Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (2010), possui Mestrado em Letras Linguística pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro (2015), é Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Paraná (2019). Trabalhou como professor de Língua Portuguesa durante dez anos na rede pública e privada, atualmente, trabalha com formação de professores na Secretaria Estadual de Educação do Paraná - SEED. É coordenador da Olimpíada de Língua Portuguesa no Paraná. Como pesquisador trabalha com Análise de Discurso Francesa Pecheuxiana, contemplando em seu escopo as questões relacionadas a gênero, com ênfase nos discurso sobre/das relações homoafetivas na mídia.
E-mail: adilsoncurt@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4666348879980015>

Daiane Franciele Morais de Quadros

É graduada em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2014); mestra em Estudos da Linguagem pela mesma instituição (2017) com dissertação sobre análise de discurso a respeito de cotas raciais com a orientação da professora Ione da Silva Jovino; especialista em História, Arte e Cultura (UEPG, 2018). Atualmente atua como tutora no curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da UEPG, na modalidade a distância, da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tem artigos publicados em periódicos. O trabalho publicado mais recentemente é o artigo intitulado "A abordagem do discurso conservador sobre políticas de ações afirmativas para negros nas universidades por uma perspectiva de análise bakhtiniana", Revista X, 2019.
E-mail: daiane.framciele@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4766746085640652>

Daniel Mazzaro

É doutor em Linguística do Texto e do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde realizou um estágio de pós-doutorado na área de Linguística Aplicada. É Professor Adjunto de Língua Espanhola na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde



ministra disciplinas relacionadas às práticas como componente curricular, metodologias de ensino e estágios supervisionados. Atualmente, integra os grupos de pesquisa “GEPTED - Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso” (UFMG), “NormaLi - Núcleo de Estudos da Norma Linguística” (UFU) e “LAQueer - Laboratório de Linguística Aplicada Queer” (UFSCar). Seus interesses giram em torno dos seguintes temas: ensino-aprendizagem de Língua Espanhola, ensino-aprendizagem de Gramática, marcadores/conectores discursivos, análise do discurso, linguística aplicada e estudos queer.

E-mail: daniel.mazzaro@ufu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9932422365928301>

Dantielli Assumpção Garcia

Possui graduação em Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade Estadual Paulista Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), mestrado em Estudos Linguísticos (2008) e doutorado em Estudos Linguísticos também pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011) e Pós-Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) e Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista Produtividade Fundação Araucária.

E-mail: dantielligarcia@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4595437339696603>

Elzimar Goettenauer de Marins-Costa

É professora de espanhol na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua na graduação e na pós-graduação (PosLin e ProfLetras). É doutora em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestra em Literatura Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona. Desenvolve projetos na área de Linguística Aplicada, com pesquisas e publicações relacionadas à avaliação e produção de materiais didáticos, à formação de professores e ao letramento crítico, sob o viés da análise do discurso. É coautora de “Sentidos en lengua española” e co-organizadora de “Beyond Words”, coleções didáticas aprovadas no PNLD 2018 e 2020 respectivamente.

E-mail: egmc@letras.ufmg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1182169907712352>



Fábio Chagas

Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades com área de concentração em Estudos das Subjetividades e Comportamento Humano da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante colaborador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades na linha de Lesbianidades, Interseccionalidades e Feminismos (NUCUS/LIF-UFBA).

E-mail: fabio.dscm@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2106431824905504>

Gesualda dos Santos Rasia

É gaúcha radicada em Curitiba, onde trabalha na graduação e na pós-graduação em Letras da UFPR. Sua formação, também em Letras, principiou na UNIJUI (Ijuí-RS), instituição comunitária e teve prosseguimento, no Mestrado e Doutorado, na UFRGS, na área dos estudos do texto e do discurso. em 2016 realizou estágio pós-doutoral na Paris VIII. Sua trajetória profissional conta com experiência de longa data na Educação Básica e posteriormente na Educação Superior. Seus interesses de pesquisa procurar fazer convergir esses dois níveis, abordando, portanto, a produção de conhecimento no campo dos estudos da linguagem, mais especificamente, o que recorte voltado ao texto e ao discurso, com possibilidade de pensar aspectos atinentes ao ensino da leitura e da produção textual.

E-mail: gesa.rasia@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4510961069193969>

Jaqueline Ângelo dos Santos Denardin

Doutoranda em Estudos da Linguagem (UFMT), Mestra em Letras (Unioeste), Graduada em Pedagogia, Ciências Sociais e Letras. Especialista em Educação Especial: Deficiências Múltiplas, em Educação do Campo e Docência no Ensino Superior. Atua desde 2012 na Rede Estadual de Educação do Paraná, Professora Formadora no curso de Letras/Libras da Unioeste e Tutora presencial do curso de Pedagogia da Unopar. Pesquisadora da área de Análise de Discurso e Linguística Aplicada, com ênfase nas Teorias do Discurso, Teorias de Gênero e o Transfeminismo.

E-mail: jaquelinedenardin@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4355836698232493>



Laís Virgínia Alves Medeiros

É bacharela e mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, cursa doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso, seus trabalhos são centrados na investigação da opacidade da língua em temas caros aos feminismos e estudos de gêneros.

E-mail: lais.v.medeiros@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9291990247595250>

Larissa da Silva Fontana

Mestranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas/Bolsista CAPES. Pesquisa na área da Análise do Discurso, investigando a relação entre miscigenação, mito da democracia racial e as diversas nomeações atribuídas às mulheres negras brasileiras. Interessa-se também por pesquisas acerca da decolonização do conhecimento na área da Linguística, das masculinidades e feminilidades negras no contexto brasileiro e da prática da interseccionalidade gênero-raça-classe na base das análises linguísticas. Licenciada em Letras, habilitação em Português e em Inglês e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

E-mail: larissa_svfontana@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6299033405739767>

Marília Gasparovic

É licenciada em Letras Português/Inglês pela Unioeste e bacharela em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. É mestra em Estudos Linguísticos pela UFPR, com ênfase em Análise do Discurso, e especialista em Revisão de Textos pela Unyleya (EAD). Atualmente, é docente do Colégio Marista de Cascavel e atua como revisora de textos em sua empresa Eu Reviso - Assessoria Linguística

E-mail: marilia_mmg@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3445253012248926>

Rogério Modesto

Professor de Língua Portuguesa e Linguística do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – DLA/UESC. Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Mestre e Doutor em Linguística, com pesquisa em Análise de Discurso, pela Universidade Estadual de Campinas



– Unicamp. Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, Saber Urbano e Linguagem, discurso da/na cidade, denúncia e resistência, discurso e relações raciais.

E-mail: roger.luid@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4517176127497696>

Tássia Gimenes

Doutoranda e Mestra em Estudos da Linguagem pela UFF. Pós-graduada em Estudos da Linguagem pelo Instituto Superior Anísio Teixeira. Graduada em Letras Português-Ínglês pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professora de língua inglesa. Tem experiência na área de educação. Atua principalmente nas seguintes áreas: Análise de Discurso e Teoria Feminista.

E-mail: tassialgalves@ig.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1527386935850910>

Venan Alencar

Sou Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa e Licenciando em Letras Português pela Universidade Estácio de Sá. Sou também mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e, atualmente, doutorando em Estudos Linguísticos pela instituição. Realizei estágio de doutorado sanduíche na University of Michigan, Ann Arbor, financiado pela CAPES. Tenho pesquisado nas áreas de Análise do discurso de vertente francesa, Estudos de gênero e sexualidade, Estudos Foucaultianos e Imagéticos.

E-mail: venanalencar@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9908168525607718>

Wellington Ferreira Santos

É graduado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem mestrado em Estudos de Linguagem - Análise do Discurso, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalhou como professor assistente de língua portuguesa no Collège Georges Clemenceau, Lycée Ampère e Lycée Jean Perrin pelo Rectorat de Lyon, do Ministério da Educação Nacional da França. Foi professor substituto de língua portuguesa pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). Atualmente é professor de francês instrumental, no curso de gastronomia, do Centro Universitário Ruy Barbosa, em Salvador.

E-mail: wellingtonbp@yahoo.fr

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0212127265931016>



ÍNDICE REMISSIVO

A

análise 20, 21, 22, 24, 29, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 51, 58, 66, 69, 70, 84, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 97, 105, 110, 112, 118, 127, 131, 133, 134, 135, 139, 143, 144, 145, 150, 154, 157, 161, 163, 168, 169, 176, 190, 191, 206, 211, 238, 240, 241, 244, 245, 247, 252, 258, 264, 269, 270, 271, 274, 276, 277, 278, 280, 285, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308

B

beijo 24, 232, 233, 234, 235, 238, 240, 241, 243, 244

C

classe 20, 27, 29, 30, 32, 34, 37, 46, 47, 50, 53, 57, 66, 95, 102, 157, 175, 236, 289, 296, 310
colorismo 21, 49, 52, 54, 59, 64, 66
comercial 22, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143
complexidade 20, 110, 141
corpos 14, 21, 30, 46, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 153, 217, 249, 280, 283, 299
cotas 18, 21, 22, 51, 52, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 78, 80, 81, 83, 84, 89, 90, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 307
cotas raciais 21, 51, 52, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 78, 83, 84, 90, 99, 100, 104, 307
crimes 21, 29, 33, 179
cultura 24, 47, 48, 66, 82, 85, 93, 111, 113, 115, 162, 176, 198, 218, 301

D

denúncias 21, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 155, 195, 279
dimensões 20, 100
discurso 15, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 43, 46, 50, 51, 58, 59, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 137, 139, 143, 145, 149, 150, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 166, 171, 173, 176, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 213, 218, 219, 220, 225, 232, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 281, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311
discurso de ódio 22, 23, 108, 109, 112, 119, 124, 125, 149, 150, 154, 182
discussão 21, 50, 140, 154, 156, 157, 158, 168, 195, 196, 268, 272, 274, 275, 279, 280, 293

E

empoderamento 22, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145
exploração 22, 38, 147, 163, 177, 178, 187

**F**

feminista 23, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 172, 175, 202, 203
 formação 23, 35, 36, 53, 58, 60, 63, 64, 71, 76, 77, 80, 86, 110, 113, 124, 138, 147, 149, 150, 161, 176, 183, 184, 185, 186, 189, 201, 202, 211, 237, 242, 249, 250, 251, 259, 262, 263, 270, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 289, 293, 300, 302, 307, 308, 309

G

gOy 24, 25, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305
 gênero 14, 20, 23, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 42, 45, 46, 50, 95, 98, 102, 104, 156, 157, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 183, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 218, 238, 240, 241, 244, 267, 271, 274, 280, 281, 283, 284, 285, 288, 296, 297, 299, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 310, 311

H

heterofobia 24, 266, 268, 272, 275, 278, 279, 280, 285
 homossexualidades 23, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 226, 229, 267

I

identidade racial 21, 52, 54, 59, 60, 61, 62, 66, 78
 identidades 20, 21, 23, 29, 38, 52, 55, 57, 58, 62, 63, 64, 92, 104, 211, 267, 276, 280, 305
 identificação 20, 25, 40, 43, 44, 45, 49, 53, 54, 60, 61, 65, 94, 148, 163, 212, 276, 286, 287, 288, 290, 292, 300, 302, 303
 identitarismo 20

ideologia 22, 23, 35, 54, 56, 59, 71, 73, 82, 84, 91, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 112, 115, 126, 134, 144, 149, 163, 175, 183, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 232, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 244, 256, 272, 282, 288, 289, 294, 296, 300, 303
 imagem 23, 76, 77, 83, 90, 98, 99, 102, 108, 123, 126, 132, 147, 150, 151, 152, 153, 163, 164, 181, 182, 251, 256, 290, 297, 300
 interpretações 22, 25, 122, 178

L

LGBTI+ 21, 28, 29, 45, 46
 linguagem 18, 20, 22, 38, 40, 43, 53, 69, 70, 71, 74, 76, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 102, 103, 110, 119, 135, 147, 148, 161, 165, 168, 182, 183, 185, 188, 206, 235, 236, 237, 238, 243, 244, 249, 269, 270, 275, 287, 288, 289, 293, 294, 299, 303, 304, 309
 literatura 23, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175

M

memória 23, 24, 42, 44, 55, 57, 69, 77, 79, 80, 84, 86, 116, 117, 119, 125, 134, 137, 143, 145, 149, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 182, 184, 185, 232, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 247, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 275, 277, 279, 282, 283, 284, 285, 295, 296, 302, 304
 movimento 23, 24, 66, 70, 102, 134, 138, 143, 145, 147, 148, 149, 151, 154, 157, 158, 160, 161, 162, 168, 175, 195, 197, 208, 209, 218, 220, 222, 226, 244, 254,



255, 258, 269, 283, 285, 287, 288, 291,
292, 293, 294, 297, 298, 300, 304
mulheres 15, 16, 21, 22, 25, 28, 47, 49,
51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 65, 130, 131,
132, 133, 139, 140, 141, 144, 147, 150,
151, 152, 153, 156, 157, 158, 163, 164,
165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173,
175, 189, 194, 202, 208, 209, 233, 234,
235, 238, 240, 241, 243, 248, 253, 291,
297, 301, 310

N

negras 15, 21, 28, 29, 34, 35, 49, 50, 51,
52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63,
64, 65, 67, 99, 101, 297, 310
notícia 22, 24, 74, 178, 182, 188, 249, 250,
263, 284
noticiário 22

O

ódio 14, 15, 16, 21, 22, 23, 29, 78, 79, 80,
81, 83, 108, 109, 112, 119, 122, 124, 125,
149, 150, 154, 182

P

pele 15, 16, 21, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62,
64, 78, 105, 297
perspectivas 21, 22, 23, 87, 91, 127, 195,
244, 284, 285, 305
poder 20, 22, 35, 38, 63, 84, 88, 91, 92,
93, 94, 95, 105, 115, 116, 120, 140, 141,
142, 143, 148, 149, 158, 182, 193, 210,
212, 219, 221, 222, 223, 229, 251, 261,
265, 295
políticas 19, 22, 35, 51, 54, 55, 64, 78,
99, 100, 101, 103, 105, 115, 138, 194,
195, 198, 268, 271, 272, 275, 278, 279,
284, 307
pós-modernidade 23, 127
prática 20, 21, 35, 36, 50, 58, 75, 92, 112,
114, 149, 150, 196, 199, 219, 250, 253,

254, 263, 291, 292, 293, 294, 295, 296,
298, 299, 300, 303, 310
privilégios 21, 31, 52, 59, 66, 83, 152
propaganda 22, 85, 131, 134, 137, 141,
142, 144, 145, 151, 154, 203
publicações 21, 29, 31, 38, 108, 121, 122,
156, 223, 225, 308

R

raça 20, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 46, 47, 50,
56, 60, 62, 66, 157, 175, 272, 298, 310
redes sociais 21, 22, 30, 37, 46, 122, 130,
131, 133, 138, 156, 238, 247
relações 21, 24, 25, 37, 50, 51, 52, 54, 57,
92, 93, 94, 95, 109, 116, 122, 139, 148,
149, 154, 156, 158, 164, 167, 168, 169,
172, 174, 176, 182, 185, 186, 197, 198,
208, 224, 237, 246, 247, 261, 263, 288,
290, 301, 307, 311

S

sentidos 21, 22, 24, 38, 51, 53, 54, 57, 58,
59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71,
72, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85,
86, 87, 110, 111, 114, 115, 116, 119, 126,
130, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141,
142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151,
152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 161,
162, 173, 174, 175, 180, 182, 183, 185,
187, 206, 234, 235, 236, 237, 241, 243,
244, 247, 249, 252, 254, 256, 262, 264,
268, 269, 270, 273, 282, 285, 287, 289,
292, 297, 298, 301, 304
sexualidade 14, 15, 20, 25, 29, 33, 35, 57,
157, 190, 193, 195, 201, 202, 204, 217,
218, 219, 222, 229, 233, 244, 245, 267,
271, 273, 276, 277, 280, 284, 285, 287,
291, 296, 297, 299, 302, 303, 305, 306,
311
social 18, 19, 20, 21, 25, 29, 33, 35, 36,
37, 38, 45, 46, 53, 55, 60, 63, 64, 71, 72,
73, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 91, 92, 93, 94,



95, 98, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 124, 125, 135, 141, 145, 147, 148, 149, 157, 158, 159, 161, 163, 169, 171, 174, 181, 182, 184, 187, 189, 196, 209, 210, 212, 213, 214, 227, 229, 240, 242, 250, 253, 259, 260, 262, 263, 270, 271, 278, 289, 290, 291, 293, 296, 297, 299, 301

sociedade 15, 16, 17, 19, 20, 25, 31, 36, 37, 47, 51, 53, 64, 92, 93, 94, 95, 100, 101, 102, 107, 111, 115, 116, 122, 125, 126, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 164, 165, 175, 176, 181, 182, 184, 188, 189, 209, 212, 220, 222, 258, 259, 260, 261, 271, 272, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 296

sujeito 18, 20, 25, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 76, 77, 80, 81, 85, 110, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 134, 149, 150, 154, 157, 158, 160, 162, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 209, 235,

236, 237, 240, 250, 251, 252, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 268, 269, 270, 273, 274, 276, 277, 280, 281, 282, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

T

tom 21, 52, 268
 transexualidade 22, 182, 190

U

universidade 22, 64, 89, 99, 100, 101, 104

V

violência 9, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 33, 35, 39, 44, 45, 46, 47, 62, 63, 64, 65, 149, 153, 180, 203, 216, 217, 218, 221, 224, 282, 283
 violências 17, 19, 21, 25, 28, 30, 31, 35, 46, 47, 59, 218, 229, 279

www.pimentacultural.com

raça, gênero
e sexualidade
em perspectivas
discursivas
efeitos e práticas
da/na violência

VOLUME 2

